

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WASHINGTON PEREIRA DA SILVA DOS REIS

**A FUNDAMENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO PODER PUNITIVO E O CÁRCERE
COMO MEIO DE CONTROLE SOCIAL: A PUNIÇÃO PARA ALÉM DO
CUMPRIMENTO DA PENA**

**CURITIBA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**A FUNDAMENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO PODER PUNITIVO E O CÁRCERE
COMO MEIO DE CONTROLE SOCIAL: A PUNIÇÃO PARA ALÉM DO
CUMPRIMENTO DA PENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito. Área de Concentração: Direito do Estado. Linha de Pesquisa: Direito, Poder e Controle.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katie Silene Cáceres Argüello.

TERMO DE APROVAÇÃO

WASHINGTON PEREIRA DA SILVA DOS REIS

A FUNDAMENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO PODER PUNITIVO E O CÁRCERE COMO MEIO DE CONTROLE SOCIAL: A PUNIÇÃO PARA ALÉM DO CUMPRIMENTO DA PENA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Katie Silene Cáceres Argüello
Orientadora – Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Professor Doutor Juarez Cirino dos Santos
Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Professora Doutora Priscilla Placha Sá
Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Curitiba, 10 de fevereiro de 2014.

À memória dos meus pais, Nilson e Maria.

À minha esposa Cleize dos Reis, pelo amor, dedicação e paciência ao me apoiar na realização deste sonho.

Ao nosso tesouro, Laura dos Reis, fruto do nosso amor. Filha desejada, esperada ansiosamente, que veio à luz no início do mestrado e transbordou nossas vidas de luz e alegria.

Agradecimentos

Sou profundamente grato a Deus, em quem creio por intermédio de Jesus Cristo e de sua mensagem nos Evangelhos. Dele vem a fé que me alimenta e sem a qual há muito já teria sucumbido. Acredito que é possível fé e racionalidade caminharem de mãos dadas, importando, acima de tudo, o respeito ao próximo, o respeito à diferença e a constante caminhada rumo à aniquilação do orgulho e do egoísmo dos homens, origens das mazelas que tantas dores causam a humanidade.

Nessa jornada tive a oportunidade de conhecer excelentes professores, do primeiro ano da graduação a este especial e inacreditável lugar de conquista. Renovo minhas homenagens descritas nos agradecimentos da monografia da graduação na Faculdade de Direito de Curitiba e da especialização no Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC).

E, aqui, agradeço de forma toda especial a todos os professores do PPGD da UFPR. Em especial aos Professores Antonio Cesar Serbena, Abili Lázaro Castro de Lima, Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Vera Maria Jacob de Fradera.

Agradeço por um tempo especial durante o curso, em que presenciei as aulas do Professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, momentos compartilhados com os colegas Leandro Garcia, Bruna Amatuzy e Camilin de Poli. De igual modo, as aulas do nosso Mestre e também meu orientador – Professor Juarez Cirino dos Santos – por intermédio do qual em 23 de maio de 2005 – assistindo no auditório da Faculdade de Direito de Curitiba sua palestra intitulada “As Funções da Pena” – me foi revelado a realidade de um sistema encoberto por ilusões e falsidades. Agradeço também aos colegas Vitor Dieter e Frank Maciel.

Agradeço a Laura, a Cecília e a Ana Maria da Secretaria do PPGD, bem como a todos as demais pessoas que lá trabalham e concorreram para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento todo especial a minha sobrinha Rafaela Azevedo, pela contribuição na formulação das planilhas para a realização da pesquisa empírica deste estudo.

E, finalmente, agradeço à Professora Katie Silene Cáceres Argüello. Agradeço por ter aceito o meu pedido de orientação em substituição ao Professor Juarez Cirino dos Santos, pelo exemplo e dedicação em sala de aula, pois, ao acompanhá-la durante todo o ano de 2013 no magistério da disciplina Criminologia ministrada para os alunos de 2º ano noturno da UFPR, pude reviver e reafirmar as lições que antes – no ICPC – já havia vivenciado em suas aulas. Minha gratidão à Professora Katie pelo aprendizado proporcionado, pela fundamental contribuição para realização deste trabalho.

“... não tem necessidade de acabar o crime, eu acho que não tem, porque se acabar o crime vai acabar uma indústria muito grande.”

(de um preso da Casa de Detenção de São Paulo)

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime:** a ordem pelo avesso. São Paulo: IBCCRIM, 2002. p. 5.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a demonstrar a irracionalidade da aplicação das sanções disciplinares durante a execução da pena privativa de liberdade, bem como apresentar dados que demonstrem que o processo administrativo disciplinar é o instrumento utilizado pelo Estado para reafirmar o sentido retributivo da pena criminal e das reais finalidades de sua função especial. Por meio de uma pesquisa empírica que coletou dados do *Bussines Intelligence* entre os meses de março a setembro de 2013, constatou-se que, das 14 penitenciárias paranaenses destinadas ao cumprimento de pena em regime fechado, quatro mantêm médias percentuais que variam entre 50,3% a 76,8% de presos com registros de faltas graves, o que corresponde a aproximadamente 4.000 seres humanos cumprindo pena sob severas condições de disciplina. Ademais, no ano de 2011, 9.774 processos administrativos disciplinares foram analisados pelos Conselhos Disciplinares, dos quais 7.485 resultaram em aplicação de alguma espécie de sanção disciplinar, destacando que nesse ano a população carcerária do Paraná correspondeu a 14.099 presos. Num segundo momento da pesquisa, estabeleceram-se critérios a fim de analisar 653 acórdãos do Tribunal de Justiça do Paraná, dos quais 126 foram selecionados por estarem vinculados a recursos de agravo em execução em que a existência de falta grave foi motivo de indeferimento de pedidos perante as Varas de Execuções Penais. Diante das contradições reveladas pela realidade da punição que excede o cumprimento da pena, a função do cárcere é apresentada a partir dos fundamentos ideológicos das formas de controle social do Estado e de sua atuação seletiva e diferenciada na gestão do poder punitivo. A base teórica que sustenta o presente estudo norteia-se pelas concepções criminológicas promovidas pela teoria materialista da pena criminal, bem como pela percepção do Estado, segundo sua atuação a serviço dos interesses do capitalismo. Portanto, este trabalho demonstra que o êxito da ideologia do poder punitivo e do cárcere como meio de controle social depende de instrumentos eficazes que reafirmem a punição durante a execução da pena criminal.

Palavras-chave: Ideologia; Poder Punitivo; Cárcere; Controle Social.

RIASSUNTO

Questo lavoro si propone a dimostrare l'irrazionalità dell'applicazione delle sanzioni disciplinari durante l'esecuzione della pena privativa della libertà, così come presentare i dati che dimostrino che il processo amministrativo disciplinare è lo strumento utilizzato dallo Stato per riaffermare il senso retributivo della sanzione penale e dei veri scopi della sua funzione speciale. Attraverso una ricerca empirica che ha raccolto i dati del *Bussines Intelligence* tra i mesi di marzo a settembre 2013, si è riscontrato che, delle 14 prigioni dello Stato del Paraná destinate a scontare la pena in un sistema chiuso, 04 mantengono le medie percentuali che va dal 50,3% al 76,8% dei prigionieri con registri di mancanza grave, che corrisponde a circa di 4.000 persone che stanno scontando la pena in condizioni severe di disciplina. Inoltre, nel 2011, 9.774 procedimenti amministrativi disciplinari sono stati analizzati dai Consigli Disciplinari, di cui 7.485 hanno risultato applicazione di alcune specie di sanzione disciplinare, sottolineando che in quest'anno la popolazione carceraria del Paraná corrispondeva a 14.099 prigionieri. In una seconda fase della ricerca, si hanno stabiliti i criteri di modo ad analizzare 653 sentenze del Tribunale della Giustizia del Paraná, di cui 126 ne sono state selezionate, perché sono in collegamenti a ricorsi di reclamo in esecuzione, a cui l'esistenza di mancanza grave era motivo per rifiutare le richieste dinanzi al Giudice delle Esecuzioni Penali. Di fronte alle contraddizioni rivelati dalla realtà della punizione che supera lo sconto della pena, la funzione del carcere è presentata dalle fondamenta ideologiche delle forme di controllo sociale dello Stato e della sua attuazione selettiva e differenziata nella gestione del potere punitivo. La base teorica che sostiene il presente studio è guidata dalle percezioni criminologiche promosse dalla teoria materialistica della pena criminale, così come dalla percezione dello Stato, secondo le sue attuazioni a servizio degli interessi del capitalismo. Pertanto, questo lavoro dimostra che il successo dell'ideologia del potere punitivo e della prigione come mezzo di controllo sociale, dipende da strumenti efficaci che riaffermino la punizione durante l'esecuzione della pena criminale.

Parole-chiave: Ideologia; Potere Punitivo; Carcere; Controllo Sociale.

LISTA DE SIGLAS

BI – Business Intelligence

CELEPAR – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná

DEPEN – Departamento de Execução Penal

CMP – Complexo Médico Penal

COT – Centro de Observação Criminológica e Triagem

PCE – Penitenciária Central do Estado

PEP2 – Penitenciária Estadual de Piraquara II

PEP – Penitenciária Estadual de Londrina II

PEL2 – Penitenciária Estadual de Londrina

PEM – Penitenciária Estadual de Maringá

PEPG – Penitenciária Estadual de Ponta Grossa

PEP – Penitenciária Estadual de Piraquara

PEC – Penitenciária Estadual de Cascavel

PFB – Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão

PEF – Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu

PEF2 – Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II

PIG – Penitenciária Industrial de Guarapuava

PIC – Penitenciária Industrial de Cascavel

PFP – Penitenciária Feminina do Paraná

SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, da Cidadania e Direitos Humanos

TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná

VEP – Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O FUNDAMENTO IDEOLÓGICO DO PODER PUNITIVO E SEU APARATO BUROCRÁTICO	16
1.1 A legitimação do poder punitivo do Estado	17
1.2 A concepção hegeliana do poder punitivo do Estado	18
1.3 A importância dos conceitos weberianos para a compreensão do aparato burocrático das instâncias punitivas do Estado	20
1.4 O Estado como aparelho ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo	22
2 A NOVA ORDEM SOCIOECONÔMICA E A INDÚSTRIA DO CONTROLE PENAL	37
2.1 O Estado previdenciário como base para a consolidação da nova política penal	39
2.2 As contradições do Estado previdenciário e a política governamental discriminatória e excludente	41
2.3 Os limites dos recursos econômicos estatais e o controle penal	44
2.4 O declínio do Estado previdenciário e a cultura do controle penal repressivo	46
2.5 As novas formas de controle social na pós-modernidade	54
3 A FUNÇÃO DO CÁRCERE COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL	55
3.1 A ideologia punitiva contemporânea e os meios de seleção criminalizante	67
3.2 Os discursos legitimantes do poder punitivo e suas contradições com a realidade da atuação das agências repressivas do Estado	76
3.3 As reais funções da retribuição e da prevenção especial	84
3.4 Processo disciplinar administrativo e sua instrumentalidade como meio de apuração e aplicação das faltas graves	105
3.4.1 Fase administrativa	109
3.4.2 Fase judicial	118
4 A ATUALIDADE DA GESTÃO DA DISCIPLINA: dados de uma pesquisa empírica realizada no sistema penitenciário paranaense	122

4.1 O quadro atual do registro de presos com faltas graves nas penitenciárias paranaenses	123
4.2 Análise de acórdãos referentes às faltas graves	159
5 CONCLUSÃO	187
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
7 APÊNDICES	205
Pesquisa 1	205
Pesquisa 2	319

INTRODUÇÃO

O cárcere como meio de controle social é consequência de um processo histórico, cujas características atuais remontam à transição do modelo econômico feudal para o mercantilista e deste para o modelo capitalista industrializado que, a partir de sua consolidação em meados do século XVIII, estabeleceu as contradições da vida material. A consciência das contradições da vida material – do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção da vida material¹ – torna possível a percepção das contradições existentes em outras formas de saber, construídas para legitimar o poder do Estado, bem como estabelecer as regras de proteção do modo de produção capitalista. O reconhecimento dessa realidade possibilita determinar as relações de dominação entre os sujeitos desse processo histórico das relações sociais e, a partir daí, pontuar alguns meios que os detentores do poder utilizam para garantir as condições estruturais que perpetuam os privilégios de sua classe social. O saber jurídico seria o principal instrumento de legitimação dos poderes do Estado e, nesse sentido, a função do cárcere assume papel central para garantir as relações de dominação a partir do modo de produção capitalista. Portanto, o Direito – saber jurídico – assume a função de construir um sistema de normas destinadas a disciplinar as relações sociais. Como garantia da forma econômica sobre a qual se estabelecem as demais formas das relações sociais, o Direito estabelece um sistema – de justiça criminal – responsável pelo controle direto e indireto da sociedade, atuando em dimensões de ilusão e de realidade nas formas de projeção das normas de seus ramos específicos.

Nesse contexto, compreender o fundamento ideológico do poder punitivo do Estado requer a compreensão do principal sustentáculo que permite que a classe social detentora do poder político e econômico da sociedade mantenha o controle social mediante a sujeição e dominação das classes sociais que realmente movem a economia capitalista por meio da sua força de trabalho. A prisão exerce, portanto, função de disciplina da classe trabalhadora, uma vez

¹ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 5-6.

que as regras de repressão do sistema de justiça criminal são construídas segundo os interesses e as necessidades da elite dominante, qual seja, segundo as necessidades de proteção do modo de produção capitalista. A dominação impõe, necessariamente, a sujeição das classes dominadas mediante normas de repressão e punição do sistema de justiça criminal. Diante dessa realidade, o papel do Estado pressupõe finalidades que justificariam sua própria existência.

A função do cárcere se realiza pela ação do Estado. Assim, a fim de demonstrar a realidade da punição para além do cumprimento da pena, a primeira parte deste trabalho introduz o Estado neste contexto como ente totalitário. Como ente absoluto, fundamenta-se o poder punitivo do Estado em razão da fusão entre o Direito – como ser finito – e o Estado – como o infinito do ser – que redundará na concepção hegeliana da pena.

Num segundo momento, a compreensão do Estado exige alguns apontamentos a respeito de três conceitos clássicos do pensamento de Max Weber, a fim de situar a atuação estatal por meio de seus aparatos burocráticos. A partir desses dois fundamentos – filosófico e sociológico – sobre a legitimidade do poder punitivo do Estado, inicia-se o desenvolvimento das proposições desta introdução, ou seja, busca-se conceber o Estado como aparelho ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo. Percebe-se que os dois primeiros fundamentos desenvolvidos, assim como as teses contratualistas, segundo as quais o Estado seria um ente construído artificialmente conforme a ficção do contrato social, convergem para os interesses de dominação do Estado e de sua classe social hegemônica. Daí que, uma explicação do Estado norteada pela realidade da vida social permite a possibilidade de estabelecer as analogias da pena criminal com as funções da retribuição equivalente do modo de produção capitalista. O desenvolvimento do final do primeiro capítulo, bem como da essência das linhas aqui percorridas, está norteado pelo pensamento marxista, e, pelas concepções críticas de Pasukanis. Alysson Leandro Mascaro, ao apresentar o Estado de forma crítica em seus estudos introdutórios sobre o Direito – juntamente com Juarez Cirino dos Santos em sua obra intitulada Direito Penal: parte geral –

rompe com as tradições dos manuais destinados aos iniciantes e, igualmente, contribui para a proposta aqui desenvolvida.²

A transição do processo histórico-econômico das formas de controle social – mais especificamente do Estado Previdenciário ao Estado Penal ocorrida inicialmente nos Estados Unidos – antecede o último capítulo do estudo, devido à importância crucial que as políticas de controle e repressão ditadas pelos Estados Unidos exercem nos países periféricos e dependentes do capital transnacional. Há, neste ponto do trabalho, uma necessidade de situar a aplicação das sanções disciplinares estudadas no contexto das penitenciárias paranaenses, de acordo com a realidade das novas formas de controle social da sociedade pós-moderna.

A partir daí, é possível visualizar a dinâmica da ideologia punitiva contemporânea e os meios de seleção criminalizante pelos quais o Estado opera com suas agências repressivas a fim de manter o controle social. A função do cárcere, bem como do próprio Direito – Penal, Processual Penal e de Execução Penal –, assume função de reprodução e perpetuação das desigualdades sociais. A aplicação das punições durante o cumprimento da pena criminal, cumpre essa função pela reproposição da seleção criminalizante secundária, em que, durante a execução penal, o processo administrativo disciplinar é instrumento utilizado pelo Estado para aplicar sanções disciplinares com a real finalidade de afligir dor e sofrimento, assim como cumprir as reais finalidades da pena criminal.

Sobre essa questão a última parte do trabalho se debruça, buscando, por meio de dados coletados do sistema Business Intelligence (BI), demonstrar

² Nesse sentido, a forma como Alysson Leandro Mascaro apresenta o Estado em sua Introdução ao Estudo do Direito é exceção à crítica de Michel Mialle: “Uma observação se impõe: praticamente nenhuma introdução ao direito trata do Estado. A explicação é aparentemente simples: a introdução é realizada pelo professor de direito civil. Ora existe uma cadeira de direito constitucional em que o estudante poderá encontrar todos os elementos respeitantes à teoria do Estado. Ele não terá pois senão que reportar-se a eles. Esta divisão das tarefas parece-me, pelo contrário, muito mais problemática. Com efeito, todos os autores insistem no facto de hoje o essencial do direito ser estatal. O Estado constitui, pois, um elemento fundamental do conhecimento do direito, e, no entanto, ele encontra-se ausente da cadeira de introdução ao direito! Esta ausência não é neutra: Porque, se o direito é feito pelo Estado, não é inocente esconder-se-nos o que é o Estado!” (MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. p. 121).

a irracionalidade da aplicação das sanções disciplinares durante a execução penal – especialmente em virtude do inadmissível número de registros de faltas graves de condenados que cumprem pena privativa de liberdade em quatro estabelecimentos penitenciários do Estado do Paraná.

Os dados da pesquisa, que estão integralmente anexados ao presente trabalho, contou com a fundamental colaboração do atual Subdefensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná e Doutor em Direito do Estado pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – André Ribeiro Giamberardino – cuja possibilitou que algumas hipóteses do trabalho fossem comprovadas empiricamente. De igual modo, a colaboração da atual Secretária da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná – Dr.^a Maria Tereza Uille Gomes – uma vez que, ao receber o Grupo de Estudos de Criminologia Crítica coordenado pela Professora Doutora Katie Argüello, numa das ocasiões da pesquisa de campo, apresentou a forma como o sistema de informações penitenciárias gerencia os dados da execução penal no Estado do Paraná.³

A pesquisa delimitou a coleta de dados referentes ao período de março a setembro de 2013, levantando o número de presos condenados à pena privativa de liberdade com registro de falta grave em todas as penitenciárias do Paraná. Concomitantemente com a exposição dos dados da pesquisa, a crítica, bem como as contradições com as finalidades especiais da pena foram novamente rediscutidas, pois, demonstrado que no ano de 2011 mais da metade da população carcerária paranaense havia sido submetida a alguma espécie de sanção disciplinar, evidente que o instrumento que apura e aplica tais sanções padece de vícios que atentam contra a dignidade da pessoa humana. No mesmo sentido, o segundo momento da pesquisa delimitou o período de 2007 a 2013 a fim de analisar as decisões colegiadas do Tribunal de Justiça do Paraná que apreciaram recursos de agravos em execução cujo objeto de inconformismo vinculou-se a existência de falta grave.

³ Segundo o Governo do Estado, o BI (Business Intelligence) “é um instrumento tecnológico gerencial e inovador, que permite a integração de dados entre o Executivo e o Judiciário, importando e exportando informações da gestão de execução penal e subsidiando os atores do Sistema de Justiça, visando a efetivação dos direitos das pessoas encarceradas” (Informação disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=889>).

1 FUNDAMENTO IDEOLÓGICO DO PODER PUNITIVO E SEU APARATO BUROCRÁTICO

O poder punitivo do Estado ideologicamente foi construído sobre pilares que permitissem que as relações de dominação e controle social fossem exercidas de modo a definir a posição ocupada entre aqueles que dominam e aqueles que são dominados. Como sistema complexo de garantia das relações de dominação e controle social, o poder punitivo do Estado estabelece funções que justificariam a aplicação da pena criminal com a finalidade de retribuir com um mal o mal causado pelo criminoso, bem como prevenir a criminalidade. O elemento ideológico dessa justificação pressupõe a igualdade de todos perante a lei e a liberdade de todos diante das relações sociais. Assim, o Estado legitima seu poder de punir afirmando as condições de igualdade e liberdade de todos perante a lei. Essa legitimidade vem garantida por meio de um complexo sistema jurídico que, pela imposição da norma jurídica, interage com as demais formas institucionalizadas de controle social.⁴

No entanto, o poder punitivo do Estado, exercido pelo sistema penal e especificamente pelo cárcere como mecanismo fundamental dos meios de controle social, não revela o elemento ideológico das formas de controle social. O sistema capitalista exige que aqueles que ocupam a posição de dominados nas relações sociais, sejam disciplinados e reprimidos pelo poder punitivo do Estado, cuja estratégia enfraquece o Estado de direito e cria as condições necessárias para o fortalecimento das práticas autoritárias para a garantia do modo de produção capitalista.⁵ Assim sendo, compreender o Estado como aparato ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo e os conceitos que viabilizam a inserção de seu aparato burocrático para o cumprimento de seus objetivos, neste trabalho são os pressupostos iniciais que antecedem a realidade das afirmações punitivas durante o cumprimento da pena criminal.

⁴ MUÑOZ CONDE, Francisco. **Direito penal e controle social**. Tradução: Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 23.

⁵ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 195.

1.1 A legitimação do poder punitivo do Estado

Construir um discurso que sustente as diversas formas de interpretação do papel do Estado como ente soberano construído artificialmente para administrar e tutelar interesses e valores que pretensamente são difundidos como comuns a todos os membros da sociedade, tem sido uma das questões das quais se baseiam os pressupostos de compreensão da realidade das formas de controle social. Como construção artificial, o Estado pressupõe um processo evolutivo, cuja lenta e progressiva consolidação demonstra um projeto de poder e dominação de determinadas classes sociais, ao contrário da ideia de afirmação de um ideal comum de toda a sociedade. No entanto, a ideia de ideal comum, geralmente norteadas pelo consenso de que o Estado seria o ente cuja finalidade consistiria em promover o bem comum de toda sociedade, não revela a complexidade da dimensão que o conceito de Estado demonstra quando é analisado em sua função de gestor de conflitos. Os diversos métodos de gestão de conflitos ao longo da história afirmaram-se mediante a atuação do Estado que, elegendo determinados bens jurídicos para serem dignos de sua tutela, igualmente elegeu determinados indivíduos portadores de características peculiares e tendentes a serem ofensores dos bens eleitos. A gestão de conflitos gerenciada pelo Estado atinge seu intento à medida que os mecanismos de controle social atingem determinados fins sob diversas formas de intervenção nas interações sociais da vida em sociedade. No caso do poder punitivo do Estado, a forma direta de intervenção e controle é exercida pelo sistema penal, composto por diversas agências de repressão, cuja metodologia adota os meios de seleção criminalizante, mediante o exercício do próprio poder e dominação do Estado.

Assim, busca-se, neste capítulo, discorrer a legitimidade do poder punitivo do Estado com base de um discurso que aborde a relevância do poder e da dominação como características próprias da atuação do Estado como ente soberano, bem como revelar a concepção do Estado como aparelho ideológico, cuja gestão realiza-se como atuação administrativa a serviço da classe social detentora do poder hegemônico da sociedade. Trata-se de proporcionar

algumas reflexões que possibilitem uma fundamentação teórica ao objeto deste trabalho sob as premissas de um saber jurídico contraditório e portador de uma característica coercitiva de suas normas, e, no contexto aqui delineado, também sob a premissa da pena como expressão do ápice do poder punitivo do Estado.

1.2 A concepção hegeliana do poder punitivo do Estado

A reflexão sobre o poder do Estado e seu exercício mediante a dominação está intrinsecamente ligada ao sentimento de liberdade do ser humano, na medida em que a dominação impõe a separação entre detentores do poder e dominados, ou seja, aqueles que não detêm o poder. Nem sempre o ser humano possui as qualidades para agir de acordo com a natureza que lhe inspira agir de forma livre, que, segundo Hegel, representa o todo racional dessa natureza. Anteriormente a essa concepção, Aristóteles já havia considerado que o próprio homem possui em si essa condição de agir ou não livremente e que essa condição lhe seria nata. Hegel conserva a ideia aristotélica de liberdade como causa livre do sujeito para agir ou não agir de forma autodeterminada, no entanto, sempre dependente do todo do qual faz parte, a que chamou Espírito.⁶ A ideia central do todo hegeliano é a de que o indivíduo como parte do todo age não com capacidade própria, mas de acordo com a natureza que lhe é conferida pelo todo. O surgimento dessa liberdade natural do homem ocorre como elemento histórico e cultural, e sua submissão às leis e ao direito é elemento imperativo e universal.⁷ Um dos momentos centrais da primeira fundamentação filosófica da legitimação do poder punitivo

⁶ Jürgen Habermas interpreta a concepção hegeliana de Espírito como “desdobramento dialético desta unidade, a saber da totalidade da ética”. A unidade desdobrada se refere ao Eu universal e particular. A seguir aprofunda sua interpretação afirmando que o Espírito “é a comunicação dos particulares no meio de uma universalidade, que se comporta como a gramática de uma língua em relação aos falantes, ou como um sistema de normas vigentes relativamente aos agentes, e que não salienta o momento da universalidade perante a individualidade, mas garante a sua conexão peculiar” (HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 16).

⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 2004. p. 155.

do Estado em Hegel está presente na dialética entre o finito e infinito do ser, e nesse sentido a oposição entre a liberdade do sujeito e sua sujeição às leis. Assim, Hegel reconheceu a dinâmica e o conflito da vida psíquica do homem e sua batalha interna em conciliar a oposição entre a subjetividade e a objetividade da liberdade.⁸ Ao Estado deu o sentido universal de sua dialética finito e infinito,⁹ sendo que o infinito é o próprio direito.¹⁰ Percebe-se, portanto, a característica totalitária e imponente dessa ideia de Estado, o que possibilita associá-la ao aspecto retributivo da punição penal. De acordo com o atual sentido retributivo da pena criminal, é clássica a definição hegeliana de crime como negação do direito e pena como negação da negação, restabelecendo o direito por meio da pena. Da violação da norma surge a necessidade de reconciliação do direito e afirmação do poder do Estado. Vejamos a seguinte passagem:

O direito da forma da vingança contra o crime é somente direito em si, não na forma do que é de direito, isto é, não justo na sua existência. No lugar da parte lesada intervém o universal lesado, que tem no tribunal uma realidade efetiva peculiar, e toma a si a perseguição e a punição do crime, a qual com isso, cessa de ser a retribuição somente retributiva e contingente através da vingança e se transforma na verdadeira reconciliação do direito consigo mesmo, reconciliação da lei que se restabelece a si mesma pela supressão do crime e que, por isso, se realiza efetivamente como válida, e, do ponto de vista subjetivo do criminoso, essa reconciliação é proteção, e na execução da lei na sua pessoa ele

⁸ Idem. p. 122.

⁹ Neste ponto é importante destacar que tal concepção tem suas raízes em Aristóteles, que, ao conceber o homem como um animal político e o Estado como uma criação da natureza, assim concebeu sua universalidade: “O Estado tem, por natureza, mais importância do que a família e o indivíduo, uma vez que o conjunto é necessariamente mais importante do que as partes. Separem-se do corpo os pés e as mãos e eles não serão mais nem pés nem mãos (a não ser nominalmente, o que seria o mesmo que falar em pés ou mãos esculpidos em pedra); destruídos, não terão mais o poder e as funções que os tornavam o que eram. Assim, embora usemos as mesmas palavras, não estamos falando das mesmas coisas. A prova de que o Estado é uma criação da natureza e tem prioridade sobre o indivíduo é que o indivíduo, quando isolado, não é auto-suficiente; no entanto, ele o é como parte relacionada com o conjunto. Mas aquele que for incapaz de viver em sociedade, ou que não tiver necessidade disso por ser auto-suficiente, será uma besta ou um deus, não uma parte do Estado” (ARISTÓTELES. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 2004. p. 146-147).

¹⁰ HEGEL, G. W. F. **A sociedade civil burguesa**. Trad. Marcos Lutz Müller. Campinas: UFCH/Unicamp, 1996. p. 50.

encontra, por conseguinte, a satisfação da justiça, [e, assim,] somente aquilo que pertence ao seu feito.¹¹

O sentido dado à negação como reconciliação do direito por meio da pena não é universal, mas singular a alguma coisa, no sentido de finito, como lógica para se conceituar uma nova definição que surge da anteriormente negada, porém, com todas elas inseridas no infinito que é o direito. Essa lógica hegeliana tem na razão a sua fenomenologia e a considerou para a reconciliação de homens livres da sociedade, que já vivia sob o contrato. Diante da realidade que o início da expansão industrial vislumbrava na Europa do século XVIII, não tardou para que a classe detentora do poder político e hegemônico do Estado se apropriasse dessa fundamentação filosófica do crime e da pena, e, assim, iniciou-se a consolidação do Direito Penal como instrumento de política de controle social.

Nesse ponto, a contribuição da concepção kantiana de sujeito também assumiu um papel relevante no que tange à imputação de responsabilidade para culpar e punir aqueles que se desviam das normas de conduta. A importância do pensamento do filósofo de Königsberg – anterior ao pensamento hegeliano –, que será devidamente retomado no curso do trabalho, vinculou a vontade e autonomia do sujeito às condições interiores e independentes da realidade externa por ele vivida. É a característica ontológica do sujeito como pressuposto metafísico comum a todos os seres humanos e, por isso, capaz de tornar a exigência de responsabilidade em razão do livre arbítrio que pressupõe todos possuir.

1.3 A importância dos conceitos weberianos para a compreensão do aparato burocrático das instâncias punitivas do Estado

De uma concepção totalitária, segundo a qual os sujeitos estão inseridos no todo do Estado, a conjuntura do fundamento do exercício do poder assume

¹¹ Idem. p. 55-56.

em Weber uma característica racional, em que papéis especializados são distribuídos em razão de um conjunto de normas estatais tidas como necessárias para a existência do direito. A legitimidade do Estado, assim, está condicionada à existência de uma ordem normativa reconhecida e aceita, não somente nos limites de atuação estatal.¹²

O conceito de poder para Weber é inerente às próprias estruturas políticas de qualquer sociedade, sendo que as formas de coerção vêm legitimadas segundo interesses e pretensões de domínio além do território do Estado. Weber inter-relacionou os conceitos de poder, dominação e disciplina, resumindo esses elementos com o seu clássico conceito: “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.¹³ Em seguida define dominação como sendo “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”.¹⁴ Completam-se as relações sociais entre grupos sociais e ao Estado pertence o monopólio exclusivo do uso da força com o conceito de disciplina, como sendo “a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas”.¹⁵ A característica exclusiva do uso da força física pelo Estado está ligada à necessidade de associação política, como meio de garantir as satisfações recíprocas dos membros da sociedade. Tendo a ação social como referência de sua obra, tal referência possibilitou a melhor

¹² Nas palavras do próprio Weber: “A característica formal do Estado atual é a existência de uma ordem administrativa e jurídica que pode ser modificada por meio de estatutos, pela qual se orienta o funcionamento da ação associativa realizada pelo quadro administrativo (também regulado através de estatuto) e que pretende vigência não apenas para os membros da associação – os quais pertencem a esta essencialmente por nascimento – senão, também, de maneira abrangente, para toda ação que se realize no território dominado (portanto, à maneira da instituição territorial). É característica também a circunstância de que hoje só existe coação física “legítima”, na medida em que a ordem estatal a permita ou prescreva (por exemplo, deixando ao chefe da família o “direito de castigo físico”, um resto do antigo poder legítimo, por direito próprio, do senhor da casa que se estendia até a disposição sobre a vida e a morte dos filhos e dos escravos)” (WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1998. p.35).

¹³ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1998. p.33.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

compreensão do aparelho burocrático do Estado e com ele a própria burocracia dos órgãos de repressão constituídos pelo sistema de justiça criminal.¹⁶

Os três conceitos acima permitem a compreensão do método da afirmação punitiva do Estado nos três níveis de atuação do sistema de justiça criminal, sendo o primeiro no nível da descrição de condutas criminosas e respectiva cominação de penas; o segundo ao nível da aplicação da pena e o terceiro no âmbito da execução da pena.

Feitas essas considerações iniciais sob a égide de duas orientações – a primeira de cunho filosófico e a segunda conforme uma concepção sociológica, ambas, porém, que não permitem um conflito de teorias, uma vez que se conformam perfeitamente aos interesses do Estado –, é possível tecer considerações a respeito do Estado como gestor do poder segundo os interesses não revelados, seja na sua justificativa filosófica, seja na sua justificativa sociológica.

1.4 O Estado como aparelho ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo

Pensar o Estado como instância na qual se realiza o exercício legítimo do poder – nos termos acima delineados – pressupõe pensá-lo como o lugar de onde emana a própria essência do poder. As concepções determinadas pelas teses contratualistas, que legitimam o poder do Estado pela redução de parcela das liberdades individuais em prol da maioria e, assim, possibilitando segurança ao conjunto da sociedade, não abordam os reais interesses em torno dos quais apenas uma minoria representante da sociedade se reveza no poder. Nesse sentido, as teorias contratualistas legitimam o poder sob o

¹⁶ Nesse sentido, o sistema de justiça criminal, composto pelos órgãos do Poder Judiciário, pela polícia e pela prisão, representa órgãos públicos altamente burocráticos, cujas características descritas por WEBER são visíveis: “Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. Esse sistema oferece aos governados a possibilidade de recorrer de uma decisão de uma autoridade inferior para sua autoridade superior, de uma forma regulada com precisão. Com pleno desenvolvimento do tipo burocrático, a hierarquia dos cargos é organizada monocraticamente” (WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002. p. 138-139).

aspecto político de uma classe social determinada em clara contradição do ideal da vontade geral.

As teses fundantes do contratualismo da era Iluminista tiveram em Hobbes a ideia de legitimação do poder absoluto do Estado, justificado pela máxima *homo homini lupus*. A natureza do homem seria a consequência da discórdia, cujas causas – a competição, a desconfiança e a glória – gerariam desconfiança em suas relações, o que favoreceria a guerra de todos contra todos.¹⁷ A outra vertente contratualista justificou o Estado respeitando a liberdade dos indivíduos, inaugurando as bases do liberalismo com pretensões precípuas de proteção da propriedade. É assim que John Locke – ao contrário do absolutismo de Hobbes – não transfere ao poder do Estado a autoridade de maneira ilimitada sobre os súditos, mas, sob condições de não interferir nos direitos naturais, preexistentes ao contrato.¹⁸ Já em Jacques Rousseau, sobrepõe-se a comunidade acima das formas dos poderes estabelecidos à sua época, reconhecendo-a como sujeito político, reflexo de um contrato social, cuja vontade geral do povo decorre de sua condição ontológica natural, qual seja, a liberdade.¹⁹ Para Jacques Rousseau, o poder soberano do Estado está limitado pela presunção de igualdade de todos perante a lei, ideal que

¹⁷ Segundo o autor inglês, em referência às três causas – competição, desconfiança e glória – assim consignou: “a primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros, por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome” (HOBBS, Thomas. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 2004. p. 108-109).

¹⁸ Nesse trecho de sua obra, John Locke justifica a finalidade da união dos homens em sociedade, transferindo ao Estado mediante o pacto, parte de suas liberdades: “Se o homem no estado de natureza é tão livre como se disse, se é senhor absoluto de sua própria pessoa e de sua posses, igual ao maior de todos e súdito de ninguém, por que abandona sua liberdade, esse império, e se submete ao domínio e controle de algum outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza ele tenha tal direito, ainda assim o gozo dele é muito incerto e está constantemente exposto à violação por parte de outros... Isso o faz querer desistir dessa condição que, embora livre, está cheia de medos e perigos constantes; e não é sem razão que ele procura de boa vontade unir-se em sociedade com outros que já estão reunidos ou têm a intenção de se unir para a mútua preservação de suas vidas, de suas liberdades e bens, aos quais chamo pelo nome genérico de propriedade. A finalidade maior e principal, portanto, de os homens unirem-se em Estados e submeterem-se a um governo é a preservação de sua propriedade, para o que o estado de natureza carece de muitas coisas” (MORRIS, Clarence (Org.). **Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito**. Coleção justiça e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p 149).

¹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 21.

legitimaria a ação de governo submisso ao povo e a crença na solidariedade entre aqueles que aderiram ao pacto. Percebe-se claramente nas linhas do contrato do autor genebrino que suas proposições pautaram-se por elementos éticos, ingenuamente distantes dos reais interesses que qualificavam as disputas de poder de sua época, em que pese a marcante e fundamental construção das bases que fomentariam a Revolução Francesa. Estado, assim compreendido, atuaria no exercício do poder por meio de relações recíprocas de confiança entre governo e governados.²⁰ Assim, cumpre destacar que os três principais contratualistas do período ilustrado nortearam-se por perspectivas bastante extremadas no que tange à essência do exercício do poder. Ora absolutamente exercido pelo Estado – o que estava mais próximo da realidade de controle e dominação –, ora, pautado pela crença de igualdade e participação dos indivíduos nas coisas do Estado em razão de interesses recíprocos, bem como pela própria autoridade do poder que do povo emanava.

Thomas Ranson Giles ao tratar do tema afirma que “o poder representa e se mantém em função do apoio da vontade socialmente mais forte”.²¹ No entanto, a vontade socialmente mais forte relaciona-se intrinsecamente à capacidade que determinados membros da sociedade possuem de exercer poder e dominação proporcionalmente às propriedades que possuem, bem como às formas de produção da vida material. O contexto histórico da evolução dos métodos punitivos demonstra essa afirmativa ao relacionar as formas punitivas com a estabilidade dos sistemas econômicos e abundância ou escassez da mão de obra. Precursores dessa correlação, Rusche e Kirchheimer fundamentam suas abordagens sob as premissas do pensamento marxista, reforçando que na correlação formas punitivas e mão de obra há um

²⁰ Portanto, segundo Rousseau: “No governo é que se acham as forças intermédias, cujas relações formam a do todo com o todo, ou do soberano com o Estado. Pode-se representar está última relação pela dos extremos de uma proporção contínua, cujo meio proporcional é o governo. O governo recebe do soberano as ordens que ele dá ao povo; e para que o Estado esteja num bom equilíbrio, convém, tudo compensado, que haja igualdade entre o produto ou poder do governo tomado em si mesmo e o produto, ou poder dos cidadãos, que de um lado são soberanos e do outro, vassallos” (Idem. p. 60).

²¹ GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985. p. 26.

jogo oculto de interesses, no qual, o Estado exerce o poder punitivo, ora preservando a mão de obra, ora destruindo-a.²²

À medida que o jogo de interesses se alterna de acordo com a estabilidade econômica de determinado momento histórico, os sistemas de controle social tendem a adotar mecanismos ideológicos que encobrem suas reais finalidades. O Estado, concebido sob o terceiro viés aqui proposto, se realiza como aparelho de gestão diferenciada do poder punitivo ao cumprir a função de reproduzir as desigualdades sociais mediante a legitimação do poder punitivo proporcionado pelo Direito, como saber racionalizador das regras de convívio social. Portanto, o ponto de vista aqui assumido reconhece uma concepção de Estado com finalidade voltada ao atendimento de interesses de uma determinada classe social, ou seja, o Estado instituído em razão das necessidades econômicas da sociedade capitalista que, hierarquizada e dividida em classes sociais antagônicas, interage por meio de relações conflituosas e desiguais.

Sob essas premissas, o Estado está concebido em conformidade com os interesses econômicos, que, a serviço da burguesia, é instrumento dela para exploração do proletariado. Marx e Engels – os principais autores e teóricos dessa realidade estrondosa de explicação do Estado – afirmam que a origem do Estado está relacionada ao estágio de desenvolvimento econômico da sociedade, interpretando essa evolução historicamente.²³ A originalidade da

²² Os autores associam diretamente o modo de produção econômico às formas de punição estatal, tecendo algumas indagações para, a seguir, revelar a real ideologia da manutenção/supressão da força de trabalho: “Por quê certos métodos de punição são adotados ou rejeitados numa dada situação? Qual a extensão da determinação das relações sociais no desenvolvimento dos métodos de punição?...Quando nos voltamos para os fatores condicionantes positivos, podemos ver que a simples constatação de que formas específicas de punição correspondem a um dado estágio de desenvolvimento econômico é uma obviedade. É evidente que a escravidão como forma de punição é impossível sem uma economia escravista, que a prisão com trabalho forçado é impossível sem a manufatura ou a indústria, que fianças para todas as classes da sociedade são impossíveis sem uma economia monetária. De outro lado, o desaparecimento de um dado sistema de produção faz com que a pena correspondente fique inaplicável. Somente um desenvolvimento específico das forças produtivas permite a introdução ou a rejeição de penalidades correspondente”(RUSH, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 17, 20-21).

²³ A conhecida expressão “materialismo histórico” sobre a interpretação do Estado segundo os fatores econômicos, está bem sintetizada conforme a linhas de Abbagnano: “Com este nome Engels designou o cânon de interpretação histórica proposta por Marx, mais precisamente o que consiste em atribuir aos fatores econômicos (técnicas de trabalho e de produção, relações de trabalho e de produção) peso preponderante na determinação dos acontecimentos

construção teórica de Marx e Engels encontra-se em várias obras, mas, principalmente, em: A ideologia Alemã, O Manifesto Comunista, A Miséria da Filosofia, O 18 Brumário e O Capital. O seguinte trecho da obra de Engels esclarece o entendimento a respeito da origem do Estado, em que a aquisição violenta das riquezas, bem como da propriedade constituíam-se nas bases sobre as quais o Estado se estabeleceria. Vejamos:

Resumindo: a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência, faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classe, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado.²⁴

Ao contrário da concepção hegeliana, na qual o Estado aparece como ente universal e absoluto, bem como das concepções dos contratualistas ilustrados, em que o Estado se justifica pela ilusória concessão de parcelas individuais de liberdade em prol da segurança de toda a sociedade, a justificação dada ao Estado por Marx e Engels concebe o Estado como ente

históricos. O pressuposto desse cânon é o ponto de vista antropológico defendido por Marx, segundo o qual a personalidade humana é constituída *intrinsecamente* (em sua própria natureza) por relações de trabalho e de produção de que o homem participa para prover às suas necessidades. A ‘consciência’ do homem (suas crenças religiosas, morais, políticas etc.) é resultado dessas relações, e não seu pressuposto. Esse ponto de vista foi defendido por Marx sobre tudo na obra *Ideologia alemã* (*Deutsche Ideologie*, 1845-45). Em vista disso, a tese do M. histórico é de que as formas assumidas pela sociedade ao longo de sua história dependem das relações econômicas predominantes em certa fase dela. Marx elaborou essa teoria em oposição ao ponto de vista de Hegel, para quem é a consciência que determina o ser social do homem; para Marx, pelo contrário, é o ser social do homem que determina a sua consciência” (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 750).

²⁴ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002. p. 103.

necessário para realização plena do modo de produção da vida material capitalista. De um Estado neutro e distinto da sociedade, a concepção do Estado como aparelho ideológico do poder punitivo o descreve como um ente construído artificialmente, uma ficção ilusória a serviço da proteção de interesses voltados à reprodução da ideologia capitalista.²⁵ O Estado, nesse sentido, passa a ser compreendido sob uma ênfase histórico-social, em que as relações estruturais da sociedade refletem as relações individuais de seus membros. As relações individuais, por sua vez, não se dão de forma igualitária, mas, ao contrário, a desigualdade dos indivíduos os separa em classes sociais distintas e diferenciadas na hierarquia perante o Estado. É a própria investigação, não só das estruturas burocráticas do Estado, mas, principalmente, das relações entre as distintas classes sociais que permitem a compreensão da real finalidade do Estado.²⁶

O fundamento ideológico do Estado a partir do pensamento marxista traz uma nova diretriz às suas reais finalidades existenciais, bem como às suas contradições. Partindo da dialética materialista para questionar as reais condições econômico-sociais sob as quais se estrutura o Estado, Marx não se pauta por uma materialidade metafísica, mas, ao contrário – tanto da universalidade da razão hegeliana, em que o Estado é o espírito absoluto, quanto da ficção do contrato –, a materialidade a que se refere diz respeito às condições reais pelas quais se reproduzem as relações sociais na sociedade, que tem no trabalho e nas consequências dele decorrentes seu ponto de partida.

²⁵ Conforme Marx e Engels: “O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 13).

²⁶ Em recente lançamento da obra “Estado e forma política”, obra que possui todos os atributos para se qualificar como um clássico da interpretação marxista sobre o Estado, Alysson Leandro Mascaro assim se referiu à contribuição marxista a respeito do tema: “O marxismo se revela como a mais alta contribuição para a compreensão do Estado e da política nas sociedades contemporâneas. Na obra de Marx já se expõe a mudança radical no modo de entender as categorias políticas e os fenômenos sociais como Estado. E, em Marx e em muitos marxistas, para além de uma simples constatação da estrutura e do funcionamento da sociedade, a contribuição é teórica e prática. É no combate à exploração capitalista que são percebidas, concretamente, as dinâmicas e contradições extremas da estrutura política de nossos tempos. O marxismo não só entende a política por horizontes distintos daqueles tradicionais como, na verdade, reconfigura totalmente o âmbito do político e do estatal, atrelando-o à dinâmica da totalidade da reprodução social capitalista” (MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 11).

Conforme Pasukanis, “o Estado moderno, no sentido burguês da expressão, nasce no momento em que a organização do poder de grupo ou de classe incide sobre as relações mercantis suficientemente extensas”.²⁷ Assim, o surgimento do Estado como ente que instrumentaliza e garante interesses de determinada classe social deve ser analisado conforme o valor material das relações sociais e econômicas da sociedade; valor esse que determina, também, as relações e posições no mercado de trabalho. O valor referencial que norteará todas as relações de produção e circulação dos bens materiais se refere à mercadoria, esta como expressão de uma realidade social produzida pelo trabalho humano e que condiciona toda a estrutura econômica da sociedade. Essa determinação estrutural é histórica, pois, conforme Marx:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral.²⁸

As condições, bem como as relações humanas, se estruturam a partir das relações de produção da vida material, e o homem, nesse contexto, é o sujeito que constrói a mercadoria impulsionado pelo capital e pela coação de suas necessidades materiais. A partir dessa lógica, de produção da vida material como relação econômica, a posição dos indivíduos define-se segundo uma divisão de classes, em que detentores do capital e detentores da força de trabalho assumem posições definidas e têm o Estado como intermediador de suas relações.²⁹ Nesse sentido, a mercadoria é resultado das complexas

²⁷ PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 144.

²⁸ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 5.

²⁹ Ao analisar essa questão, Alysson Leandro Mascaro, assevera que “não se pode considerar o Estado como mero comitê gestor de interesses imediatos da burguesia”, por entender que essas relações correspondem à dinâmica do modo de produção capitalista e, ainda: “Se o

relações sociais que envolvem o conjunto de sua produção. O trabalho, nesse conjunto, representa a força do trabalhador, que por sua vez também se transforma em mercadoria, segundo a seguinte lógica: na medida em que as relações materiais determinam as posições em que cada sujeito dessas relações se estabelece – donos do capital e dos meios de produção e donos da força de trabalho –, o produto da força de trabalho, ou seja, o trabalhador como mercadoria, vincula-se a um valor de uso e a um valor de troca. O valor de uso se refere à utilidade dada à mercadoria e o valor de troca, à retribuição pela sua produção, ou seja, o preço da produção. Isso significa dizer que a mercadoria representa a relação de compra e venda, como forma de troca pela força de trabalho, sendo que, mediante o consumo, é possível estabelecer preços e salários equivalentes. Assim, pode-se afirmar que o valor de troca da mercadoria resulta da realização do trabalho. Esse processo é assim delineado por Marx:

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor total como há pouco foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou de valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor.³⁰

Na continuação de seu pensamento, Marx questiona a mensuração do tempo para a produção da mercadoria nas relações sociais de trabalho, assim como a valorização deste trabalho, não como trabalho individual, mas trabalho social necessário para a sua produção. Vejamos:

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendida durante a sua produção, poderia parecer que, quanto mais preguiçoso ou inábel seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. No entanto, o trabalho, o qual constitui a substância

Estado é burguês, isto tem causas muito mais profundas do que simplesmente a eventual captura de seu aparato pela burguesia: a existência da forma política estatal é índice necessário da reprodução capitalista". (MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59-61).

³⁰ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e Revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I. tomo I. p. 47.

dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais.³¹

Sob essas condições, o modo de produção capitalista cria historicamente a divisão de classes pela separação do proprietário capitalista do proprietário da força de trabalho: a classe social proletária, despossuída dos meios de produção e do capital, submete-se à exploração de sua força de trabalho à classe burguesa, como único modo de sobrevivência diante da realidade econômica que condiciona o trabalho. Nesse contexto, o capital é assegurado em sua reprodução pela expropriação de mais-valia, como trabalho não remunerado ao trabalhador. Inconsciente de seu papel na produção da mercadoria, o homem não se reconhece nesse processo de produção da vida material, coisificando-se a si mesmo.

As contradições que surgem dessa realidade permite a reflexão sobre o papel do Estado como ente bem diverso daquela finalidade abstrata e metafísica concebido para o interesse de todos. A função do Estado, como aparelho ideológico de controle social, é bem delineada na clássica interpretação de Althusser do pensamento marxista:

Dissemos (e esta tese apenas repetia célebres proposição do materialismo histórico) que Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por “níveis” ou “instâncias” articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica (“unidade” de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois “níveis” ou “instâncias”: a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...).³²

³¹ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e Revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I. tomo I. p. 47-48.

³² ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 60.

Althusser compreende o Estado como “força de execução e de intervenção repressiva “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado”,³³ em que, como aparelho de Estado, funciona por meio da repressão (violência institucionalizada – governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões etc. – e de instituições distintas e especializadas, encarregadas de promover as ideologias como “aparelhos ideológicos do Estado” (igreja, escola, família, sindicatos etc.).³⁴ Assim entendido, o Estado aparece como expressão de poder, organizado ideologicamente em defesa de interesses específicos da classe burguesa.³⁵

O Estado, visto como instância que representa interesses isolados de determinada classe social, adota determinada forma para que suas possibilidades de realização sejam concretizadas. Alysso Leandro Mascaro, nesse aparente paradoxo, percebe o Estado como um “terceiro necessário” para a manutenção da própria estrutura de reprodução capitalista; pela atuação de suas instituições, mantém-se também como elemento necessário na luta de classes,³⁶ uma vez que alimenta as contradições entre as classes ao garantir as condições econômicas de exploração da força de trabalho.

Dentro dessa perspectiva, a complexidade da noção de Estado estende-se à complexidade dos horizontes de projeção do próprio exercício do poder de Estado, cuja execução não se dá somente a partir do conjunto de suas

³³ Ibidem. p. 63.

³⁴ Ibidem. p. 67, 68.

³⁵ Pasukanis, ao discorrer sobre o papel do Estado como “garante dessas relações”, apontou o domínio da classe burguesa no Estado: “O domínio de classe, tanto na sua forma organizada como na sua forma inorganizada, tem um âmbito bastante mais extenso do que o sector que pode designar-se como a esfera oficial do domínio do poder de Estado. O domínio da burguesia revela-se tanto na dependência do governo em face dos bancos e dos grupos capitalistas, como na dependência de cada trabalhador particular em face da entidade que o emprega e, finalmente, no facto de o pessoal do aparelho do Estado estar intimamente ligado à classe reinante” (PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 146).

³⁶ “Diferentemente das visões tradicionais, que acusam o Estado de ter um carácter burguês porque o domínio de suas instituições está supostamente sendo feito por agentes ou representantes do interesse burguês, o Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais. Em vez de se apresentar como um instrumento político neutro, então, ocasionalmente pelas classes burguesas, o Estado é um elemento necessário nas estruturas da reprodução capitalista” (MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59).

instituições, mas, também, a partir de interesses específicos que não se configuram somente entre as classes sociais. Assim, segundo o esquema didático exposto acima por Althusser, as instâncias da superestrutura interagem, ocupando o direito e as ideologias da classe social dominante um papel fundamental para o êxito do Estado como ente soberano e aparentemente neutro perante a sociedade. Mascaro pondera essa questão reconhecendo o papel estrutural das instâncias ideológicas e sua importância na interação dentro e fora do Estado. Diz o autor que “por instituições políticas, podem ser identificadas tanto aquelas internas ao Estado, quanto aquelas que lhe sejam correlatas, gravitando também no eixo político da reprodução social”.³⁷ A ideologia de tais instituições, nesse contexto entendida, assume função de ocultamento, de ilusão, de desvirtuamento do sentido do objeto de dominação, ou seja, a reprodução das desigualdades sociais passa a ser legitimada por instrumentos de justificação, sejam eles de ordem legal, sejam de ordem ideológica, numa simbiose que insere todos eles no mesmo desvirtuamento ideológico. As contradições da ordem das relações sociais são invertidas e a percepção da realidade toma os efeitos como causa das desigualdades sociais. Marilena Chauí, ao afirmar que ideologia é “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”,³⁸ ensina que:

As diferentes classes sociais representam para si mesmas o seu modo de existência tal como é vivido diretamente por elas, de sorte que as representações ou ideias (todas elas invertidas) diferem segundo as classes e segundo as experiências que cada uma delas tem de suas existências nas relações de produção. No

³⁷ As formas ideológicas que auxiliam a reprodução capitalista, bem como as possibilidades da classe social dominante construir eficazes aparelhos de repressão na defesa de seus interesses, têm, nas instituições do Estado contribuições fundamentais. Ainda com Mascaro, convém asseverar: “Se o Estado, como forma terceira necessária à dinâmica do capital, desdobra seus aparatos em múltiplos órgãos e instituições, condensando, pois, a forma política do capitalismo, ele também se materializa junto a outras relações sociais, que em geral lhe são imediatas, acessórias ou relativamente autônomas. Assim, é preciso entender a dinâmica das instituições estatais enredadas num amplo quadro de relações com múltiplas instituições sociais. Entre instituições estatais e instituições sociais há vínculos necessários e variados, tão distintos quanto as próprias dinâmicas sociais e tão conflituosos quanto as próprias lutas de classes e a pluralidade dos grupos sociais” (MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 34, 35).

³⁸ CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 7.

entanto, as ideias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são todas as idéias existentes nessa sociedade, mas serão apenas as ideias da classe dominante dessa sociedade nessa época. Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua idéia a respeito de si mesma), representa sua relação com a Natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado etc., tornar-se-á a maneira como todos os membros dessa sociedade irão pensar.³⁹

Como consequência das ideias que predominam no modo de viver da classe dominante, esta adota procedimentos ideológicos de projeção de vínculos simbólicos de sujeição entre os membros da sociedade, tornando a aceitação de determinados graus de hierarquia nas relações sociais algo natural. Esse sistema induz a classe trabalhadora a perceber e viver a realidade, não de acordo com as características que lhe são próprias, mas conforme uma abstração que lhe é desconhecida, mas, projetada pela classe dominante como se fosse universal e acessível a todos.⁴⁰ É assim que a ideologia construída pela classe social dominante se articula com uma rede de instituições destinadas a exercer o domínio do Estado, quer diretamente, quer indiretamente por meio de seus aparelhos de controle social. Atuam, portanto, subjetivamente de forma ampla, pela influência religiosa, pela formação escolar, por meio de culturas que revelam características próprias de determinados gêneros de pessoas e, principalmente, segundo a ideologia que os meios de comunicação ditam a todos os segmentos da sociedade. O importante aqui a destacar é que o papel do Estado como fundamento ideológico do exercício do poder cumpre uma finalidade destinada à garantia do modo de reprodução da vida material da sociedade capitalista. A relação capital-trabalho assalariado nesse sistema econômico evidencia contradições insustentáveis, revelando, ainda, a ilusão da função do Estado segundo a ideia

³⁹ Idem. p. 87.

⁴⁰ Marx e Engels asseveram na Ideologia Alemã que: “Em todas as épocas, os pensamentos dominantes são os pensamentos da classe dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios para a produção material dispõe também, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe são submetidas as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, as idéias do seu domínio” (MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: seguido das teses sobre Feuerbach. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002. p. 63).

de universalidade de Hegel, bem como a concepção contratualista dos filósofos ilustrados.

Diante dessa inegável contradição, a compreensão do Estado assume uma exigência que amplia seus horizontes justamente pelo fato de que, ao mesmo tempo que as instituições jurídicas que legitimam e regulam o exercício de seu poder – como, por exemplo, a necessidade de regulação das relações contratuais de trabalho entre os sujeitos dessas relações – devem produzir um discurso de pretensa igualdade e liberdade de todos perante a lei, devem, também, ocultar a realidade da desigualdade e submissão de determinadas classes sociais em face da classe detentora do capital e dos meios de produção capitalista. Trata-se de compreender o papel que o Estado desempenha por meio de suas instituições e de seu corpo de agentes especializados, pois, na medida em que o Estado garante os meios de produção e circulação da vida material, garante, também, a separação capital-trabalhado assalariado. Nesse contexto, o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade assumiu uma nova perspectiva em relação aos sujeitos inseridos nos modos de produção capitalistas. Pode-se afirmar que a correlação feita por Ruche e Kirchheimer em relação ao modo de atuação estatal na preservação-destruição da força de trabalho, ainda hoje mantém seus paradigmas. Diante da transição da sociedade feudal para a mercantil e, dessa para a sociedade industrializada, uma nova ordem socioeconômica nasceu. Para garantir essa nova realidade, o Estado assumiu funções que, inicialmente, coadunaram com os pressupostos liberais do pós-revolução francesa. No entanto, as necessidades da reprodução capitalista não tardaram a exigir dos Estados novas práticas repressivas em favor da proteção dos interesses das elites dominantes. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que uma nova forma econômica passou a dominar as relações de produção capitalista e, com isso, no plano ideológico novas formas de controle foram construídas em prol da defesa do sistema capitalista. Em todos esses momentos de crise, a área jurídica sempre denotou as maiores contradições entre os discursos descritos nas leis e a realidade vivida pela classe social mais vulnerável.

Assim, o Estado intimamente imbricado às formas de reprodução capitalista, para ser compreendido, requer que o contexto dos fundamentos de seu poder sejam ampliados a fim de que se perceba a dimensão das novas formas de controle que o sistema penal adotou a partir da consolidação do modo capitalista de produção. Cada fase das transições econômicas do sistema capitalista correspondeu a uma forma peculiar do Estado atuar para afirmar e legitimar o controle social, segundo os interesses da classe dominante. Embora a finalidade de atuação do Estado seja sempre a mesma – proteger o modo de produção capitalista –, a complexidade da ação estatal não deixa de atender aos interesses da classe trabalhadora na medida em que a proteção dessa classe contribua para a reprodução do capital. A historicidade da relação do Estado com o sistema capitalista demonstra que ao longo dessa evolução as formas do aparato estatal sofreram alterações significativas. Nas palavras de Mascaró, “dos velhos aparelhos políticos à moderna forma de Estado, o processo é de ruptura, criação e reconfiguração de instituições políticas que se sucedem”.⁴¹ A proposta dessa afirmativa contribui com o presente trabalho no sentido de estender o fundamento ideológico do poder punitivo estatal às etapas que permitiram compreender a evolução dos métodos punitivos como meio de controle social e a forma de atuação do Estado através de suas instituições de repressão, que, no lugar adequado, serão analisadas segundo suas posições no sistema de justiça criminal.

Para tanto, o capítulo que segue irá abordar os contrastes que as necessidades do mercado econômico refletiram nas políticas de controle social, com destaque ao Estado previdenciarista norte-americano, seu declínio, bem como a expansão e afirmação da cultura do controle penal repressivo. Assim, a realidade do sistema penal passou a requerer do Estado novas formas de controle social. A realidade das afirmações punitivas durante a execução da pena e a explicação da prisão como mecanismo fundamental para a proteção do modo de reprodução capitalista, requerem que este trabalho não deixe lacuna no tocante ao período de transição entre as velhas formas de controle repressivo e a atual realidade da crescente expansão do controle penal, que inclusive, como se verá, se afirma mesmo após a imposição da pena privativa

⁴¹ MASCARÓ, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 54.

de liberdade. “A nova ordem socioeconômica e a indústria do controle penal” tem como norte alguns aspectos das formas de controle desenvolvidas como políticas de repressão nos Estados Unidos, e, em alguma medida na Inglaterra, considerando a influência do tratamento dado à questão criminal nesses países, refletirem diretamente no Brasil, bem como nos demais países que compõem a periferia do poder hegemônico mundial. Muito embora entre os Estados internacionais seja reconhecida uma igualdade formal, é evidente que no plano material as desigualdade se revelam por meio das ações políticas e econômicas de determinados Estados. Os Estados Unidos, devido o *status* imperialista de que goza perante a comunidade internacional, sempre assumiram o papel de financiador dos principais eventos em matéria penal no mundo.⁴²

A atuação do Estado em defesa do modo de produção capitalista e as políticas criminais de controle social por ele adotadas permearam as mudanças exigidas pela transformação da realidade do contexto econômico do pós-Segunda Guerra. Ainda em relação à necessidade do Estado se adaptar às novas ideologias punitivas de controle social, Del Olmo asseverou:

Na atualidade, com a crise do capitalismo avançado e o desenvolvimento das crises transnacionais, se faz necessária uma nova ideologia que legitime o capitalismo. Essa ideologia abarcará evidentemente o campo do controle social e portanto terá repercussão na criminologia. A nova ordem mundial exige que a ideologia punitiva adquira uma dimensão distinta. Deve ser transnacional e se ocupar dos problemas internos nas sociedades do capitalismo avançado, assim como dos problemas que possam surgir na periferia com ameaças a esse capitalismo. Isso explica a reformulação no campo da prevenção do delito e do tratamento do delinquente.⁴³

Com efeito, o que se confirmará nessa fase de transição e afirmação dos sistemas de controle social é a preparação das condições ideais para que

⁴² Informando detalhadamente sobre tais eventos, Rosa Del Olmo apontou que: “A primeira bandeira da institucionalização internacional do controle social seria do norte-americano Enoch C. Wines, teólogo conservador, especializado em problemas penalógicos, que contou com o total respaldo e colaboração de seu governo” (DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004. p. 78).

⁴³ DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004. p. 151.

novas ideologias contribuam para o apoio da induzida opinião pública a práticas estatais cada vez mais redutoras de direitos e garantias fundamentais.

2 A NOVA ORDEM SOCIOECONÔMICA E A INDÚSTRIA DO CONTROLE PENAL

O desenvolvimento histórico da economia a partir do século XVI foi marcado por uma forma de controle social estreitamente ligada ao modo de produção da vida material da sociedade e das necessidades, dos interesses e valores das classes sociais hegemônicas detentoras do poder político e econômico. A transição do feudalismo ao mercantilismo e deste ao capitalismo industrializado da mesma maneira manteve o controle social de acordo com a ideologia do poder punitivo e os mecanismos de repressão penal correspondentes, tendo como centro de projeção a pena de prisão. De igual modo, a pena como centro de projeção da ideologia do poder punitivo evoluiu em determinado lugar, qual seja, o cárcere como meio de controle social e instituição penal visível da desigualdade social e a divisão de classes daqueles tempos persiste até a atualidade, com indicadores de realidade que demonstram que sua existência acompanhará a humanidade ainda por longos tempos. Tendo suas formas punitivas correspondentes à forma econômica de sua época, que variaram da imposição de castigos corporais, suplícios e pena capital, as necessidades que a revolução industrial impôs ao desenvolvimento da economia em seu projeto de expansão mundial – cujo êxito dependia dos pressupostos de liberdade e igualdade que a época das luzes irradiou, bem como pela consolidação do mito do contrato social como ilusão da participação de todos e de uma suposta vontade geral – transformou significativamente o modelo punitivo até então existente. De uma forma ruralista de economia que rumou às formas industriais, a estas já não interessava a imposição de castigos corporais e penas infamantes. A nova dinâmica econômica, pautada pela acumulação de capital, busca por novos mercados e lucro obtido pela mais-valia, determina a nova forma de controle social e a prisão passa a significar nesse contexto, “um mecanismo expiatório que realiza a troca jurídica do crime

em tempo de liberdade suprimida”.⁴⁴ Sendo o homem um dos elementos que promovem a produção e a circulação da vida material, sua proteção se mostra fundamental para o interesse da nova economia capitalista, mas é o grau de inserção do homem como objeto de proteção e força de trabalho necessária para promover os interesses da nova economia, não só nos modos de produção, mas principalmente na capacidade de consumo necessário para o crescimento e a expansão do capital, é que determinará a sua posição na divisão de classes sociais, seja como proprietário, seja como possuidor da força de trabalho.⁴⁵ O curso evolutivo natural de uma realidade econômica marcada pelo contínuo desvalor da essência humana, basicamente marcada pelos valores de mercado, transitou, nas palavras de Young, “de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente”.⁴⁶

De igual modo, e retomando a fundamentação filosófica para a legitimação punitiva da ideologia oficial, a construção do conceito de sujeito pelo filósofo iluminista Immanuel Kant contribuiu para fundamentar dogmaticamente a capacidade individual daqueles que se desviavam das normas de controle social, pois, tendo conhecimento de seus pensamentos, eram responsáveis pelas suas ações, portanto, capazes de punibilidade. Os conceitos de Kant sobre o sujeito e a gênese de sua vontade influenciaram na construção das definições da ação, da culpabilidade e da pena no Direito Penal. Vale notar que esse ramo do ordenamento jurídico define as condutas humanas como objeto e fundamento de reprovação de ações típicas e passa a ser o centro de legitimação e garantia dos interesses na economia capitalista. Como fundamento filosófico para a legitimação do poder punitivo o conhecido imperativo categórico formulado por Kant consolida-se em lei moral inviolável, cuja violação legitima a coerção estatal punitiva. Ressalta-se que a moral kantiana como moral universal⁴⁷ – cujo fundamento foi construído sob a ilusão de uma suposta liberdade de vontade do homem, metafísica, e, portanto, indemonstrável – serviu para manifestar as conveniências da classe burguesa

⁴⁴ SANTOS, Juarez dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007, p. 13.

⁴⁵ Idem, p. 6.

⁴⁶ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002. p. 23.

⁴⁷ KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 51.

em sua época de ascensão, cuja crítica materialista foi primeiramente vislumbrada por Pasukanis.⁴⁸

Após a consolidação do capitalismo industrial, os principais acontecimentos que alteraram a economia certamente foi a grande depressão de 1929, seguida das duas guerras mundiais. Desses acontecimentos o último foi o que mais influenciou na economia, bem como na atuação do Estado em sua política de controle social, em razão das duas prioridades que passam a nortear as ações do Estado devido às necessidades que o mercado impunha no contexto do pós-guerra.

Esse novo quadro de necessidades impulsionou o Estado a germinar novas instituições voltadas para práticas penais-previdenciárias a fim de afirmar o Estado do bem-estar social que se consolidava nos anos 1950.

2.1 O Estado previdenciarista como base para a consolidação da nova política penal

Nesse contexto exposto nas linhas iniciais, o Estado passa a atuar sob as diretrizes de uma política previdenciarista, cujo controle social do crime é tipicamente correcionalista. Apesar de uma política criminal oficial de proteção do indivíduo criminalizado, devido à demanda do mercado de trabalho, é evidente que a proteção sob um discurso de tratamento e correção visava, na realidade, a proteção da força de trabalho. David Garland expõe as bases dessa nova política:

Com raízes na década de noventa do século XIX e vigorosamente desenvolvido nos anos 1950 e 1960, o previdenciarismo penal era, nos anos 1970, a política estabelecida tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos. Seu axioma básico – medidas penais devem, sempre que possível, se materializar mais em

⁴⁸ PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. PASUKANIS, E. Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 167-168.

intervenções reabilitadoras do que na punição retributiva – proporcionou o aperfeiçoamento de uma nova rede de princípios e práticas inter-relacionados. Estes incluíam a edição de leis que permitiam a condenação a penas indeterminadas, vinculada à liberdade antecipada e à liberdade vigiada; vara de crianças e adolescentes informadas pela filosofia do bem-estar infantil; o uso da investigação social e de relatórios psiquiátricos; a individualização de tratamento, baseada na avaliação e classificação de especialistas; pesquisa criminológica focada em questões de fundo etiológico e na efetividade do tratamento; trabalho social com os condenados e suas famílias; e regimes de custódia que ressaltava o aspecto ressocializador do encarceramento e, após a soltura, a importância do amparo no processo de reintegração. [...] No enquadramento penal-previdenciário, a reabilitação não era apenas um elemento entre outros. Ao revés, era o princípio hegemônico, o substrato intelectual e o valor sistêmico que unia toda a estrutura e que fazia sentido para os operadores do sistema. Ela provia uma rede conceitual, abraçada por todos, que poderia ser lançada em toda e qualquer atividade no campo penal, conferindo sentido e coerência à atividade dos operadores, bem como um sentido benigno e científico às práticas outrora desagradáveis e problemáticas.⁴⁹

Como se percebe “o previdenciarismo penal se voltava aos problemas do desajustamento individual, altamente concentrado nos setores mais pobres da população, e que eram por ele atribuídos à pobreza, à socialização deficiente e à privação social”.⁵⁰ O papel fundamental de funcionários públicos na aplicação prática dos princípios norteadores da política previdenciarista, bem como a legitimação do saber criminológico dos especialistas da época, motivou os governos (EUA e Inglaterra) a propiciarem meios para que a cientificidade do saber criminológico não somente contribuísse, mas também legitimasse as decisões políticas no campo do controle social e o aperfeiçoamento e entrelaçamento das instituições do sistema de justiça criminal. A base social do Estado do pós-guerra foi construída sob uma ampla rede de segurança e recompensa,⁵¹ e a prosperidade financeira promovida

⁴⁹ GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p.104-105.

⁵⁰ Idem. p. 119.

⁵¹ Idem. p. 123.

pelo desenvolvimento econômico da época favoreceu a distribuição de renda em proporções mais justas, uma vez que o nível de desemprego baixo nas duas principais economias capitalistas permitia a inserção de uma ampla camada de pessoas no mercado de trabalho, ainda que sob as formas de exploração de trabalho assalariado.

No entanto, apesar do empenho dos governos dos Estados Unidos e Inglaterra em promover meios de controle social garantidores do desenvolvimento econômico, as contradições da política penal previdenciarista não tardaram a revelar as exclusões das massas trabalhadoras e, de forma ainda mais explícita, de determinados grupos sociais ao acesso dos reais benefícios econômicos dessa política, reservando às classes menos favorecidas a punição como consequência de comportamentos desviantes que lesionavam a produção e circulação de mercadorias e às elites todos os benefícios do Estado do bem-estar social.

2.2 As contradições do Estado previdenciário e a política governamental discriminatória e excludente

As políticas de segregação racial, principalmente aquelas promovidas nos Estados Unidos, passaram a reservar determinadas áreas de concessão de crédito imobiliário exclusivamente para a classe social branca e, durante o período da Grande Imigração de 1916-1930, que já marcava o início do abandono das políticas previdenciárias do Estado norte-americano, as áreas chamadas de gueto⁵² passaram a compor a região habitada exclusivamente

⁵² Nesse ponto, cumpre destacar a origem e o significado da palavra gueto, conforme transcrição de Loïc Wacquant: “o termo guet, surgido em Veneza em 1516 e derivado do italiano *giudeica* ou *gietto*, designa, em sua origem histórica nas sociedades da Europa Medieval, a reunião forçada de judeus em certos bairros, para proteger os cristãos, de acordo com a Igreja, da contaminação dos quais os judeus eram portadores (*ad scandala evitanda*). Progressivamente, à segregação espacial regulamentada de modo cada vez mais estrito ao longo dos séculos de XIII a XVI, fonte de superpopulação, promiscuidade e miséria, superpõe-se um emaranhado de medidas discriminatórias e vexatórias, seguidas de restrições econômicas, que incentivaram os habitantes a se prover de instituições específicas, instrumentos de ajuda mútuas e fontes de solidariedade interna que funcionavam como proteção contra a alienação então inscrita na própria estrutura do espaço urbano. Assim, a *Judenstadt* de Praga, considerada o maior gueto da Europa no século XVIII, com cerca de dois

pela população negra norte-americana.⁵³ As consequências desse fato social na mudança de paradigma estatal na política de controle social certamente serão determinantes na crise do previdenciário penal.

No que tange às características específicas das condições sociais, culturais e econômicas do gueto negro norte-americano, Loïc Wacquant diz que:

O gueto negro norte-americano, o único que veio à luz do outro lado do Atlântico – os brancos de diversas origens, inclusive judeus, conheceram apenas *bairros étnicos*, de recrutamento essencialmente voluntário e heterogêneo, e que, mesmo miseráveis, sempre permaneceram abertos para o exterior por meio de pequenos canais de comunicação com uma sociedade branca norte-americana compósita -, representa a realização hiperbólica dessa lógica de dominação etnoracial imposta por um poder exterior. Nascido nas primeiras décadas do século passado sob o impulso das grandes migrações de negros dos estados do Sul, descendentes de escravos libertos, o gueto é uma forma urbana específica que conjuga os quatro componentes do racismo recentemente repertoriados por Michel Wieviorka – preconceito, violência, segregação e discriminação – e os imbrica numa mecânica de exclusão total. Sob a pressão implacável da hostilidade branca, endossada, quando não ativada, pelo Estado e expressa pelo uso rotineiro da violência física direta lançada sob a forma de agitações raciais assassinas, constitui-se então nesse espaço oprimido e inferior uma verdadeira cidade negra dentro da cidade, com uma rede comercial, seus órgãos de imprensa, sua vida política e cultural próprias.⁵⁴

Todos esses indicadores sociais negativos formaram as bases de um terreno fértil para o aumento de comportamentos desviantes que se confrontaram com a política da “lei e ordem” apregoada pelo Governo norte-americano e para designar os grupos que habitavam no gueto, bem como

mil habitantes apinhados em condições geralmente no limite da salubridade, abrigava ainda assim um denso tecido de empresas e associações, feiras, lugares de culto, guildas e até mesmo sua própria prefeitura, símbolo da relativa autonomia e de força comunitária de seus habitantes (WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 17,18).

⁵³ Idem. p. 25 e 26.

⁵⁴ Idem. p. 18 e 19.

associá-los à “desordem”, uma nova categoria foi inventada – alardeada principalmente pelos holofotes da mídia – a *underclass*. Em franca oposição aos quatro componentes que Ken Auletta atribuiu à *underclass*, Loïc Wacquant os considerou confusos, embora tenham norteado as ações políticas daquele tempo, sendo eles: “o pobre passivo”, “os criminosos de rua hostis”, “os gigolôs” e “os alcoólatras traumatizados, os vagabundos, as mulheres desabrigadas com suas sacolas e os doentes mentais soltos na rua”.⁵⁵ Evidente que a política penal-previdenciária promovida pelo Governo norte-americano, política essa que, ainda que tendo como base o correccionalismo que acreditava na recuperação dos sujeitos, começou a conflitar com os ideais e valores da elite branca americana, devido, segundo ela, ao falso discurso que representavam os custos dos benefícios ao orçamento.

Cumprе ressaltar que nos anos 1960 o movimento civil negro em busca de igualdade racial era uma realidade nos EUA e as lutas contra um sistema de justiça criminal que reprimia pelo encarceramento em massa exclusivamente a maioria negra, foram motivadas nas bases da política penal previdenciária. No entanto, as políticas do Estado paternalista e correccionalista não logravam êxito em baixar as altas taxas de criminalidade, uma vez que as reformas estruturais necessárias para promover a inclusão social das maiorias excluídas jamais se tornaram realidade. Assim, a seleção criminalizante, especialmente a secundária, recrutava para o cárcere uma maioria negra. A crise que se iniciaria especificamente nos anos 1970 seria crucial para a consolidação da “nova” economia em suas pretensões em nível global e, nesse sentido, é importante transcrever as linhas de David Garland a respeito do relatório do Partido Trabalhista do *American Friends Service Committee* que representou as primeiras críticas publicadas ao então Estado paternalista:

O relatório consubstanciava uma crítica completa do Estado de justiça criminal e da ideologia correccionalista que o sustentava. A “penalogia progressista” era criticada por seu paternalismo e hipocrisia, por sua fé ingênua de que a pena poderia produzir resultados úteis e por sua inclinação a impor “tratamento” num ambiente punitivo, com ou sem o consentimento dos criminosos. As teorias deterministas e métodos positivistas da criminologia

⁵⁵ Idem. p. 44-45.

correcionalista foram atacados, bem assim suas crenças de que a violação da lei penal era sintomática de patologias individuais e de que os costumes da classe média branca eram sinônimos de boa saúde social.⁵⁶

Nesse contexto, a opinião e pressão exercida por setores da sociedade passam a influenciar as políticas públicas de controle social e indiretamente compõem o sistema de justiça criminal, contribuindo, portanto, para a manutenção da realidade social e o declínio do Estado paternalista.

2.3 Os limites dos recursos econômicos estatais e o controle penal

O poder estatal voltado para uma política criminal correcionalista não tardou a reconhecer seus limites, uma vez que diante da realidade do controle social punitivo do Estado americano que, para garantir as condições para a expansão de seu projeto econômico, punia exclusivamente os pobres e negros. Contudo, as altas taxas de criminalidade típicas dessas categorias não baixavam. Questionamentos como as funções declaradas da pena em sua proposta reabilitadora e seu evidente fracasso contribuíram para causar o colapso do Estado previdenciário, e ideias como “nada funciona” impulsionaram as reações em prol dos movimentos progressistas. A essa questão e em harmonia com a “eficácia invertida” de Vera Regina Pereira de Andrade, Hirschman atribuiu três teses centrais ao fracasso das propostas reabilitadoras:

A tese da perversidade: o correcionalismo produz resultados perversos e não desejados. Ele torna o criminoso pior e não o inverso. Políticas de reabilitação provocam o aumento no crime e não sua redução. “O resultado é sempre o avesso”. *A tese da futilidade.* O correcionalismo sempre falhará. Não é possível reformar as pessoas ou produzir a mudança correcional. Os esforços de reabilitação são fúteis e desnecessários. “Nada funcionará”. *A tese do risco.* As práticas correcionalistas minam valores fundamentais, como a autonomia moral, os direitos do

⁵⁶ GARLAND, David. *Op. cit.* p. 147.

indivíduo, o devido processo legal e o princípio da legalidade. As políticas de reabilitação põem em risco os acalentados valores democráticos liberais. “A justiça está em risco”.⁵⁷

No contexto norte-americano, que não foi diverso do contexto político-penal inglês, a resposta à ruína do Estado paternalista e a necessidade de reagir a fim proteger o bem maior da sociedade, qual seja, o modo de produção capitalista, levaram a adotar políticas penais cada vez mais punitivas e excludentes. São marcantes nessa nova fase da modernidade as contradições entre a prosperidade econômica e a imensa desigualdade na distribuição de renda justa. As consequências dessas contradições refletiram-se rapidamente no crescimento vertiginoso das taxas de criminalidade e o crescente encarceramento, fundamentais para que – segundo os interesses da elite dominante – o Estado se conscientizasse de vez de suas limitações na utópica pretensão de conter o avanço dos índices de criminalidade. A prisão passa a representar um grande depósito de dejetos humanos e sua hiperinflação é bem demonstrada conforme o quadro abaixo elaborado por Loïc Wacquant.⁵⁸

	1975	1980	1985	1990	1995
Casas de detenção (cidades e condados)	138.80	182.28	256.61	405.320	507.044
Penitenciárias estaduais e federais	0	8	5		
	240.59	315.97	480.56	739.980	1.078.35
	3	4	8		7
Total encarcerado	379.39	498.26	737.18	1.145.30	1.585.40
	3	2	3	0	1
Crescimento em 5 anos	-	31,3%	47,9%	55,4%	38,4%

Os números acima, além de demonstrar a rápida expansão do arquipélago penitenciário nos EUA, revelam ainda que a preferência na seleção de sua clientela é essencialmente pelas minorias.⁵⁹ A realidade brasileira seguiu o modelo norte-americano e nos últimos dez anos dobrou o número de

⁵⁷ A. Hirschman. **The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy.** Cambridge-MA: Harvard University Press, 1991. *Apud.* GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea** (tradução: André Nascimento). Rio de Janeiro: Revan, 2008. p.168-169.

⁵⁸ WACQUANT, Loïc. **A ascensão do Estado penal nos EUA.** In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'Etat social à l'Etat penal. Discursos sediciosos. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002. p. 14.

⁵⁹ Nesse sentido, Loïc Wacquant, se referindo ainda aos estudos realizado na Casa de Detenção de Los Angeles em 1980: “Como é de se esperar, o grosso dos clientes da casa vem da base da pirâmide social: 46% são latinos e 33% negros, para somente 18% brancos, apesar de estes serem majoritários no condado” (Idem. p. 18).

habitantes nas penitenciárias, que, atualmente, segundo dados do Ministério da Justiça conta com 549.577 encarcerados distribuídos em 1.420 estabelecimentos penitenciários em toda a Federação.⁶⁰

2.4 O declínio do Estado previdenciário e a cultura do controle penal repressivo

Diante desse quadro, a reação estatal caminhou para a supressão das conquistas sociais até então praticadas na área de política criminal – cujo objetivo real era a proteção da força de trabalho –, passando a fortalecer todo o sistema de justiça criminal que, por sua vez, passou a reagir de forma violenta às formas de desvio. Os cortes do orçamento nas políticas assistencialista são drásticos, ao contrário dos crescentes investimentos para expandir o território carcerário. Gradativamente a resposta penal aos conflitos sociais passa a ser o princípio norteador da atuação estatal em políticas de governo que ao invés de solucionar os conflitos, suprimem-nos segundo os interesses da classe hegemônica do poder político e econômico.

A eleição do presidente Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher no parlamento inglês marcou, a partir dos anos 1980, a consolidação da política reacionária do controle social cuja repercussão se deu em nível mundial. Os princípios que regiam o Estado das duas principais potências mundiais eram “*controle econômico e liberação social*” que viriam a ser radicalmente invertidos para “*liberdade econômica e controle social*”.⁶¹ Inicia-se a fase de expansão do neoliberalismo, cuja ordem mundial no campo da ideologia do poder punitivo revelou-se “não tanto impedir o crime, mas estabelecer uma guerra sem tréguas contra os pobres e contra todos os marginalizados pela ordem neoliberal”.⁶² Loïc Wacquant chama a atenção para a conversão das classes dominantes que outrora apoiaram as políticas previdenciárias, mas, convertidas a nova ideologia neoliberal, propiciaram três

⁶⁰ Ministério da Justiça. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 18 de mar. 2013.

⁶¹ GARLAND, David. *Op. cit.* p. 217.

⁶² WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 102.

grandes mudanças na atuação do Estado, sendo elas: remoção do Estado econômico, desmantelamento do Estado social e fortalecimento do Estado penal.⁶³ A guerra às drogas iniciada por Ronald Reagan, demonizando tanto traficantes como usuários também foi a grande característica do início do neoliberalismo, característica essa que se espalhou pela América e Europa, perdurando na atualidade e, a que tudo indica, ainda por muito tempo.

A maior repercussão da política Reagan antidrogas foi a ainda maior repressão dos aparelhos estatais sobre as minorias étnicas da população, aumentando sua presença, principalmente nos bairros pobres. Os Estados Unidos que desde o início de projeção do saber criminológico pretenderam ditar as regras de controle social em nível mundial, especialmente patrocinando os principais eventos do saber do sistema penal, exerceu na Europa e, principalmente na Inglaterra, forte influência na era neoliberal em seu viés ideológico de “lei e ordem”.⁶⁴ Loïc Wacquant identificou três estágios de difusão da ideologia neoliberal nesse campo, assim resumidos: o primeiro refere-se à “fase de gestação, implementação e demonstração nas cidades americanas”. O segundo é o da fase de “importação-exportação” e o terceiro “consiste em aplicar uma cobertura de argumento científico sobre tais medidas”.⁶⁵ Projetando essas ideologias no cenário europeu, as consequências foram totalmente diversas das que ocorreram no cenário americano. A realidade de alguns conflitos existentes na Europa, principalmente aqueles referentes à imigração e que com conotação racial diversa da do cenário norte-americano, ao sofrerem a mesma forma de intervenção punitiva para manter o controle social característico do neoliberalismo, esbarraram nas múltiplas questões de identidades que envolvem as relações entre as nações que integram o continente europeu. Uma vez que o alvo da repressão punitiva é todo aquele cujos comportamentos desviantes afrontam a ordem estabelecida e, nesse sentido, a questão imigratória tem sido criminalizada no velho continente, a

⁶³ Idem. p. 96.

⁶⁴ Das primeiras sociedades de assistências – aparentemente criadas sob um viés humanitário – bem como do I Congresso Penitenciário Internacional realizado em Londres em 1872 aos inúmeros eventos internacionais que ditariam as regras de controle social legitimadas pelo saber penal ao longo dos séculos XIX e XX, conforme o aprofundado estudo de Rosa Del Olmo, os Estados Unidos da América sempre foi o principal promotor de tais eventos (DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004. p. 54 e 81).

⁶⁵ Ibidem. p. 97-98.

proximidade que a Europa tem com os Estados Unidos no campo do controle social revela, não só a unidade de reações na perseguição das minorias, mas também antagonismos que refletem os conflitos inerentes às diversas soberanias que lá atuam. Nesse ponto, conforme Dario Melossi, “é pois a questão da união política europeia que se transforma na questão central”,⁶⁶ com as devidas peculiaridades com que a nova política econômica mundial marcará as diretrizes da política criminal globalizada.

O neoliberalismo determina, nesse novo cenário, uma mudança radical na forma que os governos trataram as questões criminais, e a atuação do sistema de justiça criminal alterou-se profundamente após o fim das políticas previdenciaristas promovidas especialmente pelos EUA. Os discursos políticos eleitoreiros, bem como as concretas ações dos governantes eleitos passaram a depender do escrutínio da população e esta, guiada pelos interesses das elites dominantes, com o crucial apoio das mídias de massa, fizeram com que tais discursos apelantes ao populismo ilusório, na prática, agravassem ainda mais as questões sociais do controle social. O poder de comunicação da mídia revela-se como grande propagadora da legitimação da ideologia dominante nas consciências das massas, facilitando o controle e a dominação dos aparelhos repressivos do Estado, cujo ápice se deu com a política de tolerância zero promovida pelo seu mentor – Rudolph Giuliani – e aprimorada por meio das políticas de criminalização do risco. Outra evidência – à guiza do papel dos meios de comunicação, como aparato ideológico do Estado – que contribuiu para a queda do Estado que norteou suas políticas criminais na solução de conflitos, foi a concentração do poder midiático nas mãos de poucos, apesar dos inúmeros periódicos que tiveram curta existência em sua missão de propagar o medo mediante os acontecimentos eleitos como delituosos. Lola Aniyar de Castro, ao analisar o conteúdo das informações sensacionalistas que compõem as principais notícias dos jornais de massa, distinguiu-o em notícias de sexo, esporte e crime.⁶⁷ Prossegue a criminóloga latino-americana afirmando que as distorções da mídia “orienta a possibilidade de que as

⁶⁶ MELOSSI, Dario. **A imigração e a construção de uma democracia europeia.** In: BORDIEU, Pierre (Org.). *De l'Etat social à l'Etat penal. Discursos sediciosos.* Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002. p. 102.

⁶⁷ ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. p. 207.

peças incorporem um maior ou menor grau de insegurança, especialmente quando se trata de informações sobre delitos”,⁶⁸ legitimando, assim, ações autoritárias do Estado, confirmadas pela aceitação da opinião pública. Os protagonistas dessas ações, segundo Garland, envolvem principalmente as figuras dos atores políticos e administrativos, ambos guiados por valores e interesses diferentes. Ao se referir aos políticos, especificamente aos ministros e secretários de Estado, a eles assim se referiu:

Estes se situam no contraditório ponto entre os domínios políticos e administrativos – comandam um departamento e são responsáveis por suas ações; são autoridades que devem representar a política para o público e seu partido, bem como disputar futuras eleições.⁶⁹

Já ao se referir aos administradores destaca que o compromisso destes com os processos internos inerentes às suas funções não são guiados por compromissos eleitoreiros, preocupando-se mais com a eficiência da organização. O trecho abaixo melhor esclarece:

O administrador pode e deve focar nos interesses de uma única organização, orienta-se de acordo com um horizonte de tempo mais longo e opera a partir de uma distância maior da imprensa e do escrutínio público. Dados estatísticos, gerenciamento de recursos e análises de custo/benefício são os requisitos da administração institucional. O administrador possui uma compreensão mais realista dos processos e impactos da organização e acesso mais direto à informação sobre custos e consequências. Sua preocupação primária é com a área de atuação da organização. Opinião pública, posições políticas e preocupação apaixonada com casos atípicos são distrações perturbadoras para a missão principal.⁷⁰

Embora contendo conotação idealista, uma vez que é conhecida a forte influência dos governantes na condução das políticas públicas, sempre tendo em vista aos objetivos partidários, considerando que os administradores cumprem a rigor a missão delineada pelas plataformas de governo, no âmbito

⁶⁸ Ibidem, p. 208 e 217.

⁶⁹ GARLAND, David. *Op. cit.* p. 252.

⁷⁰ Ibidem. p. 251-252.

da justiça criminal acabam por cumprir de forma satisfatória as prioridades do Estado e, indiretamente, das diretrizes do neoliberalismo.

Diante do até aqui exposto, a forma de execução do projeto neoliberal no campo do controle social consiste em adaptar as exigências que a pós-modernidade dita como ideologia de proteção das relações sociais capitalistas, e, também, consolidar as formas de inserção dos sujeitos no mercado de consumo.⁷¹ O novo homem objeto e ao mesmo tempo alvo do controle é aquele que, segundo o grau de inserção no mercado de consumo, será ou não digno da tutela penal. Nesse sentido, em completo antagonismo com a nova ideologia da economia neoliberal e em franca oposição com a antiga política de Estado providenciarista, o *status* social do sujeito passa a ser o referencial oculto de projeção da criminalização secundária e o sujeito criminalizado é segundo a nova ordem socioeconômica vigente. Assim, completamente submetido às exigências da pós-modernidade, conforme Zygmunt Baumann, esse homem mercantiliza sua moral, ora consumindo, ora sendo consumido pelo mercado de consumo,⁷² porém, de acordo com sua posição social e sua capacidade de consumo, terá maiores ou ínfimas possibilidade de ser criminalizado.

Ainda no que concerne às principais decisões políticas relacionadas ao controle penal, Garland propõe seis formas de respostas de adaptação, sendo elas tematizadas como:

- 1ª) profissionalização e reconciliação da justiça: priorizando os custos da justiça criminal;⁷³

⁷¹ A essa nova forma de adaptação do controle social e sua forma de atuação diz Garland: “Ao longo do tempo, nossas práticas atinentes ao controle do crime e à realização da justiça tiveram que se adaptar a uma economia cada vez mais insegura, que marginaliza setores substanciais da população; uma cultura de consumo hedonista, que combina amplas liberdades pessoais com controles sociais relaxados; a uma ordem moral pluralista, que luta para criar relações de confiança entre estranhos que pouco tem em comum; a um Estado “soberano”, que é crescentemente incapaz de regular uma sociedade de cidadãos individualizados e de grupos sociais díspares; e às cronicamente elevadas taxas de criminalidade que coexistem com o baixo grau de coesão familiar e de solidariedade comunitária. O caráter inseguro e arriscado das relações sociais e econômicas atuais constitui a superfície social que propicia uma nova preocupação, mais enfática e exacerbada, para com o controle, bem como a urgência com a qual segregamos e excluimos” (Idem. p. 414-415).

⁷² BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 74 e 76.

⁷³ Idem. p. 254-257.

2ª) comercialização da justiça: considerando a expansão do sistema prisional, bem como o reconhecimento dos limites do Estado em controlá-lo, as parcerias entre o público e privado passam a ser uma realidade na administração carcerária;⁷⁴

3ª) restrição da criminalização: com ênfase no efeito redutor; processo de descriminalização, principalmente na seleção criminalizante secundária;⁷⁵

4ª) redefinição do êxito: afirmação da função especial negativa da pena;⁷⁶

5ª) concentração nas consequências: concentração nos efeitos danosos do crime, voltando-se para a vítima e o sentimento de insegurança causado pelo do medo do crime;⁷⁷

6ª) realocando e redefinindo responsabilidades: compartilhamento da responsabilidade pelo controle do crime; participação comunitária como solução; estratégias de responsabilidades; repartição de poderes.⁷⁸

A última resposta de adequação aponta duas dimensões nesse processo de distribuição de atribuições do monopólio estatal do controle social na área punitiva. A primeira apresenta uma dimensão aparente declarada num discurso encobridor de seus verdadeiros objetivos.⁷⁹ Vejamos:

A nova estratégia do Estado não é comandar e controlar, mas persuadir e alinhar, organizar, assegurar que outros atores façam a sua parte. Proprietários, moradores, logistas, industriais, engenheiros, autoridades escolares, funcionários de transporte, empregadores, pais, cidadãos – a lista é interminável – devem ser levados a reconhecer sua responsabilidade nesta matéria. Eles devem ser convencidos a exercer seus poderes informais de controle social e, se necessário, a modificar suas práticas

⁷⁴ Ibidem. p. 257-259.

⁷⁵ Ibidem. p. 259-262.

⁷⁶ Ibidem. p. 262-264.

⁷⁷ Ibidem p. 264-

⁷⁸ Ibidem. p. 267-274.

⁷⁹ A referência a uma dimensão aparente aqui empregada diz respeito à definição adotada por Juarez Cirino dos Santos ao distinguir os objetivos declarados dos objetivos reais do Direito Penal (SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 4 e, ainda, **A criminologia radical**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006. p. 42).

habituais, de modo a ajudar a reduzir as oportunidades criminosas e aperfeiçoar o crime.⁸⁰

A segunda dimensão expõe os reais objetivos do discurso aparente de distribuição de poderes, evidente nas linhas de David Garland:

A motivação por trás destas estratégias de “responsabilização” não é o puro e simples alívio de funções estatais problemáticas, embora a divisão de responsabilidades seja claramente uma estratégia atraente para as autoridades da justiça criminal que buscam evitar a culpa pelas limitações de suas instituições. Nem é simplesmente a “comutação” ou a “privatização” do controle do crime, conquanto o desiderato de reduzir os gastos públicos certamente seja um fator e um dos efeitos desta estratégia consista em estimular o mercado já crescente da segurança privada. Ao contrário de tudo isto, a motivação é uma nova concepção de exercício de poder no campo do controle do crime, uma nova forma de “governar à distância” que introduz princípios e técnicas de governo que, a esta altura, já estão bem sedimentadas em outras áreas da política econômica e social.⁸¹

As possibilidades de participação indireta de outros entes além do Estado no controle penal aumentaram ainda mais a repressão contra as minorias sociais dominadas, porém, foi sobre a população negra – sofredora de um triplo estigma – ⁸² que as ações se voltaram com maior intensidade, principalmente durante as afirmações punitivas no cumprimento de pena. A prisão que antes não funcionava, nos tempos de neoliberalismo passa a funcionar de maneira eficiente em seu objetivo de cumprir suas funções reais. Assim sendo, a política de tolerância zero dos anos 1990 promovida em Nova Iorque reprimiu essencialmente pobres e negros nos guetos das subclasses e, como delineado por Loïc Wacquant, a técnica que se tornou seu símbolo foi:

⁸⁰ Ibidem. p. 272.

⁸¹ Ibidem. p. 274-275. Conforme a nota de citação sob n. 64 em referência a este trecho mencionado, o autor, em menção à J. Kooiman, informa que a participação de outros entes no controle do crime mais tarde revelou-se frustrada.

⁸² Segundo Wacquant, o estigma aparece sob três formas: “moral (infringindo a lei, são banidos da cidadania), de classe (são pobres em uma sociedade que venera a riqueza e concebe o sucesso social como resultado do esforço individual) e de casta (são majoritariamente negros, saídos então de uma comunidade desprovida de “honra étnica)” (WACQUANT, Loïc. **A ascensão do Estado penal nos EUA**. In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'Etat social à l'Etat penal. Discursos sediciosos. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002, p. 35-36).

“parar e revistar”.⁸³ Parar e revistar os bodes expiatórios – objetos do controle penal – símbolos da expiação pela culpa de todos. No entanto, reconhecidos os limites do Estado em controlar e vigiar a totalidade da população, e, diante dessa limitação, a busca de uma distribuição de funções – seja terceirizando, seja privatizando funções de poder repressivo – entre os membros da sociedade, uma nova forma de controle opera silenciosamente, porém com eficácia, cuja racionalidade se ajusta às novas tecnologias da modernidade, conforme pensamento profundamente pesquisado por Foucault. As funções punitivas mostram-se articuladas com a participação de instituições deslegitimadas a exercer o monopólio do poder punitivo, mas indiretamente legitimadas a controlar e vigiar as ações do homem pós-moderno, de modo a diferenciar aqueles que estão inseridos nos processos de circulação da vida material, daqueles que sequer estão inseridos como objetos que impulsionam a vida material.⁸⁴ Nos dias atuais, esse sistema silencioso e bem articulado de autocontrole, de gestão total do espaço comum e em algumas situações até do privado e íntimo, está muito bem sintetizado no pensamento de Alessandro De Giorgi, quando discorre sobre o controle disciplinar para além do cárcere. O autor afirma que as novas políticas de controle “alimentam uma geografia social totalmente independente dos comportamentos individuais (ausência de uma norma), preparada para a segregação e a contenção de classes de indivíduos definidas pelo *status*”.⁸⁵

⁸³ WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 100.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XVI e XVII.

⁸⁵ Ainda antecedendo o trecho citado, De Giorgi pontua: “Não mais simplesmente teatro do controle, a cidade torna-se agora, ela mesma, um regime de práticas de controle. A arquitetura urbana não se limita a tornar possível a vigilância, segundo o modelo foucautiano da cidade punitiva, mas sim se transforma, ela mesma, em dispositivo de vigilância, modalidade de uma repressão que se exerce, ainda uma vez, não mais sobre os indivíduos singulares, mas sobre classes inteiras de sujeitos” (DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. p. 102 e 103).

2.5 As novas formas de controle social na pós-modernidade

A realidade demonstra que o controle penal monopolizado pelo Estado teve que se adaptar à nova forma de vivência do homem na sociedade pós-moderna. Uma rede de controle total foi construída para dominar a vida de todos os membros da sociedade. Passado décadas após o início da expansão territorial do sistema prisional em todo o mundo, o crescimento das taxas de criminalidade faz parte da realidade, parecendo ser um fato social normal no cotidiano das grandes cidades. Atualmente, o sentimento coletivo de insegurança nas grandes capitais – alardeados ou não pelos meios de comunicação – já se tornou rotina e se incorporou ao cotidiano de todos, banalizando a violência e tornado cada vez mais distante a possibilidade de um dia haver laços de solidariedade entre as pessoas. A delinquência continua a desempenhar um papel relevante na sociedade ao ser fundamental para a manutenção do sistema de justiça criminal, bem como por ser o grande alicerce que movimenta uma milionária indústria que cresce constantemente, batendo suas metas de acordo com o aumento das taxas de criminalidade. Evidente que tal realidade influencia a inclusão/exclusão no mercado de trabalho de sujeitos provenientes das classes sociais fragilizadas no processo de inserção/ascensão social. Bens sociais negativos típicos das populações pobres reforçam os estereótipos dos potenciais criminosos, motivados pelas meta-regras e idiosincrasias dos operadores do direito que contribuem para a manutenção do sistema social e, ainda, para que a repressão penal se concentre nas camadas pobres da sociedade. A função relevante que o crime e o criminoso desempenham é fundamental para a manutenção de toda uma rede de interesses dentro da sociedade que, tendo sido transformada pelas relações de consumo, coisificou o homem ao mesmo nível das mercadorias, sendo estas, porém, mais valorizadas que o protagonista que as cria.

O estudo dessa nova realidade do controle penal em que mergulha a sociedade pós-moderna instiga várias indagações que envolvem como ponto central das controvérsias as contradições das funções da pena, a comercialização do controle penal, as demandas do público, os resultados e

consequências dos arranjos do controle do crime, os limites da proteção privada e as consequências do encarceramento. Todas aquelas proposições que David Garland expõe na conclusão de umas das obras que norteou o presente capítulo, podem ser bem sintetizadas nas seis indagações que ele formula na tentativa de explicar as raízes sociais do controle do crime,⁸⁶ cuja resposta depende de um ajuste da estrutura social da sociedade pós-moderna e a resposta política aos problemas específicos do controle penal. Ambas as possibilidades, segundo a compreensão do Estado como aparelho ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo, se ajustam e correspondem às reais necessidades das relações sociais capitalistas. Analisar o lugar do cárcere diante deste contexto histórico, sob a consciência do papel do Estado, bem como dos pressupostos que o legitimam e garantem sua atuação, permite estabelecer as condições necessárias para compreender a realidade das afirmações punitivas durante o cumprimento da pena criminal.

3 A FUNÇÃO DO CÁRCERE COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

Do Estado social de direito à progressiva consolidação de um Estado penal de direito, percebeu-se que, para além dos discursos legitimadores da atuação do direito como saber garantidor das desigualdades sociais, a função do cárcere, igualmente, ocupou posição distinta conforme o momento histórico-social da sociedade. Sempre tendo a economia como a base de suas políticas

⁸⁶ 1ª) “Por que a prisão deixou de ser uma instituição desacreditada, condenada à abolição, e se tornou um pilar cada vez mais indispensável da vida social pós-moderna?; 2ª) Por que os governos adotam, tão rapidamente, soluções penais para lidar com o comportamento de populações marginalizadas, em vez de cuidarem das fontes sociais e econômicas de sua marginalização?; 3ª) Por que fizemos tantos investimentos em segurança privada e criamos mercados tão prósperos em matéria de comercialização do controle? 4ª) Por que a ênfase agora se direciona à prevenção situacional do crime e não mais aos programas de reforma social que dominavam o campo*?; 5ª) Por que a imagem da vítima sofredora agora é tão central para a questão do crime e para as nossas respostas a ela? Finalmente, 6ª) por que as políticas contemporâneas se assemelham tanto às políticas antiprevidenciárias que surgiram exatamente no mesmo período?” * O termo “campo” empregado pelo autor refere-se ao inter-relacionamento numa estrutura diferenciada e tenuamente ligada dos discursos criminológicos, as práticas de controle do crime e as instituições da justiça criminal, conforme p. 68 da obra citada (GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea** (tradução: André Nascimento). Rio de Janeiro: Revan, 2008. p.422-424).

de controle social, o Estado fez uso de mecanismos tanto internos quanto externos de controle, em que suas instituições, como já visto, exerceram papéis distintos, tanto hierárquica quanto funcionalmente no controle social. O fracasso do Estado previdenciarista contribuiu para que novos objetos de interesse no controle social influenciassem nas formas do Estado exercer o poder punitivo. Diante desse novo cenário mundial, em que o capitalismo já consolidado e em plena expansão e domínio mundial passa, a partir dos anos 1970, a construir as bases econômicas que possibilitariam as políticas neoliberais de governo, o cárcere assume seu papel de instituição vital para a manutenção do poder do Estado no que tange ao controle das massas populacionais. Da finalidade de detenção provisória exercida na Idade Média, quando a prisão era o local onde se aguardava a futura punição, devido às transformações da economia e de seus novos interesses, utilidades foram empregadas nas finalidades da prisão. A respeito desse processo de transição do modelo econômico capitalista e os novos interesses nas formas de controle social, Rosa Del Olmo fez a seguinte análise:

O processo de transnacionalização do capitalismo teve conseqüências que se manifestaram em muito poucos anos, nas crises agudas da década de 70. Isto, por sua vez, tinha conseqüências no campo do controle social. Não se deve esquecer a relação dialética entre as mudanças no sistema social geral e as transformações do aparelho de controle social, evidenciadas ao longo desta exposição sobre os interesses desse controle social. Constatamos, então na presente década uma reformulação dos fatos que deviam ser objetos desse controle social, assim como uma mudança na forma pela qual se deve implementar esse controle.⁸⁷

A autora, em profunda reflexão sobre os eventos internacionais que discutiram as finalidades dos mecanismos de controle social mediante a legitimação dos saberes penais – que tiveram seu marco inicial com o I Congresso Penitenciário Internacional realizado em Londres em 1872 –,

⁸⁷ DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004. p. 141-142.

compreende esse fenômeno como realidade global.⁸⁸ Não é de se estranhar que a realização de tais eventos caminhou concomitantemente com o próprio processo evolutivo do capitalismo que, em torno dele, construiu ideologicamente diversos mecanismos de controle social que possibilitassem sua consolidação mundial. Alguns elementos das estruturas desse projeto mundial de controle social revelaram-se primordiais para o seu êxito, sendo que, dentre eles, a disciplina das massas sob o controle do Estado caracterizou-se como aquele que seria objeto de particular interesse. Programas de controle social tiveram como base o fortalecimento das ideologias de disciplina e obediência sobre determinados indivíduos pertencentes a determinada classe social, sobre a qual recaiu o aparato repressivo do poder estatal.

O início deste trabalho foi marcado por considerações a respeito do fundamento do poder ideológico do Estado, bem como pela forma que estabelece no Estado esse poder pela via da dominação. Segundo Ana Lucia Sabadell, “o controle social está intimamente relacionado com os conceitos de ‘poder’ e de ‘dominação política’, que criam determinada ordem social e integram os indivíduos nela”.⁸⁹ O cárcere no âmbito das instâncias de atuação do controle social, encontra seu lugar dentro de um sistema de justiça criminal. Sabadell classifica o exercício do controle social quanto ao modo, quanto aos destinatários, quanto aos agentes de fiscalização e quanto ao âmbito de atuação.⁹⁰ Quanto ao modo, tem por finalidade orientar e fiscalizar o comportamento das pessoas, podendo sua atuação ocorrer simultaneamente. O papel desempenhado aqui delineia-se na forma de aparato ideológico, conforme já exposto pelo pensamento de Althusser – é o segundo nível da superestrutura. No tocante aos destinatários, pode projetar-se sobre todos os membros da sociedade (forma difusa) ou somente sobre determinados grupos desviantes (forma localizada). Os agentes de fiscalização são instrumentos de

⁸⁸ Em outro momento de sua análise, Del Olmo percebe a necessidade de reformulação das finalidades do controle social pelo poder do Estado, considerando que os principais temas das pautas das reuniões internacionais foram “a descriminalização, a marginalidade, os delitos não-convencionais e, particularmente, as drogas; a violência e o terrorismo e prioritariamente os direitos humanos, seguindo a nova ideologia do controle social” (Ibidem. p. 151 e 154).

⁸⁹ SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 155.

⁹⁰ Ibidem. p. 156.

controle social que atuam por meio dos órgãos estatais (polícia, prisão, justiça) ou pela sociedade em geral (família, opinião pública, sindicatos). A última forma de classificação feita pela autora diz que o controle social poder ser exercido diretamente sobre os indivíduos ou indiretamente sobre as instituições sociais do Estado.⁹¹

Nesse mesmo percurso, Lola Aniyar de Castro compreende o controle social como “um conjunto de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, isto é, para a busca da legitimação ou garantia do consenso; ou, em caso de fracasso, para a submissão forçada dos que não se integram à ideologia dominante”.⁹² Aniyar de Castro declara como compromisso assumido pela criminologia da libertação – em face da realidade de atuação do sistema de justiça criminal, bem como diante da realidade do poder do Estado – “a tarefa central de resgatar a transparência do discurso sobre o controle social”.⁹³ Também trabalhando com os conceitos fundamentais de obediência e disciplina, a interação desses conceitos tem na base uma interação ainda mais complexa – educação-controle-consenso – e a diferenciação entre as finalidades ideológicas do modo de atuação do controle social, segundo a classe social sobre a qual ele se projeta. Vejamos a seguinte passagem do seu pensamento:

Se alguma coisa ficou demonstrada, foi que a interação dos órgãos do controle é quase perfeita. São quase inexistentes as contradições entre o que transmite essa unidade especialíssima da educação que é a família, ou a Igreja, ou a televisão, ou a literatura infantil etc., e as instituições de tratamento. A sistematização é, portanto, muito grande. (...) Não bastasse demonstrar a sistematização ideológica dessa educação-controle-consenso, seria suficiente analisar como funciona a sistematização orgânica das instituições da ordem disciplinar em todos os seus níveis: a escola, o exército, a prisão, os hospitais, o lazer, o transporte, o espaço de moradias. Por exemplo, assim como há escolas privadas para ricos e escolas de massa para pobres, há hospitais seletos para ricos e hospitais de massa para

⁹¹ Ibidem.

⁹² ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. p. 153.

⁹³ Ibidem. p. 166.

pobres, transporte de massa para pobres e individualizados para ricos. Isso no que se refere às instituições não compulsórias. Quanto às compulsórias (prisões e exército), são só para os pobres e, portanto, são de massa.⁹⁴

Um modelo de Estado que optou pelo exercício de seu poder punitivo mediante a verticalização da projeção das atribuições de suas instituições voltadas para a disciplina de grupos específicos, confirma a opção política para a reprodução da realidade social da sociedade dividida em classes.⁹⁵ A realidade da transição da economia analisada no início do capítulo anterior exigiu do projeto burguês de controle social por meio de um de seus mecanismos – a prisão – uma nova estratégia para disciplinar e dominar a grande massa de excluídos das relações de produção e circulação da vida material. O postulado ideológico da defesa do bem comum excluiu de seus ideais os detentores da força de trabalho, e, os portadores do capital e de seus modos de produção necessitariam de um mecanismo de controle e defesa de seus interesses que representasse uma resposta repressiva legitimada por um discurso de igualdade e liberdade. Da igualdade de todos perante a lei e a liberdade para pactuarem entre si, as relações decorrentes da ficção do contrato social colocou no mesmo patamar as duas forças de movimento do modo de produção capitalista. Assim, percebe-se claramente que o projeto moderno do cárcere como meio de controle social nasce com a finalidade de proteger as relações decorrentes do modo de produção capitalista e excluir e isolar dessas relações qualquer ofensa ou risco/perigo de lesão de seu principal objeto de proteção: as relações de produção/circulação da mercadoria.

Sob esses postulados e, distanciando-se das bases positivistas que alicerçaram o direito como garante dessas relações desiguais, a vertente crítica

⁹⁴ Ibidem. 155-156.

⁹⁵ Zaffaroni e Batista concebem essa realidade pela perspectiva de uma dicotomia entre dois modelos ideais de Estado. De um lado, o Estado de Polícia exerce seu poder de forma vertical e autoritária, distribuindo a justiça segundo o interesse da classe social dominante e suprimindo os conflitos sociais mediante as funções declaradas da pena. Por outro lado, os ideais do Estado de Direito resolve os conflitos humanos por meio do exercício horizontal e democrático do poder que, distribuindo a justiça da maioria, se expressa como direitos humanos fraternos, ao contrário dos direitos meta-humanos paternalistas do Estado de Polícia (ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *et al. Direito penal brasileiro*. v. I. : teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 92-94).

do pensamento jurídico inicia uma radical mudança na forma de pensar as realidades do cárcere. Nesse sentido, a compreensão do Estado a partir da explicação marxista sobre ele, ou seja, compreendendo sua origem intrinsecamente com as razões de proteção das relações sociais capitalista e da propriedade, como já visto, permite que as contradições de classe resultantes do interesse material das classes antagônicas se possa explicar a prisão.⁹⁶ A reiteração de alguns pressupostos básicos a respeito da explicação do Estado, e do fundamento ideológico de seu poder, é importante neste ponto do trabalho, uma vez que, agora, objetivamos compreendê-lo a partir das especificidades de sua afirmação como forma de legitimar o lugar da punição, qual seja, a prisão. Assim, é oportuna a síntese de Richard Quinney sobre o Estado de classe:

Visto historicamente, o Estado capitalista é o produto natural de uma sociedade dividida em classes econômicas. Somente com a emergência de uma divisão do trabalho baseada na exploração de uma classe por outra, e com o rompimento da sociedade comunal, houve a necessidade do Estado. A nova classe dominante criou o Estado como um meio para coagir o resto da população dentro da submissão econômica e política.⁹⁷

Assim sendo, a compreensão moderna do cárcere nasce – assim como o Estado – em torno do interesse de proteção das relações sociais capitalistas, e a partir dele, mediante as reais intenções de disciplina da classe trabalhadora, o Estado exerce o poder punitivo cerceando a liberdade do sujeito que ofende bens jurídicos penalmente tutelados, segundo os critérios adotados pela classe dominante. A submissão econômica e política à qual se refere Quinney é perfeitamente entendida como consequência da desigualdade nas relações de trabalho entre os sujeitos das classes sociais em suas respectivas posições, em que a retribuição desigual nas relações de trabalho

⁹⁶ “Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002. p. 166).

⁹⁷ QUINNEY, Richard. **O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal**. In: **Criminologia crítica**. TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Traduzido por Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. p. 243.

oculta a expropriação de mais-valia e revela o cárcere com os ideais capitalistas da fábrica.⁹⁸

O lugar do cárcere nos mecanismos de controle social está inserido como elemento de violência institucional, como aparelho de repressão criminal,⁹⁹ em que, o critério estabelecido pelo projeto burguês de retribuição pelo crime cometido é o tempo. O tempo, portanto, representa o valor de troca equivalente à mercadoria nas relações sociais capitalistas. O real significado do direito penal como instância da superestrutura em defesa do domínio de classe a legitimar a troca equivalente, bem como da pena mensurada pelo tempo como equivalente ao tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, a seguir está sintetizado nesta passagem do pensamento de Pasukanis:

Os delitos e as penas tornam-se, assim, o que são, isto é, revestem um caráter jurídico, com base num contrato de resgate. Enquanto se conservar esta forma, a luta de classes efectiva-se através da jurisprudência. Inversamente, se este princípio da relação de equivalência desaparece, a própria denominação de <<direito penal>> perde todo o significado. O direito penal é, deste modo, uma parte integrante da superestrutura jurídica, na medida em que incarna uma modalidade dessa forma fundamental, à qual está submetida a sociedade moderna: a forma da troca de equivalentes com todas as suas consequências. A realização destas relações de troca, no direito penal, é um aspecto da realização do Estado de direito como forma ideal das relações entre os produtores de mercadorias independentes e iguais que se encontram no mercado. (...)

A pena proporcionada à culpabilidade representa fundamentalmente, a mesma forma que a reparação proporcionada ao dano. É a expressão aritmética que sobretudo caracteriza o rigor da sentença: tantos e tantos dias, meses, etc.,

⁹⁸ PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 163-183. Apud. SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 474-475.

⁹⁹ Como um dos elementos que constitui o sistema de justiça criminal, “os aparelhos de repressão criminal são a polícia, a justiça e a prisão, cuja conjugação constitui o sistema punitivo nos seus aspectos investigatório-detentivo (polícia), analítico-condenatório (justiça) e repressivo-punitivo (prisão)” (SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984. p. 115).

de privação de liberdade, multa de tal e tal montante, perda de tais ou tais direitos, etc. A privação de liberdade por um tempo determinado através da sentença do tribunal é a forma específica pela qual o direito penal moderno, isto é, burguês-capitalista, realiza o princípio da reparação equivalente. Esta forma está inconscientemente, mas profundamente, ligada à representação do homem abstracto e do trabalho humano abstracto mensurável pelo tempo. Não foi por acaso que esta forma de pena foi introduzida e foi considerada como natural precisamente no século XIX, ou seja, numa época em que a burguesia pôde desenvolver e afirmar todas as suas características.¹⁰⁰

Assim, a finalidade do cárcere e seu lugar nos mecanismos de controle social é sinônimo da própria finalidade da punição, representando, portanto, a base da construção da teoria dogmática da pena e seus reais objetivos como lugar nas instâncias de poder.

Juarez Cirino dos Santos, ao analisar o processo de transição da prisão de instituição marginal ao sistema penal à forma principal de castigo na sociedade capitalista – destacando seus objetivos segundo os modelos de Gand, Gloucester e Filadélfia, e, ainda, destacando as concepções da instituição carcerária a partir de autores precursores da vertente crítica da Criminologia¹⁰¹ –, interpreta e tece considerações sobre como Michel Foucault concebeu a instituição carcerária. A interpretação a seguir mencionada permite a compreensão da lógica de transição da forma de aplicação da punição que, do corpo dos indivíduos, passou a recair sobre o seu tempo de liberdade.

No estudo de Foucault, a dinâmica da ‘representação’ funciona como mecanismo de poder: a pena, como ‘sinal transparente do crime’, reduz a atração do crime; a modulação temporal da pena (o tempo como ‘operador’ da pena), ajusta o castigo ao crime; enfim, a circulação social da pena influi sobre todos os ‘culpados

¹⁰⁰ PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 196 e 202.

¹⁰¹ Nesse sentido, cumpre destacar que o precursor do pensamento criminológico crítico no Brasil sistematiza sua obra a partir da teoria materialista/dialética marxista, para analisar criticamente todo o fenômeno da teoria do fato punível e da pena. O percurso histórico do autor segue a partir da obra de Pasukanis (*A teoria geral do direito e o marxismo*, de 1924), segue com Rusche e Kirchheimer (*Punição e estrutura social*, de 1939), Melossi e Pavarini (*Cárcere e Fábrica*, de 1975), Foucault (*Vigiar e punir*, de 1977) e se consolida com Alessandro Baratta (*Criminologia crítica e crítica do direito penal*, de 1986).

potenciais'. Em síntese, a publicidade da pena promove a aprendizagem social, agindo como elemento de instrução capaz de inverter a narrativa popular do *criminoso herói* para o *criminoso inimigo social*. A Pesquisa de Foucault mostra como o projeto de reformar idealiza a 'cidade punitiva', um conjunto de *teatros de castigo* nos jardins e praças, oficina e encruzilhadas, com placas, cartazes e textos: a eloquência 'visível' da pena reproduz a lição do castigo na fala do povo, promovendo a 'recodificação individual' dos criminosos potenciais, além de sua 'requalificação pessoal' como sujeitos de direito (Foucault, 1977, p. 94-102).

Entretanto, prevalece o *aparelho carcerário* com suas técnicas de *coerção* e seu poder exclusivo de *gestão da pena* – e não o projeto da 'cidade punitiva', com seus teatros de castigo: não é a requalificação do indivíduo como 'sujeito de direitos', mas a reconstituição do 'sujeito obediente' (às ordens, às regras, à autoridade) da instituição carcerária, que se institucionaliza na moderna sociedade capitalista. A transição da *força do soberano*, com a cerimônia do castigo e o inimigo vencido, não é para o *corpo social*, com a representação e o sujeito requalificado, mas para o *aparelho administrativo*, com a disciplina do corpo e a submissão total do sistema carcerário (Foucault, 1977, p. 112-16).

Na verdade, é a necessidade de *disciplina* da força de trabalho, na sua formação e adequação aos processos produtivos, promovida pela especificidade do *panóptico*, como dispositivo de disciplina e princípio da nova política do poder, que explica a evolução da prisão, de aparelho marginal ao sistema penal para a posição de *instituição central* do controle social na sociedade capitalista. Os fundamentos materialistas da contribuição de Foucault, que apresenta a *disciplina* como ideologia de controle social, são desenvolvidos por Melossi (1979, p. 90-99), Melossi&Pavarini (1977, 67-76, Lea (1979, p. 76-89) e outros teóricos radicais, com base nas necessidades dos processos produtivos e de *controle e reprodução* da força de trabalho.¹⁰²

A função ideológica que a disciplina que recai sobre o corpo do indivíduo punido exerce sobre os demais membros da sociedade tem a real finalidade de

¹⁰² SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2006. p. 76-77.

produzir novos sujeitos capazes de se ajustar às formas de produção do modo capitalista. Nesse sentido, é a mercadoria o objeto para o qual se voltam as reais necessidades de transformação desse novo sujeito. O cárcere transforma-se, portanto, no local em que os sujeitos submetidos à nova forma de punição – a pena privativa de liberdade – serão transformados a fim de atender às necessidades do mercado de trabalho que, ao tempo da transição do feudalismo ao mercantismo e deste ao capitalismo industrializado, exigiu novas formas de punição ideologicamente construídas segundo as exigências do modo de produção capitalista. Da extinção das penas corporais, à instituição da pena de trabalhos forçados e desta para a pena privativa de liberdade, bem como os métodos de preservação/destruição da força de trabalho, neste trabalho já mencionados por intermédio de Rusche e Kirschheimer, a finalidade da punição sempre foi voltada aos objetivos específicos das necessidades do mercado. A essas necessidades o Estado sempre adequou os modos de controle social por meio do sistema penal, instituindo o cárcere como aparelho disciplinar em suas características atuais, como aparelho ideológico central da sociedade capitalista. O projeto burguês de domesticação e transformação pessoal dos punidos pelo sistema de controle social, no entanto, voltou-se, exclusivamente aos excluídos das formas de aquisição da propriedade e que sobre esta projetavam ameaça. No curso desse processo, não somente a ameaça dos excluídos deveria se projetar sobre a propriedade, mas também sobre os processos de produção e circulação de mercadoria. Na realidade, dado o fator principal que definia e ainda define a forma de seleção dos indivíduos para serem domesticados e disciplinados pelo cárcere, qual seja, a posição social perante as relações sociais capitalistas, o cárcere é transformado em local do cumprimento de finalidades para além dos objetivos punitivos, reflexo da distinção entre proprietários e não proprietários.¹⁰³ O modelo arquitetônico de Jeremy Bentham contribuiu crucialmente para a projeção da disciplina e vigilância para além do cárcere, ou seja, para as

¹⁰³ Conforme a explicação de Melossi e Pavarini, “o cárcere – em sua dimensão de instrumento coercitivo – tem um objetivo muito preciso: a reafirmação da ordem social burguesa (a distinção nítida entre o universo dos proprietários e o universo dos não proprietários) deve educar (ou reeducar) o criminoso (não-proprietário) a ser *proletário socialmente não perigoso*, isto é, ser não-proprietário sem ameaçar a propriedade” (MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica** – as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. p. 216).

demais instituições totalitárias de controle social. Lola Aniyar de Castro formulou a seguinte comparação sobre essa questão.

O que impressiona na amplitude dos objetivos aos quais se aplica, é que ela determina as relações entre elementos marginalizados que são aparentemente díspares. A vigilância, ou melhor, a supervigilância, representada na distribuição radial das celas reunidas em um controle central, está orientada para a organização do universo disciplinar dos marginalizados. Pobres, em casas para pobres, inabilitados para o processo produtivo (produção, consumo) em hospitais, asilos, hospitais psiquiátricos e escolas; presos nos cárceres. A representação gráfica da disciplina dentro das instituições totais permite assimilar todos os níveis de marginalização e imaginar um *panopticum* social no qual o núcleo de controle central fixado pelos interesses do processo de acumulação de capital, irradie para os diversos braços, que seriam, um, os presos; outro, os escolares; outro os pobres, outro, os loucos ou inválidos e assim sucessivamente. Com disse Foucault, o panóptico simboliza a possibilidade de “ver sem ser visto”.¹⁰⁴

À finalidade política, à qual se referiu Foucault, no sentido de (re) construção de corpos dóceis e úteis pela ação dos funcionários do Estado envolvidos nesse projeto de disciplinarização e domesticação do sujeito,¹⁰⁵ deve-se também incluir a finalidade do cárcere como local de inflicção de dor e sofrimento ao condenado, pois, sob o discurso legitimador da retribuição de culpabilidade, o Estado transforma o cárcere em instrumento da reprodução das desigualdades sociais. A forma com que a ideologia burguesa projetou seus interesses e valores nos meios de controle social sob a atuação e direção do Estado, tornando o direito um instrumento de dominação de classe e o cárcere o lugar de demonstração da hegemonia e do triunfo do poder da burguesia, permitiu que a realidade das formas de controle social – por meio da pena de prisão – demonstrasse que a finalidade real da pena, bem como da prisão, é a retribuição – seja pela retribuição equivalente nos termos da troca

¹⁰⁴ ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da reação social**. Tradução de Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983. p. 182-183.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrólis: Vozes, 1987. p. 244.

jurídica postulada por Pasukanis, seja pela retribuição de sofrimento e dor, desprovida de nenhuma utilidade, nos termos da filosofia.

Diante disso, o que essa realidade indica é o lugar do cárcere como instituição que “estaria na gênese da sociedade capitalista” em que “a relação fábrica/cárcere exprime a unidade contraditória do modo de produção capitalista, integrada pela estrutura econômica ou base material” das relações de interação das classes sociais capitalistas e garantidas pelas superestruturas capitalistas nas quais se assenta o Estado.¹⁰⁶ Do conflito estabelecido pela luta de classes, bem como pelo antagonismo de classe movido pela separação capital-trabalho assalariado, Juarez Cirino dos Santos emprega noções-chave sobre o tempo, como critério de troca jurídica, e a mercadoria, como objeto equivalente ao tempo, para definir a função da prisão, função essa sobre a qual se fundamenta o presente trabalho.

A função da prisão é o exercício do poder de punir, quantificando o valor de troca do tempo individual, a “forma salário” da privação de liberdade: o tempo, equivalente geral de troca do crime, é “mercadoria” de propriedade geral (bem jurídico comum) e, portanto, critério “ideal” de quantificação da pena. A prisão realiza, como aparelho jurídico, a “contabilidade econômica-moral” do condenado, deduzindo a dívida do crime na moeda do tempo, e como aparelho disciplinar, reproduz os mecanismos do corpo social para a transformação coativa do condenado.¹⁰⁷

As consequências da definição acima que, compromissada em estudar o sistema de justiça criminal a partir da realidade das relações sociais de produção e da reprodução político-jurídica da formação social,¹⁰⁸ permitem justificar a prisão segundo a ilusão do discurso da teoria jurídica da pena e da realidade do discurso da teoria criminológica da pena. Ao abandonar a lógica formal do discurso que até então satisfazia os interesses da classe burguesa – discurso este apregoado tanto pela lei, quanto pela elite intelectual que produz

¹⁰⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984. p. 153-154.

¹⁰⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2006. p. 80.

¹⁰⁸ Que são expressões do objeto geral da criminologia radical, conforme SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984. p. 60.

a doutrina segundo os interesses, os valores e as necessidades da burguesia – e produzir um discurso com base na realidade material dos modos de produção capitalista, torna-se possível desvelar as posições desiguais dos sujeitos dessa relação, desvelando, ainda, a desigualdade do direito burguês por meio de suas visíveis contradições.¹⁰⁹

3.1 A ideologia punitiva contemporânea e os meios de seleção criminalizante

Das contradições que a realidade da atuação do sistema de justiça criminal demonstra diante do lugar estrutural do cárcere como meio de controle social e os reais interesses de proteção jurídica legitimada pelos discursos produzidos pelo direito, há que se refletir entre os meios de seleção dos indivíduos sujeitos à punição e a real ideologia que determina as formas de criminalização. As frustrações que a ideologia do tratamento expôs no curso da transição do Estado Social para o Estado Penal – como já analisado – revelou mais que interesses em se expandir as formas de controle do Estado pelo encarceramento em massa. Revelou que o rigor punitivo do controle social do Estado mediante a ação conjunta do sistema de justiça criminal e demais formas de controle informais recairiam sobre determinados indivíduos pertencentes a determinada classe social. Historicamente percebe-se que o acesso aos bens positivos do Estado sempre foram usufruídos pelos integrantes da minoria detentora do poder político e econômico. Na marginal dessa fruição, integrantes de grupos étnicos discriminados usufruem não integralmente desses bens, mas de acordo com suas posições na escala socioeconômica, bem como com o grau de integração nos processos de produção e circulação das relações sociais capitalistas. Loïc Wacquant, ao

¹⁰⁹ Alessandro Baratta, por exemplo, ao afirmar a função do direito como garante das desigualdades sociais e analisar profundamente as contradições do direito penal segundo as ilusões do objetivo declarado, na análise sobre as pesquisas de Rusche e Kirchheimer, bem como de Foucault, reconheceu a vital importância da consideração dos elementos estruturais do sistema capitalista para a compreensão das instituições penitenciárias como meio de controle social, reduzindo os objetivos de transformação individual a mais pura ideologia (BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 190-196).

analisar o declínio do Estado do bem-estar social nos Estados Unidos da América, em estudo que demonstrou o extraordinário crescimento das taxas de encarceramento naquele país, associou o avanço do Estado Penal aos reais interesses de criminalização da pobreza. Como consequência dessa política, Wacquant asseverou:

As consequências do recuo do Estado caritativo não são muito difíceis de adivinhar. Desde 1994, depois de sólido crescimento econômico, o Bureau de Recenseamento americano anunciou que o número oficial de pobres ultrapassava os 40 milhões, ou seja, 15% da população do país, a taxa mais elevada do país. No total, uma família branca sobre dez e uma afro-americana sobre três (sobre)vivem abaixo da “linha de pobreza”, calculada segundo uma fórmula burocrática arbitrária que não leva em conta o custo efetivo de vida e é traçada cada vez mais embaixo: equivalente à metade da renda familiar média do país em 1965, ela não chega hoje em dia a um terço dela. [...] O desdobramento desta política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado opera segundo duas modalidades principais. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, consiste em transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das novas “classes perigosas”. [...] O segundo componente da política de ‘contenção repressiva dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento.¹¹⁰

A política de encarceramento em massa dos Estados Unidos, como visto, influenciou ideologicamente as formas de controle social em praticamente todos os países cuja economia se consolida e se expande mediante a exclusão dos pobres dos meios de produção e circulação do modo capitalista. Nesse sentido, o grau de inserção dos marginalizados no mercado de trabalho também é reflexo direto das respectivas posições que ocupam profissionalmente na economia. As condições determinantes da estrutura capitalista definem as necessidades de proteção de seus principais bens jurídicos de acordo com o risco que determinados indivíduos causam ao modo de produção capitalista. Assim, percebe-se que prevalece o interesse na proteção de bens jurídicos patrimoniais em detrimento da proteção do bem

¹¹⁰ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: F. BASTOS, 2001, Revan: 2003. p. 27-30.

jurídico *pessoa humana*. Em razão da posição dos setores privilegiados pertencentes às classes sociais hegemônicas, evidencia-se que estes não são afetados pela criminalidade violenta, por exemplo, crimes de homicídio. Determinados perfis que, segundo os meios de seleção criminalizante, são típicos de determinados sujeitos, passam a ser a diretriz na determinação dos alvos do controle repressivo.¹¹¹ No entanto, essa característica da seletividade do sistema de justiça criminal demonstra que a posição social do selecionado pelas agências de repressão é consequência da forma de definição da conduta criminalizada conforme a posição ocupada na pirâmide social.¹¹² As contradições que a posição social de um indivíduo selecionado pela prática de uma conduta eleita como criminoso e a ilusão da igualdade na função de proteção de bens jurídicos pelo Direito Penal estão demonstradas pela realidade do modo de atuação do sistema de justiça criminal. Juarez Cirino dos Santos, ao articular os reais interesses na proteção de bens jurídicos e os processos de criminalização segundo a posição social do autor com as variáveis de criminalização primária e criminalização secundária, afirma que:

A proteção das relações de *produção* e de *circulação* materiais da vida social abrange a proteção das *forças produtivas* (homens, tecnologias e natureza) e, assim, certos tipos penais parecem proteger bens jurídicos *gerais*, comuns a todos os homens, independentes da posição social ou de classe respectiva, como a

¹¹¹ Engajado na mesma linha de pesquisa e reconhecendo as condições estruturais da sociedade capitalista como determinantes para a consolidação das formas repressivas de controle social, De Giorgi nesta passagem de sua obra assim expõe sobre a posição social do sujeito alvo da repressão: “o recrutamento da população carcerária ocorre com base na identificação (mas melhor seria dizer “invenção”) das classes de sujeitos consideradas produtoras de risco, potencialmente desviantes e perigosas para a ordem constituída. Assim, não são mais tanto as características individuais dos sujeitos que constituem o pressuposto (e ao mesmo tempo o objeto) das estratégias de controle, mas sim aqueles indícios de probabilidade que permitem reconduzir determinados sujeitos a classes perigosas específicas. Isso significa, concretamente, que categorias inteiras de indivíduos deixam virtualmente de cometer crimes para se tornarem, elas mesmas, crime” (GIORGI, Alessandro De. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. p. 98).

¹¹² “As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da ‘população criminosa’ aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social (subproletariado e grupos marginais. A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o *status* de criminoso é atribuído” (BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 165).

vida, a integridade física e psíquica, a liberdade individual e sexual, a honra, a ecologia etc. Entretanto, a proteção desses valores *gerais* é desigual, como demonstra qualquer pesquisa empírica: a) titulares desses bens jurídicos pertencentes às classes ou categorias sociais hegemônicas são protegidos como *seres humanos*, os verdadeiros sujeitos da formação econômico-social; b) titulares desses bens jurídicos pertencentes às classes ou grupos sociais integrados nos processos de produção / circulação material como *força de trabalho* assalariada, são protegidos apenas como e enquanto *objetos*, ou seja, como energia necessária à ativação dos meios de produção / circulação e capaz de produzir valor superior ao seu preço de mercado: a *mais-valia*, extraída do tempo de trabalho excedente; c) titulares desses bens jurídicos pertencentes aos contingentes marginalizados do mercado de trabalho, *sem função* na reprodução do capital (a força de trabalho excedente das necessidades do mercado), não são protegidos nem como *sujeitos*, nem como *objetos*: são destruídos ou eliminados pela violência *estrutural* das relações de produção, ou pela violência *institucional* do sistema de controle social, sem consequências penais.

(...)

Seja como for, é no *processo de criminalização* que a posição social dos sujeitos criminalizáveis revela sua *função* determinante do resultado de condenação / absolvição criminal: a variável decisiva da criminalização secundária é a *posição social* do autor, integrada por indivíduos vulneráveis selecionados por estereótipos, preconceitos e outros mecanismos ideológicos dos agentes de controle social – e não pela gravidade do crime ou pela extensão social do dano. A Criminalidade *sistêmica* econômica e financeira de autores pertencentes aos grupos sociais hegemônicos não produz consequências penais: não gera processos de criminalização, ou os processos de criminalização não geram consequências penais; ao contrário, a criminalidade *individual* violenta ou fraudulenta de autores dos segmentos sociais subalternos, especialmente dos contingentes marginalizados do mercado de trabalho, produz consequências penais: gera processos de criminalização, com consequências penais de rigor punitivo progressivo, na relação direta das

variáveis de subocupação, desocupação e marginalização do mercado de trabalho.¹¹³

Assim, a aparência de igualdade na abstração da norma penal revela suas reais finalidades na concretude da norma penal, em que é visível que os destinatários da repressão normativa são aqueles indivíduos tidos como objetos de proteção penal de acordo com o lugar de integração no modo de produção capitalista.

Como consequência da mudança dos alvos de repressão de acordo com o desenvolvimento da economia capitalista, a ideologia do poder punitivo assumiu na contemporaneidade formas dissimuladas de criminalização, visto que da mudança do paradigma etiológico para o paradigma da reação social possibilitou-se a percepção das novas formas de construção das condutas desviantes e de seus autores.

Em que pese a ainda persistente influência da criminologia etiológica a determinar os processos de criminalização segundo as características ontológicas do sujeito,¹¹⁴ com o surgimento de um novo enfoque no estudo do método e do objeto da criminalização, o crime e a criminalidade passaram a refletir o resultado de construções sociais deles.¹¹⁵ George Mead foi o precursor dessa perspectiva em que, mediante interações simbólicas, os atores sociais representam papéis na sociedade que influenciam o comportamento

¹¹³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 11-13.

¹¹⁴ Como exemplo dessa influência, basta analisar os laudos elaborados pelos responsáveis pelas avaliações técnicas (exames criminológicos) nos processos de execução penal para progressão de regime prisional, em que o que se avalia não é o fato objeto do processo criminal em si, mas o interior da alma do avaliado. Daí o famoso termo adotado por Foucault: “ortopedistas da moral” (FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 13).

¹¹⁵ Baratta ao se referir à transição do paradigma etiológico para a perspectiva crítica da análise da criminalidade afirmou que: “Na perspectiva crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção de bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas” (BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 161).

dos demais.¹¹⁶ Com os estudos de Edwin Lemert sobre o desvio primário e secundário e Howard Becker sobre quem é o desviado,¹¹⁷ a teoria do etiquetamento – *labeling approach* – demonstrou que tanto o crime quanto o criminoso eram expressão do comportamento qualificado como tal, ou seja, resultado de uma realidade socialmente construída. Os meios de seleção criminalizante estão intrinsecamente ligados aos processos de criminalização, daí que o *labeling approach* assume uma perspectiva interacionista entre a conduta desviada e a forma de reação da sociedade a esta conduta. Segundo Albert K. Cohen, as regras institucionalizadas que estabelecem o sistema de criminalização, mesmo que imperfeitas, gozam de respeitabilidade diante de outras regras que não possuem esse *status*, sendo que todo aquele que se opõe a tais regras é tido como “estranho”.¹¹⁸ Howard S. Becker, por sua vez, utiliza “o termo ‘outsiders’ para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se, por isso, fora do círculo dos membros normais do grupo”.¹¹⁹ Demonstrar que o processo de criminalização é definido pela reação social da sociedade a determinadas condutas, segundo a teoria do etiquetamento, remete ao papel das agências de repressão ao selecionar e rotular quais condutas serão ou não objetos de sua intervenção.

Diante disso, o Estado estabelece as formas de criminalização em dois momentos. Primeiramente, a criminalização primária se dá num âmbito abstrato, em que o Estado legisla normas penais que discriminam condutas e cominam as respectivas penas. O segundo momento constitui a ação das agências de repressão que exercem concretamente o poder punitivo sobre determinados indivíduos, o que corresponde à criminalização secundária. Ocorre que a ação das agências de repressão não dá conta de realizar a ilusão estabelecida no plano primário de criminalização. A complexidade da ação do conjunto das agências de controle social – no qual estão inseridas as agências de repressão – demonstra que não há harmonia entre si, pelo contrário, os

¹¹⁶ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. p. 420.

¹¹⁷ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. p. 590-592.

¹¹⁸ COHEN, Albert K. **Transgressão e controle**. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais), 1968. p. 49.

¹¹⁹ BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. BECKER, Howard. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Revisão técnica de Karina Kuschmir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 27.

interesses que envolvem as ações específicas de cada uma delas as tornam concorrentes umas das outras. Conforme já visto, o lugar que ocupam as agências de repressão como aparelho ideológico do Estado – nos termos expostos em Althusser –¹²⁰ requer a compreensão do lugar das mesmas nas estruturas do sistema penal, e nesse ponto a explicação de Zaffaroni e Batista é oportuna:

A seletividade estrutural da criminalização secundária confere especial destaque às agências policiais (sempre tensamente condicionadas àquelas políticas e de comunicação). As agências judiciais limitam-se a resolver os poucos casos selecionados pelas policiais e, finalmente, as penitenciárias recolhem algumas pessoas entre as selecionadas pelo poder das agências anteriores. Isto demonstra ser a realidade do poder punitivo exatamente inversa à sustentada no discurso jurídico, que pretende colocar em primeiro lugar o legislador, em segundo o juiz, e quase ignora a polícia: na prática, *a polícia exerce o poder seletivo e o juiz pode reduzi-lo, ao passo que o legislador abre um espaço para a seleção que nunca sabe contra quem será individualizadamente exercida*.¹²¹

Além das agências que atuam no âmbito do sistema penal – policiais, judiciais e penitenciárias, compreendendo-as como aparelhos ideológicos de Estado podem-se reconhecer também aquelas que atuam informalmente, conforme a classificação adotada por Ana Lucia Sabadell, bem como em razão da expansão das formas de controle social, em que o Estado indiretamente distribui poderes de controle em virtude da impossibilidade de realização das propostas estabelecidas no plano abstrato de criminalização. Assim, atuam paralela e ideologicamente nas formas de controle social e criminalização instituições religiosas, escolares, familiares, culturais e instituições de informação.¹²²

¹²⁰ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 70.

¹²¹ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. v. I.: teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 51.

¹²² Conforme já sustentado em Louis Althusser e David Garland; ver notas n.º 34 e n.º 80.

O ponto crucial diante da complexidade de atuação dessas agências de controle é a situação de vulnerabilidade dos indivíduos diante do poder punitivo. Conforme já visto com Juarez Cirino dos Santos, a posição social do sujeito é fundamental para situá-lo no processo de criminalização. Assim, essa mesma posição social – *status social* – determina a condição de vulnerabilidade do sujeito. No entanto, a crítica criminológica vai além dos pressupostos que definem o *status social* do sujeito selecionado na ação concreta das agências de repressão – criminalização secundária – e se propõe a analisar as condições estruturais como causas que contribuem para a existência da criminalidade. Ampliando a dimensão da compreensão desse fenômeno de controle social em razão da existência da criminalidade, duas passagens do pensamento crítico criminológico revelam as reais finalidades dos meios de seleção criminalizante. A primeira vem do precursor da criminologia crítica no Brasil, que, ao associar os reais interesses de defesa do Estado pelo sistema penal, demonstra que as reações violentas dos estratos sociais que vivem em condições de miséria refletem a violência institucional promovida pelo Estado e realizada concretamente por suas agências de repressão.

A política de desenvolvimento do capital monopolista, e de suas condições de produção e de reprodução, determina as diretrizes gerais da política de controle social, como *sistema de defesa social* do capital monopolista. O sistema de defesa social desse capital existe como controle e repressão social das classes trabalhadoras, cujos métodos e técnicas são radicalizados com a ampliação das contradições sociais, e a frequência das ações lesivas à “ordem”, os chamados crimes comuns e políticos. A repressão dos crimes comuns, concentrada na população dominada (especialmente, o *lumpenproletariado*), e a dos crimes políticos, nas lideranças populares, intelectuais e políticos de oposição, é realizada sob a égide de estatutos criminais terroristas, tão violentos quanto imprecisos, privilegiando os interesses do capital predador sobre os do trabalho produtivo.

(...)

Essa violência primária, estrutural e institucional, explica a violência pessoal (secundária e condicionada), como reações

individuais de sujeitos obrigados a viver em condições sociais adversas, respondendo, irracionalmente, às frustrações e fúrias contidas ao longo da experiência de vidas penosas, que os castiga e violenta permanentemente, antes e independentemente da comissão de qualquer ações definidas pelo poder político como crime.¹²³

Essa relação de contradição entre os objetivos de existência do Estado sob o manto ilusório da promoção do bem comum a todos e a violência estrutural que o capitalismo promove e o Estado garante e regula por meio de suas agências de repressão, gera a irracionalidade conflituosa entre classes sociais antagônicas.¹²⁴ A passagem a seguir destacada, de acordo com Alessandro Baratta, demonstra o caráter irreversível da contribuição do *labeling approach* a respeito da seletividade do sistema penal e a reflexão que o autor faz sobre a forma de determinação da criminalização, confirma a forma de atribuição dos bens sociais negativos representados pelo exercício do poder punitivo.

A função seletiva do sistema penal em face dos interesses específicos dos grupos sociais, a função de sustentação que tal sistema exerce em face dos outros mecanismos de repressão e de marginalização dos grupos sociais subalternos, em benefício dos grupos dominantes – hipóteses sobre as quais o *labeling approach* já havia chamado nossa atenção –, parece, portanto, colocar-se como motivo central para uma crítica da ideologia penal, também no interior desta recente reflexão.¹²⁵

O agir do Estado por meio do controle punitivo, portanto, se estabelece por meio de suas agências repressivas que atuam selecionando diretamente (ação policial) sujeitos vulneráveis em virtude de sua posição social (população pobre criminalizada), sempre com a finalidade de proteção do modo de

¹²³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984. p. 69-70.

¹²⁴ Mascaro assim sintetiza o papel do Estado na regulação política nos interesses da economia capitalista, que, de acordo com o conflito de classes que envolve a questão criminal, é pertinente mencionar nesse ponto do trabalho: “A economia capitalista se estrutura por meio do conflito lastreada na apropriação de capitais e no trabalho explorado, e o Estado se apresenta em relação direta com a multiplicidade das contradições econômicas e sociais” (MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 115).

¹²⁵ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 114.

produção/circulação capitalista, cuja legitimidade é apregoada pelos discursos construídos sob a égide da lei e da ideologia.

3.2 Os discursos legitimantes do poder punitivo e suas contradições com a realidade da atuação das agências repressivas do Estado

O controle estatal da sociedade está projetado para atuar normativamente e ideologicamente. Os discursos que legitimam o poder punitivo estão estruturados por meio de técnicas que possibilitam a sua apreensão e aplicação pela via do direito, sendo que as técnicas jurídicas são os instrumentos que torna possível a eficácia desses discursos. A técnica jurídica instrumentaliza o direito mediante ferramentas operacionais que, por meio de critérios racionais, regula comportamentos e suas consequências. Nesse sentido, o agir e propósito do Estado, como visto, buscam a regulamentação de todas as relações sociais, seja pela ação institucionalizada de suas agências (controle formal), seja pela ação indireta da rede de instituições que atuam à margem do controle social direto (família, igreja, escola, sindicatos etc.). A justificativa do poder punitivo, mediante a seleção de sujeitos vulneráveis que praticam condutas que ferem bens jurídicos previamente eleitos para a proteção do Estado, está diretamente ligada aos objetivos que determinado ramo do direito possui para a compreensão de sua própria existência. Assim sendo, no caso do controle social repressivo, o direito penal, juntamente com o direito processual penal e direito de execução penal são ramos do direito que foram construídos para normatizar condutas humanas tidas como criminosas, instrumentalizar o reconhecimento ou não dessas condutas, bem como executá-las em caso de condenação. A técnica jurídica pode ser instrumento tanto para possibilitar a ação do aparato burocrático da ação estatal quanto para construir e sistematizar conceitos que tornem racional a aplicação das normas estatais. A técnica jurídica constrói o Direito, portanto,

como saber que legitima o poder punitivo do Estado e submete os homens ao ordenamento jurídico, sendo este a base da vida social.¹²⁶

A intervenção do sistema de controle social está instrumentalizado por meio da técnica jurídica que possibilita a legitimação de objetivos e finalidades do sistema penal. Daí a importância de mencionar a forma com que o direito instrumentaliza a possibilidade de viabilizar a concretização e afirmação dos discursos ideológicos que legitimam o poder punitivo. Mascaro ao se referir às finalidades da técnica jurídica, diz que elas “procedem a um controle dos operadores do direito, a fim de que manipulem os instrumentos jurídicos sempre de acordo com as estipulações já dadas.”¹²⁷ O autor, referindo-se à Tércio Sampaio Ferraz Jr., faz menção à diferença entre dogmática jurídica e zetética jurídica, sendo que esta refere-se ao estudo amplo do direito (“reflexão a respeito das origens, da história, das causas e relações sociais do direito, seus objetivos e finalidades”), e aquela “compreenderia uma reflexão restrita do direito, referindo-se ao conhecimento ligado à teoria geral das técnicas jurídicas, às questões que envolvem a prática do direito, as normas jurídica, a aplicação do direito.”¹²⁸ Mascaro compreende que a atuação do direito – por meio da técnica jurídica e sua complexa tecnologia – está voltada aos fins específicos de conformação às estruturas do poder e proteção dos interesses do capitalismo, a qual chama de “teoria geral das técnicas do direito contemporâneo” e a qualifica como “arranjo estruturado de uma série de técnicas, portanto um conhecimento mais raso sobre o direito.”¹²⁹ Essa maneira de atuar a partir da norma, prevalecendo ela sobre a realidade das relações

¹²⁶ Conforme Hans Kelsen: “Se o Estado é concebido como uma comunidade social, esta comunidade apenas pode, [...] ser constituída por uma tal ordem normativa (sim, identifica-se mesmo com esta ordem), a ordem normativa que constitui o estado apenas pode ser a ordem de coerção relativamente centralizada que nós verificamos ser a ordem jurídica estadual” (KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 318).

¹²⁷ MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 37.

¹²⁸ Ibidem. p. 43.

¹²⁹ “Tal teoria geral das técnicas do direito contemporâneo tem o estatuto, na verdade, de uma *tecnologia* do direito. Não é um conjunto ocasional de técnicas. Não é um amontoado de ferramentas jurídicas. Pelo contrário, é um todo estruturado dessas técnicas, com referências claras, estabilizadas, voltadas a determinados objetivos. Há uma teoria construída na sistematização de tais procedimentos e ferramentas do direito. Não se trata apenas da soma de ações ocasionais, mas de uma unidade de técnicas jurídicas. Por isso não são apenas técnicas esparsas, mas constituem uma tecnologia, cujo saber é admirável em unidade” (MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 42).

sociais, pressupõe as bases contratualistas da liberdade do sujeito diante da forma estatal de solucionar conflitos com base na norma e não diante da realidade dos fatos que vinculam as relações entre sujeitos. Ao estudar a obra de Pachukanis, Márcio Bilharinho Naves esclarece que é a realidade das relações que prevalecem sobre a norma jurídica, e essa concepção é fundamental para a compreensão da realidade dos discursos que legitimam o poder punitivo do Estado e sua desconstrução por meio da realidade da atuação das agências repressivas do Estado.

Se o direito pode aparecer para Pachukanis como uma relação entre sujeitos, isso implica uma posição teórica antinormativista que recusa a prevalência da norma sobre a relação, isto é, que recusa a premissa de que é a norma que gera a relação jurídica. A relação jurídica permite a conexão dos sujeitos privados por meio do contrato, revelando-se, assim, como o “outro lado da relação entre os produtos de trabalho transformados em mercadorias”. Ao contrário, o direito entendido apenas como um conjunto normativo só adquire “significação real” se a ele corresponde determinada relação. A norma, ou provém de uma relação já existente, ou prevê o surgimento posterior dessa relação. Como diz Pachukanis, “O método jurídico formal que concerne apenas às normas e a isto que é ‘supostamente conforme ao direito’ só pode manter a sua autonomia dentro de estreitos limites e exatamente apenas enquanto a tensão entre o fato e a norma não ultrapassa um determinado grau máximo. Na realidade material a relação prevalece sobre a norma.”¹³⁰

De modo específico, a norma penal exerce função de empregar tecnicidade ao processo de criminalização, instituindo por meio dela, a violência estatal.¹³¹

Assim entendido, ou seja, pela compreensão de como se instrumentaliza a atuação do direito pela técnica jurídica promovida pela aplicação da norma

¹³⁰ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 64.

¹³¹ Sobre essa questão, Juarez Cirino dos Santos esclareceu: “As normas penais que compõem o Direito Penal são as matrizes legais da violência institucional concretizada no processo de criminalização, como conjunto de práticas ou procedimentos policial, judiciário e prisional delimitados e determinados por aquelas matrizes legais” (SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984. p. 102).

jurídica, pode-se afirmar que, ao negar as situações conflituais da vida real, o poder punitivo do Estado se estrutura sobre dois discursos diametralmente opostos. De um lado, o discurso oficial da teoria jurídica da pena, que justifica a atuação das agências repressivas do Estado para combater a criminalidade, em que o direito penal possui uma finalidade declarada de proteger bens jurídicos, cuja lesão desencadeia penas ou medidas de segurança segundo a capacidade individual do infrator. Essa compreensão reflete o próprio objetivo declarado do direito penal, pois, ao estudar os objetivos do direito penal e as funções da pena criminal, ambos estão imbricados, não sendo viável refleti-los isoladamente.

Sob a dimensão ideológica de ilusão, o discurso legitimador do poder punitivo do Estado está alicerçado pelo “discurso jurídico da igualdade, da liberdade, do bem comum etc.”¹³² que pressupõe relações de igualdade entre os sujeitos, como resultante do pacto social. Tanto a igualdade quanto a liberdade que norteiam a dimensão de ilusão desse discurso, consideram a liberdade de vontade dos indivíduos, daí a decorrência da responsabilidade dos atos advindos dessa liberdade e igualdade. O Estado, na proteção de interesses gerais de todos perante a lei, atuaria de forma imparcial, cujo direito penal, ao proteger bens jurídicos de forma subsidiária e fragmentária e limitado pelo princípio da proporcionalidade, asseguraria as condições mínimas de desenvolvimento individual e social do ser humano.¹³³

Ao abandonar-se a instrumentalidade que a técnica jurídica proporciona à efetivação da ilusão do discurso jurídico e fazendo prevalecer a realidade das relações entre os sujeitos, percebe-se claramente as contradições encobertas pelos objetivos declarados do direito penal e da pena criminal vista sob suas finalidades preventivas.¹³⁴ Na realidade, o discurso oficial do poder punitivo do

¹³² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 9.

¹³³ Ibidem. p. 4-6.

¹³⁴ Vera Regina Pereira de Andrade trata essa questão como “eficácia invertida” da funcionalidade do sistema penal, refletindo criticamente o próprio papel da dogmática penal como instrumento que contribui para a gestão diferencial da criminalidade: “Consequentemente, não é pela “efetividade” da segurança jurídica, mas pela sua instrumentalidade real de eficácia invertida e pela eficácia simbólica (“ilusão”) da segurança jurídica (que dá sustentação àquela instrumentalidade) que pode ser explicada a conexão funcional da Dogmática Penal com a realidade social e sua marcada vigência histórica”

Estado e sua eficácia invertida está bem sintetizado nas palavras de Vera Regina Pereira de Andrade.

A eficácia invertida significa, então, que a função latente e real do sistema penal não é combater (reduzir e eliminar) a criminalidade, protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao invés, construí-la seletiva e estigmatizantemente, e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, de gênero, de raça). Nesse sentido, o sistema não reage contra uma criminalidade que existe ontologicamente na sociedade, independentemente da sua intervenção. É a própria intervenção do sistema (autêntico exercício de poder, controle e domínio) que, ao reagir, constrói e coconstitui o universo da criminalidade (daí o processo de criminalização) mediante: (a) definição legal de crimes pelo legislativo, que atribui à conduta o caráter criminal, definindo-a (e, com ela, o bem jurídico a ser protegido) e apenando-a qualitativa e quantitativamente (criminalização primária); (b) seleção de pessoas que serão etiquetadas num *continuum* pela Polícia, Ministério Público e Justiça (criminalização secundária); e (c) estigmatização, especialmente na prisão, como criminosos, entre todos aqueles que praticam tais condutas (criminalização terciária).¹³⁵

De igual modo, Juarez Cirino dos Santos desmantela a ilusão do discurso declarado que legitima o poder punitivo do Estado, expondo a verdadeira natureza e as contradições desse discurso. É assim que a aparência de neutralidade da atuação das agências repressivas do Estado – sistema de justiça criminal – legitimada ideologicamente pelas ilusões dos princípios da igualdade e liberdade de todos perante a lei, cai por terra na medida em a lógica de compreensão do saber construtor dessa ideologia é estudado a partir das fontes materiais do ordenamento jurídico. O lugar que o Estado ocupa nessa realidade contraditória é de “elemento necessário nas estruturas da reprodução capitalista”,¹³⁶ pois garante as contradições do sistema punitivo ao garantir o próprio modo de reprodução capitalista. Sob esse

(ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 304).

¹³⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão (Pensamento Criminológico; 19). Rio de Janeiro: ICC, 2012. p. 136.

¹³⁶ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59.

prisma, tais contradições são assim delineadas por Juarez Cirino dos Santos, ao tratar das hipóteses não reveladas pelo discurso oficial do controle penal.

Os pressupostos não questionados desses *objetivos declarados* são as noções de *unidade* (e não de divisão) social, de *identidade* (e não de contradição) de classes, de *igualdade* (e não de desigualdade real) entre as classes sociais, de *liberdade* (e não de opressão) individual, de salário *equivalente* ao trabalho (e não de expropriação de *mais-valia*, como *trabalho excedente* não remunerado) etc.¹³⁷

Diante dessas contradições é que se constroem as respostas que a teoria crítica da Criminologia revela como meio de compreensão do significado político do controle social por meio do Direito Penal e das funções da pena. Compreensão do real significado político do Direito Penal, pois este atua ideologicamente pela sua dogmática para proteger interesses e valores da elite detentora do poder político e econômico da sociedade. É assim, portanto, que a análise das várias correntes criminológicas que, segundo suas concepções, explicam o fenômeno criminal de acordo com o entendimento que têm do conteúdo das relações sociais, produz uma compreensão em termos de relações de classe e poder político do Estado.¹³⁸ Essa Criminologia recebe de Jock Young esta precisa finalidade, que contraria o papel do operador do direito na aplicação acrítica da técnica jurídica.

A estratégia criminológica radical não é argumentar pela legalidade e a regra do direito, mas é mostrar a lei em sua verdadeira cor, como o instrumento de uma classe dominante, e, *taticamente*, demonstrar que o Estado quebrará suas próprias leis,

¹³⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 9-10.

¹³⁸ Essa foi uma das hipóteses de trabalho em que Juarez Cirino dos Santos inaugurou no Brasil a produção crítica da Criminologia Radical: “A ligação da criminologia com as questões de valor e conflitos de interesses não pode ser explicada em um nível definicional abstrato, mas, ao contrário, só poder ser explicada ao nível concreto das relações sociais materiais, que, nas sociedades divididas, são relações de classes (e, portanto, a teoria criminológica está ligada às relações de poder material e político das sociedades de classes)” (SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia da repressão: uma crítica ao positivismo em criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 5).

que sua legitimidade é uma vergonha, e que os criadores da lei são, também, os maiores violadores da lei.¹³⁹

A partir da compreensão dessa realidade e do papel do Direito e sua operacionalização pelo sistema penal, percebe-se que este é impulsionado pela ação repressiva e seletiva das agências estatais. Esta é a realidade. Os discursos de liberdade e igualdade entre os sujeitos realizam-se tão somente diante das relações de produção da sociedade capitalista, em que a liberdade de contrato e vontade de disposição da força de trabalho constituem elementos fundamentais para a ideologia do contrato de trabalho. Quando as contradições desse sistema pretensamente imparcial gerenciado pelo Estado se choca com os interesses, as necessidades e os valores da classe social dominante, as agências repressoras do Estado passam a atuar parcialmente em desfavor daqueles indivíduos vulneráveis em razão da posição social que ocupam nas relações sociais capitalistas. Ideologicamente esse sistema de controle social prevê normativamente mecanismos de punição para as condutas criminosas típicas dos membros das classes sociais hegemônicas. Mas, diante dessas condutas, a construção normativa é fraca. Fraca, porque as condutas típicas da elite dominante, normativamente, são construídas de forma fraca tanto no âmbito da criminalização primária quanto no âmbito da criminalização secundária. No entanto, o Estado ao normatizar determinadas condutas das elites, estabelecendo penas, o faz simbolicamente, propositadamente a fim de inviabilizar consequências penais que resultem em processo penal e em execução de pena. Nesse sentido, o processo de criminalização operacionalizado pelas agências repressivas do Estado está norteado pelas premissas etiológicas da criminalologia, cuja aplicação das normas punitivas é quase totalmente distribuída entre a camada pobre da população. O *labeling approach* demonstra que a distribuições de bens sociais negativos se dá segundo uma lógica classista, em que determinada classe social reage às condutas criminais ideologicamente construídas para ser reprimidas, de acordo com os interesses de proteção do modo de produção capitalista. Todas as pretensões de análise da questão criminal distante dessa realidade de classes

¹³⁹ YOUNG, Jock. **Criminologia da classe trabalhadora**. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **Criminologia crítica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. p. 110.

se realizam numa dimensão de ilusão e o papel do jurista que a esse propósito se dispõe, não passa de mero trabalho intelectual a serviço do poder do Estado e da elite dominante. No mesmo sentido, a ação dos atores que atuam a serviço das agências repressivas do Estado.¹⁴⁰

Demonstra-se, portanto, que esse sistema de controle social movido pelas ilusões de um discurso classista que apregoa igualdade e liberdade de todos perante a lei, está mergulhado numa crise que revela as desigualdades na distribuição dos bens sociais negativos – criminalização, baixa escolaridade, moradia em favelas etc. – e, também, objetivos reais que evidentemente são percebidos durante a execução da pena criminal em face dos sujeitos pertencentes à classe social pobre, que é a única que compõe a população carcerária. As ações das agências repressivas do poder punitivo do Estado realizam com máxima eficiência suas reais finalidades durante a criminalização e, ainda, durante o cumprimento da pena criminal, o que Vera Regina Pereira de Andrade define como “criminalização terciária”. O capítulo seguinte do presente trabalho analisa esse tema primando pelo estudo das funções de retribuição e prevenção especial negativa da pena, cuja afirmação durante a execução penal vem comprovada pelo resultado da pesquisa empírica realizada em todas as unidades penais do sistema penitenciário paranaense destinadas ao cumprimento de pena sob regime fechado. O resultado da pesquisa contribui para confirmar que o significado ideológico da retribuição penal como categoria equivalente às relações de trocas capitalistas é meio de destruição física dos sujeitos condenados sob as justificações das funções declaradas da pena criminal.

¹⁴⁰ Diante dessa realidade, a Criminologia Crítica, nas palavras de Vera Regina Pereira de Andrade:... “recupera, portanto, a análise das condições objetivas, estruturais e funcionais que originam, na sociedade capitalista, os fenômenos de desvio, interpretando-os separadamente, conforme se tratem de condutas das classes dominantes (a chamada criminalidade de colarinho branco, dos detentores do poder econômico e político, a criminalidade organizada etc.)” (ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 48).

3.3 As reais funções da retribuição e da prevenção especial

A ideia de retribuição por meio da pena criminal em que se inflige sofrimento proporcional à ofensa causada está vinculada originariamente ao sentimento de vingança dos seres humanos. Tida como uma característica peculiar da espécie humana, historicamente as formas de reação ao mal causado foram gradativamente construídas a partir de ideais de justiça portadores de funções que sempre distribuíram desigualmente as consequências das ações contrárias às normativas de controle repressivo do Estado. As justificativas que o Estado – em seus diversos estágios evolutivos de atuação – adotou para legitimar seu poder punitivo envolvem funções que ideologicamente foram construídas para afirmar a própria manifestação e consolidação do poder estatal, bem como a capacidade de exercer o controle social por meio de mecanismos repressivos, cuja inflição de dor sempre aperfeiçoa a dominação estatal. Conforme já analisado, a capacidade de o Estado exercer seu monopólio exclusivo do uso da força requer um aparato burocrático que se institucionaliza por meio das agências de controle repressivo. Operacionalizada pelo sistema penal, as finalidades que justificariam o poder punitivo do Estado encontram na justa medida retributiva e na utilidade da pena criminal sua legitimação. Nesse sentido, a pena criminal manifesta-se como expressão do controle social por excelência, realizando funções que psicologicamente atuam nos mais diversos setores da sociedade como resposta do Estado às violações normativas de proibição ou mandamentos de condutas. Como reflexo das relações sociais verticalizadas, a pena criminal representa o ápice da hierarquização entre os membros da sociedade, uma vez que, anterior à necessidade de se aplicar ou não uma pena, outras formas de castigos são adotadas no interior das relações familiares, religiosas, escolares etc. A famosa indagação “por que punir?” envolve questões que remetem à necessidade de se estabelecer a forma e o modo de a punição cumprir suas finalidades, bem como a quem seria destinada. Daí que, historicamente, a pena compreendida como castigo aparece inicialmente como necessidade de retribuição merecida e justa pelo mal praticado.

No entanto, nos primeiros estágios do Estado – sob a égide da filosofia hobbessiana/hegeliana – seja em sua vertente teocrática, seja e, sua vertente absoluta, o exercício do poder punitivo sempre foi expressão de domínio e opressão do poder estatal. Sob a confusão entre moral e direito, crime e pecado, Estado e Igreja, o Estado projetava suas formas de controle a partir de uma matriz teocêntrica, em que o homem representava o centro a partir do qual a expressão divina manifestava seu poder e domínio. A verdade divina como fonte de autoridade da Igreja Católica foi a base da expansão do Cristianismo no início da Idade Média, sendo que qualquer forma de contrariedade à fé cristã representava o pecado que estava na alma do homem.¹⁴¹ O modelo inquisitorial fundado pela Igreja Católica, cuja concentração de poder nas mãos do papa – tido como representante de Deus –, além de afirmar o poder divino na terra, consolidava um sistema de busca da verdade em que o réu era objeto do processo e, mediante a confissão obtida mediante tortura, deveria expiar seus pecados.¹⁴² Segundo Nilo Batista, o acontecimento mais importante da Idade Média – IV Concílio de Latrão em 1215 – estabeleceu a confissão como prática obrigatória,¹⁴³ e como consequência do pecado a sua devida expiação. A punição do pecado surge como finalidade de expiação da alma do pecador e quando a essência cristã desse ideal de punição é transportada para a forma de punição de condutas tidas como criminosas, crime e pecado confundem-se, e a retribuição passa a compor a única finalidade da punição. Pune-se o pecador/criminoso porque pecou (*punitur, quia peccatum est*).¹⁴⁴ A ideia de justiça sob esse fundamento é de pura retribuição do mal pelo mal, ou seja, retribuição *in malam partem* pela prática de um ato de ofensa a Deus, ao

¹⁴¹ A profunda e sistemática pesquisa que Nilo Batista realizou a respeito da origem e expansão do poder punitivo brasileiro nos esclarece a respeito da influência crucial da religião católica como poder que interviu e controlou de forma totalitária a sociedade medievla: “A representação de um Deus-juiz, que no início da história humana investiga e pune delitos de Adão e de Caim, e no final julgará a todos os mortais, permeia de tonalidades judiciais a conversão ao cristianismo, que na Europa rural se intensifica no século VIII. A hegemonia política da igreja católica, que alcançará o ápice no contexto da chamada reforma gregoriana, como oportunamente veremos, terá no exercício implacável – e pioneiramente transnacional – do poder penal seu mais poderoso instrumento. Operando em esferas paralelas e complementares, o direito penal canônico e o direito penitencial não apenas exprimirão a ideologia legitimadora do exercício daquele poder, mas sobretudo introduzirão concepções e práticas que, explícita ou implicitamente, subsistem até hoje” (BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro**. v. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002. p. 163).

¹⁴² Ibidem. p. 179.

¹⁴³ Ibidem. p. 196.

¹⁴⁴ SENECA. **De ira**. Livro 1, 16, 21. Apud. SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 456.

soberano do Estado ou a qualquer do povo vítima de lesão de um bem tutelado penalmente, segundo o estágio da evolução estatal.¹⁴⁵

Juarez Cirino dos Santos, tendo por referência Roxin, Kant, Hegel, Jakobs, a norma penal e a orientação jurisprudencial alemã, estabelece em seu magistério quatro apontamentos relevantes para explicar a sobrevivência da pena criminal sob o fundamento retributivo, cujo trecho merece integral transcrição:

A literatura penal possui várias explicações para a sobrevivência histórica da função *retributiva* da pena criminal. Primeiro, a psicologia popular, evidentemente regida pelo talião, parece constituir a base antropológica da pena retributiva: a retaliação expressa no *olho por olho, dente por dente* constitui mecanismo comum dos seres zoológicos e, por isso, atitude generalizada do homem, esse *zoon politikon*. Segundo, a tradição religiosa judaico-cristã ocidental apresenta uma imagem retributivo-vingativa da justiça divina, que talvez constitua a influência cultural mais poderosa sobre a disposição psíquica *retributiva* da psicologia popular – portanto, de origem mais social do que biológica. Terceiro, a filosofia idealista ocidental é *retributiva*. Kant (1724 – 1804) define a justiça retributiva como *lei inviolável*, um imperativo categórico pelo qual *todo aquele que mata deve morrer*, para que cada um *receba o valor de seu fato e a culpa do sangue* não recaia sobre o povo que não puniu seus culpados; HEGEL, (1770-1831) define crime como *negação do direito* e pena como *negação da negação* e, portanto, como *reafirmação* do direito – uma antecipação de dois séculos da prevenção geral positiva de JAKOBS, da pena como *afirmação da validade da norma* –,

¹⁴⁵ Nesse sentido, convém registrar o magistério de Giuseppe Bettiol: “Nenhuma definição é mais substancial e adequada à natureza das coisas do que a que considera a pena como *malum passionis propter malum actionis*. A pena é um sofrimento infligido ao autor de um crime, por causa infracção cometida. A ideia da retribuição está de tal modo ínsita no conceito da pena que fora dessa ideia não é pensável a pena. [...] A pena tem, por conseguinte, um carácter *retributivo, aflitivo e pessoal*. Pode dizer-se que a retribuição se consubstancia no sofrimento que é o que, fundamentalmente, caracteriza a pena. Não há pena que não implique sofrimento, que não se traduza numa sensação de dor, mesmo que os seus efeitos não sejam sentidos pelo condenado. O que importa é que na sua razão informadora ela implique uma sensação de dor. [...] A ideia da retribuição é, portanto, a ideia central do direito penal. *A pena encontra a sua razão de ser no seu carácter retributivo*” (BETTIOL, Giuseppe. **Direito penal:** parte geral. Colecção Coimbra Editora dirigida por Jorge de Figueiredo Dias. Traduzido da 9ª edição do livro em italiano – 1976 – por Taipa de Carvalho. Coimbra: Coimbra Editora, 1977. p. 121-122).

considera a justiça retributiva a única digna do ser humano: criticou a teoria da *coação psicológica* de FEUERBACH (1775-1833), porque não tratava o homem como ser “dotado de liberdade”, mas como um cão ameaçado com um bastão; Quarto, o discurso *retributivo* se baseia na lei penal, que consagra o princípio da retribuição: o legislador determina ao juiz aplicar a pena conforme *necessário e suficiente* para *reprovação do crime* (art. 59, CP) – e, por essa via, o discurso retributivo também alcança a jurisprudência criminal, para a qual a pena criminal é, por natureza, *retribuição* através da imposição de um mal.¹⁴⁶

A compreensão do fundamento retributivo da pena criminal requer considerações a partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, há que se ponderar a forma de Estado e seu papel diante das necessidades econômicas de sua época. Em segundo lugar, importa destacar a relevância psicológica da retribuição e sua adesão pela comunidade. A partir dessas duas considerações é possível apresentar a crítica criminológica que desvela as reais funções da pena em seu aspecto retributivo e de prevenção especial, uma vez que são as duas principais dimensões das funções da pena que norteiam este estudo.

Assim, embora já analisado o papel do Estado como aparelho ideológico de gestão diferenciada do poder punitivo e naquele lugar já ter restado claro que o Estado atua segundo as formas das relações sociais capitalistas, e, ainda, em que pese o processo de transição das formas econômicas estatais – feudalismo, mercantilismo e capitalismo industrializado e sua consequência nas novas formas de controle social –, quando se trata de destacar o fundamento retributivo da pena e suas reais funções, há que novamente se tecer algumas considerações a respeito do contexto econômico correspondente ao Estado atuante. Nesse passo, a necessidade de retribuição como fundamento do poder punitivo correspondeu a finalidades diversas em cada fase da transição acima mencionada. Na sociedade feudalista, por exemplo, a retribuição ainda sob forte influência dos dogmas da religião católica, representava resposta pela ofensa aos mandamentos divinos, cujo representante papal também era ofendido. As peculiaridades desse sistema impulsionou o Estado a confiscar os conflitos entre os particulares, não em razão de bens jurídicos protegidos, mas

¹⁴⁶ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 456-457.

como verdadeira estratégia de poder. Naquela fase, os conflitos solucionavam-se e prolongavam-se mediante a vingança entre os envolvidos. O Estado quando toma para si a competência para solucionar tais conflitos amplia seu poder e dominação e, conseqüentemente, seu controle social sob os – naquela fase – súditos.¹⁴⁷ Em razão da abundância de terras, as necessidades básicas de todos eram supridas e, devido à inexistência de forma industrializada das mercadorias, inexistia conflito de classes. Conforme já apontado, a fiança como forma de resolução de conflitos assume finalidade lucrativa para o Estado, e sua íntima correspondência ao estágio de desenvolvimento econômico era evidente.¹⁴⁸ A finalidade econômica oculta pela aparente imposição de castigo revela diferenças de classes, demonstrando, portanto, as primeiras formas de seletividade criminal.¹⁴⁹

Na transição dos modelos econômicos, o modo de produção da vida material passa a reger as relações entre as classes sociais, e as relações sociais daí decorrentes passam a estar intimamente imbricadas com as forças produtivas. A força de trabalho, bem como o valor dela decorrente, passa a ser protegida e ao mesmo tempo explorada. As contradições decorrentes do capitalismo eclodiriam conflitos que, no tocante à questão criminal, requereriam do Estado formas de controle social que conduziram à criminalização de todas as formas de risco e ameaça ao modo de produção capitalista. Modo de produção que, garantido pelo contrato, teria o Estado e o direito como intermediadores. De um Estado garantidor de privilégios aos opositores da burguesia, o Estado passa a garantir a forma contratual das relações de produção capitalista reguladas pelo novo Estado de Direito. As partes dessa relação, como sujeitos de direitos, relacionam-se formalmente segundo o

¹⁴⁷ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. et al. **Direito penal brasileiro**. v. I. : teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 389.

¹⁴⁸ Ver nota de rodapé n. 22.

¹⁴⁹ Segundo Rush e Kirchheimer: “As distinções de classes sociais eram manifestadas pelas diferenças nos valores das fianças. A fiança era cuidadosamente graduada, segundo o *status* social do malfeitor e da parte ofendida. Apesar de afetar primeiramente apenas o grau da fiança, essa diferenciação de classe ao mesmo tempo constituía-se no principal fator na evolução do sistema de punição corporal. A incapacidade dos malfeitores das classes subalternas de pagar fianças em moeda levou à substituição por castigos corporais. O sistema penal tornou-se portanto, progressivamente restrito a uma minoria da população” (RUSH, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 24-25).

princípio da igualdade.¹⁵⁰ Da mesma maneira que a presunção da igualdade permeia as relações contratuais, a presunção de liberdade entre as partes para contratar também norteia tais relações. Assim, as partes – capitalista/trabalhador – pactuam relação que envolve a mercadoria. A mercadoria pactuada pelo trabalhador é a sua força de trabalho, que, por sua vez, é medida pelo tempo socialmente necessário para produzir a mercadoria construída pelo seu trabalho.¹⁵¹ Assim sendo, os princípios inerentes a essa relação permitem estabelecer a ideia da consequência dessa relação, qual seja, a retribuição equivalente.¹⁵² Ao relacionar a ideia de troca equivalente das mercadorias ao delito na transição da vingança de sangue para a composição –, Pasukanis estabelece critérios de diferenciação entre a voluntariedade e involuntariedade de tais relações, conforme a seguinte passagem de sua obra:

A vingança só começa a ser disciplinada pelo costume e a transformar-se numa reparação fixada de acordo com a regra do talião – <<olho por olho, dente por dente>>, quando começa a consolidar-se, a par da vingança, o sistema da composição ou das reparações em dinheiro. Uma vez mais a ideia de equivalente,

¹⁵⁰ Mascaro compreende a dominação das relações sociais capitalistas tendo o Estado e o direito como intermediários do seguinte modo: “Ao contrário das dominações pré-capitalistas, a dominação capitalista é feita sempre por um intermediário, o *direito*. Vejamos as suas modalidades principais, a mercantil e a produtiva. Na exploração mercantil: *vendedor* → *contrato mercantil assegurado pelo direito estatal* → *comprador*. Na exploração produtiva: *capitalista* → *contrato de trabalho assegurado pelo direito estatal* → *trabalhador*. Nessas duas típicas modalidades da exploração capitalista, só é possível a dominação porque o direito assegura suas relações e a propriedade privada” (MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 22).

¹⁵¹ Karl Marx ao elaborar sua teoria sobre a forma de se estabelecer o critério geral para medir o valor da mercadoria, assim lecionou: “Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc” (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e Revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I. tomo I. p. 47).

¹⁵² Ao estabelecer a analogia da retribuição equivalente às demais situações das relações sociais capitalista, Juarez Cirino dos Santos assim o fez: “A estrutura material das relações econômicas do capitalismo se baseia no princípio da *retribuição equivalente* em todos os níveis da vida social: do *trabalho* pelo *salário* na produção social de bens ou serviços – apesar da expropriação de mais-valia; da *mercadoria* pelo *preço* na distribuição social de bens ou serviços – não obstante o lucro etc. Logo as formas jurídicas da formação social capitalista instituem a *redistribuição equivalente*, no âmbito da responsabilidade civil, por exemplo, sob a forma do *contrato*, da *indenização* etc; no âmbito da responsabilidade penal, a redistribuição equivalente é instituída sob a forma da pena *privativa de liberdade*, como *valor de troca* do crime medido pelo *tempo* de liberdade suprimida” (SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 473).

esta primeira ideia puramente jurídica, encontra a sua fonte na forma mercantil. O delito pode ser considerado como uma particular modalidade da circulação na qual a relação de troca, isto é, a relação contratual, é fixada imediatamente, por outras palavras, através da acção arbitrária de uma das partes. Também a proporção entre o delito e a reparação se reduz a uma proporção de troca. Eis porque Aristóteles, ao falar da igualação na troca como de uma variedade da justiça, distinguia aí dois tipos: a igualação nas acções voluntárias e a igualação nas acções involuntárias, situando as relações económicas da compra, da venda, do empréstimo, etc., nas acções voluntárias e as diferentes espécies de delitos, que originam sanções a título de equivalentes específicos, nas acções involuntárias. Pertence-lhe igualmente a definição do delito como contrato concluído contra a vontade. A sanção aparece, então, como um equivalente que compensa os danos sofridos pela vítima.¹⁵³

Assim sendo, a compreensão histórica das formas básicas de relações entre sujeitos permite que a própria função do direito como forma jurídica de regulamentação da vida em sociedade seja o suporte teórico de todas as relações sociais movidas pelo modo de produção capitalista. Encontra-se na interpretação de Márcio Bilharinho Naves ao pensamento de Pasukanis um trecho que é pontual a respeito do caminho acima percorrido. Vejamos:

A forma jurídica nasce somente em uma sociedade na qual impera o princípio da divisão do trabalho, ou seja, em uma sociedade na qual os trabalhos privados só se tornam trabalho social mediante a intervenção de um equivalente geral. Em tal sociedade mercantil, o circuito das trocas exige a mediação jurídica, pois o valor de troca das mercadorias só se realiza se uma operação jurídica – o acordo de vontades equivalentes – for introduzida. Ao estabelecer um vínculo entre a forma do direito e a forma da mercadoria, Pasukanis mostra que o direito é uma forma que reproduz a equivalência, essa “primeira ideia puramente jurídica” a que ele se refere. A mercadoria é a forma social que necessariamente deve tomar o produto quando realizado por trabalhos privados independentes entre si, e que só por meio da troca realizam o seu

¹⁵³ PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra: Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 186.

caráter social. O processo do valor de troca, assim, demanda para que se efetive um circuito de trocas mercantis, um equivalente geral, um padrão que permita “medir” o *quantum* de trabalho abstrato que está contido na mercadoria. Portanto, o direito está indissociavelmente ligado à existência de uma sociedade que exige a mediação de um equivalente geral para que os diversos trabalhos privados independentes se tornem trabalho social. É a ideia de equivalência decorrente do processo de trocas mercantis que funda a ideia de equivalência jurídica.¹⁵⁴

Diante desse liame que une as categorias fundamentais do modo de produção capitalista por meio do direito, percebe-se que o tempo, como mercadoria, é o valor mais importante da sociedade capitalista. Como valor, constitui-se, portanto, como valor de troca, e, como valor de troca, é perfeitamente possível ser a referência equivalente entre crime e pena. Essa é a mais racional analogia transportada da teoria marxista para a explicação real da função retributiva da pena criminal.

O segundo pressuposto para a compreensão da finalidade retributiva da pena, requer, pontualmente, uma importante menção. A influência de construções metafísicas para aferição da responsabilidade dos indivíduos foi profundamente marcada por duas concepções. A primeira diz respeito ao imperativo categórico de Kant, para, quem, segundo o filósofo de Königsberg, a pena seria uma exigência da razão e da justiça, um verdadeiro mandamento universal. Kant constrói seu conceito de sujeito a partir de características ontológicas do próprio sujeito, bem como pela influência de dados externos ao sujeito que contribuiriam para a formação de sua razão e, daí, de sua responsabilização. O alicerce sobre o qual Kant desenvolve sua teoria pressupõe a liberdade de ação do sujeito, que, por ser pura em sua origem, não sofreria qualquer influência empírica da realidade circunstancial dele. A conhecida fórmula “*age segundo máxima que possa ao mesmo tempo ter valor de lei universal*”¹⁵⁵ representa lei moral do indivíduo, que deve ser cumprida independentemente de qualquer interesse. Segundo Kant, a liberdade de ação de que dispõe o sujeito e sua intenção em cumprir um mandamento legal que,

¹⁵⁴ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 57-58.

¹⁵⁵ KANT, Immanuel. **Doutrina do direito**. São Paulo: Ícone, 1993. p. 39.

não sendo legal é moral e como tal se confunde, é princípio absoluto. Nesse sentido, o pensamento de Kant compreende a retribuição penal expressa na lei do talião da seguinte maneira:

A pena jurídica (*poena forensis*) que difere da pena natural (*poena naturalis*), pela qual o vício leva em si seu próprio castigo e à qual o legislador não olha sob nenhum aspecto, não pode nunca ser aplicada como um simples meio de se obter um outro bem, nem ainda em benefício do culpado ou da sociedade; deve, sim, ser sempre contra o culpado pela única razão de que *delinqüiu*; porque jamais um homem pode ser tomado por instrumento dos desígnios de outro nem ser contado no número das coisas como objeto de direito real; sua personalidade natural inata o garante contra tal ultraje, mesmo quando possa ser condenado a perder a personalidade civil. O malfeitor deve ser julgado *digno de punição* antes que se tenha pensado em extrair de sua pena alguma utilidade para ele ou para seus concidadãos. A lei penal é um imperativo categórico; e infeliz é aquele que se arrasta pelo caminho tortuoso do eudemonismo para encontrar algo que, pela vantagem que se possa tirar, descarrega-se do culpado, em todo ou em parte, das penas que merece segundo o provérbio farisaico: “Mais vale a morte de um só homem que a perda de todo o povo”; porque, quando a justiça é desconhecida, os homens não têm razão de ser sobre a Terra. Que se deve, pois, pensar do desígnio de conservar a vida de um criminoso que mereceu a morte, se se presta a experiências perigosas e tem sorte suficiente para safar-se delas são e salvo, supondo, todavia, que os médicos desta maneira obtêm um conhecimento proveitoso para a humanidade?

[...]

Só pode ser o princípio da igualdade apreciado na balança da justiça, com inclinação equilibrada. Por conseguinte, o mal imerecido que faz a outro de teu povo o fazes a ti mesmo: se o desonras, desonras a ti mesmo, se o roubas, roubas a ti mesmo; se o maltratas ou o matas, maltratas ou matas a ti mesmo. Há somente o direito de talião (*jus talionis*) que possa proporcionar determinadamente a qualidade e a quantidade da pena, porém

com a condição bem entendida de ser apreciada por um tribunal (não pelo juízo privado).^{156 157}

A segunda concepção metafísica do fundamento retributivo da pena criminal vem amparada em Hegel, segundo o qual o crime seria a negação do direito e a pena, a negação da negação. O filósofo que já foi referência para se estabelecer as linhas do Estado totalitário em capítulo precedente, constrói sua diretriz absoluta da teoria da pena sob a dialética, considerando a vontade e a capacidade de compreensão do ser humano. No entanto, o método dialético hegeliano prima pela lesão, não de um imperativo moral – como em Kant –, mas de uma lesão ao próprio direito.¹⁵⁸ Tanto em Kant quanto em Hegel, a pena não possui nenhuma finalidade preventiva, mas retributiva de compensação e supressão do crime pelo mal que causa. Reconhecendo que “o sentimento geral dos povos e dos indivíduos perante o crime é, e sempre foi, o de que o crime merece a punição e o criminoso deve responder pelo que fez”,¹⁵⁹ Hegel percebe nessa assertiva uma consequência da experiência psicológica universal que implica dificuldades para solucionar a resposta do Estado à prática do crime segundo o critério da compensação. Ao traçar um certo paralelo da equivalência da retribuição ao crime com a equivalência contratual, por exemplo, pode-se concluir que a pena busca restabelecer o

¹⁵⁶ KANT, Emmanuel. **Doutrina do direito**. São Paulo: Ícone, 1993. p. 176-177.

¹⁵⁷ De fundamental menção, segue a seguinte passagem: “Mesmo se a comunidade de cidadãos, com a concordância de todos os membros, se dissolvesse, o último assassino encontrado na prisão deveria ser previamente executado, para que cada um receba o valor de seu fato e a culpa do sangue não pese sobre o povo que não insistiu na punição” (KANT, Emmanuel. **Methaphysik der sitten**. 1797. p. 331. *Apud.* SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 456).

¹⁵⁸ Para Hegel: “A primeira coação, exercida como violência pelo ser livre que lesa a existência da liberdade no seu sentido concreto, que lesa o direito como tal, é o crime – juízo negativo infinito em todo o seu sentido (Lógica, ed. 1883, 5º vol., p. 90). Nele são negados não apenas o aspecto particular da absorção da coisa na minha vontade (§ 85º), mas também o que há de universal e infinito no predicado do que me pertence – a capacidade jurídica –, e isso sem que haja a mediação da minha opinião (como na impostura, § 88º). É o domínio do direito penal”. (...) “Como evento que é, a violência do direito enquanto direito possui, sem dúvida, uma existência positiva exterior, mas contém a negação. A manifestação dessa negatividade é a negação desta violação que entra por sua vez na existência real; a realidade do direito reside na sua necessidade ao reconciliar-se ela consigo mesma mediante a supressão da violação do direito”. E, ainda: “A pena com que se aflige o criminoso não é apenas justa em si; justa que é, é também o ser em si da vontade do criminoso, uma maneira da sua liberdade existir, o seu direito. E é preciso acrescentar que, em relação ao próprio criminoso, constitui ela um direito, está já implicada na sua vontade existente, no seu ato. Porque vem de um ser de razão, este ato implica a universalidade que por si mesmo o criminoso reconheceu e à qual se deve submeter como ao próprio direito” (HEGEL, Georg Wilhelm Frierich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 85, 87, 89).

¹⁵⁹ Ibidem. p. 90-91.

próprio direito lesionado e não uma mera vingança equivalente. Nesse passo, a vingança talional tem sentido em Hegel como referência para medir a essência da resposta ao crime, mas jamais para comparar o valor das ações e a respectiva arbitrariedade ao relacionar conduta e pena.¹⁶⁰

Ao buscar respostas, mesmo que metafísicas, à questão da responsabilização das condutas humanas que afrontavam mandamentos morais ou o próprio direito, essas duas concepções filosóficas da retribuição da pena elevaram o tratamento dado ao sujeito tido como criminoso, contribuindo para o reconhecimento de sua condição humana. Ao considerar, mesmo que abstratamente, a suposta liberdade de vontade do sujeito (Kant) ou sua dignidade (Hegel), a teoria absoluta da pena superou a lei do talião, influenciando grandemente o processo evolutivo dos conceitos materiais da culpabilidade, residindo neste aspecto, segundo Jorge de Figueiredo Dias, o mérito de tais doutrinas.¹⁶¹ Entretanto, os pressupostos filosóficos de ambos os filósofos se revelariam idealistas, na medida em que desconsideraram a influência do poder, do papel do Estado, bem como das contradições que a realidade da existência de seres humanos concretos revelava perante as desigualdades das sociedades de suas épocas.

Diante disso, a análise das bases filosóficas que norteiam a finalidade retributiva da pena criminal, requer que a própria realidade da vida em sociedade seja considerada em seu aspecto mais importante, qual seja, o modo de produção capitalista, que, a partir de sua consolidação, seria o objeto de estudo da crítica criminológica. Assumindo uma metodologia de estudo que, mediante a análise das condições reais da vida social, intervém de forma prática na sociedade, os sujeitos da relação capitalista são analisados segundo suas posições nas relações capitalistas, bem como a forma como sofrem a

¹⁶⁰ “É muito fácil mostrar o absurdo da pena como pena de talião (roubo por roubo, olho por olho, dente por dente, que nos dá do criminoso a imagem de um zarolho e de um desdentado), mas o conceito nada tem a ver com isso e só a idéia dessa igualdade específica é responsável por tais imagens” (Ibidem. p. 92).

¹⁶¹ “...:qualquer que seja o seu valor ou desvalor como teorização dos fins da pena, a concepção retributiva teve – histórica e materialmente – o mérito irrecusável de ter erigido o princípio absoluto de toda a aplicação da pena e, deste modo, ter levantado um veto incondicional à aplicação de uma pena criminal que viole a eminente dignidade da pessoa” (DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito penal: parte geral**: tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 47).

intervenção penal é extremamente relevante para a compreensão das reais finalidades dos mecanismos de controle social. No que tange à dimensão absoluta da pena, esta se consolida na retribuição punitiva a determinada classe social, ou seja, projeção do direito penal sobre a classe social trabalhadora.

Da breve análise desenvolvida acima, segue-se a explicação dada pelo discurso crítico da teoria criminológica da pena sobre as reais funções da retribuição penal, bem como sobre a finalidade utilitária dada à pena criminal. E, nesse sentido, Juarez Cirino dos Santos, em lição que contraria o consenso da doutrina penal brasileira, demonstra as reais finalidades da retribuição sob o fundamento da dialética do pensamento marxista, que, ao abandonar a fonte formal do direito, desnuda o discurso velado e de ilusão, revelando as contradições do discurso penal oficial e a realidade sobre a qual se projeta tal discurso. Assim sendo, ao contrário da definição promovida pelo discurso declarado da teoria jurídica da pena – sintetizado em sua vertente eclética –, em que a pena representa retribuição à prática de um injusto mediante compensação/expição de culpabilidade, seguida das funções de prevenção especial e geral,¹⁶² Juarez Cirino dos Santos – em citação à Pasukanis – afirma que “no âmbito da responsabilidade penal, a retribuição equivalente é instituída sob a forma de pena *privativa de liberdade*, como *valor de troca* do crime medido pelo *tempo* de liberdade suprimida”.¹⁶³ Utilizando as categorias aqui já expostas e que definem as bases das relações sociais capitalistas, bem como os meios necessários para manter as contradições de classe mediante a separação capital/trabalho assalariado, os conceitos de mercadoria, valor de troca, valor de uso e o princípio da retribuição equivalente são empregados para explicar a verdadeira função retributiva da pena criminal. O compromisso assumido pela criminologia crítica – de construir as bases para a compreensão do significado político das instituições que compõem os mecanismos de controle social – possibilita desvelar as funções manifestas do Direito Penal e compreendê-lo como instituição de garantia da reprodução das condições que

¹⁶² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p.463-464.

¹⁶³ Ibidem. 473.

asseguram as desigualdades sociais em países periféricos, cuja economia capitalista promove distribuições desiguais dos bens sociais negativos.

Promovendo, ainda, uma aparência de neutralidade da atuação das agências repressivas do Estado, quando estas operam em todos os seus níveis de atuação – cominação, aplicação e execução da pena –, o discurso oficial demonstra a existência de funções instrumentais e simbólicas do Direito Penal. Oculta-se, assim, a real proporção da criminalidade, na medida em que a existência das cifras obscuras revela que uma imensa gama de práticas delituosas não é operacionalizada pelas agências do sistema de justiça criminal. No âmbito instrumental da prática penal, a realidade do sistema carcerário demonstra a eficiência do sistema, como instrumento voltado à repressão seletiva e desigual das camadas pobres da população. Entretanto, em sua função simbólica demonstra a manifestação do fenômeno ideológico da igualdade de todos perante a lei, bem como das consequências, também igualitária pela violação da lei penal.¹⁶⁴ Conclui-se, portanto, que devido à incapacidade de as agências repressivas do Estado operacionalizarem todas as condutas criminosas – isentando praticamente todas as condutas praticadas pela classe social dominante e punindo rigorosamente todas aquelas típicas das classes sociais subalternas, nos limites ou extrapolando sua capacidade de aprisionamento –, os dados apresentados pelas estatísticas oficiais sobre a criminalidade não revelam a quantidade real de crimes praticados na sociedade.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Nesse sentido, tais contradições são constatadas por Alessandro Baratta – citando trechos de Edwin Sutherland (SUTHERLAND, E. H. **White-Collar Criminality**. In. American Sociological Review. V. p. 1 s) – a respeito da cifra obscura e as condutas criminais típicas da elite dominante como realidades que contribuíram para o surgimento do *labeling approach*: “De fato, sendo baseadas sobre a criminalidade identificada e perseguida, as estatísticas criminais, nas quais a criminalidade de colarinho branco é representada de modo enormemente inferior à sua calculável ‘cifra negra’, distorcem até agora as teorias da criminalidade, sugerindo um quadro falso da distribuição da criminalidade nos grupos sociais. Daí deriva uma definição corrente da criminalidade como um fenômeno concentrado, principalmente nos estratos inferiores, e pouco representada nos estratos superiores e, portanto, ligada a fatores pessoais e sociais correlacionados com a pobreza, aí compreendidos, observa Sutherland, ‘a enfermidade mental, o desvio psicopático, a moradia em *slum* e a ‘*má*’ situação familiar” (BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p. 102).

¹⁶⁵ No mesmo sentido, Eugenio Raúl Zaffaroni: “A seletividade estrutural do sistema penal – que só pode exercer seu programa regressivo legal em um número insignificante das hipóteses de intervenção planificadas – é a mais elementar demonstração da falsidade da legalidade

Diante da evidente distribuição desigual da resposta do direito penal às condutas contrárias às suas normas de seleção criminalizante e, ao perceber no princípio central das relações sociais capitalistas a perfeita sincronia da correspondência crime/pena, pode-se concluir pela função real que a retribuição equivalente exerce nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A base sobre a qual se estruturam as relações sociais capitalistas e a analogia desta com a retribuição equivalente da pena criminal está bem demonstrada, segundo as duas concepções a seguir transcritas. Originariamente Pasukanis assim a compreende:

A pena proporcionada à culpabilidade representa fundamentalmente, a mesma forma que a reparação proporcionada ao dano. É a expressão aritmética que sobretudo caracteriza o rigor da sentença: tantos e tantos dias, meses, etc., de privação de liberdade, multa de tal ou tal montante, perda de tais ou tais direitos, etc. A privação de liberdade por um tempo determinado através da sentença do tribunal é a forma específica pela qual o direito penal moderno, isto é, burguês capitalista, realiza o princípio da reparação equivalente. Esta forma está inconscientemente, mas profundamente, ligada à representação do homem abstracto e do trabalho humano abstracto mensurável pelo tempo. Não foi por acaso que esta forma de pena foi introduzida e foi considerada como natural precisamente no século XIX, ou seja, numa época em que a burguesia pôde desenvolver e afirmar todas as suas características. As prisões e os calabouços também existiram na Antiguidade e na Idade Média ao lado de outros meios de exercício da violência física. Porém, os indivíduos estavam geralmente detidos aí até à sua morte ou até que pudessem pagar o seu resgate. [...] Para que a ideia da possibilidade de reparar o delito através de um quantum de liberdade tenha podido nascer foi preciso que todas as formas concretas da riqueza social tivessem sido reduzidas às mais

processual proclamada pelo discurso jurídico-penal. Os órgãos executivos têm 'espaço legal' para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem" (ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 27).

abstracta e mais simples das formas, ao trabalho humano medido pelo tempo.¹⁶⁶

Por seu turno, Juarez Cirino dos Santos expõe as deformações ideológicas que a função retributiva da pena criminal demonstra diante da realidade seletiva do sistema de justiça criminal, como expressão de um Direito Penal que atua como instituição de garantia da estrutura do modo de produção capitalista mediante a criminalização da pobreza sob duas perspectivas. Em primeiro lugar, ao analisar os dois níveis de realização do Direito Penal, afirma os interesses da classe dominante na seleção de bens jurídicos segundo o modo de produção capitalista, criminalizando comportamentos típicos das camadas marginalizadas da população e excluindo os comportamentos praticados pelos indivíduos pertencentes à elite dominante (criminalização primária). Em segundo lugar, destaca a posição social do autor de um injusto penal como variável decisiva para criminalização secundária.¹⁶⁷ Em síntese, o lugar que a função retributiva da pena encontra nos mecanismos de controle social, sob as bases do pensamento marxista, está assim lecionada pelo Criminólogo precursor do pensamento criminológico crítico no Brasil, cujas linhas encontram amparo em Pasukanis:

A concepção de pena como *retribuição equivalente* da sociedade capitalista, no sentido de *valor de troca* que realiza o *princípio da igualdade* do Direito, corresponde à lógica da troca de *força de trabalho* pelo *equivalente salarial* no mercado, que reduz toda riqueza social ao *trabalho abstrato* medido pelo *tempo*, o critério geral do valor na economia e no Direito. Por outro lado, a pena como *retribuição equivalente* representa o momento jurídico da *igualdade formal*, que oculta a submissão total da instituição carcerária, como aparelho disciplinar exaustivo para produzir

¹⁶⁶ Na sequência do pensamento do jurista soviético, um importante equívoco é registrado, ao apontar um erro que os criminalistas progressistas cometem ao centrarem suas críticas somente nas concepções falsas das teorias absolutas da pena, residindo aí, a essência da revelação criminológica da teoria da pena: “Na realidade, esta absurda forma de equivalência, não é uma consequência do erro de alguns criminalistas, mas uma consequência das relações materiais da sociedade de produção mercantil de que ela se alimenta. A contradição entre os fins racionais de proteção da sociedade e o da reeducação do delinquente e o princípio da reparação equivalente não existe apenas nos livros e nas teorias mas também na própria vida, na prática judiciária, na estrutura da própria sociedade” (PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra: Editora Perspectiva Jurídica, 1972. p. 202-203).

¹⁶⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 487.

sujeitos *dóceis* e *úteis*, que configura o cárcere como *fábrica* de proletários; por outro lado, o salário como *retribuição equivalente* do trabalho, na relação jurídica entre sujeitos “livres” e “iguais” no mercado, oculta a desigualdade real do processo de produção, em que a expropriação de *mais-valia* significa *retribuição desigual* e a subordinação do trabalhador ao capitalista significa *dependência real*, determinada pela coação das necessidades econômicas, que configuram a fábrica como *cárcere* do operário.¹⁶⁸

É evidente, portanto, que a compreensão da pena criminal requer um olhar que contemple o controle social segundo os interesses atribuídos à forma de atuação dos mecanismos de repressão em conjunto com o modo de produção capitalista. A pena, portanto, além de exercer uma real função retributiva, cuja essência já se demonstrou assentar sobre as matrizes do modo de reprodução capitalista, exerce também uma função utilitária em complemento à função retributiva.

Em linhas gerais, é consenso na literatura penal que a pena criminal exerce função de prevenção geral e especial, ambas na forma positiva e negativa. A dimensão negativa da função de prevenção geral visa desestimular potenciais criminosos a não praticar condutas criminosas, sob a ameaça da pena. Também conhecida como teoria da coação psicológica, tem em Feuerbach seu criador. A prevenção geral positiva possui duas versões modernas semelhantes – com a função de prevenir crimes –, mas com métodos de atuação antagônicos que radicalmente as distanciam. Em Claus Roxin possui natureza relativa e democrática de integração/prevenção pela qual a proteção de bens jurídicos se realiza de forma subsidiária e fragmentária em conformidade com o princípio penal da proporcionalidade. Tem como objetivo demonstrar a inviolabilidade do Direito, reforçando a fidelidade jurídica dos cidadãos, bem como preservando sua confiança na ordem jurídica. A versão antidemocrática da prevenção geral vem construída por Günther Jakobs devido sua natureza absoluta, cuja função é unicamente reafirmar as expectativas normativas pela demonstração da validade da norma, sendo que a considera como o único bem jurídico a ser tutelado pelo Direito Penal. A prevenção especial negativa é aquela que se manifesta no sujeito criminalizado

¹⁶⁸ Ibidem. p. 474-475.

e submetido à execução penal. Visa produzir segurança social pela privação de liberdade do indivíduo, neutralizando-o e impedindo-o de praticar crimes fora da prisão durante o cumprimento da pena. O sentido positivo dessa função manifesta o caráter utilitário da pena criminal, em que a ideologia do tratamento e correção expressa a utópica tentativa estatal de melhorar o condenado pela sua reeducação, ressocialização etc.

Juarez Cirino dos Santos faz a analogia da pena criminal com a mercadoria na sociedade capitalista e sua correspondência com as funções de prevenção especial e geral, atribuindo-lhes reais finalidades encobertas pelo discurso oficial. As prevenções especiais “vinculam a *retribuição equivalente* da pena criminal às funções *reais/latentes* de disciplina da classe trabalhadora”.¹⁶⁹ As prevenções gerais “vinculam a *retribuição equivalente* da pena criminal às funções *reais/latentes* de preservação da ordem social fundada na relação *capital/trabalho assalariado* das sociedades contemporâneas”.¹⁷⁰ O pensamento do autor, cuja inspiração segue as linhas de Pasukanis, compreende a utilidade real da troca jurídica do crime pela pena criminal, ou seja, o valor de uso conferido à retribuição equivalente, nos seguintes termos:

Entretanto, se o *valor de troca* da pena criminal se realiza na *retribuição equivalente* – que caracteriza a função *real* ou *latente* da pena criminal no capitalismo –, o *valor de uso* da pena criminal, sob as formas de prevenção especial e geral, cujas funções *declaradas* ou *manifestas* são ineficazes, mas cujas funções *reais* ou *latentes* de garantia das condições fundamentais da sociedade capitalista, são eficazes: garantem a separação *força de trabalho/meios de produção*, sobre a qual assenta o modo de produção fundado na contradição *capital/trabalho assalariado* – ou seja, o *valor de uso* atribuído à pena criminal, inútil do ponto de vista das funções *declaradas* ou *manifestas* do sistema penal, é útil do ponto de vista das funções políticas *reais* ou *latentes* da pena criminal, precisamente porque a *desigualdade* social e a *opressão* de classes do capitalismo é garantida pelo discurso

¹⁶⁹ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 475.

¹⁷⁰ Idem.

Dessa forma, a realidade das funções da pena criminal tem como consequência o modo de atuação das agências de controle social do Estado que, amparadas por um sistema jurídico construído para legitimar a desigualdade entre as classes sociais, garante a reprodução das condições materiais da vida em sociedade. A compreensão dessa realidade só é possível pela percepção das reais condições de vida da sociedade civil. E é justamente a negação dessa realidade que permite que os argumentos de uma suposta atuação neutra do sistema de justiça criminal e suas instituições justifiquem a repressão penal.

A pena criminal sob o mesmo fundamento jurídico da guerra¹⁷² implica a destruição de inimigos. Nessa perspectiva, as políticas criminais são desenvolvidas sob um cenário de guerra, de combate à criminalidade, em que os direitos e as garantias fundamentais dos sujeitos criminalizados são desprezados, constituindo-se em um verdadeiro estado de exceção.¹⁷³ Nesse contexto, a punição assume uma finalidade cuja expressão vai além da retribuição aqui já discorrida, assumindo um papel de destruição do sujeito. Nesse sentido, é durante a execução da pena que o direito encontra sua maior expressão de desordem e desrespeito aos direitos humanos. As funções punitivas – um percurso feito desde as ofensas divinas às ofensas ao soberano e no Estado Moderno as ofensas aos bens jurídicos e às relações do modo de produção capitalista – assumem na contemporaneidade um papel de destruição do outro. O Estado construiu e elegeu as figuras de seus inimigos a partir dos interesses de classes segundo as possibilidades de controle social

¹⁷¹ Ibidem. p. 476.

¹⁷² Barreto, Tobias. **Algumas idéias sobre o chamado fundamento do direito de punir**. Obras completas. vol. V. Sergipe: Ed. Estado de Sergipe, 1926. p. 149. *Apud*. ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *et al. Direito penal brasileiro*. v. I.: teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 109.

¹⁷³ A expressão “estado de exceção” representa aqui a definição de Giorgio Agamben que, referindo-se aos espaços de contradição entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida, qualificando-os como “terra de ninguém”, dá a dimensão dessa realidade no âmbito da forma do Estado exercer suas repressivas formas de controle social. Da indeterminação entre democracia e absolutismo o autor reconhece a indeterminação da expressão afirmando que: “O Estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite”(AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 15).

que permitissem a reprodução das relações sociais capitalistas. Não é difícil visualizar o método de guerra para a manutenção desse sistema de criminalização ao longo dos tempos, em que os inimigos estão sempre associados às ofensas dos interesses de classe. Trata-se de um processo elaborado e direcionado de forma calculada, objetivando resultados de exclusão em todas as fases da vida social dos sujeitos vulneráveis à atuação do sistema de justiça criminal.¹⁷⁴ Não há limites, portanto, na necessidade de se garantir o cumprimento das reais finalidades da pena criminal que, como garantia das relações de poder, opera sob uma perspectiva de exclusão/destruição dos sujeitos apenados. Sob a perspectiva de exclusão dos sujeitos, Massimo Pavarini assevera que “é somente na prática da exclusão social de alguns que o sistema de justiça criminal pode produzir maior inclusão da maioria”.¹⁷⁵ Esta lógica de exclusão, e aqui também compreendida como destruição dos sujeitos, é bem visível durante o cumprimento da pena criminal em sua função latente referente à prevenção especial. A disciplina adotada, cujos objetivos políticos encontramos em Foucault,¹⁷⁶ para ser realizada na execução da pena, não encontra amparo no direito.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Diante dessa constatação, é oportuna a ampliação que Eugenio Raul Zaffaroni faz da questão ao tratar do método de controle social em nível global: “É impossível ignorar que a atual situação constitui um fator determinante do escândalo que parece atingir a discussão no campo penal e político-criminal. Com efeito, até agora – e pode-se afirmar que durante o último século e meio – *minimizava-se com pouco esforço a desconexão penal com a teoria política*. Todavia, essa situação mudou, não só porque a mudança se expressa em palavras tão claras que tornam inevitável o contraste entre os dois âmbitos do conhecimento como também – e sobretudo – porque as circunstâncias do mundo variaram de modo notório, em razão de uma pluralidade de sinais alarmantes: o poder se planetarizou e ameaça com uma ditadura global; (...) Opera-se um imenso processo de concentração de capital que busca maiores rendimentos sem deter-se diante de nenhum obstáculo, seja ético, seja físico. Os Estados nacionais são débeis e incapazes de prover reformas estruturais; os organismos internacionais tornam-se raquíticos e desacreditados; a comunicação de massa, de formidável poder técnico, está empenhada numa propaganda *völkisch* (palavra traduzido pelo autor por ‘populista’) e vingativa sem precedentes; a capacidade técnica de destruição pode arrasar a vida; guerras são declaradas de modo unilateral e com fins claramente econômicos; e, para culminar, o poder planetário fabrica inimigos e emergências – com os consequentes *Estados de exceção* – em série e em alta velocidade. Este contexto não pode deixar de influir sobre nenhum teórico do direito e, por mais que se oculte sob os mais reluzentes enfeites jurídicos, a reação que suscita a presença descarnada do *inimigo da sociedade* no direito penal é de caráter político, porque a *questão que se coloca é – e sempre foi – dessa natureza!*” (ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. 3. ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 15-16).

¹⁷⁵ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos: criminalidade, exclusão e insegurança**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos; Aliana Cirino. Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012. p. 98.

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrólis: Vozes, 1987. p. 119.

¹⁷⁷ Essa é a conclusão de Pavarini ao tratar da distinção/oposição entre a pena útil e a pena justa: “À ‘pena justa’ – ou merecida pelo fato –, segue-se uma pena que, enquanto execução, é

Assim sendo, a aniquilação do condenado está imbricada com os objetivos reais da retribuição e da prevenção especial da pena criminal. A dura disciplina a que é submetido o condenado, realizada mediante condições degradantes no interior das prisões¹⁷⁸, e as contradições reveladas durante o cumprimento da pena permitem a equivalência real dessas funções. Trata-se de reafirmação da retribuição penal em razão das ilusões da inocuização, bem como da ideologia “re”¹⁷⁹, cujas exposição de sua dimensão negativa revelam seis relevantes contradições, assim sintetizadas por Juarez Cirino dos Santos:

a) a privação de liberdade produz maior reincidência – e, portanto, maior criminalidade –, ou pelos reais efeitos nocivos da prisão, ou pelo controle seletivo fundado na *prognose negativa* da condenação anterior; b) a privação de liberdade exerce influência negativa na vida do condenado, mediante *desclassificação social* objetiva, com redução das chances de futuro comportamento legal e formação subjetiva de uma *auto-imagem* de criminoso – portanto, habituado à punição; c) a execução da pena privativa de liberdade representa a máxima *desintegração social* do condenado, com a perda do lugar de trabalho, a dissolução dos laços familiares, afetivos e sociais, a formação pessoal de atitudes de dependência determinadas pela regulamentação da vida prisional, além do estigma social de ex-condenado; d) a subcultura da prisão produz deformações psíquicas e emocionais no condenado, que excluem a reintegração social e realizam a chamada *self fulfilling prophecy*, como disposição aparentemente inevitável de carreiras criminosas; e) prognoses negativas fundadas em indicadores sociais desfavoráveis, como pobreza, desemprego, escolarização precária, moradia em favelas etc.,

forçada a lidar com o problema de tratar os homens, isto é, com a disciplina (precisamente, o ‘não direito’)” (PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos**: criminalidade, exclusão e insegurança. Tradução: Juarez Cirino dos Santos; Aliana Cirino. Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012. p. 84-85).

¹⁷⁸ Ao analisar os contrastes que o trabalho realizado no interior das prisões do início do século XIX com a realidade da força de trabalho livre, dois trechos da obra de Rusche e Kirchheimer merecem menção: “Os cidadãos empobrecidos e jornaleiros diziam corretamente: ‘Os condenados estão melhor que nós; eles jogam fora mais pão do que podemos comprar; eles vivem uma vida despreocupada, comendo e bebendo, enquanto nós vivemos na miséria e não podemos melhorar nossa sorte’. (...) ‘tratava-se de tornar a vida dos prisioneiros menos confortável do que a do mais pobre dos trabalhadores livres na Inglaterra.’” (RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p.150 e 171).

¹⁷⁹ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. et al. **Direito penal brasileiro**. v. I.: teoria geral do direito penal. 2. ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 127.

desencadeiam estereótipos justificadores de criminalização para correção individual por penas privativas de liberdade, cuja execução significa experiência subcultural de prisionalização, deformação pessoal e ampliação da prognose negativa de futuras reinserções no sistema de controle; f) finalmente, o grau de periculosidade criminal do condenado é proporcional à duração da pena privativa de liberdade, porque quanto maior a experiência do preso com a *subcultura da prisão*, maior a reincidência e, portanto, a formação de carreiras criminosas, conforme demonstra o *labeling approach*.¹⁸⁰

Claramente percebe-se que no nível da execução penal as consequências da suposta inocuização dos condenados, na realidade cumpre a função de reproduzir e reafirmar a reincidência como método de realimentar o sistema de justiça criminal, sob o disfarce de defesa social. Não deixa de praticar crimes o sujeito condenado, uma vez que a reincidência criminal durante o cumprimento da pena ocorre não somente por condutas típicas, mas também pelas incontáveis condutas que não se adequam às regras de bom comportamento – bom comportamento segundo a ilusão da pretensão de sujeição e domesticação do condenado às regras de segurança e disciplina da prisão. Das condutas criminalizadas que mais se destacam no interior das prisões brasileiras, as de uso e tráfico de entorpecentes, bem como lesões corporais e homicídios, estão entre aquelas que mais vitimizam os presidiários. Comportamentos de indisciplina em virtude de inconformismo dos presidiários diante das violações de direitos humanos praticados pelo Estado, são tidos como prática de falta grave e, por isso, punidos severamente com as devidas consequências no cômputo da pena para os fins de progressão de regime. Devido às necessidades de adaptação às regras de corrupção e violência da prisão – características inerentes à violência estrutural e institucional do modelo capitalista de sociedade –, os detentos são obrigados a praticar tais condutas como meio de sobrevivência, num ambiente prisional que assim está construído e mantido pelo Estado com a finalidade real de proporcionar todos os meios possíveis para que a eficácia invertida das funções declaradas da pena se cumprem integralmente.

¹⁸⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 477-478.

Ainda, em relação ao tempo de pena cumprida como fator que favorece a reincidência, a realidade demonstra que dependendo da idade em que o condenado consegue a liberdade definitiva, sequer forças físicas ou psíquicas lhes restam para reincidir em condutas criminais, uma vez que, destruído pelos efeitos criminógenos da prisão e sem nenhuma real possibilidade de reintegração na sociedade, a única opção que tem é adaptar-se não voluntariamente a ela como pária.¹⁸¹

A análise crítica da comparação entre a essência da função retributiva da pena – cuja psicologia popular ainda alimenta o sentimento de vingança e destruição do outro, conforme todas as demonstrações já anotadas acima – e as reais finalidades cumpridas pela função de prevenção especial negativa – cuja eficácia se realiza apenas em nível simbólico – permitem associá-las como funções que se entrelaçam, se refletem e, por isso, se equivalem.

3.4 Processo disciplinar administrativo e sua instrumentalidade como meio de apuração e aplicação das faltas graves

A apuração e aplicação das faltas disciplinares praticadas durante a execução penal são nitidamente demarcadas em duas fases bem distintas: a fase administrativa e a fase judicial. Apesar de o poder jurisdicional do Juízo da Execução Penal exercer o *imperium* estatal em todo e qualquer acontecimento durante o cumprimento da pena, quis o Legislador de 1984 que a fase administrativa do procedimento disciplinar fosse impulsionada pela administração prisional, atribuindo poder sancionatório ao diretor das unidades penais, assim como ao Conselho Disciplinar.

¹⁸¹ Em referência ao modo de adaptação evasivo perante os objetivos culturais e os meios institucionais para atingi-los, que, segundo a teoria da anomia de Robert Merton: “os que se afastam (por exemplo: vagabundos, bêbados contumazes e viciados em entorpecentes) retiram-se da ‘corrida dos renegados’ ao abandonar os objetivos e os meios” (COHEN, Albert K. **Transgressão e controle**. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais), 1968. p. 165).

A natureza mista da execução penal permite que, mesmo durante a fase administrativa do procedimento disciplinar, toda lesão que fira ou ameace direitos fundamentais do condenado poderá ser apreciada pelo Poder Judiciário.

O procedimento administrativo disciplinar na execução penal que apura um desvio de conduta praticada pelo condenado é impulsionado por atos administrativos cujo objetivo oficial é a apuração de condutas contrárias às regras de disciplina e segurança da prisão. É comum os julgados que tratam da matéria se referirem ao procedimento disciplinar como sindicância administrativa,¹⁸² o que, inevitavelmente, demonstra que o procedimento em estudo encontra-se sob os alicerces do Direito Administrativo, no que tange à hermenêutica dos institutos próprios desse ramo do Direito, merecendo, portanto, algumas considerações.

Sendo impulsionado por uma sequência de atos administrativos voltados para uma finalidade específica, acima definida, é oportuno citar o conceito que Maria Sylvia Zanella Di Pietro desenvolveu a respeito: “declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo Poder Judiciário.”¹⁸³ Assim, todos os atos administrativos que o diretor penitenciário realiza durante o procedimento disciplinar devem estar condicionados aos elementos que integram o ato, sendo eles: sujeito, objeto, forma, finalidade e motivo.¹⁸⁴

¹⁸² “Na sindicância administrativa que visa apurar falta disciplinar do preso não basta, ... (TACrim-SP, 1ª Câmara, Ag. Exec. 878.577-6 – SP, j. 01/09.1994, v.u., Rel. Pires Neto. *Apud. Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Trimestral – ano 5. n. 19. jul. – set./1997. p. 389.

¹⁸³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 206.

¹⁸⁴ Conforme leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro, na seara do Direito Administrativo: “Sujeito é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato; Objeto ou conteúdo é o efeito jurídico imediato que o ato produz”; a Forma se conceitua através de uma concepção restrita, como sendo “a exteriorização do ato, ou seja, o modo pelo qual a declaração se exterioriza; nesse sentido, fala-se que o ato pode ter a forma escrita ou verbal, de decreto, portaria, resolução etc. Uma concepção ampla, que inclui no conceito de forma, não só a exteriorização do ato, mas todas as formalidades que devem ser observadas durante o processo de formação da vontade da Administração, e até os requisitos concernentes à publicidade do ato; Finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato; Motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo (ibidem. p. 213-220).

Visando à identificação dos elementos do ato administrativo que impulsionam um procedimento disciplinar no âmbito da execução penal, é oportuno o seguinte exemplo: praticada a conduta passível de punição com falta grave, o sujeito que possui competência para iniciar a apuração da falta é o diretor da unidade penal, por meio de um ato administrativo que determina a oitiva do condenado ou até mesmo o seu isolamento preventivo. O objeto do ato administrativo emanado pelo diretor penitenciário é o efeito jurídico por ele produzido, ou seja, nasce, extingue-se ou transforma-se o direito¹⁸⁵ de punir o condenado na esfera administrativa da execução. A forma do ato, embora pode também assumir forma verbal, consoante o inciso I do artigo 53 da Lei de Execução Penal,¹⁸⁶ em que pese a forma verbal dever ser anotada no prontuário do condenado. A finalidade é a manutenção da ordem e da disciplina no interior da unidade penal. E, finalmente o motivo, é a própria Lei de Execução Penal que, assim preceitua no artigo 59: “Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurando o direito de defesa”.

O parágrafo único do mesmo artigo determina que “a decisão será motivada.” Ao comentar a respeito do conteúdo da decisão motivada, Julio Fabbrini Mirabete demonstra a necessidade de que a decisão que aplica a sanção disciplinar possua alguns requisitos que a aproxima da sentença judicial, lecionando que:

Nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, a decisão será motivada. Embora, evidentemente, não se exija que o diretor do estabelecimento, a autoridade administrativa ou o conselho disciplinar elabore uma decisão com todos os requisitos que devem estar presentes em uma sentença judicial, já que se trata de uma manifestação jurisdicional em sentido estrito, torna-se obrigatório que, na aplicação da sanção, exponha os elementos que comprovam a existência e a autoria da falta, bem como as razões referentes às circunstâncias do fato e do autor que conduziram à fixação da espécie da sanção e sua duração.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Ibidem. p. 216.

¹⁸⁶ “Constituem sanções disciplinares: I – advertência verbal;

¹⁸⁷ MIRABETE, Julio Fabbrini Mirabete. **Execução penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-84**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 159.

A proximidade do procedimento administrativo, também designado como sindicância administrativa disciplinar, com o inquérito policial é notória, apesar de a sindicância ser um instituto administrativo comumente utilizado para apurar ocorrências anômalas ao serviço público,¹⁸⁸ tal instituto é uma realidade na execução penal, sendo oportuna a comparação, conforme lição de Edson Jacinto da Silva, ao citar Egbert Maia Luz:

Assim, temos que a sindicância administrativa é o procedimento preliminar, que não possui rito obrigatório, mas a sua existência é tão importante que o mestre Egbert Maia Luz, em sua obra “Direito Administrativo Disciplinar”, 2. ed. Ed. RT, p. 128, afirma: “É absolutamente correto dizer que a sindicância está para o processo administrativo, assim como o inquérito policial está para o processo criminal. É uma relação tão perfeita, que a similitude bem define as hipóteses. Ambos servem de base, respectivamente, àquela para a instauração da apuração disciplinar regular, com recurso mais amplos e mais dilatados para a fase probatória processual e o inquérito de igual forma, possibilita a efetiva instrução penal com a precedente elucidação dos fatos imputados e conveniente fixação da responsabilidade que será ou não julgada precedente.”¹⁸⁹

Em que pese alguns pontos em comum entre os dois institutos, cumpre esclarecer que há diferenças evidentes entre ambos. Enquanto o inquérito policial formalmente é sigiloso e inquisitivo, mesmo podendo assimilar todas as características dos atos administrativos acima abordados, a sindicância administrativa disciplinar que apura faltas disciplinares no âmbito da execução penal, deve atender aos princípios da publicidade, bem como oportunizar ampla defesa e contraditório ao condenado.

No procedimento administrativo disciplinar, a discricionariedade atribuída ao diretor penitenciário responsável pelos atos de impulso do procedimento, é totalmente vinculada aos ditames da lei, podendo sofrer apreciação do Poder Judiciário visando a sua anulação ou invalidação. Nesse sentido, o sujeito do

¹⁸⁸ CRETELLA JUNIOR, José. **Tratado de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. v. 6. p. 153. *Apud.* DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 615.

¹⁸⁹ MAIA LUZ, Egberto. **Direito administrativo disciplinar**. RT. 1992. *Apud.* SILVA, Edson Jacinto da. **Sindicância e processo administrativo disciplinar**. São Paulo: Editora de Direito, 2002. p. 16.

ato administrativo que instaura a apuração da falta grave, deve pautar todos os seus atos sob a égide dos princípios peculiares da Administração Pública, ou seja, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência são os pilares dos atos administrativos do procedimento disciplinar administrativo na execução penal, conforme a norma constitucional.¹⁹⁰

3.4.1 Fase Administrativa

Cometida pelo condenado qualquer conduta que se adeque às tipificadas nos artigos 50 a 52 da Lei de Execução Penal,¹⁹¹ inicia-se o procedimento administrativo para a apuração do fato. O diretor da unidade penal determina a instauração do procedimento administrativo para a sua apuração, sendo facultado o isolamento preventivo, não podendo ultrapassar dez dias. Vejamos a previsão legal contida na Lei de Execução Penal:

Art. 59. Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para a sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

Parágrafo único. A decisão será motivada.

¹⁹⁰ Artigo 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, ...

¹⁹¹ Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I – incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; II – fugir; III – possuir indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; IV – provocar acidente de trabalho; V – descumprir no regime aberto, as condições impostas; VI – inobservar os deveres previstos nos incisos II e IV do art. 39 desta lei; VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo (incluído com o advento da Lei 11.466 de 28-03-2007). Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que: I – descumprir injustificadamente, a restrição imposta; II – retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta; III – inobservar os deveres previstos nos incisos II e IV do art. 39 desta lei.

Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características (Redação dada pela Lei n. 10.792 de 1º de dezembro de 2003): I – duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo da repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie até o limite de um sexto da pena aplicada; II – recolhimento em cela individual; III – visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas; IV – o preso terá direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol.

Art. 60. A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de dez dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

Parágrafo único. O tempo de isolamento preventivo será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

Paulo Lúcio Nogueira reconhece o isolamento preventivo do procedimento disciplinar como decisão administrativa do diretor penitenciário que afronta a Constituição Federal de 1988, conforme asseverou:

Aliás, o isolamento pelo prazo de dez dias, a nosso ver, está revogado com a Constituição de 1988, pois se é vedada a incomunicabilidade do preso no estado de defesa (art. 136, § 3º, IV),¹⁹² com muito mais razão não poderá haver incomunicabilidade e isolamento no estado de direito.¹⁹³

Afronta maior aos legados conquistados pelo princípio da secularização, no que tange às finalidades da pena, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana, foi a alteração promovida pela Lei n.º 10.792/2003 no artigo 52 da Lei de Execução Penal. Em que pese a profundidade do tema merecer estudo a parte, é oportuna a manifestação de Salo de Carvalho, uma vez que as sequelas psíquicas causadas ao condenado em virtude do absurdo tempo em isolamento, caracterizando verdadeira pena cruel vedada pela Constituição da República, ilegitimamente impõe um novo regime de cumprimento de pena, não previsto pelo ordenamento jurídico penal.

O isolamento celular prolongado previsto no RDD, em face dos efeitos destrutivos para a saúde física e mental dos condenados, assume feição de pena cruel, reeditando a velha noção de pena como puro e simples exercício de vingança social. Tem-se, assim, não apenas uma ressignificação da disciplina, mas dos próprios suplícios, em um sistema (ideológico) integrado de maxipunitividade.

Nítido, portanto, que tal dispositivo viola os preceitos constitucionais de tutela dos direitos individuais que veda aplicação

¹⁹² IV – é vedada a incomunicabilidade do preso.

¹⁹³ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Comentários à lei de execução penal**: Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 82.

de penas cruéis (artigo 5º, inciso XLVII, alínea “e”, CR) e, por outro lado, assegura aos presos “o respeito à integridade física e moral”. Por outro lado, ofende os princípios básicos previstos nas Regras Mínimas para Tratamento dos Reclusos: “*serão absolutamente proibidos como punições por faltas disciplinares os castigos corporais, a detenção em cela escura, e todas as penas cruéis, desumanas ou degradantes*” (art. 31). Não por outro motivo que a 68ª Assembléia Geral da ONU propôs a abolição do isolamento celular: “*devem empreender-se esforços tendente à abolição ou restrição do regime de isolamento, como medida disciplinar ou de castigo*” (princípio 07).¹⁹⁴

Instaurado o procedimento administrativo, é oportunizado ao condenado a direito à defesa, devendo ele prestar declaração dos fatos ocorridos na presença do defensor.¹⁹⁵ A presença do defensor é fundamental para que a defesa técnica seja efetiva já no início do procedimento, proporcionando todos os meios inerentes à ampla defesa e ao contraditório. Cabe aqui o magistério de Rogério Lauria sobre o tema:

Temos enfatizado, com a força de nossa convicção, que a garantia da ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes, conforma-se, também, numa das exigências em que se consubstancia o *due process of law*, especificada no processo penal, em favor dos acusados em geral, ou seja, não só destes, mas, por igual, dos indiciados e condenados. Igualmente, que a concepção moderna do denominado *rechtliches Gehör* (garantia da ampla defesa) reclama, para a sua verificação, seja qual for o objeto do processo, a conjugação de três realidades procedimentais, a saber: a) o direito à informação (*Nemo inauditus*

¹⁹⁴ CARVALHO, Salo de; FREIRE, Christiane Russomano. **O regime disciplinar diferenciado: notas críticas à reforma do sistema punitivo brasileiro.** In: CARVALHO, Salo de (Coord.). **Crítica à execução penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. p. 279-280.

¹⁹⁵ O Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, regulamenta o procedimento desta fase, nos seguintes termos: Art. 69. O secretário do Conselho Disciplinar autuará a comunicação, efetuando a juntada dos dados gerais do preso e, em dois dias úteis, realizará as diligências necessárias para a elucidação do fato, cabendo-lhe: I – requisitar o prontuário individual; II – ouvir, tomando por termo, o preso, o ofendido e as testemunhas, assegurada a participação do defensor.

Art. 70. Instruído o processo com relatório circunstanciado do secretário, o Conselho Disciplinar observará, na aplicação das sanções, o estatuído no Art. 54 da Lei de Execução Penal. Parágrafo Único. As decisões do Conselho Disciplinar, assim como as que couberem ao diretor do estabelecimento, serão proferidas no prazo de quarenta e oito horas, fundamentadamente.

damnari potest); b) a bilateralidade da audiência (contrariedade); e c) o direito à prova legitimamente obtida ou produzida (comprovação de inculpabilidade). Sintetizando-as, anota Alex Carocca Pérez¹⁹⁶ que o direito de ser informado do teor da acusação, como exigência da garantia de defesa, constitui requisito indispensável para que o imputado possa efetuar suas alegações e provas, principais faculdades originadas do exercício do direito fundamental sob estudo.

Alberto Suarez Sánchez,¹⁹⁷ por sua vez, explica que o direito de defesa penal, em um Estado democrático, cabe a todo o imputado, como sujeito processual e titular de direitos fundamentais constitucionais, mediante a assistência técnica de um advogado defensor, e ambos com capacidade para reagir, efetivamente, a uma pretensão penal; completando que esse direito deve reunir os seguintes requisitos: - Ser concedido a todo imputado (haja sido ou não processado ou acusado); - O imputado deve ser considerado como parte ou sujeito processual e, ademais, como titular de direitos fundamentais; - O direito deve estar constituído por um conjunto de garantias, direitos e faculdades suficientes para uma oposição efetiva à pretensão penal. E, nesse mesmo sentido, posiciona-se a doutrina alienígena e nacional,¹⁹⁸ expressando, e.g., Vicente Greco Filho,¹⁹⁹ que se consideram meios inerentes à ampla defesa: a) ter conhecimento claro da imputação; b) poder apresentar alegações contra a acusação; c) poder acompanhar a prova produzida e fazer contra-prova; d) ter defesa técnica por advogado, cuja função, aliás, agora, é essencial à Administração da Justiça (art. 133) e e) poder recorrer da decisão desfavorável.²⁰⁰

¹⁹⁶ PÉREZ, Alex Carocca. **Garantia constitucional de la defensa procesal**. Barcelona: Bosch. 1998. p. 187 e ss., especialmente p. 258. *Apud.* TUCCI, Rogério Lauria. **Teoria do direito processual penal**: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 213.

¹⁹⁷ SÁNCHEZ, Alberto Suarez. **El debido proceso penal**. Bogotá: Universidad Externado de Columbia, 1998. p. 288 e ss. (*Apud.* Ibidem).

¹⁹⁸ BELLAVISTA, Girolamo. **Lezione di diritto processuale penale**. Milão: Giuffrè, 1956. p. 123 e ss. *Apud.* FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo penal constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 247 e ss. *apud.* Ibidem. p. 213.

¹⁹⁹ GRECO FILHO, Vicente. **Tutela constitucional das liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 110. *Apud.* Ibidem. p. 213.

²⁰⁰ TUCCI, Rogério Lauria. **Teoria do direito processual penal**: jurisdição, ação e processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 212-213.

Isso posto, é evidente que o procedimento disciplinar, conforme a instrumentalidade que segue, não proporciona todos os meios inerentes à ampla defesa e contraditório, uma vez que, muitos instrumentos processuais possíveis no processo penal, acima esboçados por Rogério Lauria Tucci e os autores por ele referenciados, não estão contemplados na fase administrativa da apuração da falta disciplinar. Em que pese a expressão ‘assegurado o direito de defesa’ contemplada no artigo 59 da Lei de Execução Penal, a efetividade desse direito jamais será usufruída plenamente pelo condenado que não acompanha pessoalmente os atos do procedimento, como, por exemplo, o colhimento das declarações daqueles que o acusam, ou, então, não está presente na reunião do Conselho Disciplinar que julga o procedimento. Nesse ponto, o procedimento administrativo que apura e aplica sanções disciplinares é inquisitivo, portanto, macula o princípio da publicidade dos atos administrativos, conformando-se às reais funções da pena criminal.

Segue o procedimento com a oitiva do condenado na presença do defensor. Cumpre salientar que o responsável pelo colhimento da declaração do condenado é um servidor público penitenciário, geralmente o secretário do Conselho Disciplinar. É imprescindível a presença do advogado durante a declaração, uma vez que, desprotegido da tutela jurídica, o condenado poderá ser induzido a produzir provas contra si mesmo, declarando ações distorcidas da realidade dos fatos narrados na peça acusatória, sendo essa um comunicado de falta disciplinar que o servidor público responsável pelo ato envia ao diretor da unidade penal. Direitos como, por exemplo, permanecer calado,²⁰¹ entrevista com o advogado antes de prestar a declaração a respeito dos fatos ocorridos são direitos igualmente assegurados.²⁰² A recepção das

²⁰¹ Constituição da República. Art. 5º. LXIII – “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”. Cumpre salientar o preceito do parágrafo único do artigo 186 do Código de Processo Penal: “O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa”.

²⁰² Nesse sentido, as normas processuais penais que dirimem o interrogatório na esfera judicial poderiam ser observadas no procedimento administrativo, por estarem em consonância com o direito à ampla defesa. Assim preceitua o artigo 185 e parágrafos do Código de Processo Penal: O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. § 1º O interrogatório do acusado será feito no estabelecimento prisional em que se encontrar, em sala própria, desde que estejam garantidas a segurança do juiz e auxiliares, a presença do defensor e a publicidade do ato. Inexistindo a segurança, o interrogatório será feito nos termos do Código de Processo Penal. § 2º Antes da realização do interrogatório, o juiz assegurará o direito de entrevista reservada do acusado com seu defensor.

normas processuais penais para o procedimento disciplinar é relevante, pois, dessa forma, a característica inquisitiva seria extirpada do procedimento.

Após a oitiva do condenado, o defensor elabora a peça de defesa perante o Conselho Disciplinar. Seria o momento do confronto das provas trazidas aos autos do procedimento disciplinar, podendo-se pugnar pela produção de provas. Por exemplo, nas acusações de tentativa de fuga, em que o crime deixa vestígios, seria necessário exame de corpo de delito²⁰³ que comprove a tentativa. É comum condenados serem alojados em celas, cujas grades da janela já estão com parte cerrada. Realizada a averiguação nas grades da cela, os agentes de segurança constatarem a irregularidade, isolando os condenados e comunicando o fato ao diretor da unidade penal. Um defensor atuante solicitará o exame pericial que comprovará o provável tempo em que as grades foram cerradas, propiciando a absolvição do (s) condenado (s). É na fase do procedimento disciplinar que o defensor deve confrontar as declarações das partes, ou seja, daquele que defende e daqueles que acusam, geralmente os agentes penitenciários. Todo excesso que motivou a instauração do procedimento disciplinar deve ser arguido na produção de prova pela defesa e, principalmente, assegurar ao condenado a igualdade processual perante aqueles que o acusam.

A defesa de acusados já condenados e cumprindo pena no sistema prisional é uma missão das mais difíceis. O ambiente prisional é regido pela função retributiva da pena e nesse ponto a realidade do exercício seletivo do poder de punir volta a se manifestar como modo de reafirmação da retribuição anteriormente determinada na sentença condenatória. Assim, o Advogado que defende um condenado geralmente não é visto com bons olhos pelos funcionários de uma prisão. A defesa perante o Conselho Disciplinar não somente atua perante condutas contrárias aos regulamentos de comportamento da prisão, mas, na maioria das vezes, se depara com condutas tipificadas como criminosas, fazendo do defensor que advoga no âmbito da execução penal, um advogado criminal.²⁰⁴

²⁰³ Código de Processo Penal. Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

²⁰⁴ Diante dessa realidade, Juarez Cirino dos Santos responsabiliza os operadores do direito de acordo com o uso que fazem da Dogmática Penal. Se como critério de racionalidade do sistema punitivo, atuam em favor do poder repressivo do Estado. Se como sistema de

Apresentada a defesa do indigitado perante o Conselho Disciplinar da unidade penal, este julga o procedimento administrativo e aplica a sanção correspondente à conduta praticada, ou absolve o apenado.

Conforme determina o artigo 47 da Lei de Execução Penal, “o poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares.” No âmbito da legislação do Estado do Paraná, a lei que regulamenta a composição do Conselho Disciplinar é o Decreto n.º 1.276 de 31 de outubro de 1995 (Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná). O artigo 67 do Estatuto dispõe a composição do Conselho Disciplinar, bem como a regulamentação do procedimento de voto:

Art. 67. O Conselho Disciplinar, existente em cada estabelecimento, será composto por um secretário, que é o relator, quatro técnicos e um defensor, sendo presidido pelo diretor.

§ 1º - Os técnicos serão, respectivamente, dos setores de psicologia, serviço social, laborterapia e pedagogia.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria de votos.

§ 3º - Somente terão direito a voto os técnicos e o diretor.

§ 4º - O representante da divisão de segurança será ouvido obrigatoriamente.

A decisão do Conselho Disciplinar implica a condenação ou a absolvição do acusado. Em caso de absolvição, o procedimento disciplinar é arquivado, não devendo nenhuma anotação constar no prontuário do condenado. Assim, sendo absolvido, o apenado permanece impossibilitado de ser reparado pelo dano sofrido, uma vez que, conforme o caso concreto, permaneceu isolado do convívio carcerário por dez dias, tendo muitos dos direitos restringidos naquele período.

A decisão que reconhece a prática de falta disciplinar tem como consequência a aplicação de uma das três sanções previstas no artigo 49 da LEP, ou seja, falta leve, média ou grave. Sendo falta leve ou média, a punição

garantias do indivíduo em face do poder punitivo do Estado, atuam no sentido de excluir ou reduzir o poder de intervenção do Estado na esfera das liberdades individuais, contribuindo, portanto, para a redução do sofrimento humano (SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 489-490).

corresponde à advertência, repreensão ou suspensão, a serem aplicadas pelo diretor da unidade penal.²⁰⁵

Em caso de falta grave, pune-se o condenado com suspensão ou restrição de direitos e/ou isolamento por trinta dias.

O Estatuto Penitenciário do Paraná prevê um fase recursal das decisões proferidas pelo Conselho Disciplinar, oportunizando ao condenado requerer a reconsideração da decisão condenatória quando esta não foi unânime.²⁰⁶

Art. 76 O preso poderá solicitar a reconsideração da decisão, no prazo de cinco dias, contado de sua intimação, quando:

I - não tiver sido unânime a decisão do Conselho Disciplinar ou quando a mesma, se for da competência do diretor, não acolher o que foi decidido;

II - a decisão não estiver de acordo com o relatório.

Art. 77 Após a decisão do Conselho Disciplinar, lavrar-se-á ata da reunião, assinada por todos os membros, cuja cópia será remetida ao juiz da execução.

Art. 78 Poderá ser requerida a revisão do processo disciplinar quando:

I - a decisão se fundamentar em testemunho ou documento comprovadamente falso;

II - a sanção tiver sido aplicada em desacordo com as normas deste Estatuto ou da Lei.

Art. 79 Os pedidos de revisão das sanções serão requeridos ao presidente do Conselho Disciplinar de estabelecimento, que o submeterá à apreciação do referido Conselho, em dois dias úteis, o qual decidirá fundamentadamente.

□ 1º - Julgado procedente o pedido, serão canceladas as aplicações, comunicando-se ao juiz da execução.

²⁰⁵ Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná. Art. 64. § 1º As sanções de advertência, repreensão e suspensão serão aplicadas pelo diretor, ouvido o conselho disciplinar.

²⁰⁶ Cumprido à assessoria jurídica da unidade penal em que o condenado cumpre pena postular o que de direito em favor do mesmo. Porém, nada impede que o próprio interessado peticione a qualquer autoridade, incluindo-se, portanto, o Conselho Disciplinar, conforme o direito de representar ou peticionar previsto no artigo 41, inciso XIX da Lei de Execução Penal: “Constituem direitos do preso: XIV – representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito”. Para tanto, somente ao se reconhecer o indivíduo condenado como sujeito de direito, propiciando que o mesmo disponha de todos os meios inerentes ao acesso à ampla defesa e contraditório, poderá o acusado perante um Conselho Disciplinar, tornar efetivo o direito contido no mencionado inciso.

□ 2º - Entendendo o Conselho que a decisão deva ser mantida, os autos serão encaminhados ao Conselho de Reclassificação e Tratamento, em se tratando de falta grave.

O pedido de reconsideração possibilita ao Conselho Disciplinar um juízo de retratação, podendo rever a decisão proferida. A revisão da decisão proferida é dirigida ao presidente do Conselho Disciplinar e julgada pelos mesmos membros do Conselho, revelando um equívoco do Legislador Estadual ao prever essa possibilidade, uma vez que a revisão exige que o julgamento da decisão, mesmo na esfera administrativa, seja proferido por um órgão hierarquicamente superior a que proferiu a primeira decisão. A distinção entre os dois institutos, reconsideração e revisão é nítida, como leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O pedido de reconsideração é aquele pelo qual o interessado requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu. Recurso hierárquico é o pedido de reexame do ato à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado.²⁰⁷

Isso posto, duas decisões do Conselho Disciplinar concluem a fase administrativa do procedimento disciplinar: a) decisão absolutória, remetendo o procedimento ao arquivo, não devendo nenhuma anotação constar no prontuário do condenado; ou b) decisão sancionatória e, no caso de aplicação de sanção disciplinar em decorrência da prática de falta grave, bem como havendo pedido de reconsideração, sendo a sanção mantida, os autos deverão ser remetidos ao Juízo da Execução, findando a fase administrativa e iniciando a fase judicial do procedimento.

²⁰⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. op. cit. p. 700.

3.4.2 Fase Judicial

A Lei de Execução Penal não prevê a fase recursal do procedimento administrativo disciplinar, mas, conforme determina a legislação que regulamenta o procedimento no Estado do Paraná, em seu artigo 77, prevê que “após a decisão do Conselho Disciplinar, lavrar-se-á ata de reunião, assinada por todos os membros, cuja cópia será remetida ao juiz da execução.” A finalidade da remessa da cópia dos autos do procedimento disciplinar administrativo ao juiz da execução se dá em virtude de que, sendo aplicada punição pela prática de falta grave, as consequências são extremamente gravosas ao andamento do processo executivo penal do condenado. Assim, a remessa da cópia dos autos ao juiz da execução inaugura a fase judicial do procedimento.

Conforme norma constitucional disposta no artigo 5º, inciso XXXV, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.” Julio Fabbrini Mirabete, ao comentar a possibilidade recursal do procedimento administrativo disciplinar, no que tange à fase judicial, assim lecionou:

De qualquer forma, a imposição de uma sanção disciplinar lesa direitos individuais e, nos termos da Constituição Federal, não poderá ser ela excluída de apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV). Poderá assim o sentenciado, sendo ou não previsto o competente recurso na legislação local ou regulamento, requerer a instauração do procedimento local para a apuração de excesso ou desvio de execução quando da aplicação arbitrária de sanção Penal.²⁰⁸

O juiz da execução penal, ao receber a remessa dos autos de procedimento administrativo, abre vista para manifestação do representante do Ministério Público. A defesa do condenado novamente é oportunizada,

²⁰⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-84.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 157.

podendo o juiz interrogá-lo em audiência, ou requerer-lhe justificativa por escrito.²⁰⁹

Na fase judicial da apuração das faltas disciplinares, as garantias do devido processo legal conduzem o andamento do, agora, processo disciplinar, sob pena de nulidade do processo, nos casos em que essa se caracterizar. Considerando que o artigo 2º da Lei de Execução Penal²¹⁰ determina que, ao processo de execução penal sejam aplicadas as normas do Código de Processo Penal, as nulidades previstas na lei processual atingem o processo penal executório. Assim, a falta de defensor ao réu é causa de nulidade do ato, uma vez que a ausência de defensor é causa de nulidade absoluta.²¹¹

Apresentada a defesa perante o juiz da execução, este julga o processo disciplinar, proferindo sentença que mantém ou reforma a decisão administrativa, sendo que em ambas as decisões judiciais caberá Recurso de Agravo em Execução, seja pela defesa, seja pelo Ministério Público.

A Lei de Execução Penal estabelece em seu artigo 197 que: “Das decisões proferidas pelo juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo”.

Embora a Lei de Execução Penal tenha se referido ao Recurso apenas como Agravo, não estabelecendo seu procedimento processual, o termo

²⁰⁹ O início do procedimento judicial é regulamentado pela Lei de Execução Penal, que assim estabelece: Art. 195. O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o represente, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante Proposta do Conselho Penitenciário, ou, ainda, da autoridade administrativa.

Art. 196. A portaria ou petição será autuada ouvindo-se em três dias, o condenado e o Ministério Público, quando não figurem como requerentes da medida. § 1º Sendo desnecessário a produção de provas, o juiz decidirá de plano, em igual prazo. § 2º Entendendo indispensável a realização de prova pericial ou oral, o juiz a ordenará, decidindo após a produção daquela ou na audiência designada.

²¹⁰ “A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo território nacional, será exercida no processo de execução, na conformidade desta lei e do Código de Processo Penal”.

²¹¹ Código de Processo Penal. Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: III – por falta das fórmulas ou dos seguintes termos: c) nomeação de defensor ao réu, que o não tiver...

Ao abordar o tema Ada Pellegrini Grinover lecionou que: “A infringência à norma constitucional com conteúdo de garantia acarreta, como sanção, a nulidade absoluta. Mas é preciso examinar, caso a caso, se o vício ou ausência do ato processual defensivo prejudica a ampla defesa como um todo, ou se não tem ele esse alcance. É esta a exata interpretação a ser dada à Súmula 523 do STF, que estabelece: “No Processo Penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu”. Nessa linha – nulidade absoluta quando for afetada a defesa como um todo; nulidade relativa com prova do prejuízo (para a defesa) quando o vício do ato defensivo não tiver essa consequência – é que deve ser resolvida a questão das nulidades por vício ou inexistência dos atos processuais inerentes à defesa técnica e à autodefesa (GRINOVER, Ada Pellegrini. *et al.* **As nulidades do processo penal**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 91-92).

técnico correto ao se referir ao recurso evidentemente é de 'execução', uma vez que, é perante o juiz de execução que o mesmo é interposto.²¹²

A ausência de regulamentação procedimental do recurso de agravo na Lei de Execução Penal, gerou divergências doutrinárias. Nesse sentido, Ada Pellegrini Grinover entendeu mais adequado que o agravo adotasse o rito do agravo do Código de Processo Civil:

Essa circunstância, que levou à não previsão de procedimento para o agravo da execução penal, fez com que surgissem divergências na doutrina e na jurisprudência. Alguns autores, mais presos ao sistema processual penal, concluíram que esse agravo deveria seguir o rito do recurso em sentido estrito. Mais adequado o outro entendimento no sentido de que deve ser adotado o rito do agravo do Código de Processo Civil, por aplicação analógica e porque essa era a clara intenção do legislador.²¹³

No mesmo entendimento que Renato Marcão e em contraposição à Ada Pellegrini Grinover, Eugênio Pacelli de Oliveira leciona que:

Como o tratamento de ambos, agravo de instrumento e recurso em sentido estrito, atualmente, depois da Lei n. 9.139/95 (em relação ao agravo), é bastante diferente no que respeita ao prazo de

²¹² Cabe aqui a definição do Recurso de Agravo, segundo as linhas de Renato Marcão: "O recurso de agravo é um recurso voluntário; tem natureza de recurso em sentido estrito, e como tal deve seguir a disciplina que o mesmo orienta, já que a Lei de Execução Penal não faz qualquer alusão ao seu procedimento. Deve ser apresentado no juízo de primeiro grau, e o rito procedimental a ser adotado é, pois, o do recurso em sentido estrito, e não o do agravo do processo civil (MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 302).

²¹³ Mesmo entendendo ser mais adequado o recurso de agravo na execução seguir o rito do agravo do Código de Processo Civil, Ada Pellegrini reconhece as dificuldades em utilizar as regras processuais civis no agravo de execução, em virtude das mudanças advindas com as Leis 9.139/1995, 10.352/2001 e 11.187/2005, reconhecendo a necessidade de adaptações, bem como consideração das normas processuais penais: "Por isso, a aplicação do novo agravo, se se entender cabível ao agravo da execução, deve levar em conta as peculiaridades do sistema criminal, fazendo-se atuar as disposições gerais dos recursos criminais, constantes dos arts. 574 a 580 CPP" (GRINOVER, Ada Pellegrini. op. cit. p. 198 e 203). No mesmo sentido que Ada Pellegrini Grinover, Julio Fabbrini Mirabete assim se manifesta: "Entendem alguns, fundados no art. 2º da Lei de Execução Penal, que devem ser aplicadas ao recurso de agravo, subsidiariamente, as disposições referentes ao recurso em sentido estrito, previsto no atual Código de Processo Penal. Para outros, porém, aplicam-se, por analogia, as regras referentes ao agravo de instrumento do Código de Processo Civil, quanto a prazos, ritos, requisitos etc. (arts. 522 a 529). Concordamos com a segunda proposta já que, tendo o legislador utilizado a denominação específica de "agravo", não previsto no Código de Processo Penal vigente, é correto recorrer à analogia com o Código de Processo Civil, que prevê tal espécie de recurso (MIRABETTE, Julio Fabbrini. op. cit. p. 760-761).

interposição, parte da doutrina sustenta que deveria ser utilizado o rito do agravo, mas adaptando-o às peculiaridades do processo penal, sobretudo no que respeita à execução da sentença. A nosso sentir, a sugestão, malgrado seus nobres propósitos, terminaria por criar um novo procedimento, com o inconveniente de, à ausência de texto legal expresso, impedir a elaboração de critérios específicos para a solução da questão. O problema atual em relação ao agravo de instrumento, por exemplo, é que o apontado recurso é interposto diretamente no Tribunal competente para o seu julgamento. Além do mais, há nele exigências de ordem formal (petição escrita, acompanhada de razões) que se revelam inteiramente inadequadas a socorrer o processo de execução penal em curso, particularmente no que toca aos interesses do condenado. Por isso, pensamos que deve ser adotado o procedimento do recurso em sentido estrito, perfeitamente adaptado à teoria dos recursos em matéria processual penal, e em que se permite, com maior celeridade, o juízo de retratação do órgão jurisdicional *a quo*.²¹⁴

No tocante ao prazo recursal, o Supremo Tribunal Federal pôs fim à controvérsia editando a Súmula n. 700: “É de cinco dias o prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.” Prevaleceu, portanto, o posicionamento doutrinário que reconhecia o rito de recurso em sentido estrito para o agravo de execução.

Assim, a petição de endereçamento do agravo de execução é dirigida ao juízo da execução, com ou sem as razões do inconformismo, devendo o agravante requerer na petição de interposição, prazo para apresentá-la posteriormente, sendo esse de dois dias após intimado para tal fim. Tendo efeito devolutivo ao juiz *a quo*, permite-lhe o juízo de retratação. O prazo para as contrarrazões do recorrido igualmente é de dois dias. Da decisão que recebe ou não dá seguimento ao agravo de execução, cabe recurso via carta testemunhável, conforme artigo 639 e seguintes do Código de Processo Penal.²¹⁵

²¹⁴ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 696-697.

²¹⁵ MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 303.

Feita a remessa do agravo de execução ao Tribunal *ad quem*, o colegiado julga o recurso, proferindo acórdão que mantém ou reforma a decisão judicial prolatada pelo Juízo da Execução Penal.

4 A ATUALIDADE DA GESTÃO DA DISCIPLINA: dados de uma pesquisa empírica realizada no sistema penitenciário paranaense

A estrutura teórica que ampara os dados empíricos expostos na parte final do presente trabalho confirma a realidade da função da prisão e seu papel nos mecanismos de controle social. A afirmação do poder punitivo do Estado e seu entrelaçamento com o suporte teórico que, ao mesmo tempo que o justifica – pelas concepções de Estado e seus discursos legitimadores –, o desqualifica – pela compreensão do processo de transição das formas de controle social, dos interesses da economia capitalista e das reais funções da pena criminal atribuídas pelo discurso crítico da Criminologia –, vem demonstrada pela realidade da gestão administrativa da questão prisional. Nesse sentido, um dos indicadores que poderiam demonstrar a eficácia da dimensão especial das funções declaradas da pena seria o baixíssimo índice de aplicação de faltas graves durante a execução penal. No entanto, ao aplicar sanções disciplinares, especialmente as de natureza grave – considerando todas as consequências já analisadas – conclui-se que o Estado e seu sistema de justiça criminal optou pela irracionalidade de um sistema que impõe ao condenado o dever de adaptar-se a um modelo de transformação e adaptação pessoal segundo as regras de um ambiente que cumpre suas funções às avessas.

O ambiente prisional que submete o condenado ao duplo processo de desculturação e aculturação não proporciona meios dignos para que um processo educador se efetive, visto que isso é incompatível com as regras de disciplina da prisão. Assim compreendido, o ambiente prisional nada mais é que reflexo da própria sociedade capitalista em suas condições estruturais de reprodução das desigualdades sociais, bem como da distribuição desigual dos bens da vida material. A própria ética e os valores morais reproduzidos na

sociedade na qual delinuiu o condenado, reflete-se de forma muito mais violenta no ambiente prisional. Daí que, quando o Estado aplica sanções disciplinares durante a execução da pena, reafirma o real sentido da retribuição, bem como das reais finalidades da função especial, quais sejam: aflição de dor pela retribuição do mal causado e disciplina da classe trabalhadora pela aplicação de uma metodologia punitiva de conversão do condenado em um cidadão obediente, disciplinado e trabalhador, segundo os interesses da sociedade capitalista. Na insistência pela reforma moral do condenado e sua domesticação, pune-se a qualquer custo sendo que o número de presos sancionados com falta grave demonstra o real sentido da punição.

4.1 O quadro atual do registro de presos com faltas graves nas penitenciárias paranaenses

Tendo como base teórica, portanto, a realidade da atuação do sistema de justiça criminal – de maneira mais específica a prisão – segundo o discurso da teoria criminológica da pena, os dados a seguir expostos resultam de uma pesquisa qualitativa realizada entre os dias 23 de outubro e 1.º de novembro de 2013 junto ao banco de dados do Business Intelligence (BI), que é um programa desenvolvido pelo governo do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU) em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). O programa gerencia, importa e exporta informações referentes à execução penal, cruzando dados do sistema penitenciário e do Poder Judiciário.

Contando com a colaboração do doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR) André Giamberardino, foi possível acessar o site <https://bi.redeexecutiva.pr.gov.br> e extrair do banco de dados as informações lá existentes inerentes aos registros de faltas graves de presos condenados

(ambos os sexos) que cumprem pena privativa de liberdade sob regime fechado.²¹⁶

O objetivo foi o de aferir o percentual médio – diário, mensal e geral – dos registros por falta grave. A fim de aferir segurança e credibilidade à pesquisa, adotou-se um critério rigoroso de acesso às informações diárias entre os meses de março a setembro do corrente ano, relativas a 14 unidades penais, sendo elas:

- 1) Penitenciária Central do Estado – PCE
Rua das Palmeiras s/n, CEP 83302-240 – Piraquara – Paraná;
- 2) Penitenciária Estadual de Piraquara II - PEP2
Rua Ezídio Alves Ribeiro, s/n Bairro Palmeiras, CEP 83301970 – Piraquara – Paraná;
- 3) Penitenciária Estadual de Londrina II - PEL2
Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5925, lote 127, gleba Ribeirão Cambé, CEP 86041-271 – Londrina – Paraná;
- 4) Penitenciária Estadual de Londrina – PEL
Rua Maria da Glória Barroso Casarin, 100 - Jardim Del Rei, CEP 86045-140 - Londrina – Paraná;
- 5) Penitenciária Estadual de Maringá – PEM Estrada Velha para Paiçandu - Gleba Ribeirão Colombo, divisa com o Município de Paiçandu s/n – CEP 87001-970 - Maringá - Paraná;
- 6) Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PEPG
Rua Batuíra S/N - Colônia Dona Luiza - Ponta Grossa - Paraná – CEP 84043-190;
- 7) Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP
Avenida das Palmeiras, s/n, CEP 83301-970 - Piraquara – Paraná;
- 8) Penitenciária Estadual de Cascavel – PEC
BR 277 - KM 579, CEP 85818-560 - Cascavel Pr;
- 9) Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão – PFB
BR 483 - KM 12 - CEP 85601-970 -Francisco Beltrão Pr;
- 10) Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF
Av. Mercúrio, 850 Parque três Fronteiras, Bairro Três Lagoas, Foz do Iguaçu – Paraná;

²¹⁶ No curso da pesquisa, após alguns contatos pessoais com a Dr^a Maria Teresa Uille Gomes – Secretária da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná – e, apresentado os pontos centrais do estudo, a Secretária orientou o contato com o doutorando André Giamberardino, o que possibilitou a conclusão da primeira etapa da pesquisa.

- 11) Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II – PEF2
Av. Mercúrio 580, Parque Residencial Três Fronteiras, CEP 85859-675 - Foz do Iguaçu – PR;
- 12) Penitenciária Industrial de Guarapuava – PIG
Rua Dário Borges de Lis, 439 - São Cristóvão - Caixa Postal 214, CEP: 85063-480 - Guarapuava – Paraná;
- 13) Penitenciária Industrial de Cascavel – PIC
Lote rural 3-2-B, Gleba 4, Colônia "M", São João e Esperança, Bairro Centralito, Estrada Vicinal. CEP: 85818-560.
Cascavel – Paraná;
- 14) Penitenciária Feminina do Paraná – PFP
Rua das Palmeiras s/n, CEP 83301-970 - Piraquara – Paraná.

Por questões referentes à dinâmica do processo de execução penal, mais especificamente às consequências que a aplicação de uma falta grave acarreta ao restante do cumprimento da pena em regime fechado, deixou-se de pesquisar as unidades penais destinadas ao cumprimento de pena em regime semiaberto,²¹⁷ bem como as destinadas à custódia de presos provisórios.²¹⁸ Em que pese a regressão de regime ser a consequência mais drástica pelo cometimento de falta grave pelo condenado que cumpre pena em regime semiaberto, a análise das consequências dos procedimentos disciplinares que apuram tais faltas – nos limites e hipóteses já delineadas no projeto de pesquisa apresentado ao PPGD/UFPR – somente tornaria possível a investigação se esta se limitasse aos registros ocorridos no curso da execução sob regime fechado. Isto porque há um segundo momento da investigação, que diz respeito à análise dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Paraná referentes aos recursos de agravo em execução, cujo objeto seria o inconformismo pela manutenção da aplicação da falta grave quando julgados pelo juízo *a quo* (VEP). No mesmo sentido em relação aos presos provisórios, uma vez que, diante da inexistência de uma sentença condenatória, ou, até mesmo, caso já tenha sido prolatada, inexistindo o trânsito em julgado desta, impossível seria

²¹⁷ **CPAI** (Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná); **CPIM** (Colônia Penal Industrial de Maringá); **CRAGPVA** (Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava); **CRAPG** (Centro de Regime Semiaberto de Ponta Grossa); **CRESLON** (Centro de Reintegração Social de Londrina); **CRAF** (Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba).

²¹⁸ **CCC** (Casa de Custódia de Curitiba); **CCL** (Casa de Custódia de Londrina); **CCM** (Casa de Custódia de Maringá); **CCP** (Casa de Custódia de Piraquara); **CPLN** (Cadeia Pública Laudemir Neves); **CDPSJP** (Casa de Custódia de São José dos Pinhais).

prever as consequências para o processo de execução. Ampliar a dimensão da pesquisa aos presos provisórios – e sobre essa questão analisar as consequências da punição antes do cumprimento da pena – teria como óbice o fato de que a imensa maioria está custodiada cautelarmente em Delegacias de Polícias ou Cadeias Públicas. Daí que, nestes locais inexistente apuração disciplinar por meio de processos administrativos nos termos estabelecidos na Lei de Execução Penal (LEP).

No tocante ao CMP (Complexo Médico Penal), a razão pela qual não se extraíram dados daquele estabelecimento penal é simples: a maioria das pessoas que têm suas liberdades lá cerceadas, está submetida à medida de segurança. Os imputáveis que lá permanecem necessariamente não cumprem pena neste estabelecimento penal, e uma vez que se submetem a tratamento de saúde, a dificuldade seria constatar se cometeram a falta grave no CMP ou se a praticaram na unidade penal de origem.

Quanto ao COT (Centro de Observação Criminológica e Triagem), a principal dificuldade seria saber se a falta grave foi cometida durante o cumprimento da pena (v.g., evasão da Colônia Penal e posterior recaptura decorrente de cumprimento de mandado de prisão), ou casos de cometimento de novo delito em liberdade condicional, descumprimento das condições impostas para cumprimento da pena em regime aberto etc.

Cumprir informar que no sistema de pesquisa do BI estão cadastradas 66 unidades, incluindo os regimes fechado e semiaberto, bem como as destinadas a presos condenados e provisórios. Daí que, devido ao grande número de unidades cadastradas, delimitou-se a pesquisa somente nas unidades de regime fechado para presos condenados, segundo a relação disponibilizada pelo Departamento Penitenciário do Paraná.²¹⁹

Após a pesquisa diária dos meses março a setembro de 2013, bem como após o cálculo da média mensal e geral de cada estabelecimento penal pesquisado, pode-se classificar as unidades segundo o registro do número de presos com faltas graves, o que, segundo a tabela a seguir e de acordo com o percentual nela constatado demonstra-se a realidade da aplicação das sanções

²¹⁹ Relação dos estabelecimentos disponível em: www.depen.pr.gov.br

disciplinares durante a execução da pena privativa de liberdade no sistema penitenciário do Paraná.

No Estado do Paraná, a prisão como instância final do sistema de justiça criminal é administrada pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), cujo órgão direto de gestão prisional é o Departamento de Execução Penal (DEPEN), que é órgão de execução penal nos termos da Lei de Execução Penal (LEP – Lei n.º 7.210/1984).²²⁰ O DEPEN é o órgão responsável pela execução das penas criminais e das medidas de segurança, sendo que a manutenção da ordem e da disciplina nas prisões reflete a política criminal adotada para cumprir tal objetivo.

Nos limites do objeto aqui pesquisado, a disciplina promovida pelo Estado no interior das prisões paranaenses deveria promover a justa adequação das necessidades de preservação das condições mínimas da dignidade humana dos condenados e os objetivos declarados da pena em sua função especial positiva. Com efeito, o que se percebe é uma realidade conflituosa entre a manutenção da ordem e da disciplina a qualquer custo e a ineficiência do Estado em proporcionar condições mínimas para que o cumprimento da pena privativa em regime fechado se realize nos estritos limites das disposições contidas na sentença penal condenatória. A retribuição de culpabilidade disposta no artigo 59 do Código Penal, que deveria retribuir o ato praticado na medida justa do mal causado – segundo a essência da retribuição –, durante o cumprimento da pena reflete o sentido da vingança do talião, uma vez que os dados revelados pela pesquisa demonstram que a aplicação de falta grave durante o cumprimento da pena deveria ser a exceção e não a regra. Assim, o que se percebe é a inexistência de finalidade além da pura e simples retribuição e afirmação punitiva, exceto aquela já estabelecida na fase da aplicação da pena. A forma indiscriminada como os presos sofrem a aplicação das faltas graves demonstra que os critérios de intervenção dos agentes responsáveis pela manutenção da disciplina nas unidades penais cujo índice de registros de faltas graves é alarmante, no mínimo deveriam ser

²²⁰ Atualmente é a Lei n.º 13.986/2002 que regulamenta as atribuições do DEPEN/PR, que é órgão integrado à estrutura da SEJU, conforme as disposições do artigo 73 da LEP: “A legislação poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer”.

revistos pelas direções das unidades, bem como pela direção do DEPEN e da SEJU.

O estabelecimento penitenciário que ocupa o primeiro lugar no ranking de unidade penal com o maior número de presos com registro de falta grave é a Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP), conforme a tabela abaixo:

Classificação	Unidades Penais	Média do período (março a setembro) do nº de presos. masc/fem. Regime Fechado	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos com FG	Média do período (março a setembro) do % de presos com FG
1	PEP	632,5	127,6	329,1	146,8	485,7	76,8%
2	PEP 2	924,1	146,9	391,9	351,1	573,0	62,0%
3	PEL 2	1061,3	172,8	319,7	501,1	560,2	57,7%
4	PCE	1365,1	145,8	518,1	678,9	686,1	50,3%
5	PEM	368,3	18,7	118,4	225,6	142,7	38,7%
6	PEL	561,1	61,0	125,2	350,2	210,9	37,6%
7	PEPG	416,2	12,2	134,9	267,6	148,6	35,7%
8	PIG	237,8	15,1	65,5	152,9	84,9	35,7%
9	PEF 2	830,3	35,7	183,7	599,0	231,3	28,0%
10	PEC	983,2	35,5	191,4	746,4	236,7	24,1%
11	PFB	952,4	38,3	183,2	723,3	229,1	23,9%
12	PIC	358,5	14,4	56,6	282,7	75,8	21,2%
13	PFP	373,2	11,1	34,2	318,3	54,8	14,7%
14	PEF	475,4	4,6	61,9	407,8	67,6	14,2%

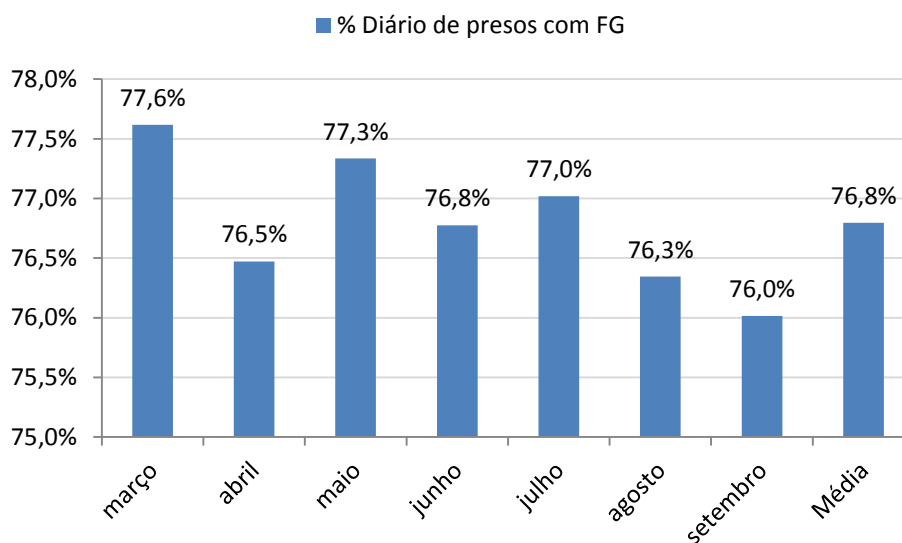
Com capacidade para aprisionar 680 presos, esta unidade no período compreendido pela pesquisa, abrigou uma média de 632,5 detentos. O maior número de presos que a PEP abrigou foi registrado entre os dias 26 e 28 de abril, período em que manteve em suas celas 667 presos. Já em data de 15 de julho, 585 presos cumpriam pena naquela unidade, ou seja, havia uma disponibilidade de 95 vagas. No entanto, mesmo não tendo problemas referentes à superpopulação carcerária, a média de presos com registro de falta grave atingiu a marca assustadora de 76,8%, ou seja, 485,7 presos. Reflexo de um plano de gestão penitenciária que optou por encarcerar condenados que não se adequam a rígida disciplina imposta pelo sistema, bem como aqueles que supostamente integrariam facções criminosas, a Penitenciária Estadual de Piraquara é a expressão máxima da ineficácia da função de prevenção especial da pena criminal, em que suas reais funções são cumpridas mediante o desrespeito aos direitos humanos, bem como à dignidade da pessoa humana. O ambiente prisional, em que 76,8% dos presos

deixaram de progredir de regime em virtude de terem sido sancionados com a aplicação de uma falta grave, evidentemente é carregado por um sentimento de revolta e inconformismo, tornando as possibilidades de rebeliões e motins uma constante.

Em sua real função de constituir o ambiente propício para que a *self fulfilling prophecy* se cumpra integralmente, esta unidade penal representa a máxima eficácia das reais funções da prevenção especial negativa da pena criminal – nas linhas já esboçadas pelo pensamento de Juarez Cirino dos Santos. Os dados referentes à média mensal do percentual de presos com faltas graves na Penitenciária Estadual de Piraquara estão assim distribuídos:

Unidade Penal: PEP		Capacidade: 680							
Mês/ano	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	627,7				97,7	389,5	140,5	487,2	77,6%
abril	654,1				129,6	370,4	153,9	500,2	76,5%
maio	644,6				137,7	356,1	146,1	498,5	77,3%
junho	641,1				139,9	332	148,9	492,2	76,8%
julho	602,2				130,1	295,4	138,4	463,8	77,0%
agosto	622,7				131,4	286,9	147,3	475,4	76,3%
setembro	635				126,9	273,1	152,3	482,7	76,0%
Média	632,5				127,6	329,1	146,8	485,7	76,8%

PEP



Inaugurada em 16 de abril de 2002, essa prisão integra uma relação de diversos estabelecimentos penais que, a partir de 25 de janeiro de 1994 com a inauguração da Penitenciária Estadual de Londrina, passaram a representar o projeto das políticas criminais dos governos do Estado do Paraná que adotaram a política neoliberal de expansão do Estado Penal, sendo que o aumento da população carcerária foi o resultado mais visível dessa política. Até 1994 as principais unidades do sistema penitenciário do Estado do Paraná eram as seguintes:²²¹

- 1) Prisão Provisória de Curitiba (PPC): inaugurada em 05/01/1909 e desativada em 11/07/2006;
- 2) Colônia Penal Agrícola do Paraná (CPA): inaugurada em 18/06/1941;
- 3) Penitenciária Central do Estado (PCE): inaugurada em 1/12/1954;
- 4) Complexo Médico Penal do Paraná (CMP): inaugurado em 30/01/1969;
- 5) Penitenciária Feminina do Paraná (PFP): inaugurada em 13/05/1970;
- 6) Centro de Observação e Triagem (COT): inaugurado em 12/02/1987;
- 7) Penitenciário Feminina de Regime Semi-Aberto do Paraná (PFA): inaugurada em 10/06/1986.

Segundo as informações disponíveis no banco de dados do DEPEN Nacional, em dezembro de 2005 a população carcerária no Estado do Paraná era de 18.715 presos, entre condenados e provisórios, sendo que o número total no Brasil correspondia à 294.237 presos.²²² Ainda segundo as informações disponíveis, em referência a dezembro de 2005 apenas 83 procedimentos disciplinares foram concluídos nos estabelecimentos prisionais paranaenses para apurar a prática de falta grave. Em referência ao mês de junho de 2006, o número de procedimentos concluídos para apuração de faltas

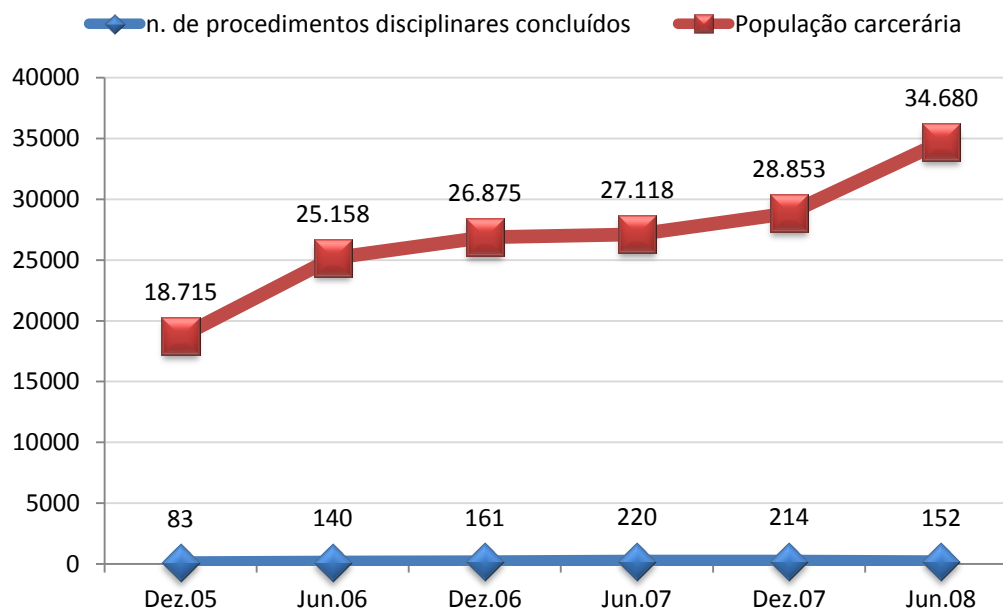
²²¹ Informações disponíveis em: <http://www.depen.pr.gov.br>.

²²² Dados disponíveis no <http://portal.mj.gov.br>.

graves sobe para 140. Em dezembro do mesmo ano, 161 procedimentos. Em junho de 2007 o número sobe para 220. Em referência ao mês de dezembro, 214 procedimentos foram concluídos. Em junho de 2008 uma acentuada queda fixou o número dos procedimentos em 152, período em que o Estado do Paraná registrou o número de 34.680 presos, entre condenados, provisórios e submetidos à medida de segurança, e o Brasil, 440.013.²²³ A partir do referido período, o DEPEN Nacional deixou de disponibilizar em seu banco de dados o número de procedimentos disciplinares para apurar faltas graves.

	n. de procedimentos disciplinares concluídos	População carcerária
Dez/2005	83	18.715
Jun/2006	140	25.158
Dez/2006	161	26.875
Jun/2007	220	27.118
Dez/2007	214	28.853
Jun/2008	152	34.680

Procedimentos Disciplinares x População Carcerária

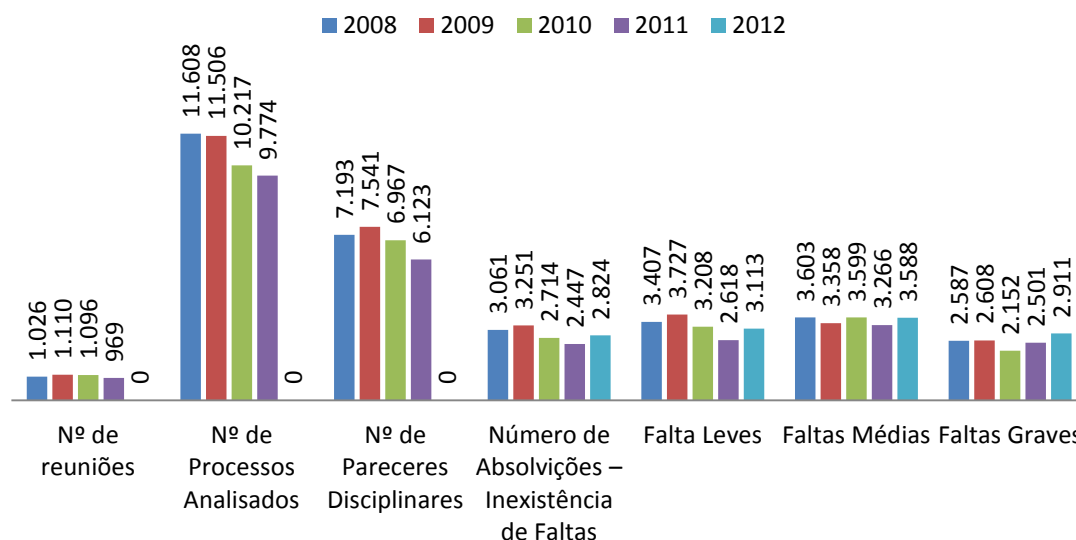


²²³ Conforme a última disponibilização de dados nas estatísticas do DEPEN Nacional, em dezembro de 2012 a população carcerária no Brasil era de 548.003 presos.

A partir de 2008, no entanto, O DEPEN do Estado do Paraná passou a disponibilizar em sua página principal os seguintes dados em relação às informações dos anos subsequentes.²²⁴

ATIVIDADES REALIZADAS					
ANUALMENTE	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de reuniões	1.026	1.110	1.096	969	
Nº de Processos Analisados	11.608	11.506	10.217	9.774	
Nº de Pareceres Disciplinares	7.193	7.541	6.967	6.123	
Número de Absoluções – Inexistência de Faltas	3.061	3.251	2.714	2.447	2824
Falta Leves	3.407	3.727	3.208	2.618	3113
Faltas Médias	3.603	3.358	3.599	3.266	3588
Faltas Graves	2.587	2.608	2.152	2.501	2911

Atividades Realizadas Anualmente



Comparando os dados disponibilizados pelo Estado, denota-se que o aumento estrondoso dos processos administrativos disciplinares para apurar e punir a prática de faltas graves no interior das prisões paranaenses reflete os dados que logo mais serão confirmados.

Como mencionado acima, a partir de 25 de janeiro de 1994, com a inauguração da Penitenciária Estadual de Londrina e contando com sete estabelecimentos penitenciários, nos próximos 14 anos os governos do Paraná

²²⁴ Informações disponíveis em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/relges20082011.pdf>

inaugurariam 16 novos estabelecimentos penitenciários, cuja sequência segue abaixo com as respectivas datas de inauguração:²²⁵

- 1) Penitenciária Estadual de Maringá (PEM): 10/04/1996;
- 2) Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG): 12/11/1999;
- 3) Casa de Custódia de Londrina (CCL): 20/11/2001;
- 4) Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC): 22/02/2002;
- 5) Penitenciária Estadual de Piraquara: 16/04/2002;
- 6) Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu: 17/07/2002;
- 7) Casa de Custódia de Curitiba: 07/08/2002;
- 8) Penitenciária Estadual de Ponta Grossa: 27/05/2003;
- 9) Centro de Regime Semi-Aberto de Ponta Grossa: 05/10/2004;
- 10) Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais: 21/12/2005;
- 11) Centro de Regime Semi-Aberto de Guarapuava: 14/02/2007;
- 12) Centro de Detenção e Ressocialização de Londrina: 26/04/2007;
- 13) Centro de Detenção e Ressocialização de Cascavel: 16/08/2007;
- 14) Centro de Detenção e Ressocialização de Francisco Beltrão: 07/05/2008;
- 15) Centro de Detenção Provisória de Maringá: 09/06/2008;
- 16) Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu: 23/08/2008.

Portanto, até agosto de 2008 o sistema penitenciário paranaense administrava a execução penal em 24 unidades prisionais. Atualmente, segundo dados disponíveis no sistema Business Intelligence (BI), 68 unidades

²²⁵ Para conferir com maiores detalhes a evolução da história do sistema penitenciário segundo a versão que coaduna com o discurso oficial do Estado do Paraná, ver: PRA, Alcione. **Paraná: das cadeias públicas às penitenciárias (1909-2009)**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

prisionais estão cadastradas sendo que 14 (aqui pesquisadas) são destinadas ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado. Segundo dados do BI atualizado em 30/09/2013, a população carcerária total do Paraná era de 27.955 presos.²²⁶ De acordo com a gestão atual do sistema penitenciário do Estado, a prioridade do Governo em relação à política criminal está voltada para o aprimoramento da gestão do sistema penal, sendo que a ampliação da estrutura e da capacidade dos estabelecimentos penais são as metas principais da administração penitenciária. O Governo do Estado informa que até o final da atual gestão seis novas cadeias públicas serão construídas, ampliando-se, ainda, oito unidades penais já existentes, bem como a construção de seis novos centros de integração social para regime semiaberto e dois novos centros de integração social no município de Piraquara. A fim de dar eficácia à gestão atuarial da administração penitenciária, o Governo do Estado editou a Resolução n.º 003/12, de 27/04/2012, criando a Central do Sistema Penal do Paraná. As consequências que a política de ampliação do sistema carcerário – que, segundo Loïc Wacquant, faz parte do projeto neoliberal do grande confinamento –,²²⁷ não é, portanto, uma característica específica de um Governo de Estado, mas de uma política de controle social totalitária em nível mundial.

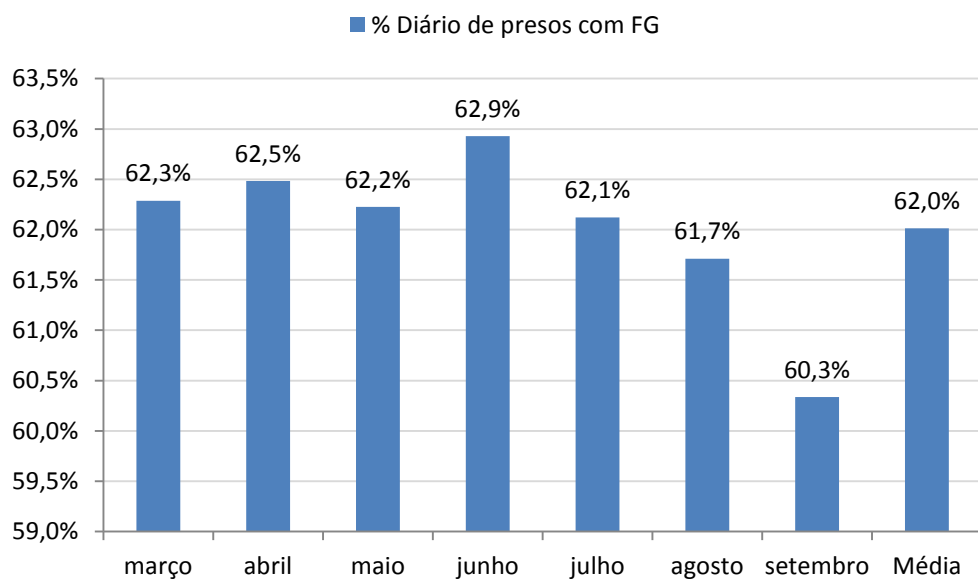
Prosseguindo com as tabelas do ranking de estabelecimentos penais cujos percentuais de presos com registro de falta grave é alarmante, segue a Penitenciária Estadual de Piraquara 2, com 62% de média, seguida da Penitenciária Estadual de Londrina 2 e da Penitenciária Central do Estado, ambas com 57,7% e 50,3%, respectivamente, conforme a seguir:

²²⁶ Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br>.

²²⁷ WACQUANT, Loïc. **A ascensão do Estado penal nos EUA**. In: BORDIEU, Pierre (Org.). *De l'Etat social à l'Etat penal*. Discursos sediciosos. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002. p. 13.

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	918				105,1	466,8	346,2	571,8	62,3%
abril	909,7				137,5	430,3	341,3	568,4	62,5%
maio	924,4				156	409	349,2	575,2	62,2%
junho	932,5				161,7	387,6	345,7	586,8	62,9%
julho	924				160,7	363,8	350	574	62,1%
agosto	923				158,3	348,5	353,4	569,6	61,7%
setembro	936,9				149	337	371,6	565,3	60,3%
Média	924,1				146,9	391,9	351,1	573,0	62,0%

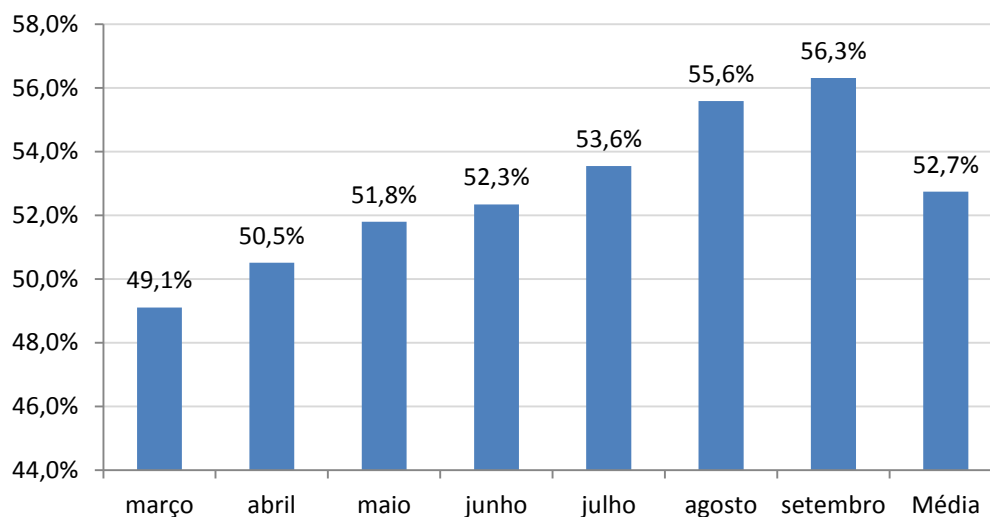
PEP 2



Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1015,5				156,6	342,2	516,8	498,7	49,1%
abril	1035,5				184,3	337,7	512,4	523,1	50,5%
maio	1070,2				192,4	342,1	515,8	554,4	51,8%
junho	1079,6				189,8	327,9	514,5	565,1	52,3%
julho	1081				179,4	311,3	502,1	578,9	53,6%
agosto	1074,3				162,8	297,1	477,1	597,2	55,6%
setembro	1073,1				144,1	279,9	468,8	604,3	56,3%
Média	1061,3				172,8	319,7	501,1	560,2	52,7%

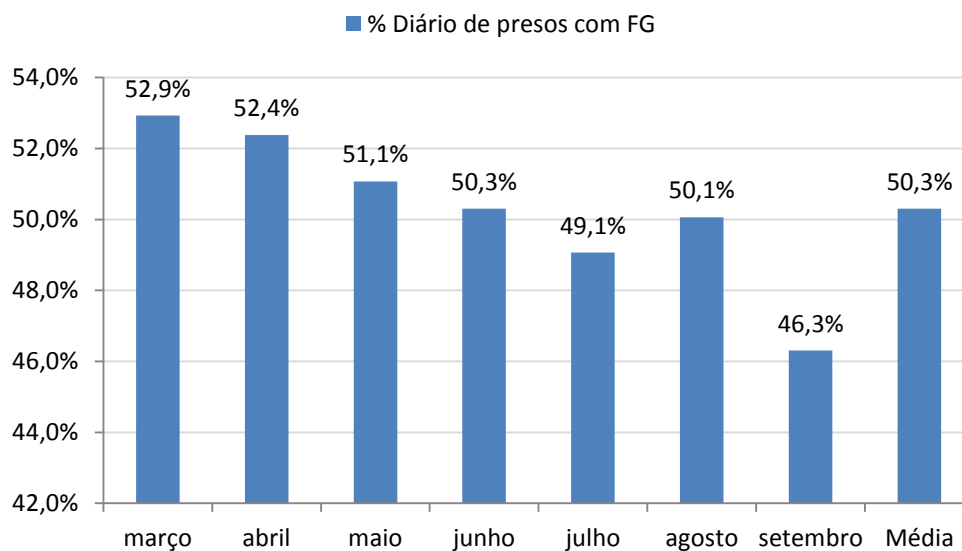
PEL2

■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1352				102,6	609,6	636,4	715,6	52,9%
abril	1345,7				127,3	577,2	640,8	704,9	52,4%
maio	1359,6				148,9	545,6	665,2	694,4	51,1%
junho	1345,3				156,1	520,6	668,6	676,7	50,3%
julho	1334,4				164,6	490	679,7	654,7	49,1%
agosto	1374,4				168	455,9	686,4	688	50,1%
setembro	1444,2				153,2	428	775,5	668,7	46,3%
Média	1365,1				145,8	518,1	678,9	686,1	50,3%

PCE



A exemplo da Penitenciária Estadual de Piraquara, as acima destacadas funcionam abaixo do limite suportado de vagas. No entanto, todas demonstram que a política de segregação de presos com falta grave em estabelecimentos específicos, confirmam o discurso da teoria criminológica da pena, sendo o Estado e seus servidores agentes fundamentais para a consolidação do

estigma de periculosidade daqueles que são objetos de uma política criminal aparentemente fracassada. Somados os quatro estabelecimentos, no interior dessas indústrias de transformação de seres humanos em seres brutalizados pelas condições impostas pelo Estado, 4.000 mil homens são transformados e mortificados lenta e dolorosamente pelo aparelho punitivo do Estado. Os estabelecimentos acima destacados representam o mundo do crime, cuja característica principal é a violência e a corrupção generalizada; com efeito funcionários da instituição carcerária estão mergulhados e imbricados num universo de degradação moral e espiritual que certamente em ambas as posições acarretam os efeitos deletérios do ambiente crimínogeno.²²⁸ Aos condenados, no entanto, o efeito degradante desse ambiente causa sequelas que permanecem para além do cumprimento da pena,²²⁹ uma vez que, conforme já demonstrado pelo *labeling approach*, as consequências do etiquetamento promovido pelas expectativas da sociedade após a saída do cárcere concorrem para que o egresso do sistema prisional volte a delinquir.

Uma das contradições mais evidentes que a pesquisa empírica revelou durante a investigação comprova o discurso da teoria criminológica da pena, especificamente a respeito do real sentido da retribuição equivalente e sua analogia com a essência do modo de produção capitalista, em que a relação capital/trabalho assalariado cria mecanismos de proteção/destruição dos sujeitos segundo o grau de inserção deles nas relações capitalistas. Nesse sentido, o trabalho realizado pelos condenados durante o cumprimento de pena assume função de preservação da mão de obra produtiva segundo os interesses das relações de produção capitalista desenvolvidas nos estabelecimentos penitenciários destinados a essa finalidade.

O discurso oficial da teoria jurídica da pena, em sua finalidade especial positiva, apregoa o conhecido – e neste trabalho já exposto – discurso das

²²⁸ José Ricardo Ramalho descreve com precisão as regras de comportamento da massa carcerária em: RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. São Paulo: IBCCRIM, 2002. p. 51-74.

²²⁹ A descrição detalhada do que Erving Goffman define como “processo de mortificação” e a forma como a sociedade concebe as instituições totais como “estufas para mudar pessoas”, bem como a mudança comportamental pelo processo de desculturação – já exposto acima com Barata – e o relacionamento entre internados e dirigentes de tais instituições pode-se ver com detalhes em: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 23-108.

ideologias *res*. Em consonância como o artigo 1º da Lei de Execução Penal,²³⁰ o artigo 28 e seguintes do mesmo diploma legal²³¹ propõem as condições de reinserção social do condenado após o cumprimento da pena.²³²

De natureza obrigatória, o trabalho durante o cumprimento da pena²³³ exerce função real de exploração da mão de obra carcerária na medida em que o Estado não cumpre os direitos dos condenados no tocante às relações trabalhistas regidas pelo contrato de trabalho.²³⁴ O desrespeito à norma constitucional está evidenciado,²³⁵ consequência das contradições entre as normas que regem o tema, bem como de outras consequências restritivas aos direitos de cidadania dos condenados.²³⁶

A percepção de como o trabalho está inserido nas prisões, e, no caso específico dos estabelecimentos penitenciários pesquisados, assinala que duas realidades opostas se distinguem e se opõem segundo os interesses reais das funções da pena. De um lado, o mundo do crime, representado pela construção de identidades e estereótipos de presos de extrema periculosidade. Seriam eles os inimigos da sociedade e do direito, cujo fundamento filosófico – neste trabalho já exposto – merece nova menção, segundo outra interpretação do pensamento antidemocrático de Günther Jakobs, sintetizado nas linhas de Juarez Cirino dos Santos:

²³⁰ “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

²³¹ “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

²³² No mesmo sentido as disposições de números 71 e seguintes contidas nas Regras Mínimas da ONU: [...] “71.4. Tanto quanto possível, o trabalho proporcionado será de natureza que mantenha ou aumente as capacidades dos presos para ganharem honestamente a vida depois de libertados” [...]

²³³ LEP: art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

²³⁴ LEP: Art. 41 - Constituem direitos do preso: [...] II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; [...].

Código Penal: art. 39. O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhes garantidos os benefícios da Previdência Social.

²³⁵ Constituição da República: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, **a previdência social**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (negritei).

LEP: Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: [...]VI - providenciar a obtenção de documentos, **dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho** (negritei);

²³⁶ Como exemplo, a norma constitucional contida no inciso III do artigo 15: “É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: [...] III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;”

Na verdade, a divisão dos seres humanos em *pessoas racionais* (ou boas) e *indivíduos perigosos* (ou maus) do projeto punitivo de Jakobs é concebida como base empírica de *sistemas de imputação diferenciados*, definidos pelo ***direito penal do cidadão*** e pelo ***direito penal do inimigo***, que têm agitado as discussões de política criminal dos últimos anos, na Europa e América Latina. Como se sabe, Jakobs adota a definição formal de crime celebrizada por Hegel – o crime como *negação de validade da norma* –, atualizada para definir a pena criminal em duas direções:

- a) Para o *cidadão* a pena criminal preservaria o significado **simbólico** de *(re)afirmação da validade da norma*, como sanção contra **atos passados**;
- b) Para o *inimigo* a pena criminal teria um significado **físico** de *custódia de segurança preventiva*, como medida para evitar o perigo de **atos futuros**.²³⁷

De outro lado, o mundo prisional representado por sujeitos adaptáveis às regras do trabalho, sujeitos cuja força de trabalho reflete o real valor de uso da função especial da pena – função real de disciplina da classe trabalhadora – bem como de preservação da ordem social, cuja base capital/trabalho assalariado caracteriza as sociedades contemporâneas.²³⁸ Comparando a média de presos com registro de faltas graves que cumprem pena em estabelecimentos penais construídos com finalidades específicas de exploração da mão de obra carcerária – mesmo que sob o discurso oficial se proponham a ressocializar e reinserir o condenado na sociedade por meio de sua profissionalização –, os dados da pesquisa apontam que nesses estabelecimentos há proteção da integridade física e psíquica dos condenados por estarem inseridos no processo de produção da vida material segundo as regras da economia capitalista. Todos trabalham, e o percentual de presos com registro de falta grave é muito inferior se comparado com os estabelecimentos cuja finalidade real é proporcionar todos os meios de aniquilação dos detentos,

²³⁷ Santos. Juarez Cirino dos. **O direito penal do inimigo – ou o discurso do direito penal desigual**. In: **Liber amicorum**: estudos em homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra: Editora Coimbra, 2009. p 543.

²³⁸ Ver nota 169 e seguintes. p. 100-101.

assim como condições para que, quando postos em liberdade, voltem a delinquir.

A Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), com capacidade para aprisionar 240 presos trabalhadores, sempre funcionou no período da pesquisa no limite de sua capacidade, ou seja, com uma média de 237,8 presos. A média de presos com registro de falta grave no período acusou 35,7%. Pioneira no projeto do Estado de, em parceria com a iniciativa privada, explorar a mão de obra carcerária, segundo Alcione Prá, possui as seguintes características:

Seu projeto arquitetônico privilegia uma área para indústria de mais de 1.800m², estando instalado um canteiro onde são produzidos sofás, constituindo-se numa extensão da fábrica que está localizada no município de Arapongas, norte do Paraná. A matéria-prima é trazida pela empresa. Os detentos fazem a montagem do produto e controle da sua qualidade, embalagem e etiquetagem, saindo o produto da Penitenciária direto para a loja. No barracão da fábrica trabalham 70% dos internos da unidade, em 2 turnos de 6 horas, recebendo como remuneração 75% do salário-mínimo; os outros 25% são repassados ao Fundo Penitenciário do Paraná, como taxa de administração, revertendo esses recursos para melhoria das condições de vida do encarcerado. A PIG também foi pioneira na terceirização, pois quando inaugurada como a primeira Unidade Penal do Brasil em que toda sua operacionalização é executada por uma empresa privada contratada pelo Estado, mediante processo licitatório. A empresa fornecia toda a infra-estrutura de pessoal (segurança, técnicos administrativos e serviços gerais), material de expedientes e de limpeza, alimentação, medicamentos, uniformes, material de higiene pessoal, roupa de cama, etc.²³⁹

Construída com o mesmo objetivo da pioneira na exploração da mão de obra carcerária, a Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC) inaugurada em 22 de fevereiro de 2002, com capacidade para 345 presos, atualmente funciona com capacidade para 360 presos, sendo que também funcionou no limite de sua capacidade, com 358,5 presos. No entanto, a média de presos com registro de falta grave é sensivelmente menor que a PIG, ou seja, 21,2%. Entre

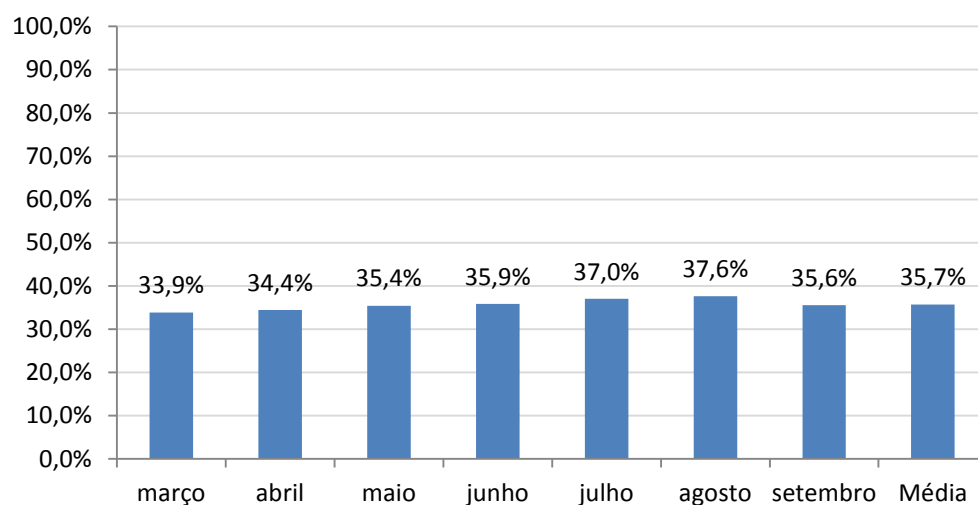
²³⁹ PRA, Alcione. Op. cit. p. 72-73.

os dias 26 e 29 de julho o número de presos com falta grave foi de 19,8%, um percentual tolerável e que deveria ser a regra em todas as unidades do sistema penitenciário paranaense. Enquanto a Penitenciária Industrial de Guarapuava no período de pesquisa nunca encarcerou número de condenados maior que sua capacidade, a Penitenciária Industrial de Cascavel funcionou nos meses de abril e junho acima do limite suportado, ou seja, a mais-valia dos empresários do cárcere-negócio atingiu níveis de lucratividade acima da capacidade industrial desta prisão. Abaixo as tabelas de registros mensais de faltas graves das penitenciárias industriais em comento:

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	238,7				10,1	70,7	157,9	80,8	33,9%
abril	239				15,1	67,3	156,7	82,3	34,4%
maio	237,6				15,6	66,3	153,4	84,2	35,4%
junho	238,6				14,7	66	153	85,6	35,9%
julho	238,7				16	65	150,3	88,4	37,0%
agosto	238,7				17,9	64,7	148,9	89,8	37,6%
setembro	233,5				16,1	58,6	150,4	83,1	35,6%
Média	237,8				15,1	65,5	152,9	84,9	35,7%

PIG

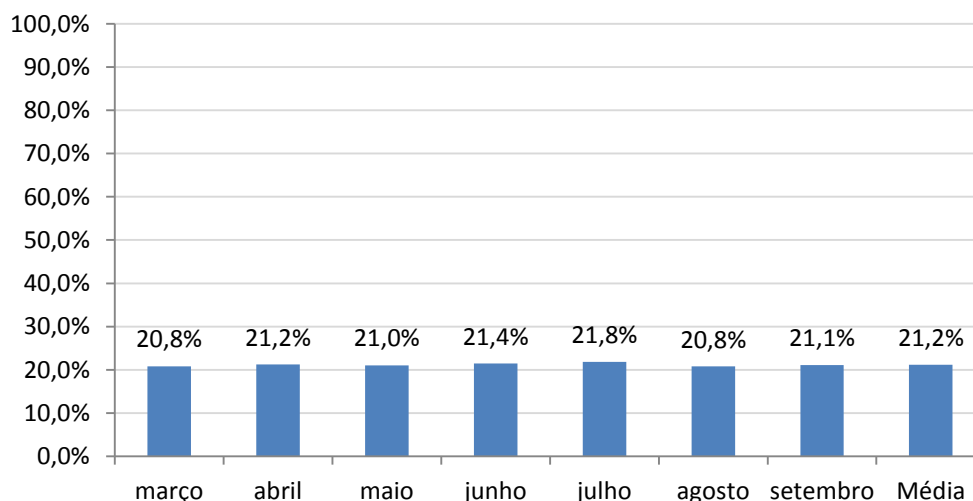
■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	360				14	61	285,1	74,9	20,8%
abril	362,2				15,9	60,9	285,4	76,8	21,2%
maio	359,1				13,8	60,2	283,7	75,4	21,0%
junho	362,1				13	58,4	284,5	77,6	21,4%
julho	359,9				15	56,5	281,4	78,5	21,8%
agosto	354,2				15	50	280,7	73,5	20,8%
setembro	351,9				14,3	48,9	277,8	74,1	21,1%
Média	358,5				14,4	56,6	282,7	75,8	21,2%

PIC

■ % Diário de presos com FG

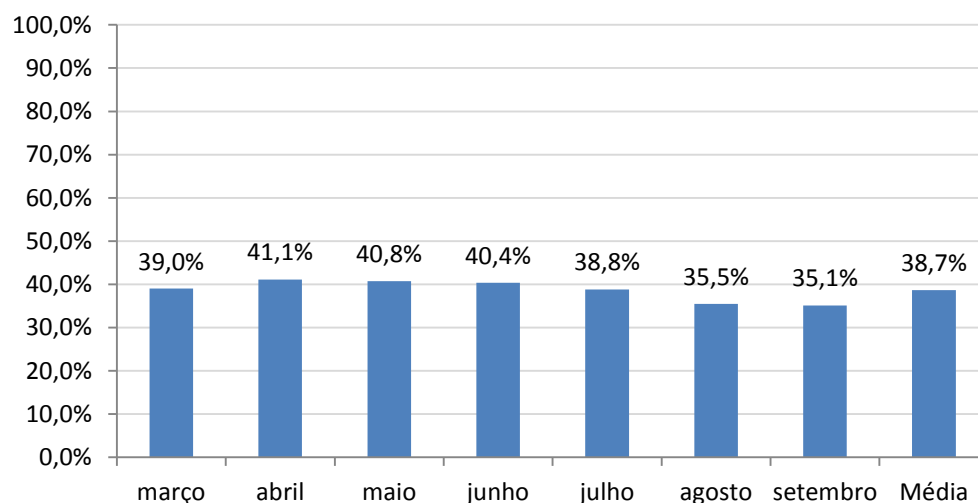


Com percentuais médios preocupantes que oscilaram entre 38,7%, 37,6% e 35,7%, respectivamente, as Penitenciárias Estaduais de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa apresentaram os seguintes dados – com destaque à unidade de Londrina, que em todos os meses pesquisados apresentou números de condenados aprisionados bem acima do limite de sua capacidade:

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	377				10,2	136,9	229,9	147,1	39,0%
abril	379,4				20,1	136,1	223,3	156,1	41,1%
maio	374,7				22,8	126,8	222	152,7	40,8%
junho	368,3				21,9	121,3	219,5	148,8	40,4%
julho	375,1				22,8	114,8	229,5	145,6	38,8%
agosto	353				17	99,3	227,6	125,4	35,5%
setembro	350,5				16,1	93,6	227,5	123	35,1%
Média	368,3				18,7	118,4	225,6	142,7	38,7%

PEM

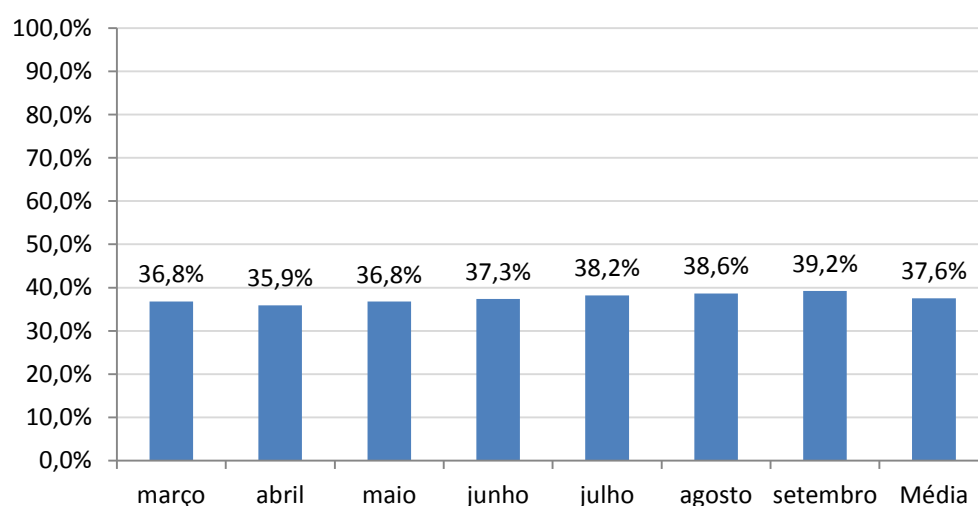
■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	556,1				63,9	141	351,4	204,7	36,8%
abril	546,4				61,6	134,7	350,2	196,2	35,9%
maio	543,6				66,6	129,2	343,8	199,8	36,8%
junho	548,6				65,6	123	343,7	204,9	37,3%
julho	549,9				59,1	117,2	339,9	210	38,2%
agosto	588,5				56,1	117,5	361,1	227,4	38,6%
setembro	594,6				54	113,7	361,4	233,2	39,2%
Média	561,1				61,0	125,2	350,2	210,9	37,6%

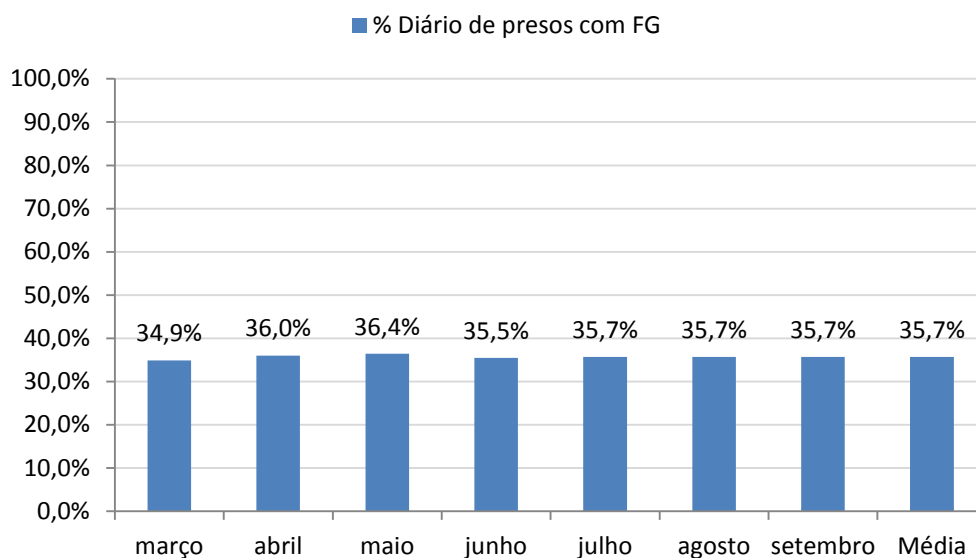
PEL

■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PEPG		Capacidade: 432							
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	414				7,5	136,9	269,6	144,4	34,9%
abril	412,9				10,2	138,3	264,3	148,6	36,0%
maio	413,7				11,4	139,3	263	150,7	36,4%
junho	416,9				13	135	268,9	148	35,5%
julho	415,3				13,8	132,4	267	148,3	35,7%
agosto	419,2				14,7	132,1	269,4	149,8	35,7%
setembro	421,7				14,8	130,5	271	150,7	35,7%
Média	416,2				12,2	134,9	267,6	148,6	35,7%

PEPG

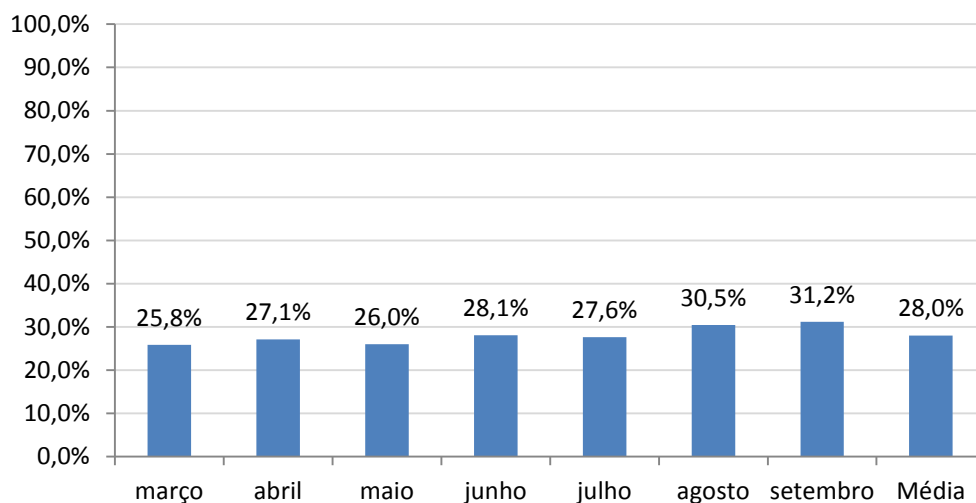


As Penitenciárias Estaduais de Foz do Iguaçu 2, de Cascavel e de Francisco Beltrão apresentaram percentuais médios de 28%, 24,1% e 23,9%, respectivamente, todas operando abaixo da capacidade máxima:

Unidade Penal: PFE 2		Capacidade:		924					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	890,8				17,5	212,6	660,7	230,1	25,8%
abril	896,7				26	207,1	653,6	243,1	27,1%
maio	897,2				31,2	199,9	664,1	233,1	26,0%
junho	865,3				42,3	182,2	622,2	243,1	28,1%
julho	859,7				42,3	182,2	622,2	237,5	27,6%
agosto	700,4				44,4	153,1	487,1	213,3	30,5%
setembro	701,9				46,3	148,8	483,2	218,7	31,2%
Média	830,3				35,7	183,7	599,0	231,3	28,0%

PFE 2

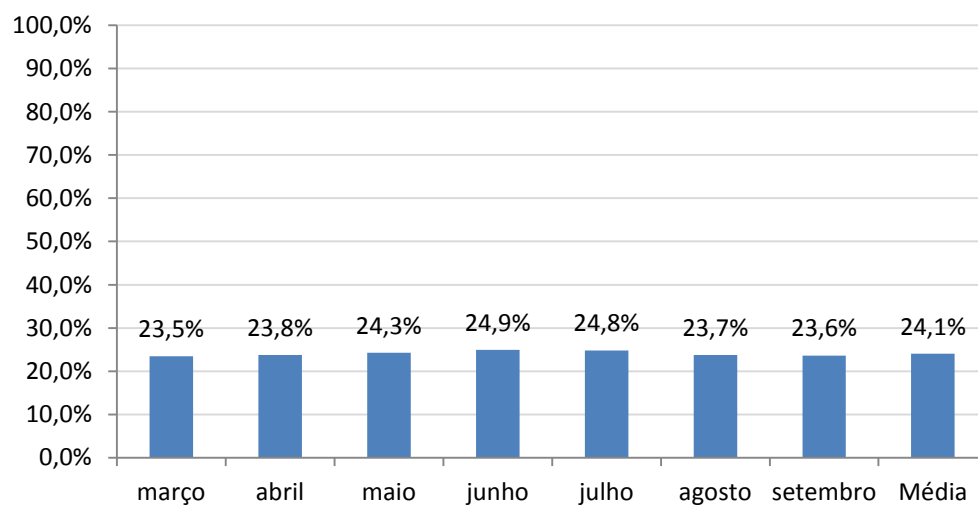
■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	965				25,9	200,4	738,7	226,3	23,5%
abril	970,3				33,4	197	739,8	230,5	23,8%
maio	976,9				39,1	196,5	739,9	237	24,3%
junho	987,5				43	195,7	741,3	246,2	24,9%
julho	984,8				39,2	190,8	740,8	244	24,8%
agosto	997,7				35,8	183,8	760,8	236,9	23,7%
setembro	1000				32	175,9	763,7	236,3	23,6%
Média	983,2				35,5	191,4	746,4	236,7	24,1%

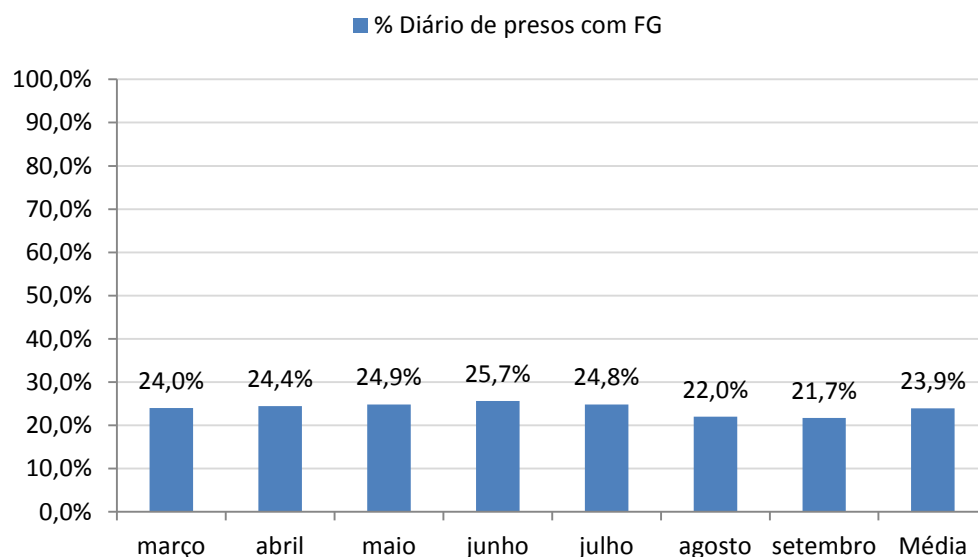
PEC

■ % Diário de presos com FG



Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	uantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1021,1				30,9	221,2	775,6	245,5	24,0%
abril	1021,8				31,5	218,1	772,2	249,6	24,4%
maio	1017,5				42	209,3	764,5	253	24,9%
junho	1012,8				55,8	193	752,9	259,9	25,7%
julho	968,9				50,4	174,4	728,2	240,7	24,8%
agosto	817,5				29,4	134,7	637,6	179,9	22,0%
setembro	807,3				28,3	131,6	631,9	175,4	21,7%
Média	952,4				38,3	183,2	723,3	229,1	23,9%

PFB



Dois estabelecimentos prisionais apresentaram registros de faltas graves, cujos percentuais deveriam representar a meta das políticas criminais sobre o assunto. O primeiro, com percentual de 14, 7%, reflete a própria característica frágil e submissa das presas condenadas diante das duras regras de disciplina e comportamento das prisões brasileiras. Vivendo num universo totalmente contrário do masculino, as mulheres que cumprem pena privativa de liberdade são submetidas à condições ainda mais degradantes e humilhantes do que os homens. As condições peculiares inerentes à maternidade e gestação – realidade invisível aos olhos da sociedade –, bem como considerando que a massa carcerária feminina quase exclusivamente cumpre pena pelo tráfico de drogas, torna possível afirmar que a grande maioria delas não possui nenhum nível de real risco à sociedade. Daí que as funções da pena em relação às mulheres condenadas não cumpre qualquer das funções declaradas pelo discurso oficial da teoria jurídica. Fragilizadas pela condição de mãe diante do ambiente hostil e humilhante do cárcere ou pela prática de condutas desprovidas de real violência, é natural que o comportamento manifestado durante sua permanência no cárcere as subjugue diante das regras impostas pelo terror carcerário. Assim, o baixo percentual de registro de presas com faltas graves deve-se às peculiaridades das condições de cumprimento de pena impostas às condenadas. Outra realidade importante a considerar diz respeito ao fato de que nos estabelecimentos femininos os

movimentos de resistência das presas em face das violações de direitos humanos pelo Estado são praticamente inexistentes. A forma distorcida e contrária ao discurso declarado das funções da pena na atuação do Estado no interior das prisões brasileiras torna as condições da garantia de integridade física e moral dos condenados/condenadas extremamente frágil. Mesmo reconhecendo que uma sociedade distinta se estabelece no cárcere, criando suas próprias regras de comportamento, é natural que grupos denominados facções criminosas se organizem e exijam do Estado o cumprimento de direitos e garantias fundamentais violados violentamente pelas agências de repressão.²⁴⁰ Outrossim, considerando que a presente pesquisa não trata de maneira específica as questões de gênero das pessoas que cumprem pena no sistema penitenciário, estudo à parte seria necessário.

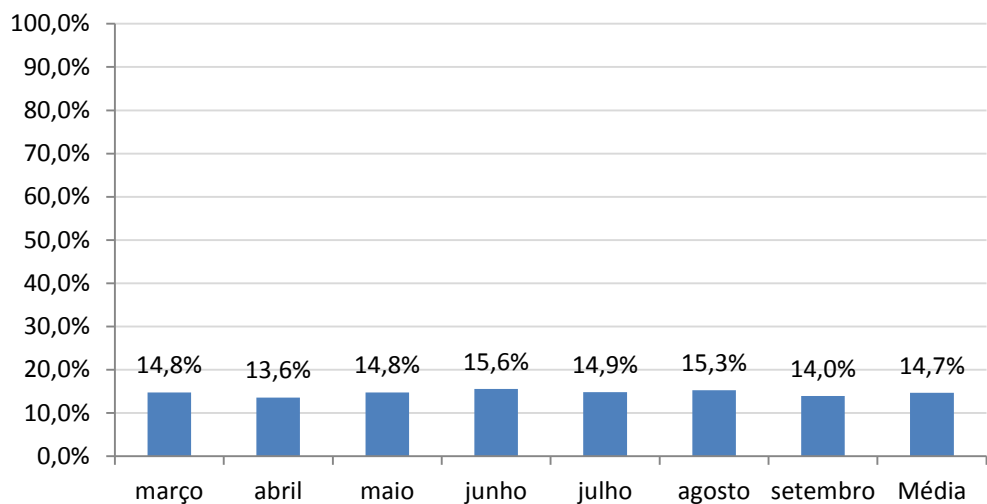
No tocante à Penitenciária de Foz do Iguaçu, cujas condições reais exigiria estudo à parte, a fim de se conhecer as peculiaridades e características dos processos criminais dos presos que lá cumprem pena, como, por exemplo, idade, espécie delitiva, política criminal adotada pela administração do estabelecimento etc., uma vez que o baixo percentual de registro das faltas disciplinares realmente não expressa a realidade das afirmações punitivas do sistema penitenciário paranaense. Segue as tabelas:

²⁴⁰ Camila Caldeira Nunes Dias ao pesquisar o modo de dominação e atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões paulistas – e, considerando que esta dominação se expande e se consolida pelas prisões paranaenses – em passagem de sua pesquisa, assim analisa uma das causas da desmoralização do Estado em sua função de controle e garantia da ordem e da disciplina no interior das prisões: “O problema apontado não se reflete exatamente à ausência do Estado no universo prisional, o que seria um total contrassenso, visto que essas instituições são estatais e o Estado está lá dentro *necessariamente*, de *alguma* forma. O problema é a forma pela qual o Estado se insere nesse sistema, o que acaba por minar sua credibilidade e sua legitimidade para atuar como autoridade central, acima das partes, capaz de regular e mediar os conflitos ali existentes. A sua atuação distorcida, seja por meio da corrupção de diretores e funcionários, seja pela truculência e a violência, deslegitima a sua autoridade moral diante da população carcerária, o que incide diretamente sobre a ordem social das prisões” (DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 246).

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Mês/2013	Média no nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da q de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	376,1				12	37,5	320,5	55,6	14,8%
abril	372,8				13	36,7	322,2	50,6	13,6%
maio	376,1				12	37,5	320,5	55,6	14,8%
junho	372,6				12,7	35,9	314,6	58	15,6%
julho	375,6				10	33,8	319,8	55,8	14,9%
agosto	369,1				8,8	31,4	312,6	56,5	15,3%
setembro	369,8				8,9	26,7	318,2	51,6	14,0%
Média	373,2				11,1	34,2	318,3	54,8	14,7%

PFP

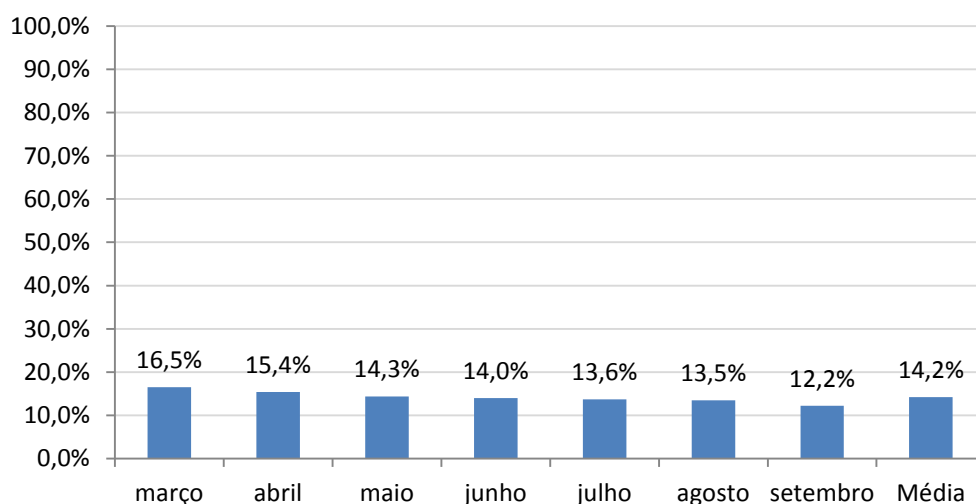
■ % Diário de presos com FG



Unidade Pen	PFP		Capacidade:	496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
março	476				2,7	76	397,4	78,6	16,5%
abril	477,4				3	70,4	404	73,4	15,4%
maio	476,4				4,2	64,2	408,1	68,3	14,3%
junho	482,2				5,1	62,3	414,7	67,5	14,0%
julho	487,4				6,5	59,2	420,9	66,5	13,6%
agosto	470,6				5,2	55,9	407,3	63,3	13,5%
setembro	457,6				5,6	45,2	401,9	55,7	12,2%
Média	475,4				4,6	61,9	407,8	67,6	14,2%

PFP

■ % Diário de presos com FG



Os dados da presente pesquisa demonstram de forma inequívoca a crise que o sistema penitenciário paranaense atravessa diante da equivocada política criminal de aplicação exagerada de faltas graves, bem como pela opção de aprisionar condenados com registro de faltas graves em estabelecimentos penais específicos. Tais opções evidenciam a incapacidade do Estado em elaborar políticas criminais que o desafiem a reduzir o nível das afirmações punitivas durante o cumprimento da pena, ou seja, reduzir o nível de aflição de dor e sofrimento dos condenados, primando por formas de gestão do sistema penitenciário que priorizem a humanização das “pessoas” que nele cumprem pena. Os elevados percentuais de registros de presos com falta grave nos estabelecimentos penais PEP, PEP 2, PEL 2 e PCE com 76,8%,

62%, 57,7% e 50,3% respectivamente, lamentavelmente expressam a omissão e a incapacidade do Juízo de Execução Penal em cumprir três de suas diversas atribuições contidas na Lei de Execução Penal, quais sejam: zelar pelo correto cumprimento da pena, inspecionar os estabelecimentos penais e interditá-los quando funcionarem de maneira inadequada.²⁴¹ Juntamente com o Juízo de Execução, os demais órgãos de execução penal²⁴² deveriam tomar para si e conjuntamente estabelecerem critérios de uma política criminal que tenha por objetivo diminuir em níveis toleráveis – a exemplo da PFP e PEF, 14,7% e 14,2%, respectivamente – os percentuais de faltas graves existentes nos estabelecimentos penais do Estado do Paraná e, a exemplo de um necessário e útil programa de gestão atuarial da execução da pena (BI), propor formas humanitárias e condizentes com a dignidade da pessoa humana no controle disciplinar durante o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Dentre as possibilidades efetivas de reduzir os danos causados pela opção política de afirmar e ampliar a função retributiva e de prevenção especial negativa da pena, o rígido controle do processo disciplinar de apuração das faltas graves seria a opção mais condizente com os propósitos e objetivos da Lei de Execução Penal. Assim sendo, jurisdicionalizar completamente esse procedimento implicaria duas fundamentais consequências. A primeira qualificaria a atuação dos membros dos Conselhos Disciplinares ao impulsionarem os atos que apuram a prática de faltas graves, pois o desconhecimento dos princípios constitucionais básicos do Direito Penal, bem como de sua Dogmática, os descredencia como servidores públicos capacitados para exercerem importante função. A qualificação dos servidores membros dos Conselhos Disciplinares contribuiria para uma prestação jurisdicional de mais qualidade do Juízo de Execução, na apreciação e no

²⁴¹ Art. 66. Compete ao Juiz da execução: [...] VI - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança; VII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade; VIII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei; [...]

²⁴² Todos elencados no artigo 61 da LEP: São órgãos da execução penal: I - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; II - o Juízo da Execução; III - o Ministério Público; IV - o Conselho Penitenciário; V - os Departamentos Penitenciários; VI - o Patronato; VII - o Conselho da Comunidade; VIII - a Defensoria Pública.

julgamento das faltas disciplinares de natureza grave, uma vez que os elementos necessários para apurar a conduta humana – que é o próprio objeto do Direito Penal – envolveriam o lastro probatório necessário para afirmar ou não a existência da conduta contrária às regras de segurança e disciplina dos estabelecimentos penais e, principalmente, a existência ou não de ofensa a bens jurídicos – razão de ser do Direito Penal.

Nesse sentido, a proposta de Anteprojeto de Lei de Execução Penal do Estado do Paraná,²⁴³ que prima pelo compromisso com os princípios regedores do processo disciplinar administrativo, demonstra que, somente positivando na norma legal pertinente, o dever dos responsáveis pela apuração e aplicação das faltas graves será observado. Com disposição inovadora, o Anteprojeto prevê as atribuições específicas do Defensor Público no âmbito da execução penal, rompendo com um histórico de atuação de operadores do direito que exerceram suas funções segundo os interesses políticos do Estado.²⁴⁴ Sob uma perspectiva garantista, o processo administrativo disciplinar assegura a participação do condenado acusado de prática de falta grave na apuração do fato, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa, uma vez que prevê a atuação efetiva do defensor ou advogado constituído.²⁴⁵

No tocante ao Projeto de Lei do Senado que tramita no Congresso Nacional sob o n.º 513, embora pretenda alterar significativamente o atual artigo 59 da LEP,²⁴⁶ por meio de uma redação que determina a existência de

²⁴³ A comissão de juristas que elaborou a proposta de Anteprojeto de Lei de Execução Penal do Estado do Paraná não optou por uma política de justiça criminal, de combate à criminalidade, mas de uma política de justiça social de solução de conflitos, elegendo o próprio sistema prisional como centro da questão criminal do país. Destaca-se que a comissão foi composta por: Alexandre Ramalho de Farias, Alexey Choi Caruncho, André Ribeiro Giamberardino, Paulo César Busato e Priscilla Placha Sá.

²⁴⁴ Como órgão de execução penal independente, ou seja, alheio aos interesses políticos-administrativos de diretores de prisão, coordenadores de Departamentos de Execução Penal e até da SEJU, a disposição contida em seu artigo 102 estabelece que: “A Administração do sistema sancionatório adotará as medidas necessárias para que todas as unidades penais tenham local próprio, reservado e permanente, para a instalação e a implementação da Defensoria Pública, com o intuito de prestar integral atendimento jurídico aos sentenciados e aos presos provisórios, de acordo com a Lei Complementar, no âmbito federal e estadual, que regula a matéria”.

²⁴⁵ Anteprojeto de Lei de Execução Penal do Estado do Paraná. Art. 159. § 4º. É obrigatória a presença e atuação efetiva de defensor, seja ele o Advogado constituído ou, na sua falta, o Defensor Público, sob pena de nulidade absoluta, o qual acompanhará todas as etapas de instrução e julgamento.

²⁴⁶ “Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.”

defesa técnica, bem como motivação dos atos administrativos, ao condicionar a apuração conforme o regulamento²⁴⁷ – cuja competência será dos Estados – novamente deixa lacuna para que a arbitrariedade do legislador estadual não cumpra com a real finalidade da lei federal.

Como consequência, não somente dos efeitos que a aplicação da falta grave acarreta no curso da execução penal – a regressão de regime e o marco inicial para o novo cômputo de tempo para a nova progressão, por exemplo –, bem como da precária fiscalização da execução penal por seus órgãos de execução, um procedimento administrativo disciplinar efetivamente comprometido com as garantias – tanto materiais quanto formais dos três ramos das Ciências Penais – reduziria os danos que os agentes da disciplina e técnicos da ortopedia moral²⁴⁸ causam aos condenados. Nesse sentido, é oportuna a constatação de George Lopes Leite:

O Juízo da Execução é o estuário onde vêm desaguar todas as decisões da Justiça Criminal, no âmbito estadual e federal. Como decorrência natural desse imenso caudal de processos e da inexistência de uma estrutura organizacional adequada, o Juízo da Execução, inobstante o esforço titânico de alguns juízes abnegados, não tem exercido as funções de fiscalização e controle do cumprimento da sanção penal, resultando numa atuação meramente formal e completamente dependente dos agentes carcerários. Estes são, de fato, os que controlam as ações das inúmeras entidades atuantes no estabelecimento penal, e, o que é mais alarmante, os únicos a decidir quem irá receber os benefícios legais. Isso se dá a partir da precaríssima avaliação dos requisitos subjetivos, feita pela Comissão Técnica de Classificação.²⁴⁹

Da análise acima destacada, torna-se possível afirmar que, procedimentos administrativos disciplinares que estivessem intimamente imbricados com os princípios basilares das Ciências Penais em seus três

²⁴⁷ “Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, com a defesa técnica em todos os atos do procedimento e a decisão administrativa será motivada.”

²⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrólis: Vozes, 1987. p. 13.

²⁴⁹ LEITE, George Lopes. **Jurisprudencialização da execução penal**. In: **Encontro nacional da execução penal...** : íntegra das conferências, workshops e debates. Organização: George Lopes Leite. Brasília: Fundação de Apoio à Pesquisa no Distrito Federal, 1998. p. 66.

ramos de atuação, certamente reduziriam drasticamente os abusos e as violações de direitos e garantias fundamentais dos condenados submetidos às formas de controle e dominação durante o cumprimento da pena privativa de liberdade. É evidente que mesmo após o fim do processo de conhecimento que apurou a culpa e em virtude dela aplicou uma pena – e aqui nas linhas do discurso declarado da teoria jurídica do crime e da pena –, durante a execução penal as formas de controle e dominação do Estado sobre o condenado são ainda mais rigorosas. É nesse percurso da efetivação das reais funções da pena que se vislumbram o prolongamento das formas punitivas já exercidas anteriormente. Se antes a polícia selecionava quais sujeitos seriam alvos da repressão estatal, durante a execução da pena todos são alvo, uma vez que todos já foram selecionados. Cabe, portanto, aos agentes carcereiros apenas afirmar a punição, afligindo dor e sofrimento a qualquer sujeito que não se adeque ao fracassado (mas verdadeiramente exitoso) projeto – em referência à expressão de Juarez Cirino dos Santos – técnico corretivo de transformação individual do condenado.

As propostas de alterações legislativas contribuem para a humanização do cumprimento da pena privativa de liberdade e estão em consonância com o processo evolutivo do método de controle social, cujo mecanismo central é o cárcere. No entanto, ao reconhecer que as contradições entre o discurso penal e a realidade penal são confirmados e demonstrados por meio de dados empíricos – como os aqui revelados –, há que se questionar o porquê de uma prática punitiva que traz consigo uma barbárie medieval disfarçada por métodos formais e aparentemente dirimidos por normas materiais e formais de controle social.

Em relação às práticas punitivas que o Estado promovia durante a execução da pena no período imperial, com a previsão da pena de morte na força,²⁵⁰ pena de galés,²⁵¹ de banimento,²⁵² degredo²⁵³ e desterro,²⁵⁴ estas

²⁵⁰ Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil: “Art. 38. A pena de morte será dada na força.”

²⁵¹ Idem. Art. 44. “A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delicto, á disposição do Governo.”

revelam as matrizes punitivas de uma legislação autoritária, que ainda hoje mantém métodos punitivos – como o famigerado regime disciplinar diferenciado – pelos quais a aplicação de faltas graves é essencial para a manutenção do terror durante a execução da pena.

Certamente que os quatro estabelecimentos penais que concentram o maior número de presos com registros de faltas graves no Estado do Paraná – PEP, PEP 2, PEL 2 e PCE – não se equiparam às descrições medievais ou às do Brasil Império no aspecto arquitetônico dos calabouços daquela época. No entanto, passados alguns séculos, essas prisões, juntamente com as demais existentes do Estado do Paraná, refletem a consolidação das políticas de controle social, cuja explicação materialista que embasou o fundamento teórico deste trabalho, revela as reais finalidades da pena e da prisão. Numa dimensão de controle social global a explicação materialista demonstra as reais funções de “disciplina da classe trabalhadora” – pelas funções reais de prevenção especial – e “preservação da ordem social fundada na relação capital/trabalho assalariado das sociedades contemporâneas” – pelas funções reais de prevenção geral.²⁵⁵ Compreender a retribuição da pena criminal no valor de uso atribuído ao valor da troca equivalente, visualizando a realidade em que a disciplina da classe trabalhadora é perversamente construída pela ideologia punitiva do Estado, permite, principalmente, concebê-la como perfeito mecanismo de expiação e inflição de dor, de vingança da sociedade com efetiva destruição física e espiritual do sujeito condenado. Daí que a atual política criminal de segregação dos indivíduos com registro de falta grave em prisões específicas – sob a justificativa de que tais sujeitos pertencem facções criminosas – tem como finalidade precípua a criação e o favorecimento das condições necessárias para que o ambiente criminógeno dessas prisões se

²⁵² Idem. “Art. 50. A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inibirá perpetuamente de habitar o território do Império. Os banidos, que voltarem ao território do Império, serão condenados á prisão perpetua.”

²⁵³ Idem. “Art. 51. A pena de degredo obrigará os réos a residir no lugar destinado pela sentença, sem poderem sahir delle, durante o tempo, que a mesma lhes marcar. A sentença nunca destinará para degredo lugar, que se comprehenda dentro da comarca, em que morar o offendido.”

²⁵⁴ Idem. “Art. 52. A pena de desterro, quando outra declaração não houver, obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto, da sua principal residencia, e da principal residencia do offendido, e a não entrar em algum delles, durante o tempo marcado na sentença.”

²⁵⁵ Conforme já fundamentado nas linhas da obra de Juarez Cirino dos Santos.

desenvolva sob a égide da violência e da corrupção. Alimentar o estigma da periculosidade, bem como da irrecuperabilidade desses indivíduos – discursos que alimentam o imaginário popular e contribuem para que a sociedade civil apoie políticas criminais de extermínio de presos – constitui as bases de uma execução penal que prima pela produção de criminosos que, ao contrário do discurso declarado da teoria jurídica da pena, devem cumprir suas penas e voltar a delinquir, a fim de alimentarem o sistema de justiça criminal e por ele serem consumidos. Rodrigo Duque Estrada Roig bem sintetiza a retribuição da pena executada pelos agentes carcereiros e pelos intelectuais doutores da administração penitenciária. Em menção a Lemos de Britto, quando o autor trata das formas de isolamento extremo, Roig faz o seguinte apontamento:

Em todo o mundo, a segregação absoluta deixou um legado de intenso sofrimento físico e mental em seus destinatários, que não raramente sucumbiam, fosse pelos maus-tratos, fosse pelo induzimento ao suicídio. Lemos de Brito, acerca das celas solitárias, asseverou: *“Uma vez fechadas, devem constituir verdadeiro supplicio para o encarcerado. Estas solitarias eram outrora pintadas de negro, como tantas que por ahi fora encontrei (sic).”*²⁵⁶

Diante desse viés punitivista que rege a execução penal, confirmado pelo brutal percentual de presos que já foram submetidos a um processo administrativo disciplinar e sancionados com falta grave, outra questão a ser aqui demonstrada diz respeito à própria efetividade do princípio do duplo grau de jurisdição no âmbito da execução penal. Já delineado quando se descreveu em linhas gerais a instrumentalidade do procedimento disciplinar, ao princípio do duplo grau de jurisdição submetem-se tanto os processos que tramitam na esfera administrativa quanto na esfera judicial, segundo o interesse do condenado. Assim sendo, diante de uma tendência inata do ser humano em não se conformar com decisões que lhe são desfavoráveis – no âmbito processual é natural que recorra de decisões que lhe causam prejuízo. Que dirá, portanto, diante de procedimento que visa apurar e aplicar sanções

²⁵⁶ BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. v. III. p. 184. *Apud.* ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 93.

disciplinares que, reconhecidamente, é tido como violador de direitos e garantias fundamentais.

4.2 Análise de acórdãos referentes às faltas graves

Pesquisar o conteúdo dos processos administrativos disciplinares inerentes a um período determinado – a exemplo da pesquisa sobre o registro de faltas graves – analisando a relação entre a conduta imputada ao condenado e as questões de prova, exigiria uma pesquisa quase impossível de cumprir seus objetivos. Considerando que quatorze estabelecimentos penais foram objetos da pesquisa referente ao percentual de presos com registro de falta grave, para uma avaliação comprometida com um retrato próximo da realidade, ter-se-ia que investigar o conteúdo dos processos em cada uma das unidades já investigadas no período delimitado. No entanto, uma vez que também figura como objeto da pesquisa a análise do número de interposições de recursos de agravo em execução referentes às faltas graves aplicadas pelos Conselhos Disciplinares dos estabelecimentos penitenciários paranaenses, optou-se por delimitar o período relativo aos anos de 2005 a 2013 e sobre esse lapso temporal pesquisar o número aproximado de recursos interpostos perante o Tribunal de Justiça do Paraná, em razão do inconformismo das decisões dos Juízos de Execução Penal.

A pesquisa foi delimitada segundo a atuação dos advogados que exercem função pública no Departamento de Execução Penal do Paraná, segundo relação de funcionários disponível no site do referido órgão de execução penal,²⁵⁷ bem como mediante a seleção de ementas de acórdãos que contivessem as palavras-chave “falta grave” e “exame criminológico”. O critério estabelecido considerou principalmente a realidade de que a grande massa da população carcerária é composta de pessoas pobres e miseráveis, impossibilitadas de constituir um advogado particular, portanto, dependentes da

²⁵⁷ Relação disponível em: www.depen.pr.gov.br

assistência jurídica prestada pelo Estado.²⁵⁸ Daí que, adotar palavras-chave e a partir delas pesquisar as ementas disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Paraná, independente de o advogado do agravante ser ou não constituído, não permitiria delimitar o objeto investigado segundo a realidade do sistema penitenciário paranaense.

O objetivo específico da segunda parte da pesquisa empírica centrou-se na análise de acórdãos em que o Colegiado houvesse julgado recursos de agravos em execução objetos de inconformismo em razão da aplicação de falta grave. Delimitando ainda mais o objeto da pesquisa, buscou-se encontrar julgados que analisassem pedidos que submetessem à apreciação do Tribunal de Justiça nulidades dos processos administrativos disciplinares em razão de descumprimentos de normas materiais e formais na apuração da culpa dos acusados. Daí que, em razão dessa delimitação, algumas considerações críticas a respeito do processo administrativo disciplinar devem preceder os dados desse segundo momento da pesquisa.

Conforme já exposto, a instrumentalidade na apuração/aplicação de uma falta grave possui uma fase administrativa e judicial, cuja caracterização mista torna a primeira fase eivada de vícios e omissões aos princípios basilares do direito penal e processual penal e, principalmente, das normas constitucionais que regem o tema. As causas que contribuem para todas as mazelas e nefastas consequências de processos disciplinares desprovidos de credibilidade – uma vez que não são jurisdicionalizados em todas as fases – ocorrem já na apuração da conduta do preso acusado. Durante a execução da pena, as regras do processo de conhecimento, que devem nortear os procedimentos que formam o método para a apuração da culpa,²⁵⁹ são flexibilizadas a ponto de tornar os processos disciplinares da fase administrativa desvinculados das regras materiais e formais do Direito Penal e

²⁵⁸ O Estado do Paraná, através da Lei Complementar n. 136, de 19 de maio de 2011, estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública. O Governo do Estado nomeou 87 defensores públicos aprovados em concurso público, que, apesar do inexpressivo número diante da realidade que o conjunto da prestação jurisdicional e assistência judiciária de qualidade exigem, representa um passo importante na luta pela inclusão social das pessoas carentes na defesa de seus direitos.

²⁵⁹ LEP. Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

do Direito Processual Penal. Ora, se é na fase administrativa que se apura o cometimento ou não de uma conduta contrária a determinada regra de comportamento²⁶⁰ – ferindo ou não bens jurídicos relevantes, mas causando consequências ao curso da execução penal do condenado – ou até mesmo um tipo de injusto, é evidente que se trata de um momento de reconstituição de fatos, cujo objetivo principal volta-se para reconhecê-lo ou não como ocorrido. Novamente o Estado age para punir um acusado. No entanto, na fase administrativa não há legitimamente capacidade para punir, uma vez que a punição deve (ria) ser imposta somente pelo Estado-juiz. Na realidade, um novo caso penal requer apuração e solução. Assim sendo, a característica essencial do processo penal em sua essencial finalidade não se esgota com o trânsito em julgado da sentença condenatória e durante a execução penal ressurgem sempre que um processo administrativo disciplinar é instaurado para apurar condutas tipificadas como faltas disciplinares. Diante da incerteza que a apuração de tais condutas traz no enfrentamento do fato – com todas as questões inerentes à prova processual – um verdadeiro caso penal torna-se objeto de apreciação dos Conselhos Disciplinares e, embora não jurisdicionalizado, a realidade demonstra que a essência é a mesma. Diante disso, toda apuração de conduta humana correspondente a um tipo de injusto deve ser considerada como “caso penal” – expressão consagrada por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e aceita por doutrinadores críticos do Processo Penal.²⁶¹

Assim sendo, se a apuração de uma conduta, que aparentemente corresponderia a uma sanção administrativa, possui, em virtude de suas consequências no curso da execução penal, característica de uma sanção penal, o processo para sua apuração deve ser conduzido sob as regras que norteiam o processo para a aplicação de uma sanção penal. Nesse sentido, as

²⁶⁰ O exemplo mais comum de regras de comportamentos que ganham preocupante dimensão nas questões de disciplina na LEP diz respeito ao tipo aberto previsto no inciso II do artigo 39 (artigo esse comentado criticamente a seguir por Andrei Zenkner – nota de rodapé n. 292), que estabelece: “Art. 39. Constituem deveres do condenado: [...] II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;” [...]

²⁶¹ Nesse sentido, ver: LOPES JR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. v. I. 4. ed. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009. p. 89 e ROSA, Alexandre Morais da. **Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013. p. 92.

lições de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho são esclarecedoras, quer tratando-se de processo administrativo, quer de processo judicial, pois o que se está a apurar é uma conduta passível de punição:

Cometido o crime, a sanção só será executada a partir da decisão jurisdicional, presa a um pressuposto: a reconstituição de um fato pretérito, o crime, na medida de uma verdade processualmente válida e evidenciadora da culpabilidade ou da periculosidade. A jurisdição atua para fazer o accertamento do fato, e o processo é o meio que utiliza para concluir se o réu deve ser punido ou não. Para expressar essa reconstituição que se efetiva no processo penal – geralmente de forma conflitual, mas não sempre –, e tem importância prática já na primeira fase de persecução penal, o ideal seria uma expressão ainda não comprometida com outros significados relevantes: **caso penal**, por exemplo. Trata-se, entenda-se bem, de encontrar uma palavra, uma expressão, adequada ao fenômeno que se dá no processo e, dessa maneira, o melhor é deixar, na medida do possível, um menor espaço à indeterminação, por natureza sempre presente. **Caso penal** cumpre requisito a contento. Com ele, estamos diante de uma situação de incerteza, de dúvida, quanto à aplicação da sanção penal ao agente que, com sua conduta, incidiu no tipo penal. Em não sendo auto-executável a sanção, não há outro caminho que o processo para fazer o accertamento do caso penal. A jurisdição, ademais, é indefectível e atua, até o accertamento positivo, de condenação, alheia a elementos de ordem subjetiva.²⁶²

Sob os ditames da jurisdição, a redução/exclusão da influência da subjetividade das partes envolvidas na apuração do fato ocorrido possibilitaria que a essência do julgador (julgadores no caso dos Conselhos Disciplinares) se manifestasse como característica essencial de suas atribuições, qual seja, a imparcialidade.²⁶³ Somente mediante a jurisdicionalização de todo o processo

²⁶² MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá, 1989. p. 134-135.

²⁶³ Jacinto Nelson de Miranda Coutinho a respeito da subjetividade das partes no accertamento do caso penal, assevera que: “A dimensão da influência da vontade das partes, no processo penal, tem uma relevância relativa, que não enquadra a integralidade dos efeitos frente ao caso penal. Afinal, como antes referido, quando muito dispõem elas sobre a não aplicação da sanção ou, pelo menos, podem atuar de modo a bloquear, insuperavelmente, a efetivação da

de apuração e aplicação de sanções disciplinares na execução penal, seria possível uma persecução isenta de juízos de valores e previamente contaminados pelas idiosincrasias dos membros dos Conselhos Disciplinares. As incertezas no enfrentamento de um caso penal – principalmente em relação à gestão da prova e observância aos princípios da presunção da inocência, contraditório e ampla defesa – que se apresentam diante de servidores despreparados e desconhecedores da complexidade da Dogmática do Direito Penal, bem como das regras garantistas do Direito Processual Penal, torna as decisões dos Conselhos Disciplinares uma das causas do aparente fracasso do projeto técnico-corretivo de transformação moral dos presos, mas, no entanto, do êxito histórico das reais funções da retribuição e da prevenção especial da pena criminal. Ao repropor a seleção criminalizante secundária, chancelando o arbítrio e abuso de poder dos carcereiros, as decisões dos Conselhos Disciplinares extrapolam os limites da sentença penal condenatória que, em tese, teria fixado proporcionalmente a retribuição pela culpabilidade do autor de um tipo de injusto. Os limites da coisa julgada são apenas efeitos retóricos de uma punição que ainda não fixou seus limites retributivos. Reforça-se, portanto, o exercício do poder punitivo, punindo-se novamente e, assim por diante, visando ocultamente à destruição física e psíquica do condenado.²⁶⁴ O cenário do imaginário dos julgadores dos Conselhos Disciplinares é construído a partir do reforço dos estereótipo de criminosos irrecuperáveis projetados e perpetuados sobre os condenados pelo senso comum do povo e pelo trabalho

sanção. Muito, mas muito mais importante, quando se observa a subjetividade, é analisar sua relação com a jurisdição. É aqui, realmente, que ela assume seu ponto máximo, diante do caso penal. Quanto às partes, a subjetividade pode receber um determinado enquadramento e razoavelmente ser controlada, de maneira a contrabalancear os interesses do autor do crime ou do acusado e os interesses da acusação” (Idem. p. 135).

²⁶⁴ Juarez Cirino dos Santos, em menção à Aaron Cicourel e Fritz Sack, lecionando sobre a realidade do exercício seletivo do poder de punir, afirmou que este é encoberto pelo discurso do processo legal devido, assim asseverando: “O Crime como *realidade social construída*, a criminalização como *bem social negativo* e o sistema de justiça criminal como *instituição ativa* na distribuição social da criminalização podem ser explicados pela lógica menos ou mais inconscientes das chamadas *meta regras* – ou *basic rules*, segundo CICOUREL –, mecanismos psíquicos de natureza emocional atuantes no cérebro do operador do Direito, constituídos de esterótipos, preconceitos, idiosincrasias e outras deformações ideológicas do intérprete – definidos por SACK como o *momento decisivo do processo de criminalização* – capazes de esclarecer a concentração da repressão penal em setores sociais marginalizados ou subalternos, ou na área das drogas, ou do patrimônio, por exemplo – e não nos crimes contra a economia, a ordem tributária, a ecologia etc., próprios das elites de poder econômico e político da sociedade” (SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: IPCPC; Lumen Juris, 2007. p. 9, 479-480).

ideológico da mídia e demais meios de comunicação. Assim, o requisito fundamental do julgador – a imparcialidade – inexistente em tais membros, uma vez que operam segundo os interesses reais do Estado e das funções reais da pena criminal.

Salo de Carvalho, ao discorrer sobre as relações entre os discursos disciplinar e jurídico, postulou pela necessidade de jurisdicionalização de todas as fases do processo administrativo disciplinar em razão das consequências que a transposição da esfera administrativa acarreta na esfera processual penal. Referindo-se às garantias do procedimento, afirmou:

Os procedimentos administrativos disciplinares (PAD's) não são harmônicos com a estrutura acusatória do rito garantista, a começar pelo fato de que sequer há regulamentação prévia das 'regras do jogo' procedimental, ficando os Estados com a competência de suprir as lacunas normativas da LEP. Desta forma, tem-se como imprescindível a jurisdicionalização dos procedimentos relativos à faltas (no mínimo as graves), pois os efeitos produzidos nesta seara (jurisdicional) acabam por exigir tal atribuição ao magistrado da execução. O controle judicial da legalidade dos atos administrativos não ocorreria, portanto, de maneira reflexa com a mera homologação da sanção, mas seria constante, visto que o debate sobre a conduta faltosa dar-se-ia no palco processual, em audiência, com necessária presença do Ministério Público e da Defesa técnica.²⁶⁵

A consequência mais relevante da jurisdicionalização de todas as fases do processo administrativo disciplinar seria a maior observância dos limites punitivos impostos pela sentença condenatória, assim como o respeito aos direitos e às garantias fundamentais dos condenados descritos na Constituição da República.²⁶⁶ Assim, a questão a ser levantada é que atinge a essência que

²⁶⁵ CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003. p. 201.

²⁶⁶ Entre eles: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana; Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IX - é livre a expressão da atividade

deslegitima os processos administrativos disciplinares é a sua afronta às normas constitucionais. Reconhecendo que as administrações penitenciárias abusam do poder discricionário no exercício da função pública de seus servidores,²⁶⁷ jurisdicionalizar a execução penal, nas palavras de Massimo Pavarini e André Giamberardino, significaria:

(a) a limitação e a vinculação da discricionariedade das autoridades penitenciárias com base no conteúdo da condenação e na própria lei e Constituição; (b) a garantia do direito constitucional à ampla defesa e contraditório em todas as situações, inclusive quando se trata de redução de direitos praticada pela autoridade penitenciária como forma de manutenção da ordem; (c) a obrigatoriedade de motivação de todas as decisões – judiciais ou administrativas – que impliquem modificação qualitativa e/ou quantitativa no cumprimento da pena.²⁶⁸

Visto sob esse paradigma, as formas de controle e manutenção da ordem e da disciplina nas prisões – em especial as aqui pesquisadas – em que o processo administrativo disciplinar cumpre finalidade apenas formal para legitimar o abuso das punições durante o cumprimento da pena, há que se reconhecer que os Conselhos Disciplinares atuam posicionando o condenado como simples objeto de julgamento, atuando parcialmente segundo os interesses do Estado no controle social. Partindo desta perspectiva – que justifica o próprio objeto da pesquisa aqui desenvolvida –, pode-se afirmar que “o sistema de penalidades disciplinares, regulados inquisitorialmente pela LEP, constitui sistema sancionatório autônomo e adicional à pena imposta na sentença condenatória”.²⁶⁹

intelectual, artística, científica e **de comunicação**, independentemente de censura ou licença; XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

²⁶⁷ Referindo-se ao abuso do poder discricionário pela Administração, Anabela Miranda Rodrigues asseverou: “O que se recusa, em suma, é uma concepção de discricionariedade como um domínio da não legalidade, ‘como um mundo em que a Administração só presta homenagem aos imperativos da conveniência e oportunidade’” (RODRIGUES, Anabella Miranda. **A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade**: seu fundamento e âmbito. São Paulo: IBCCRIM, 1999. p. 52).

²⁶⁸ PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da pena e execução penal**: uma introdução crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012. p. 284.

²⁶⁹ CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003. p. 229.

Daí que a própria ilegalidade e o desrespeito constitucional do processo administrativo disciplinar seria objeto central do inconformismo que justificaria – em primeiro lugar – a interposição dos recursos de agravos em execução. Ora, se a realidade demonstra empiricamente – com dados disponibilizados pelo próprio Estado – que as administrações penitenciárias extrapolam as disposições contidas na sentença condenatória, na medida em que a retribuição de culpabilidade amplia-se quantitativa e qualitativamente em razão do abuso de poder dos agentes do Estado, tais questões também deveriam compor os discursos contidos na peça do inconformismo. Na medida em que o direito atua – como “forma jurídica de disciplina da vida social” – por intermédio de seus operadores e da dogmática (penal) construída segundo finalidades distintas – seja como “critério de racionalidade do sistema punitivo”, seja como “sistema de garantias do indivíduo em face do poder punitivo do Estado” – ²⁷⁰, a posição assumida pelos responsáveis pela defesa dos direitos e garantias fundamentais dos condenados revela qual critério por eles é adotado no exercício de suas funções públicas.

Assim sendo, demonstrado empiricamente que a exceção virou a regra (aplicação de falta grave) e que a Administração Penitenciária não possui políticas adequadas para tratar dos conflitos existentes no interior das prisões paranaenses – em especial daquelas que possuem percentuais intoleráveis de presos com registros de faltas graves – a não ser repropondo a seleção criminalizante secundária e punindo mediante a aplicação de faltas graves, toda a complexidade que envolve a própria ilegalidade dos processos administrativos disciplinares há muito tempo já deveria ser objeto de interposição de recursos de agravo em execução.

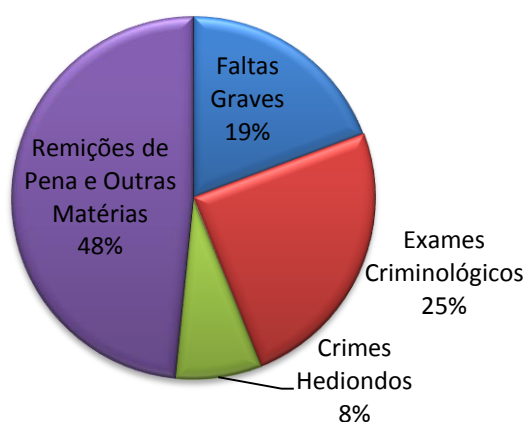
Nos limites dos critérios delimitados inicialmente, na consulta processual de 2º grau disponível na página inicial do site do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), no período de 2005 a 2013 foram pesquisados 653 acórdãos referentes a agravos em execução, em que na ementa do julgado constou a

²⁷⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007. p. 8, 489-490.

palavra-chave “falta grave”, bem como atrelada a ela, a palavra-chave “exame criminológico”.²⁷¹

Do total de acórdãos pesquisados foram selecionadas 126 decisões em que a aplicação de uma falta grave tenha influenciado direta ou indiretamente a decisão colegiada. As demais matérias tratadas nos acórdãos não selecionados referiram-se a exames criminológicos, crimes hediondos, remissões de pena e outros assuntos, conforme gráfico abaixo:

Total de Acórdãos Pesquisados



Uma vez que se analisa neste segundo momento da pesquisa a própria (i)legalidade dos procedimentos administrativos disciplinares, examinou-se o conteúdo das decisões colegiadas buscando-se nos objetos de julgamento algum inconformismo pugnado pelo defensor do condenado que ventilasse perante o Tribunal de Justiça do Paraná questões pertinentes a esse tema.

Conforme as informações colhidas, verificou-se que 47 decisões colegiadas trataram de recursos de agravos em execução, cujo objeto de apreciação referiu-se ao cometimento de faltas graves após a data da publicação de decretos presidenciais referentes à concessão de comutação de pena e indulto. Especificamente 45 decisões relacionaram-se à falta grave praticada após a data da publicação de decretos de comutação de pena e indulto; em uma decisão a falta grave teria sido praticada no período que

²⁷¹ Conforme relação constante no apêndice referente à pesquisa 2 deste trabalho.

antecedeu a publicação do decreto e uma durante o período estabelecido pelo decreto.

Como causa extintiva de punibilidade²⁷² e benefício que concede a diminuição da pena, respectivamente indulto e comutação exigem para suas concessões vários requisitos, entre eles, a inexistência de registro de falta grave no período estabelecido no decreto presidencial.

A influência de procedimentos administrativos disciplinares que resultaram na aplicação de faltas graves e, como consequência, novo marco inicial para a contagem de progressão de regime e livramento condicional, representaram 39 julgamentos, sendo 29 para progressão e 10 para livramento condicional.

Consequências gravosas de tais decisões administrativas e suas consequentes confirmações pelos juízos *a quo* e *ad quem*, certamente refletem na maior permanência dos condenados nos regimes prisionais que cumprem pena no momento do requerimento para a progressão de regime ou livramento condicional. O resultado da primeira pesquisa comprova essa essertiva.

Relacionadas à pedidos de remição de pena e as alterações que o advento da Lei n.º 12.433/2011 acarretou ao artigo 127 da LEP,²⁷³ 24 julgados foram observados. No mesmo sentido, a permanência do condenado em estabelecimento penitenciário ou regime prisional diverso do que aquele em que poderia prosseguir no cumprimento da pena, de igual modo, é consequência do modo abusivo da aplicação das faltas graves.

A ausência de manifestação do Ministério Público nas decisões dos Juízos de Execuções Penais representou cinco decisões apreciadas pelo Tribunal de Justiça, reconhecendo a decisão colegiada a nulidade da sentença de 1.º grau.

²⁷² Código Penal. Art. 107. Extingue-se a punibilidade: [...] II – pela anistia, graça ou indulto; [...]

²⁷³ LEP. Art. 127 antes da redação determinada pela Lei. n.º 12.433/2011: “O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando novo período a partir da data da infração disciplinar”. Após o advento da mencionada lei: “Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar”.

Decisões que julgaram recursos cujo objeto de apreciação referia-se à faltas graves já reabilitadas resultaram em seis acórdãos.

Três recursos interpostos pelo Ministério Público e improvidos pelo TJPR – 327362-5 (condenado sancionado administrativamente, porém, absolvido penalmente pelo mesmo fato), 710598-2 (condenado que progrediu do regime semiaberto para o aberto, mas, tendo registro de falta leve, teve a sentença que concedeu o pedido recorrida pelo *parquet*) e 633238-7 (interposição de recurso pelo Ministério Público após “demora de três anos e cinco meses no processamento do recurso”, inclusive tendo sido os autos encaminhados “à Corregedoria Geral de Justiça para apuração de eventual infração funcional ocorrida na escrivania da 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Curitiba”) – foram objetos de peculiar irracionalidade da persecução punitiva.

O acórdão do recurso de agravo n.º 302005-9, além de basear-se no resultado desfavorável do exame criminológico, destacou que o condenado teria tido péssima conduta no período em que permaneceu custodiado no 7.º e 11.º Distritos Policiais de Curitiba. O referido acórdão não encontra respaldo legal, uma vez que supostas condutas contrárias à ordem e segurança praticadas em delegacias de polícia não são apuradas mediante as regras do processo administrativo disciplinar. Daí que, mesmo diante da crítica deslegitimadora dessa forma extrajudicial de apuração de conduta, causa ainda mais espanto o comportamento do condenado ser tido pela autoridade judiciária como “péssimo”, sem ter sido submetido a um processo que apurasse tal conduta. E, ainda, que ao dar entrada no sistema penitenciário, por meio do Centro de Observação (COT), em tese, o comportamento do condenado inicialmente deveria ser classificado como “bom”.

Outra aberrante contradição observada foi referente à justificação do Ministério Público para recorrer de uma decisão do Juízo de Execução da Comarca de Maringá que concedeu progressão de regime prisional, cuja sentença foi atacada nos autos de agravo sob n.º 1007306-6. Baseou-se o representante do Ministério Público em laudo psicológico e parecer emitido por agentes penitenciários contrários à progressão de regime do condenado;

parecer esse desprovido de qualquer respaldo legal para fins de progressão de regime. Vejamos trechos da decisão colegiada:

Contudo, apesar de restar comprovado o requisito objetivo para a concessão da benesse, analisando o laudo de exame criminológico (fls. 38/41, percebe-se que o requisito subjetivo não se mostra devidamente preenchido, como bem ressaltou o d. Procurador de Justiça (fls. 73/74). (...) In casu, retira-se do laudo psicológico de fls. 38/41, que o ora recorrido, “obteve parecer desfavorável para o regime semiaberto, visto que (...) não honra o requisito subjetivo.” Ademais, destaca-se que o parecer da Divisão de Segurança e Disciplina foi desfavorável ao sentenciado (fl. 38v): “Deu entrada nessa CCM em data de 11/08/2009, oriundo da Cadeia Pública de Maringá-PR, o preso M. C.. Cometeu uma falta disciplinar grave em 12/09/2012. Não está desenvolvendo atividades laborativas, demonstra dificuldade em cumprir sua pena privativa de liberdade mostrando-se indisciplinado no cumprimento de seus deveres individuais e coletivos.”²⁷⁴

A exemplo de todas as decisões analisadas, a acima destacada se refere ao exame criminológico desfavorável, bem como à prática de falta grave, sem, no entanto, tecer qualquer consideração a respeito dos critérios legais para a apuração do fato que teria resultado na aplicação da punição, justamente por que tal questão não é objeto de apreciação pela instância de 2º grau.

Casos em que os condenados comprem altíssimas penas privativas de liberdade exigiriam rigorosos critérios na apuração da conduta passível de falta grave, o que somente pelas vias da total jurisdicionalização do processo administrativo disciplinar seria possível. Veja-se o caso concreto extraído do acórdão n.º 550655-0, cujo condenado recorrente teve o agravo em execução improvido ao ter recorrido da sentença que indeferiu pedido de progressão de regime. O seguinte trecho exemplifica a questão:

Analisando os autos, observa-se que, segundo relatório de situação carcerária de fls. 88/92, na época em que o agravante formulou pedido de progressão para o regime semi-aberto, já tinha cumprido aproximadamente 18 anos, 4 meses e 20 dias da pena

²⁷⁴ Íntegra do acórdão disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

total de 62 anos e 9 meses de reclusão, de forma que remanesciam por cumprir 44 anos, 4 meses e 6 dias.

Ocorre que, dos documentos juntados às fls. 11/21, referentes ao prontuário do sentenciado (extraído do Sistema de informações penitenciárias), verifica-se, especificamente à fl. 19, que em 07/10/2001 foi aplicada uma sanção disciplinar ao sentenciado, por ter infringido o artigo 52 da LEP2 (posse de um pedaço prensado de substância tóxica com características de maconha), dispositivo que se refere ao cometimento de falta grave.

No caso concreto, a partir das informações constantes à fl. 91, temos que, em 05/06/2000 o agravante tinha cumprido cerca de 14 anos e 6 meses de reclusão e remanescia o cumprimento de aproximadamente 48 anos e 3 meses. Assim, no dia 07/10/2001, data em que foi aplicada a sanção disciplinar ao sentenciado e em que se iniciou a nova contagem, conclui-se que ele já tinha cumprido mais 16 meses (1 ano e 4 meses) desde 05/06/2000, totalizando, portanto, 15 anos e 10 meses de reclusão, remanescendo ainda aproximadamente 47 anos.

Considerando que o sentenciado deve cumprir pelo menos 1/6 (um sexto) da pena remanescente para progredir de regime, iniciando-se o prazo após a falta grave, o lapso temporal exigido seria de, no mínimo, (remanescente: 47 anos = 564 meses; $1/6$ de $564m = 94m = 7,83$ anos) sete anos.

Assim, se o pedido de progressão foi proposto em março de 2004, entre 07/10/2001 e aquela data transcorreu apenas 2 anos e 5 meses, quantidade muito inferior à exigida (cerca de 7 anos) para progressão do regime fechado ao semi-aberto, de modo que o ora agravante não preenche o requisito temporal para a obtenção do pretendido benefício.

Não obstante, é imperioso destacar que, além de não preencher o requisito objetivo, observa-se, como bem apontado pelo juiz a quo, que o sentenciado praticou outras faltas no decorrer do cumprimento de sua pena, o que também indica ausência de mérito à progressão.

Com efeito, observa-se à fl. 18 um exemplo do que foi consignado pelo magistrado, visto que em 30/04/2000 houve registro de cometimento de falta grave pelo sentenciado, razão pela qual lhe

foi aplicado, por unanimidade de votos, sanção disciplinar de isolamento celular e suspensão de visitas por 30 dias, por ter sido flagrado na posse de 7 "caroços" de maconha.²⁷⁵

No caso acima exemplificado, após cumprir mais de 14 anos de reclusão em regime fechado e, em data de 30/04/2000 ter sido castigado por ter em sua posse substância entorpecente, o condenado teve de cumprir mais sete anos de pena em regime fechado.²⁷⁶

As questões dos fatos que envolvem as condutas praticadas e sancionadas com falta grave – que devido sua dimensão os processos administrativos disciplinares não comportam competência para aferir resultados conforme as regras do processo penal, por exemplo – não foram submetidas aos julgamentos colegiados em nenhum acórdão analisado.²⁷⁷ Ao contrário, porém, da descrição minuciosa que os acórdãos colacionam em suas linhas quando o objeto apreciado se trata de exames criminológicos.²⁷⁸ Alguns acórdãos, além das faltas graves, apreciaram conjuntamente os resultados dos exames criminológicos.²⁷⁹ Algumas descrições merecem menção:

Denota-se ainda dos presentes autos que o agravante, ao ser submetido ao exame criminológico, este não lhe foi favorável, revelando restrições de ordem psiquiátrica e psicológica, visto que:

"(...) resulta muito preocupante a verificação de que o juízo crítico que exerce sobre seus atos encontra-se bastante empobrecido. Diminui toda sua participação nos temas que se referem ao seu passado delinquencial, apresentando uma versão dos fatos totalmente inverossímil com o que se lê em seu prontuário criminal. Isso dificulta e às vezes impede que o referido interno vivencie culpa ou arrependimento sobre seus atos. Não é difícil

²⁷⁵ Íntegra do acórdão disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

²⁷⁶ Conforme relação que compõe o apêndice 2, constatou-se que 52 acórdãos apreciaram questões cujo objeto de apreciação envolveu crimes de tráfico de drogas.

²⁷⁷ Veja-se, como exemplo, o seguinte trecho do acórdão n. 896038-1, em que o relator da decisão menciona a falta de descrição da falta grave: "Ocorre que, em razão da prática de falta grave (cuja descrição não consta nos autos)..." (Íntegra do acórdão disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>).

²⁷⁸ Conforme relação que compõe o apêndice 2, verificar-se-á que, do total dos acórdãos pesquisados, 161 julgaram recursos de agravos em execução cujos objetos principais foram os exames criminológicos.

²⁷⁹ Todos improvidos, tais julgados exemplificam: 325187-4; 328433-3; 327404-8; 308316-1; 306734-1; 302226-8; 302005-9; 292967-9; 291909-3; 289478-2; 287439-7; 302012-4; 773922-8.

entender como esse traço de personalidade, o predispõe fortemente para a prática de crimes e atos que ferem a boa norma de funcionamento social. Além disso, os tipos de problemas de comportamento carcerário que vem apresentando dentro desta Unidade, só pioram os aspectos de sua prognose." (Laudo Psiquiátrico, fls. 131)

"(...) No que tange ao seu passado delinqüencial, diminui e omite fatos, negando sua responsabilidade. Coloca-se na posição de vítima e injustiçado. É impulsivo e preserva certo nível de hostilidade latente, porém presente. Sua história é de reiteradas condutas anti-sociais e o comportamento delituoso o acompanha durante toda sua vida. Agressividade e impulsividade controladas pelo meio." (Informe Psicológico, fls. 132).²⁸⁰

Quanto ao requisito subjetivo, a controvérsia se instala na medida em que o MM. Juiz fundamentou o indeferimento do pedido no fato de existir, em desfavor do Agravante, parecer psiquiátrico, onde consta, à fl. 123, que: "...resulta muito preocupante a verificação de que o juízo que exerce sobre seus atos encontra-se bastante empobrecido. Diminui toda a sua participação nos temas que se referem ao seu passado delinqüencial, apresentando uma versão dos fatos totalmente inverossímil com o que se lê em seu prontuário criminal. Isso dificulta e às vezes impede que o referido interno vivencie culpa ou arrependimento sobre seus atos. Não é difícil entender como esse traço de personalidade, o predispõe fortemente para a prática de crimes e atos que ferem a boa norma de funcionamento social". (grifo não original)

No mesmo sentido, foi o informe psicológico também à fl. 124: "...relata seu histórico de vida pregressa, colocando-se como vítima, omitindo dados dos autos processuais. Quanto aos delitos praticados assume parcialmente seu comportamento antisocial, não apresentando culpa ou arrependimento, avalia-os com conteúdo críticos superficiais sem estabelecer relação causa e efeito. Agressividade e impulsividade contidas pelo meio". (grifo não original)²⁸¹

Ademais, no que pertine ao pressuposto específico, vejamos o Laudo Psiquiátrico, fl. 52, nos termos a seguir: "(...) Dentro do

²⁸⁰ Acórdão n. 325187-4, disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

²⁸¹ Acórdão n. 328433-3, disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

ambiente carcerário um interno com esse tipo de funcionamento, por ter níveis muitos habilidosos de inteligência, pode urdir um funcionamento onde passe incólume a sanções disciplinares. Não porque atue, mas porque dissimula e oculta. Fora do ambiente carcerário, no entanto, não contido pelos muros do sistema penitenciário, pode representar grande risco pela potencial periculosidade de burlar e ferir toda a norma social. Por tudo isso, do ponto de vista psiquiátrico não há como opinar favoravelmente em relação a concessões de benefícios(...)".

E o Laudo Psicológico, fl. 52, informou : "Trata-se de pessoa que apresenta comportamento com tendências a manipulação, condutas dissociais, dificuldades diante da figura de autoridade e normas e convenções coletivas com grande carência de juízo crítico sobre a vida delitiva. Agressividade e impulsividade controladas pelo meio."²⁸²

Vejamos o que relatam os seguintes trechos do exame criminológico:

"(...) resulta muito preocupante a verificação de que o juízo crítico que exerce sobre seus atos encontra-se bastante empobrecido. Isso dificulta e às vezes impede que o referido interno vivencie culpa ou arrependimento sobre seus atos. Não é difícil entender como esse traço de personalidade, que é imutável uma vez que constitucional, o predispõe fortemente para a prática de crimes e atos que ferem a boa norma de funcionamento social (...) Fora do ambiente carcerário, no entanto, não contido pelos muros do sistema penitenciário, pode representar grande risco pela potencial periculosidade de burlar e ferir toda a norma social. Por tudo isso, do ponto de vista psiquiátrico não há como opinar favoravelmente em relação a concessões de benefícios na execução dessa sentença, enquanto o interno não demonstrar que conseguiu conter ou oferecer outras vazões a esses aspectos mais primitivos de sua personalidade". (fls. 36 - parecer psiquiátrico).

"Trata-se de pessoa com comportamento adequado à situação, linguagem simples de acordo com o meio sócio cultural de origem. Assume autoria e parcialmente a culpabilidade dos episódios delitivos, evidenciando uma personalidade frágil, acarretando

²⁸² Acórdão n. 327404-8, disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

dificuldades no enfrentamento de conflitos, buscando transformar a realidade satisfazendo sua ambição envolvendo-se em atividades ilícitas, sem avaliar as consequências danosas de seus atos. Ainda tem dificuldades de empatia, isto é, não consegue colocar-se no lugar do outro e a crítica encontra-se em níveis insatisfatórios." (fls. 36 - parecer psicológico).

Diante dos apontamentos realizados pelo aludido exame, expor o agravante neste momento ao regime semi-aberto constituiria uma atitude temerária, como bem concluiu o tal laudo, principalmente pelo fato de sua pretensão vir no sentido de galgar a quase - liberdade em Colônia Penal Agrícola, Industrial, ou estabelecimento similar onde se exige uma grande maturidade e consciência da situação carcerária.²⁸³

Em que pese não ser o objeto central da pesquisa, os exames criminológicos têm relação íntima com as faltas graves, uma vez que, ao submeterem o condenado a um novo processo de conhecimento – este totalmente inquisitivo – apreciando fatos já julgados pelo juiz sentenciante, bem como vinculando a saúde psíquica do examinando em razão de condutas contrárias às regras de disciplina da prisão ocorridas no curso da execução, condicionam seus pareceres ao passado do condenado, inclusive se referindo à inexistência de arrependimento.²⁸⁴ Não se trata de resquício, mas de pleno vigor do processo inquisitivo promovido pelos ortopedistas da moral. Os especialistas não avaliam os condenados, mas reafirmam a punição pela personalidade, bem como qualidades ou deméritos dos avaliando. O conteúdo padronizado das avaliações – do tipo copia e cola – as desqualificam completamente como meio idôneo para aferição do requisito subjetivo jurisprudencialmente exigido para a progressão de regime.

²⁸³ Acórdão n. 302005-9, disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

²⁸⁴ Analisando o conceito preciso desenvolvido por Juarez Cirino dos Santos com a real função do exame criminológico previsto na exposição de motivos da nova parte geral do Código Penal, torna-se evidente a distorção que o exame sofreu em sua verdadeira finalidade: "O exame criminológico compreende o conjunto de exames clínicos, morfológicos, neurológicos, psicológicos, psiquiátricos e sociais do condenado, para adequar a classificação do condenado e precisar a individualização da execução penal (art. 8º da LEP). Nesse sentido, o exame criminológico é a operacionalização de procedimentos técnicos da criminologia etiológica individual para testar a capacidade criminogênica de condenados a pena privativa de liberdade. O exame criminológico, como diagnóstico para formular prognósticos comportamentais, representa juízo de probabilidade refratário à verificação científica e, por isso, constitui avaliação inquisitiva insuscetível de refutação jurídica no contraditório processual" (SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 2. ed. Curitiba: ICPC p. 531).

Mesmo que os parâmetros da investigação tenham selecionados os acórdãos referentes às faltas graves – que resultaram em 126 julgados de um total de 653 acórdãos pesquisados –, com base nos nomes dos responsáveis pela defesa de interesses referentes à execução penal dos condenados que não possuem recursos para constituir um advogado particular, o período delimitado na pesquisa foi relativamente longo – 2005 - 2013. Evidente que, mesmo não computando o número de recursos de agravos em execução interpostos por advogados particulares, os resultados aqui expostos mantêm correspondência com a real dimensão da questão.

No entanto, cumpre destacar que o tema do presente trabalho aborda, além do fundamento ideológico do poder punitivo do Estado e a função da prisão como mecanismo essencial do controle social, aborda também o papel que o aparato ideológico exerce no contexto da gestão diferenciada do poder punitivo. Assim sendo, há que se reconhecer que o aparato burocrático do Estado é exercido por seus servidores, que, disciplinados pela burocracia estatal, exercem suas funções segundo o interesse do Estado, bem como pelos interesses e necessidades da elite detentora do poder político e econômico da sociedade. Sob a essência do suporte teórico da presente pesquisa, segue-se com dados por ela revelados.

Conforme exposto, os 126 acórdãos referentes às faltas graves foram selecionados de um total de 653 pesquisados. Mesmo não considerando o número total de recursos interpostos perante o TJPR, cujo inconformismo deu-se em razão de benefícios terem sido negados pela existência de registros de faltas graves, há que se reconhecer que, devido ao grande período pesquisado, o número de recursos interpostos é realmente inexpressivo.

Conforme dados revelados pelo DEPEN Nacional e pelo DEPEN do Estado do Paraná, nos últimos anos o número de procedimentos disciplinares instaurados para apurar faltas graves aumentou estrondosamente. O DEPEN Nacional informou que em dezembro de 2005 foram concluídos 83 procedimentos para apurar faltas graves no Estado do Paraná. Já em junho de 2008 o número subiu para 152, com o correspondente aumento da população carcerária de 18.715 para 34.680 presos, respectivamente. Já os dados

disponibilizados pelo DEPEN do Paraná referentes ao ano de 2008, informam que foram analisados 11.608 processos disciplinares e aplicadas 2.587 faltas graves. Não há informações disponíveis quanto ao número de processos disciplinares analisados em 2012, porém nesse ano 2.911 faltas graves foram aplicadas.²⁸⁵

São notórias as divergências reveladas pelo DEPEN Nacional e do Paraná quanto ao número exato de presos que compõem a população carcerária do Paraná, bem como ao número de procedimentos administrativos disciplinares referentes ao ano de 2008. O DEPEN Nacional informa que em dezembro de 2011 a população carcerária do Paraná correspondia a 20.464 presos.²⁸⁶ Já o DEPEN local informa o número é de 14.099 presos.²⁸⁷ Assim sendo, considerando os dados disponibilizados pelo DEPEN Paraná referentes ao ano de 2011, o número de faltas graves aplicadas foi de 2.501, o que corresponde a 18% da população carcerária. Por outro lado, somando o total das faltas disciplinares aplicadas no período – 7.485 –, verifica-se que mais da metade dos condenados que cumprem pena privativa de liberdade já foram sancionados com algum tipo de punição. Essa constatação representa – além do fracasso da função especial da pena, segundo o discurso da teoria jurídica, conforme todo o fundamento já percorrido neste trabalho – a política criminal adotada como projeto de transformação individual dos presos, disciplinando-os segundo os interesses ocultos das relações sociais capitalistas – igualmente expostas nas linhas acima.

Conforme aqui sustentado, o atual quadro da opção das administrações penitenciárias no controle da segurança e disciplina das prisões, contribui grandemente para que as pessoas que cumprem pena sejam inseridas em processos de submissão e conformação aos modelos excludentes da sociedade, nos termos das reais funções da prevenção especial negativa.

Diante dos números acima apresentados – como exemplo o ano de 2011, em que, perante uma população carcerária de 14.099 presos, 7.485 punições foram aplicadas, sendo que desse total 2.501 referentes a faltas de

²⁸⁵ Ver tabelas p. 132.

²⁸⁶ Informação disponível em: <http://portal.mj.gov.br>.

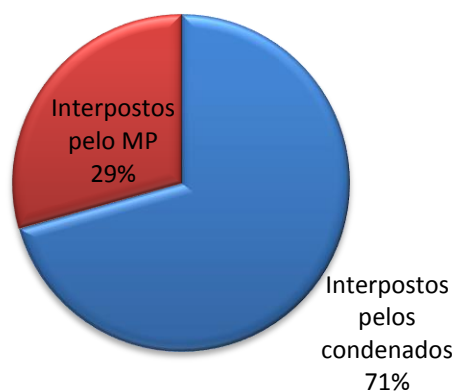
²⁸⁷ Dados disponíveis em : <http://www.depen.pr.gov.br>.

natureza grave – está demonstrado que os abusos de poder, bem como a própria ilegalidade dos processos administrativos não são apreciados pelo TJPR, pois sequer são objetos de discussão dos recursos. Tais recursos discutem essencialmente as consequências que a aplicação da falta grave acarreta no curso da execução penal, ou seja, têm como objeto o requisito objetivo e subjetivo para as concessões de benefícios, tais como: progressão de regime, livramento condicional, remição e comutação de pena e indultos. No tocante ao requisito subjetivo, os exames criminológicos ocupam posição de destaque como objeto de discussão nos recursos de agravo em execução. Porém, devido à relação que têm com as faltas graves, bem como a questão referente à (i)legalidade dos processos administrativos disciplinares, o que realmente deveria embasar os pedidos dos recursos de agravo em execução – seja somente em relação às faltas graves ou exames criminológicos – deveria ser a nulidade do próprio processo que apurou e aplicou a sanção disciplinar. A partir desse fundamento – qual seja, a ilegalidade do processo administrativo disciplinar que apurou e aplicou uma punição inobservando os direitos e garantias constitucionais, bem como as regras materiais e formais do Direito Penal e do Direito Processual Penal – é que o inconformismo recursal deveria construir os discursos perante os Juízos de 1º e 2º graus.

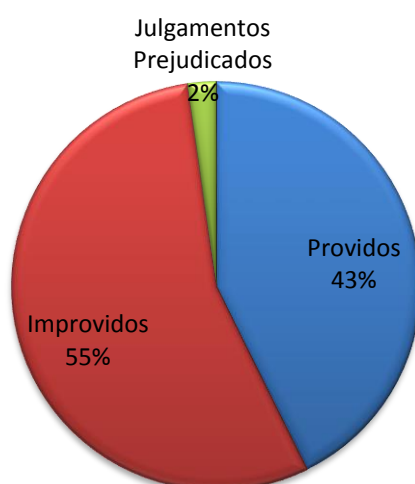
Em relação aos 126 acórdãos referentes às faltas graves, selecionados de um total de 653, nenhum teve como objeto de apreciação as questões acima referidas. Dos julgados selecionados, 89 foram interpostos pelos condenados – por intermédio dos advogados do DEPEN Paraná – e 37 pelos órgãos do Ministério Público que atuam junto às Varas de Execuções Penais do Paraná.²⁸⁸ Dos interpostos pelos condenados, 38 foram providos, 49 improvidos e dois tiveram os julgamentos prejudicados. O Ministério Público teve 27 recursos providos, nove improvidos e um prejudicado. Vejamos esses dados em percentuais:

²⁸⁸ Atualmente o Poder Judiciário do Paraná possui nove Varas de Execuções Penais, sendo três na Comarca de Curitiba e as demais nas Comarcas de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa (Conforme informação disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br>).

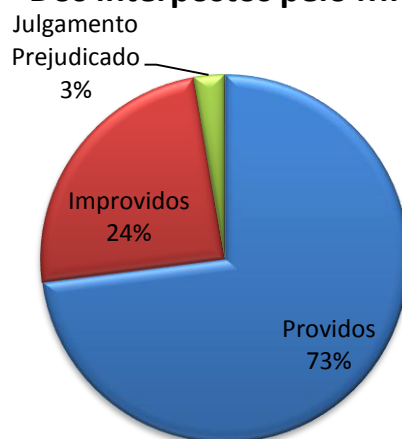
Dos 126 acórdãos das faltas graves:



Dos 89 interpostos pelos condenados:



Dos interpostos pelo MP:



A controvérsia jurisprudencial a respeito da data da prática de falta grave para fins da concessão de comutação de pena ou de indulto motivou 46 decisões colegiadas. A respeito dessa controvérsia os condenados obtiveram 28 recursos providos e 14 improvidos. Já o Ministério Público ao interpor quatro recursos sobre a matéria não obteve êxito em nenhum deles. Dois posicionamentos embasaram as decisões. Vejamos a decisão favorável que se norteou pelo Decreto Presidencial n.º 6.294 publicado em 11 de dezembro de 2007:

O Decreto Presidencial n. 6.294/07 exige, para a obtenção da comutação da pena, que o sentenciado tenha cumprido um quarto da sanção imposta, se primário, ou um terço, se reincidente, até a data de 25 de dezembro de 2007 e não tenha praticado falta grave nos últimos doze meses de cumprimento da pena, contados retroativamente à publicação do decreto. Impor outro requisito não previsto em lei constitui violação ao princípio de legalidade.

(...)

J. F. C. interpôs o presente recurso de agravo visando reformar a decisão (fls. 97/100) proferida pelo MM. Juíza de Direito Substituta da 1ª Vara de Execuções Penais desta Capital que indeferiu seu pedido de comutação da pena.

O Agravante argumenta que preencheu todos os requisitos exigidos para a concessão do benefício, certo que o cometimento da falta grave se deu após a publicação do Decreto Presidencial n. 6294 de 11 de dezembro de 2007. Não teria cometido, pois, qualquer falta durante o lapso estipulado no art. 4º de referido decreto - 12 meses anteriores a sua publicação (fls. 101/105).

Em contrarrazões, o MINISTÉRIO PÚBLICO pugnou pela reforma da decisão recorrida (fls. 127/128).

A Juíza singular manteve a decisão agravada (fls. 129).

A douta Procuradoria Geral da Justiça, por sua vez, opinou pelo provimento do recurso (fls. 138/145).

(...)

O Agravante requer seja comutada a pena, com base no Decreto n. 6.294, publicado em 11 de dezembro de 2007.

Alega que já cumpriu o lapso temporal exigido (1/4 da pena) e teve bom comportamento carcerário durante o decurso do prazo exigido pelo Decreto.

A Dr^a Juíza de Direito Substituta indeferiu o pleito ao fundamento de que o Sentenciado praticou falta grave em 22.09.2008 (fls. 97/100).

Ocorre que, como se pode notar, a falta grave praticada pelo Agravante remonta período posterior à data da publicação do Decreto 6.294/07 (11.12.2007).

(...)

In casu, observa-se dos documentos juntados à fls. 110/120 que no ínterim exigido pelo referido decreto, o Agravante não cometeu qualquer falta grave. Somente veio a praticar uma falta grave em 22.09.2008.

Tal falta, entretanto, não tem o condão de obstar a concessão da benesse, certo que inexistente previsão legal para tanto.²⁸⁹

Já em decisão diametralmente oposta, cuja matéria se referiu ao mesmo Decreto Presidencial, vejamos a incongruência do julgado:

R. J.M. apresentou pedido de comutação de pena, alegando que já cumpriu 1/4 (um quarto) da pena, porém o seu pedido foi indeferido, ante o cometimento de falta grave no dia 22.07.2008, conforme fl. 92.

Inconformado com a r. decisão, o réu apresentou o presente recurso de Agravo, fls. 96/100, alegando que preencheu os requisitos legais, pois cumpriu o lapso temporal exigido e não praticou qualquer falta grave antes da publicação do Decreto 6.294/07.

O recurso foi recebido, fl. 102. O agravado apresentou contrarrazões, fls. 105/107.

A DD. Procuradoria de Justiça, através do Parecer nº 5087, fls. 121/123, manifestando-se pelo improvimento do agravo.

(...)

²⁸⁹ Acórdão n.º 622048-6 disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

Verifica-se dos autos que apesar do apenado preencher o requisito objetivo exigido pelo artigo 2º do Decreto nº 6.294/07, uma vez que até 25.12.07 cumpriu mais de 1/4 da pena imposta. Entretanto, não restou atendido o requisito subjetivo haja vista a falta grave cometida em 22.07.08, consistente inobservar os deveres previstos nos incisos II e IV do artigo 39 da LEP, em 22.07.08, conforme ficha de dados gerais de fls. 82, contrariando o disposto no artigo 4º do Decreto acima citado.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, INDEFIRO o pedido de comutação ao requerente. (...)"

O agravante cumpriu o requisito objetivo, entretanto, não restou atendido o requisito subjetivo, pois o agravante praticou uma falta grave.

Observa-se à fl. 82, que o réu cometeu falta grave no dia 22.07.2008, haja vista a inobservância do artigo 39, incisos II e IV da Lei de Execução Penal, pelo seguinte fato:

"Data 22/07/2008 às 21:00 funcionário visualizou dois objetos sendo arremessados pela janela do cubículo momento em que realizaram uma revista e após se dirigirem ao gramado acharam (01) um celular com chip e (01) um carregador, sendo de propriedade do mesmo."

Portanto, nos últimos doze meses de cumprimento da pena, o agravante cometeu falta grave desrespeitando o artigo 4º do Decreto nº 6294/2007, in verbis:

Art. 4o A concessão dos benefícios deste Decreto fica condicionada à inexistência de falta disciplinar de natureza grave cometida nos últimos doze meses de cumprimento da pena, e, no caso de crime militar, da inexistência de falta disciplinar prevista nos respectivos regulamentos disciplinares, verificada nos últimos doze meses de cumprimento da pena, contados, em ambos os casos, retroativamente à publicação deste Decreto.²⁹⁰

Esse julgado traz uma especial peculiaridade, por contrariar a quase totalidade dos acórdãos analisados, uma vez que descreveu, mesmo que genericamente, a suposta conduta praticada pelo condenado. No entanto,

²⁹⁰ Acórdão n. 579180-0 disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>.

percebe-se que a punição teve por fundamento legal o tipo aberto do artigo 39, inciso II e IV da LEP, previsto como falta grave, bem como uma importante questão de fato envolvendo a posse de aparelho celular, também punida com falta grave.²⁹¹ A impossibilidade da produção probatória – visto que a conduta prevista no tipo do inciso VII do artigo 50 da LEP certamente não foi comprovada – ensejou a aplicação de uma norma que legitima o abuso de poder dos carcereiros.²⁹²

As demais matérias que foram objeto de apreciação dos julgados analisados se referiram basicamente às consequências que a aplicação da falta grave acarreta na execução da pena. Assim, verificou-se que os condenados tiveram 31 recursos improvidos por terem supostamente praticado faltas graves e, como consequência, novo marco inicial para o cumprimento do requisito objetivo para o pleito de benefícios ter-se iniciado. Em relação à

²⁹¹ Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: [...] VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei; VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. Art. 39: Art. 39. Constituem deveres do condenado: [...] II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; [...]IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

²⁹² E nesse ponto, são oportunas as considerações tecidas por Andrei Zenkner Schmidt sobre o mencionado artigo da LEP: “Não é outra a intenção do art. 39 da LEP. Se é um dever do condenado o *comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença* (inc. I), seremos obrigados a tolerar que o Estado possa, legitimamente, obrigar o apenado a essa disciplina que, além de carcerária, seria socializante. Da mesma forma, deve-se obedecer aos servidores do cárcere (inc. II), tendo em vista que a atuação destes funciona como uma prolongação da voz do Estado, ou seja, serão estes servidores quem dirão, ao apenado, aquilo que é melhor para ele, a fim de reintegrar-se socialmente. Afirma-se também que o preso deve agir com *urbanidade e respeito com os demais condenados* (inc. III), já que, no meio social, o convívio pressupõe essa mesma urbanidade; deve o preso opor-se aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina, pois, assim agindo, estaria atuando da mesma forma que a sociedade atua frente aos criminosos (inc. IV); deve o preso executar trabalhos, tarefas e ordens recebidas (inc. V), até mesmo porque a vida em sociedade pressupõe uma submissão às fontes lícitas de aquisição de riquezas; caso tenha o preso infringido as normas disciplinares, deve aceitar e cumprir a sanção disciplinar imposta (inc. VI), expiando, dessa forma, os seus erros e pecados; se o crime deixou vítimas e prejuízos materiais, deve o preso, repará-los (inc. VII), pois, isso demonstraria o arrependimento pelos seus atos; deve o preso, quando possível, ressarcir o Estado com os gastos despendidos com o tratamento (inc. IX), contra-prestação esta que só pode ser admitida caso vejamos este mesmo Estado como uma pessoa que investe naquele que necessita de atenção e proteção (ainda que contra ele mesmo); por fim, deve o preso primar por sua higiene pessoal e pelo asseio da cela ou alojamento, bem como conservar os seus objetos de uso pessoal (incs. X e XI) (sic). Analisando-se tais deveres no plano normativo – até mesmo porque o plano fático dispensaria maiores comentários –, resta patente, na LEP, a intenção do Estado em converter o preso num cidadão bom, *disciplinado, obediente, urbano, respeitador, socializado, trabalhador, capaz de perceber seus erros, solidário, grato e, por fim, higiênico* (SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direitos, deveres e disciplina na execução penal**. In. CARVALHO, Salo de (Coord). **Crítica à execução penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. p. 209-210).

mesma situação tiveram apenas quatro recursos providos. Relacionados à remição de pena, os condenados tiveram um recurso provido. Situações em que tiveram pedidos de benefícios indeferidos pelo Juízo de Execução Penal em face de faltas graves reabilitadas representaram quatro agravos providos pelo TJPR. E, ainda um agravo provido em razão de o condenado ter sido punido com falta grave pela posse de aparelho celular ao tempo em que tal conduta era somente passível de falta média.

Em relação aos agravos interpostos pelo Ministério Público dos 27 providos, 21 se referiram à concessões de remições de pena em que as alterações do artigo 127 da LEP, promovidas pela Lei n.º 12.433/200, não foram observadas pelo Juízo *a quo*.²⁹³ Em três recursos relacionados a essa matéria, o provimento se deu exclusivamente em razão da ausência de manifestação do Ministério Público no processo, o que motivou o reconhecimento da nulidade absoluta.

Dá análise dos 126 acórdãos selecionados secundo os critérios estabelecidos, o que se pretendia era aferir se algum deles teve como objeto de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Paraná questões relacionadas à legalidade dos processos administrativos disciplinares que apuraram e aplicaram faltas graves no período determinado. Descrever de forma geral o objeto das matérias apreciadas pelo Tribunal, teve por escopo tão somente confirmar as hipóteses discorridas ao longo do estudo, seja no plano teórico, seja no empírico. Não se trata de esmiuçar o quadro geral das interposições dos recursos de agravos em execução, cujo motivo de inconformismo relacionou-se às faltas graves. Nesse mesmo sentido, analisar a qualidade dos processos administrativos disciplinares em todos os estabelecimentos penais do sistema penitenciário paranaense, revelou-se tarefa impossível de realizar-se, em razão do grande número de procedimentos instaurados anualmente – 2911 somente no ano de 2012. Daí que, diante de tais dificuldades, verificou-se que, se as ilegalidades, os abusos e as afrontas à Constituição da República já tivessem sido objeto de reflexão, bem como de motivação para que o

²⁹³ Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

verdadeiro fundamento dos agravos em execução fosse submetido à apreciação do Tribunal de Justiça, essa constatação certamente haveria de ser confirmada na análise dos acórdãos a respeito do tema.

Além disso, ao constatar que somadas as sanções disciplinares de todas as naturezas, comparando-as com o total da população carcerária paranaense, no ano de 2011, por exemplo, verificou-se que mais da metade dos condenados sofrem algum tipo de punição: de um total de 14.099 presos, 8.386 sanções disciplinares, sendo 2.618, 3.266 e 2.501 de natureza leve, média e grave, respectivamente.

Confirmando as hipóteses delineadas, os dados disponibilizados pelo BI indicam que quatro estabelecimentos penais funcionam com percentuais inaceitáveis de presos com registros de faltas graves. A Penitenciária Estadual de Piraquara, com 76,8% de presos sancionados com falta grave, provavelmente deve operar com quase todos presos já tendo sido submetidos a algum tipo de punição, uma vez que faltas leves e médias não são contabilizadas pelo BI, ou, se são contabilizadas, informações referentes a elas não são disponibilizadas. O mesmo raciocínio é aplicado para as demais unidades prisionais.

Daí que a causa real desse quadro punitivo – além das causas ocultas percorridas no plano teórico do presente estudo e confirmadas no plano empírico –, qual seja, os abusos e desrespeitos aos direitos constitucionais dos presos objetos dos processos administrativos disciplinares e sua própria ilegalidade – não são os reais motivos que fundamentam os recursos de agravo em execução interpostos perante o Tribunal de Justiça do Paraná; afirmação essa segundo os critérios inicialmente estabelecidos na metodologia da pesquisa. Nesse sentido, disponibilizar a relação dos acórdãos que nortearam a segunda etapa da investigação, contribui certamente para que futuras pesquisas sejam desenvolvidas, explorando o universo de questões que suscitam o tema ora abordado.

A inexistência de recursos de agravos em execução que tenham como fundamento as questões aqui exploradas sobre os processos administrativos disciplinares, contribui para que a política criminal adotada pelo Estado cumpra

suas reais finalidades durante a execução da pena. Se inexistem recursos perante a 2ª instância com o fundamento aqui abordado, inclusive com exercício da plena defesa – condição indispensável para uma digna defesa criminal – com sustentações orais perante os julgadores togados, bem como os mesmos critérios perante as instâncias de 3º grau, mudanças não ocorrerão à longo prazo. Como exemplo temos os recursos interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça sobre a questão dos exames criminológicos e que foram fundamentais para aquela instância firmar posicionamento jurisprudencial sobre a matéria, bem como as alterações que a redação da Lei n.º 10.792/2003 promoveu no artigo 112 da Lei de Execução Penal. Em que pese a realidade demonstrar que aquilo que deveria ser exceção é a regra no tocante à realização de exames criminológicos para progressão de regime prisional,²⁹⁴ a alteração legislativa foi fruto da luta incansável de advogados no exercício das suas missões.

Da análise das decisões colegiadas relacionadas aos 126 acórdãos selecionados, o que se observou claramente foi a superficialidade da justificação das decisões, bem como o apego ao silogismo que norteia o raciocínio jurídico tradicional. Assim, a compreensão das normas que dirimem as razões do inconformismo recursal não alcançam a complexidade que envolve a realidade dos casos apreciados pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Limitados pela moldura imposta pelas regras do raciocínio lógico-dedutivo, os julgados acabam por legitimar as injustiças cometidas pelos leigos membros integrantes dos Conselhos Disciplinares. E aqui é oportuno mencionar o pensamento de Neil MacCormick a respeito do tema, pois, ao afirmar que “se o silogismo é visto de sorte a fornecer a moldura para toda a argumentação jurídica que está implicada na aplicação do Direito”²⁹⁵, qual a importância da investigação das conclusões de uma decisão judicial, para se saber em que medida o raciocínio lógico-dedutivo, como método de conclusão foi o único meio de justificação?

²⁹⁴ Nesse sentido, ver o conteúdo dos acórdãos relacionados aos exames criminológicos, segundo a numeração disponível no apêndice 2.

²⁹⁵ MACCORMICK, Neil. **Retórica e o estado de direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 57.

Tal questão reforça a lógica compreendida a partir dos fatores que envolvem as finalidades ocultas da punição, envolvendo, ainda, os aspectos sociais e culturais de todos os atores envolvidos na complexidade do controle social exercido pelo Estado e seus aparatos burocráticos.

5 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa aqui apresentada refletem o atual quadro das punições durante o cumprimento da pena criminal no cenário do sistema penitenciário paranaense. A compreensão desse sistema tende a se aproximar da realidade na medida em que se percebe que as atuais políticas criminais de enfrentamento da questão criminal no Brasil estão totalmente voltadas à soluções que visam combater a criminalidade, suprimindo conflitos e violando direitos humanos – segundo as características do modelo ideal de Estado de polícia, desenvolvido pela teoria agnóstica da pena. Analisando o contexto histórico das justificativas do porquê das punições penais e os meios que o Estado utiliza em seu atuar para manter o controle social, a justificativa da proteção de bens jurídicos segundo os interesses da sociedade deveria limitar-se à intervenção mínima, como *ultima ratio*, segundo as reais necessidades de aplicação do Direito Penal. No entanto, ideologicamente o Direito Penal tem sido o instrumento de garantia das desigualdades sociais, segundo uma intervenção que cada vez mais tipifica condutas humanas, refletindo a irracionalidade de um Estado Penal, cujo controle extrapola a lógica da proteção de bens jurídicos.²⁹⁶

²⁹⁶ Winfried Hassemer, bem sintetizou essa realidade: “O direito penal e a pena foram promovidos à posição de portadores de esperança para a solução dos grandes problemas sociais e políticos e uma demanda urgente de ação se associa ao aumento das vedações penais, das intervenções e das sanções. Eu os escolho indiscriminadamente: abuso de benefícios sociais, poluição ambiental, terrorismo, estruturas mafiosas no interior e no exterior, drogas, corrupção, distribuição de produtos perigosos, tráfico de produtos, sonegação de impostos. Em todos os lugares deve o direito penal julgar os andares superiores dos bancos e as direções das empresas, as mansões e os prédios do governo e, consciente de si, o direito penal deve abandonar seu nicho impregnado da sujeira da violência cotidiana... Tudo isso se ajusta muito bem: o direito penal se solta de seu pensamento passado orientado pelo ilícito e pela retribuição da culpa e se posiciona na perseguição do objetivo e promete soluções para os problemas: suas doutrinas preventivas prometem a recuperação dos criminosos condenados e

Os atuais modelos de política criminal, bem como das formas de intervenção das agências do Sistema de Justiça Criminal, adotaram uma forma de gestão da questão criminal no Brasil que optou por políticas públicas de repressão e rígido controle das massas populacionais não inseridas no mercado de trabalho. Embora mantido o discurso oficial da teoria jurídica da pena –, mesmo porque vultosas somas orçamentárias são destinadas para a manutenção da falácia da prevenção especial –, na execução penal, além de o projeto de transformação moral do condenado sempre ter sido cumprido às avessas pelo Estado (a eficácia invertida de Vera Regina), a forma de controlar o sistema caminha cada vez mais para a consolidação dos meios eficientes de gestão administrativa do sistema penitenciário.

As pessoas selecionadas secundariamente pelas agências policiais, e, durante a execução penal pelos agentes carcerários, cada vez mais retratam a objetificação de seres humanos submetidos às estatísticas da gestão eficiente da questão criminal.²⁹⁷ A adoção dessa nova forma de gerenciamento do

intimidação dos criminosos potenciais, ou seja, de nós todos; a sociedade e os políticos vêm também dessa forma, eles confiam na realidade do direito penal, eles o conformam com novas ameaças de penas e agravam sanções e entregam ao direito penal seus problemas mais urgentes. Esses serão, então, solucionados com a ameaça de punição e, eventualmente, são resolvidos com a execução da pena” (HASSEMER, Winfried. **Direito penal libertário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 83-84).

²⁹⁷ Em aprofundada pesquisa sobre o tema, fruto de sua tese de doutoramento pelo PPGD da UFPR, Maurício Stegemann Dieter apresentou a lógica atuarial dos novos métodos de controle social, cujo trecho aqui citado nas conclusões deste trabalho, revelam a utilidade econômica da gestão eficiente durante a execução penal: “O uso de *instrumentos atuariais* no último estágio do processo de *criminalização secundária* foi efetivamente bastante dilatado pelo fluir do tempo, superando até mesmo as mais ousadas predições da década de 30. De fato, e nada obstante sua ampla disseminação nos demais estágios do sistema de justiça criminal, o campo preferencial da *lógica atuarial* continua a ser o da Execução Penal, onde cumpre a missão fundamental de *classificar* os condenados – homens ou mulheres, adultos ou jovens, de *baixo* ou *alto risco* – para atender, a seu modo, ao *princípio da individualização* da pena privativa de liberdade.” [...] “Coube, assim, aos *instrumentos atuariais* identificar os presos de *baixo risco*, que por sua menor propensão à violência, fuga ou capacidade de liderar rebeliões eram aptos a cumprir a pena em “*jails*” sem causar maiores problemas. Nesse contexto, as ferramentas para cálculo do *risco individual* não só liberariam vagas nas *prisões* e *penitenciárias* para as mazelas provocadas pela recepção de presos permanentes em uma estrutura precipuamente construída para fins de detenção cautelar, ao identificar entre eles quais deveriam ser submetidos à disciplina mais intensa, merecendo atenção *especial* – no sentido de redução do contato social, diferentes horários para refeições, atividades recreativas etc. Posta em prática, a experiência foi considerada um sucesso e, em pouco tempo, a descoberta de que *prognósticos de risco* ajudavam a *gestão* das “*jails*” ecoou por todo o sistema penitenciário. Desde então, fundado o consenso de que melhores decisões são tomadas quando há prévio conhecimento da *classificação de risco* de cada preso, negar o uso dos *instrumentos atuariais* era considerado simplesmente irresponsável”. O autor aponta em sua obra, a influência que a existência de faltas graves acarreta para fins de classificação de risco dos presos, bem como de suas reclassificações. Ao se referir aos instrumentos utilizados por três Estados norte-

sistema penitenciário, além de repropor a seleção criminalizante secundária na fase da execução da pena, reforça os elementos ideológicos que estruturam o Estado no controle social por meio do cárcere. Gabriel Ignacio Anitua desvela os reais objetivos dessa boa gestão administrativa ao afirmar que os objetivos do sistema é precipuamente gerencial, asseverando que “as finalidades principais atribuídas ao sistema não serão mais castigar nem ressocializar indivíduos, mas sim identificar, classificar, ordenar e gerenciar grupos perigosos de modo eficiente”.²⁹⁸

Assim sendo, mesmo que se tenha que reconhecer que o processo evolutivo das formas punitivas apresentam hoje aspectos mais humanitários do ponto de vista legislativo, a realidade demonstra que a essência da punição apenas se transfigura em suas diversas formas de expressão, refletindo, ainda, e com certeza por muito tempo, a crueldade das formas inquisitivas de segregação e punição de determinadas pessoas.

Nesse contexto, o Estado assume função cada vez mais atuante no sentido de proteger as estruturas que mantêm as diversas formas de desigualdades sociais. A economia, como infraestrutura de todas as relações sociais capitalistas, é o real objeto de proteção do Estado. Daí que, ideologicamente o Estado atua por meio de todas as instâncias de seu aparato burocrático, a fim de gerenciar de forma diferenciada as formas de controle social, exercendo o poder punitivo segundo a classe social dos destinatários das normas punitivas.

Perante aqueles que insistem em não se adequar às regras de conduta e disciplina, segundo os deveres legais impostos durante o cumprimento da pena, o cárcere, assume, portanto, função real de exclusão e destruição física e psíquica dos selecionados pelo Sistema de Justiça Criminal. Para cumprir suas reais finalidades, o quadro de servidores estatais age – mesmo que

americanos (Havaí, Alabama e Tennessee) para auxiliar nesse objetivo, assim asseverou: “Esses últimos privilegiam os dados relativos à execução, pontuando a existência de faltas disciplinares e sua gravidade para definir avanços ou retrocessos na progressão da pena em direção à liberdade” (DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. 1. ed. Prefácio de Nilo Batista. Posfácio de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 120-121 e 124).

²⁹⁸ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. p. 815.

inconscientemente – sistematicamente no fortalecimento do Estado, envolvidos no interior do todo, como se fossem o próprio Estado, sempre dependentes do todo do qual pensam fazer parte. Refletindo sobre a atuação de todas as agências do Sistema de Justiça Criminal, conclui-se que agem em conjunto, até mesmo concordando com as formas de criminalização seletiva dos eleitos como inimigos da sociedade. É nesse contexto que a conclusão do presente trabalho insere os dados da pesquisa aqui apresentada.

A opção do Estado em afirmar a punição penal durante o cumprimento da pena – seja reforçando o sentido da retribuição, seja realizando ao máximo as reais finalidades da função especial da pena, e, nesse sentido, alertando a classe trabalhadora do que lhes espera caso frustrem as expectativas normativas do Direito Penal (realizando, assim, reais funções de prevenção geral) – tem finalidade precípua de aniquilar a parcela da classe trabalhadora não inserida no mercado de trabalho, portanto, inútil ao modo de produção capitalista. Indisciplinados para o trabalho segundo as regras da exploração da mão de obra trabalhadora, e, frustrando as expectativas das normas de transformação pessoal durante o cumprimento da pena, devem ser aniquilados durante a execução penal. Tecidas essas considerações, mediante as quais inserem-se as características gerais do gerenciamento eficiente do sistema penitenciário, é possível aduzir as seguintes considerações finais deste trabalho:

1ª) O Estado e seu aparato burocrático atua ideologicamente para manter o controle social, legitimado pelo Direito Penal e seus discursos de igualdade e liberdade de todos perante a lei.

2ª) O fundamento ideológico do poder punitivo do Estado – cuja estrutura se consolida a partir da base econômica (infraestrutura) e das instâncias jurídico-política e ideológica (superestrutura) – cumpre função de proteção dos interesses do modo de produção capitalista.

3ª) O Estado atua como “terceiro necessário” para a manutenção das relações sociais capitalistas. Essa atuação legitimada pelo Direito Penal e garantida pelo Sistema de Justiça Criminal, é responsável pela manutenção das desigualdades sociais e, para isso, é necessário que as agências de repressão

desse sistema atuem de modo a impor um rigoroso método de punição, cujo objetivo real é manter a disciplina da classe trabalhadora, bem como as relações sociais capitalistas. Nesse contexto, confirmando as proposições de Juarez Cirino dos Santos, a pena criminal representa “valor de troca do crime medido pelo tempo de liberdade suprimida”. E, ainda, a realidade demonstra que na atualidade a função retributiva da pena, em seus sentidos religioso e jurídico, exerce função real de extermínio de determinados indivíduos, cujas identidades são construídas negativamente antes do início do cumprimento da pena, bem como consolidadas pelos agentes do Estado durante a execução penal.

4ª) A expressão adotada em diversos pontos do trabalho referiu-se a esse modo de atuação dos agentes da execução penal como “reproposição da seleção criminalizante secundária”, o que Vera Regina Pereira de Andrade chama de “criminalização terciária”.

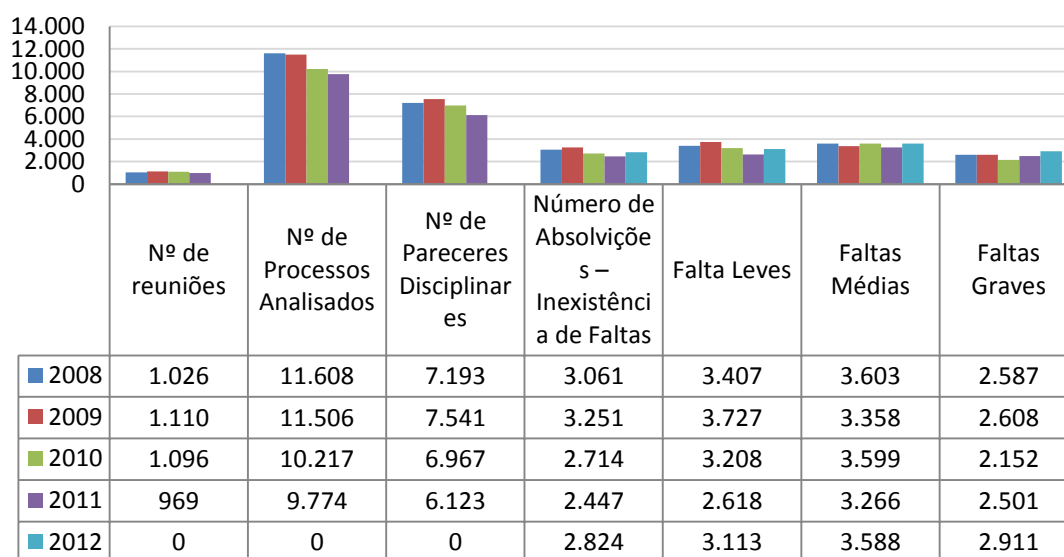
5ª) Do ponto de vista formal, o Estado cumpre as finalidades acima delineadas, por meio dos processos administrativos disciplinares. Dirimido sob normas que o instrumentalizam a partir das teorias jurídicas do processo penal, do crime e da pena, mesmo sob o discurso oficial do Estado em relação a tais teorias, o processo disciplinar administrativo somente cumpre sua real finalidade mediante a violação sistemática de princípios e garantias individuais dos condenados.

6ª) A essência da ilegalidade do processo administrativo disciplinar reside na incompetência dos membros dos Conselhos Disciplinares para julgar condutas humanas e aplicar sanções disciplinares, pois tal competência somente teria respaldo legal se exercida em todas as fases sob o manto da jurisdição. Em razão da influência direta das decisões administrativas no modo de execução da pena dos condenados, desde o início da apuração do cometimento de uma sanção disciplinar, tanto Direito Penal quanto Processo Penal deveriam conduzir toda a instrumentalidade de tais julgamentos. Daí que, somente pela jurisdicionalização de todo o processo administrativo disciplinar esse hiato de ilegalidade poderá ser expurgado da Execução Penal, deixando de ser exercido por leigos a serviço dos interesses punitivos do Estado.

7ª) A transferência de funções jurisdicionais do Poder Judiciário para o Poder Executivo é a causa das aplicações abusivas das faltas disciplinares, cujo resultado da pesquisa comprova que as aplicações indiscriminadas das sanções disciplinares, além de ser o principal meio de afirmação punitiva da Execução Penal, contribui para que os índices de reincidência aumentem e, desse modo, permite aqui afirmar que a real função desse meio de punição é intencionalmente fabricar criminosos para que voltem a delinquir e, assim, alimentar a indústria do crime. Cumpre, neste ponto da reflexão, novamente apresentar os dados que comprovam tal assertiva, o primeiro em relação ao número de processos disciplinares e as correspondentes sanções e o segundo em relação aos estabelecimentos penitenciários e os respectivos percentuais de presos com registros de faltas graves. Vejamos:

ATIVIDADES REALIZADAS					
ANUALMENTE	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de reuniões	1.026	1.110	1.096	969	
Nº de Processos Analisados	11.608	11.506	10.217	9.774	
Nº de Pareceres Disciplinares	7.193	7.541	6.967	6.123	
Número de Absoluções – Inexistência de Faltas	3.061	3.251	2.714	2.447	2824
Falta Leves	3.407	3.727	3.208	2.618	3113
Faltas Médias	3.603	3.358	3.599	3.266	3588
Faltas Graves	2.587	2.608	2.152	2.501	2911

Atividades Realizadas Anualmente



Classificação	Unidades Penais	Média do período (março a setembro) do nº de presos. masc/fem. Regime Fechado	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos com FG	Média do período (março a setembro) do % de presos com FG
1	PEP	632,5	127,6	329,1	146,8	485,7	76,8%
2	PEP 2	924,1	146,9	391,9	351,1	573,0	62,0%
3	PEL 2	1061,3	172,8	319,7	501,1	560,2	57,7%
4	PCE	1365,1	145,8	518,1	678,9	686,1	50,3%
5	PEM	368,3	18,7	118,4	225,6	142,7	38,7%
6	PEL	561,1	61,0	125,2	350,2	210,9	37,6%
7	PEPG	416,2	12,2	134,9	267,6	148,6	35,7%
8	PIG	237,8	15,1	65,5	152,9	84,9	35,7%
9	PEF 2	830,3	35,7	183,7	599,0	231,3	28,0%
10	PEC	983,2	35,5	191,4	746,4	236,7	24,1%
11	PFB	952,4	38,3	183,2	723,3	229,1	23,9%
12	PIC	358,5	14,4	56,6	282,7	75,8	21,2%
13	PFP	373,2	11,1	34,2	318,3	54,8	14,7%
14	PEF	475,4	4,6	61,9	407,8	67,6	14,2%

8ª) Essa realidade e a essência da ilegalidade dos processos administrativos disciplinares – discutidas ao longo da apresentação detalhada dos dados da pesquisa – não são, por sua vez, objetos de apreciação, tanto pelos Juízos de Execução Penal quanto pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Conforme os critérios estabelecidos para a aferição dos resultados do segundo momento da pesquisa – minuciosamente justificados no último capítulo do estudo –, entre o período de 2005 a 2013, relacionaram-se 653 acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em que o teor das decisões colegiadas referiram-se a interposições de recursos de agravos em execução, cujo objeto de apreciação direta ou indiretamente vinculou-se a existência de faltas graves. Conforme já exposto, do total pesquisado, 161 acórdãos referiram-se a exames criminológicos, 316 a remições de pena e 50 a crimes hediondos. Especificamente em relação ao objeto central da pesquisa, 126 acórdãos referiram-se às faltas graves. As matérias do inconformismo recursal referiram-se basicamente a questões: 1ª) existência de falta grave cometida após a data de publicação de decretos presidenciais para a concessão de indulto ou comutação de pena; 2ª) cometimento de falta grave e a consequente interrupção do lapso temporal, bem como novo marco inicial para a progressão de regime prisional ou livramento condicional; 3ª) falta grave e suas consequências para a remição de pena; e 4ª) nulidades processuais devido à

ausência de intimação do Ministério Público. Assim sendo, inexistente inconformismo recursal referente ao que realmente faz do processo administrativo disciplinar um instrumento nulo, devido aos vícios já pontuados durante a exposição da pesquisa. Embora não tenha sido pesquisado, certamente os responsáveis pelas interposições dos recursos de agravos em execução, além de não submeterem perante a apreciação do Tribunal a questão essencial que justificaria a nulidade dos processos administrativos, perante ele não comparecem a fim de sustentarem oralmente as razões recursais do inconformismo, bem como referente à matéria objeto da pesquisa (faltas graves), sequer recorrem ao Superior Tribunal de Justiça.

9ª) As decisões colegiadas, por sua vez, mantêm a tradição da lógica do silogismo jurídico, ou seja, as justificações das decisões colegiadas não enfrentam a realidade do caos carcerário e suas mazelas, limitando-se aos critérios de racionalidade estritamente vinculados às argumentações expostas nas razões recursais. Prepondera o cálculo matemático que determina precisamente o lapso temporal para a concessão daquilo que a Lei de Execução Penal estabelece como benefício, ou, sendo esse favorável ao condenado, a função dos exames criminológicos cumpre a real finalidade de prolongar a permanência dos presos em prisões de regime fechado. Como exemplo, os dados da pesquisa que revelaram que, em relação à existência de falta grave como causa interruptiva do lapso temporal para a progressão de regime, dos 48 recursos improvidos dos condenados, 31 se referiram a essa matéria.

10ª) Apesar da evidente opção da administração do sistema penitenciário paranaense pela incapacitação coletiva, bem como aprisionamento de determinados grupos de presos em específicos estabelecimentos penitenciários – sob possíveis argumentos de pertencerem à facções criminosas –, tal opção apenas contribui para a reprodução das mazelas do sistema carcerário, segundo as proposições acima apontadas.²⁹⁹ Reconhece-

²⁹⁹ Segundo Katie Argüello: “O conjunto de dispositivos disciplinares das prisões e de seus ‘ortopedistas da alma’ tem sido continuamente denunciado pelo fato de produzir a criminalidade que supostamente combate, pois está amplamente comprovado que o encarceramento aumenta as taxas de criminalidade, em vez reduzi-la; provoca a delinquência, induz à reincidência, transforma o infrator ocasional em delinquente habitual” (ARGÜELLO, Katie

se a contribuição positiva do Business Intelligence – mesmo diante de todas as críticas acima delineadas pela “*política criminal atuarial*” – uma vez que proporciona meios para a detecção, v.g., de incidentes no curso da execução penal, bem como porque, pela disponibilização de dados sobre o curso da execução penal dos condenados, concorre para que intervenções aconteçam em casos, v.g., de lapsos temporais já cumpridos para pedidos de progressão de regime etc. No entanto – e aqui reconhecendo que as reais funções da pena criminal tornam distantes alterações legislativas que jurisdicionalizem totalmente o processo disciplinar –, dever-se-ia incluir no sistema de gerenciamento do Business Intelligence uma opção de controle das atividades dos Conselhos Disciplinares, submetendo-os ao controle de uma instância administrativa superior e independente dos interesses obscuros dos agentes carcerários e diretores dos estabelecimentos prisionais.³⁰⁰

Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Ano 17. números 19/20. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012. p. 216).

³⁰⁰ Em reconhecimento à existência de um “sistema penal subterrâneo” exercido pelas agências punitivas do Estado, que operam, como no caso dos Conselhos Disciplinares, à margem da legalidade (ZAFFARONI, Eugênio Raúl. et al. **Direito penal brasileiro**. v. I. : teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 70). E, ainda, seguindo os passos de Lola Aniyar de Castro, que propõe: “Deve-se insistir em pôr nas mãos da atividade jurisdicional o maior número de níveis da tarefa repressiva, já que, apesar das conhecidas limitações, é esta atividade que garante melhor o respeito às regras do jogo. Isso inclui a criação da figura do juiz de execução penal, encarregado de vigiar as condições em que se cumpre a condenação nas prisões e em outras instituições de “tratamento” (ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. p. 245).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão (Pensamento Criminológico; 19). Rio de Janeiro: ICC, 2012.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.

_____. **Criminologia da reação social**. Tradução de Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal:** invertendo o discurso da ordem. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. ano 17. números 19/20. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro.** v. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. BECKER, Howard. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, Salo de (Coord). **Crítica à execução penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

_____. **Pena e garantias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COHEN, Albert K. **Transgressão e controle.** São Paulo: Livraria Pioneira Editôra (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais), 1968.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito penal: parte geral**: tomo I: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. 1. ed. Prefácio de Nilo Batista. Posfácio de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____ **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. et al. **As nulidades do processo penal**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

HASSEMER, Winfried. **Direito penal libertário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

HEGEL, G. W. F. **A sociedade civil burguesa**. Trad. Marcos Lutz Müller. Campinas: UFCH/Unicamp, 1996.

_____. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 2004.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, Thomas. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 2004.

KANT, Emmanuel. **Doutrina do direito**. São Paulo: Ícone, 1993.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEITE, George Lopes. **Jurisdictionalização da execução penal**. In. **Encontro nacional da execução penal...: íntegra das conferências, workshops e debates**. Organização: George Lopes Leite. Brasília: Fundação de Apoio à Pesquisa no Distrito Federal, 1998.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. v. I. 4. ed. 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

MACCORMICK, Neil. **Retórica e o estado de direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e Revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I. tomo I.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: seguido das teses sobre Feuerbach. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Introdução ao estudo do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELOSSI, Dario. **A imigração e a construção de uma democracia europeia**. In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'Etat social à l'Etat penal. Discursos sediciosos. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica** – as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal**: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-84. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá, 1989.

MORRIS, Clarence (Org.). **Os grandes filósofos do direito**: leituras escolhidas em direito. Coleção justiça e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Direito penal e controle social**. Tradução: Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Comentários à lei de execução penal**: Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Distribuído por CENTELHA – promoção do livro, S. A. R. L. – Apartado 241 – Coimbra. Editora Perspectiva Jurídica, 1972.

PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos**: criminalidade, exclusão e insegurança. Tradução: Juarez Cirino dos Santos; Aliana Cirino. Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da pena e execução penal**: uma introdução crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012.

QUINNEY, Richard. **O controle do crime na sociedade capitalista**: uma filosofia crítica da ordem legal. In: **Criminologia crítica**. TAYLOR, Ian;

WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Traduzido por Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RODRIGUES, Anabella Miranda. **A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade**: seu fundamento e âmbito. São Paulo: IBCCRIM, 1999.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RUSH, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2006.

_____ **As raízes do crime**: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

_____ **Direito penal**: parte geral. 2. ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007.

_____ **O direito penal do inimigo – ou o discurso do direito penal desigual.** In: **Liber amicorum:** estudos em homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra: Editora Coimbra, 2009.

SILVA, Edson Jacinto da. **Sindicância e processo administrativo disciplinar.** São Paulo: Editora de Direito, 2002.

TUCCI, Rogério Lauria. **Teoria do direito processual penal:** jurisdição, ação e processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

WACQUANT, Loïc. **A ascensão do Estado penal nos EUA.** In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'Etat social à l'Etat penal. Discursos sediciosos. Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002.

_____ **As duas faces do gueto.** Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____ **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. BASTOS, 2001, Revan: 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora UNB, 1998.

_____ **Ensaio de sociologia.** 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente:** exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

YOUNG, Jock. **Criminologia da classe trabalhadora.** In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **Criminologia crítica.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. v. I.: teoria geral do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. **O inimigo no direito penal**. 3. ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

7 APÊNDICE

PESQUISA 1

SUMÁRIO

Tabela: média percentual de presos com falta grave nas penitenciárias pesquisadas.....	206
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Piraquara.....	207
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Piraquara 2	215
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Londrina 2	223
Tabelas: dados Penitenciária Central do Estado	231
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Maringá	239
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Londrina	247
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Ponta Grossa	255
Tabelas: dados Penitenciária Industrial de Guarapuava	263
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu 2	271
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Cascavel	279
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão	287
Tabelas: dados Penitenciária Industrial de Cascavel	295
Tabelas: dados Penitenciária Feminina do Paraná	303
Tabelas: dados Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu	311

	Unidades Penais	Média do período (março a setembro) do nº de presos. masc/fem. Regime Fechado	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média do período (março a setembro) da quantidade de presos com FG	Média do período (março a setembro) do % de presos com FG
1	PEP	632,5	127,6	329,1	146,8	485,7	76,8%
2	PEP 2	924,1	146,9	391,9	351,1	573,0	62,0%
3	PEL 2	1061,3	172,8	319,7	501,1	560,2	57,7%
4	PCE	1365,1	145,8	518,1	678,9	686,1	50,3%
5	PEM	368,3	18,7	118,4	225,6	142,7	38,7%
6	PEL	561,1	61,0	125,2	350,2	210,9	37,6%
7	PEPG	416,2	12,2	134,9	267,6	148,6	35,7%
8	PIG	237,8	15,1	65,5	152,9	84,9	35,7%
9	PEF 2	830,3	35,7	183,7	599,0	231,3	28,0%
10	PEC	983,2	35,5	191,4	746,4	236,7	24,1%
11	PFB	952,4	38,3	183,2	723,3	229,1	23,9%
12	PIC	358,5	14,4	56,6	282,7	75,8	21,2%
13	PFP	373,2	11,1	34,2	318,3	54,8	14,7%
14	PEF	475,4	4,6	61,9	407,8	67,6	14,2%

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Mês/ano	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	627,7				97,7	389,5	140,5	487,2	77,6%
abril	654,1				129,6	370,4	153,9	500,2	76,5%
maio	644,6				137,7	356,1	146,1	498,5	77,3%
junho	641,1				139,9	332	148,9	492,2	76,8%
julho	602,2				130,1	295,4	138,4	463,8	77,0%
agosto	622,7				131,4	286,9	147,3	475,4	76,3%
setembro	635				126,9	273,1	152,3	482,7	76,0%
Média	632,5				127,6	329,1	146,8	485,7	76,8%

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	641				88	414	141	500	78,0%
2	638				88	409	141	497	77,9%
3	638				88	409	141	497	77,9%
4	638				88	409	141	497	77,9%
5	637				88	408	141	496	77,9%
6	637				88	408	141	496	77,9%
7	626				89	399	138	488	78,0%
8	625				89	399	137	488	78,1%
9	625				89	399	137	488	78,1%
10	623				89	397	137	486	78,0%
11	624				91	398	135	489	78,4%
12	624				91	398	135	489	78,4%
13	618				92	393	133	485	78,5%
14	626				96	393	137	489	78,1%
15	624				97	389	138	486	77,9%
16	625				97	388	140	485	77,6%
17	625				97	388	140	485	77,6%
18	625				97	388	140	485	77,6%
19	626				95	391	140	486	77,6%
20	625				99	388	138	487	77,9%
21	615				98	381	136	479	77,9%
22	612				105	369	138	474	77,5%
23	613				104	370	139	474	77,3%
24	613				104	370	139	474	77,3%
25	615				105	371	139	476	77,4%
26	625				109	372	144	481	77,0%
27	638				113	375	150	488	76,5%
28	639				114	375	150	489	76,5%
29	639				114	375	150	489	76,5%
30	639				114	375	150	489	76,5%
31	640				114	375	151	489	76,4%
Média	627,7				97,7	389,5	140,5	487,1	77,6%
Acesso: 24/10/2013 – 13:20 às 13:36									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	628				112	369	147	481	76,6%
2	629				113	369	147	482	76,6%
3	637				116	370	151	486	76,3%
4	638				117	370	151	487	76,3%
5	644				121	371	152	492	76,4%
6	644				121	371	152	492	76,4%
7	644				121	371	152	492	76,4%
8	632				121	364	147	485	76,7%
9	646				126	367	153	493	76,3%
10	646				127	369	150	496	76,8%
11	649				130	367	152	497	76,6%
12	665				131	377	157	508	76,4%
13	665				131	377	157	508	76,4%
14	665				131	377	157	508	76,4%
15	665				131	377	157	508	76,4%
16	665				131	377	157	508	76,4%
17	665				134	374	157	508	76,4%
18	647				132	362	153	494	76,4%
19	661				134	370	157	504	76,2%
20	661				134	370	157	504	76,2%
21	661				134	370	157	504	76,2%
22	661				134	370	157	504	76,2%
23	665				135	373	157	508	76,4%
24	663				136	371	156	507	76,5%
25	663				138	369	156	507	76,5%
26	667			1	140	370	156	511	76,6%
27	667			1	140	370	156	511	76,6%
28	667			1	140	370	156	511	76,6%
29	658			1	139	366	152	506	76,9%
30	656			1	139	365	151	505	77,0%
Média	654,1				129,6	370,4	153,9	500,2	76,5%
Acesso: 24/10/2013 – 13:37 às 13:51									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	657			1	138	366	152	505	76,9%
2	658			2	138	366	152	506	76,9%
3	658			2	138	366	152	506	76,9%
4	658			2	138	366	152	506	76,9%
5	658			2	138	366	152	506	76,9%
6	662			2	140	366	152	510	77,0%
7	658			2	139	364	153	505	76,7%
8	658			2	139	364	153	505	76,7%
9	657			2	139	364	152	505	76,9%
10	659			3	142	363	151	508	77,1%
11	654			3	141	362	148	506	77,4%
12	654			3	141	362	148	506	77,4%
13	643			3	141	357	142	501	77,9%
14	633			3	137	353	140	493	77,9%
15	632			3	136	354	139	493	78,0%
16	626			3	134	353	136	490	78,3%
17	623			3	135	350	135	488	78,3%
18	625			3	135	352	135	490	78,4%
19	625			3	135	352	135	490	78,4%
20	640			5	138	352	145	495	77,3%
21	639			8	136	351	144	495	77,5%
22	639			8	136	351	144	495	77,5%
23	640			8	136	352	144	496	77,5%
24	645			8	136	352	149	496	76,9%
25	645			8	136	352	149	496	76,9%
26	645			8	136	352	149	496	76,9%
27	635			8	136	346	145	490	77,2%
28	640			8	139	347	146	494	77,2%
29	640			9	139	346	146	494	77,2%
30	639			9	139	346	145	494	77,3%
31	639			9	139	346	145	494	77,3%
Média	644,6				137,7	356,1	146,1	498,5	77,3%
Acesso: 24/10/2013 – 13:52 às 14:24									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	640			9	139	345	147	493	77,0%
2	640			9	139	345	147	493	77,0%
3	642			11	139	346	146	496	77,3%
4	642			11	139	346	146	496	77,3%
5	640			13	139	343	145	495	77,3%
6	640			13	139	343	145	495	77,3%
7	645			14	138	345	148	497	77,1%
8	647			14	139	345	149	498	77,0%
9	641			14	138	342	147	494	77,1%
10	641			14	137	341	149	492	76,8%
11	631			15	139	331	146	485	76,9%
12	629			15	140	329	145	484	76,9%
13	635			19	139	330	147	488	76,9%
14	646			20	144	333	149	497	76,9%
15	645			20	144	333	148	497	77,1%
16	645			20	144	333	148	497	77,1%
17	645			21	144	332	148	497	77,1%
18	641			20	143	330	148	493	76,9%
19	637			20	143	327	147	490	76,9%
20	639			21	141	328	149	490	76,7%
21	648			27	141	326	154	494	76,2%
22	647			27	141	326	153	494	76,4%
23	646			27	140	326	153	493	76,3%
24	643			31	138	320	154	489	76,0%
25	645			31	139	321	154	491	76,1%
26	644			31	138	321	154	490	76,1%
27	640			31	138	319	152	488	76,3%
28	638			31	138	318	151	487	76,3%
29	636			31	138	318	149	487	76,6%
30	636			31	138	318	149	487	76,6%
Média	641,1				139,9	332,0	148,9	492,2	76,8%
Acesso: 24/10/2013 – 14:25 às 14:43									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	635			31	138	317	149	486	76,5%
2	636			31	138	318	149	487	76,6%
3	630			31	140	313	146	484	76,8%
4	587			32	128	293	134	453	77,2%
5	587			32	128	292	135	452	77,0%
6	587			32	128	292	135	452	77,0%
7	587			32	128	292	135	452	77,0%
8	585			33	128	291	133	452	77,3%
9	590			34	128	294	134	456	77,3%
10	588			35	126	294	133	455	77,4%
11	589			36	126	294	133	456	77,4%
12	589			36	126	294	133	456	77,4%
13	589			36	126	294	133	456	77,4%
14	589			36	126	294	133	456	77,4%
15	585			37	127	289	132	453	77,4%
16	588			38	129	289	132	456	77,6%
17	588			41	127	288	132	456	77,6%
18	589			41	127	288	133	456	77,4%
19	606			41	129	297	139	467	77,1%
20	608			41	129	298	140	468	77,0%
21	612			42	131	299	140	472	77,1%
22	611		1	40	131	299	140	471	77,1%
23	598		1	40	129	290	138	460	76,9%
24	612		1	40	134	293	144	468	76,5%
25	613		1	40	134	294	144	469	76,5%
26	615		5	41	132	293	144	471	76,6%
27	615		5	41	132	293	144	471	76,6%
28	615		5	41	132	293	144	471	76,6%
29	616		5	41	132	294	144	472	76,6%
30	615		5	41	132	294	143	472	76,7%
31	614		5	41	132	293	143	471	76,7%
Média	602,2				130,1	295,4	138,4	463,8	77,0%
Acesso: 24/10/2013 – 14:44 às 15:06									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	620		5	41	132	297	145	475	76,6%
2	631		5	42	134	300	150	481	76,2%
3	631		5	42	134	300	150	481	76,2%
4	631		5	42	134	300	150	481	76,2%
5	622		5	42	134	295	146	476	76,5%
6	622		5	43	135	292	147	475	76,4%
7	s/registro								
8	625		5	44	135	294	147	478	76,5%
9	627		5	44	135	295	148	479	76,4%
10	627		5	45	135	295	147	480	76,6%
11	627		5	45	135	295	147	480	76,6%
12	627		6	49	131	293	148	479	76,4%
13	619		7	48	130	287	147	472	76,3%
14	616		7	49	129	285	146	470	76,3%
15	621		7	49	131	287	147	474	76,3%
16	619		7	49	131	285	147	472	76,3%
17	621		8	49	131	286	147	474	76,3%
18	621		8	49	131	286	147	474	76,3%
19	614		10	49	129	280	146	468	76,2%
20	s/registro								
21	613		10	49	129	281	144	469	76,5%
22	611		11	49	129	280	142	469	76,8%
23	613		18	48	128	277	142	471	76,8%
24	612		17	48	128	277	142	470	76,8%
25	612		17	48	128	277	142	470	76,8%
26	611		18	47	128	277	141	470	76,9%
27	611		18	47	128	277	141	470	76,9%
28	629		18	47	131	278	155	474	75,4%
29	626		20	47	130	274	155	471	75,2%
30	649		22	51	133	285	158	491	75,7%
31	650		22	51	133	286	158	492	75,7%
Média	622,7				131,4	286,9	147,3	475,4	76,3%
Acesso: 24/10/2013 – 15:07 às 15:31									

Unidade Penal: PEP		Capacidade:		680					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	650		22	51	133	286	158	492	75,7%
2	648		22	51	132	285	157	491	75,8%
3	650		23	51	132	284	160	490	75,4%
4	651		25	51	133	283	159	492	75,6%
5	652		26	51	134	281	160	492	75,5%
6	645		27	51	133	279	155	490	76,0%
7	646		27	51	133	280	155	491	76,0%
8	646		27	51	133	280	155	491	76,0%
9	647		29	52	132	280	154	493	76,2%
10	646		29	52	133	277	155	491	76,0%
11	648		30	52	133	277	156	492	75,9%
12	643		30	52	131	277	153	490	76,2%
13	630		30	53	124	272	151	479	76,0%
14	630		30	53	124	272	151	479	76,0%
15	628		30	53	123	272	150	478	76,1%
16	630		30	53	124	273	150	480	76,2%
17	629		30	53	124	272	150	479	76,2%
18	629		30	53	124	272	150	479	76,2%
19	629		30	53	123	273	150	479	76,2%
20	628		30	53	123	272	150	478	76,1%
21	s/registro								
22	631		30	54	123	272	152	479	75,9%
23	617		30	54	120	263	150	467	75,7%
24	620		31	57	121	263	148	472	76,1%
25	622		31	57	122	262	150	472	75,9%
26	622	2	30	57	122	262	149	473	76,0%
27	626	2	33	57	123	263	148	478	76,4%
28	626	2	33	57	123	263	148	478	76,4%
29	626	2	33	57	123	263	148	478	76,4%
30	621	2	33	57	122	261	146	475	76,5%
Média	635,0				126,9	273,1	152,3	482,7	76,0%
Acesso: 24/10/2013 – 15:31 às 15:55									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	918				105,1	466,8	346,2	571,8	62,3%
abril	909,7				137,5	430,3	341,3	568,4	62,5%
maio	924,4				156	409	349,2	575,2	62,2%
junho	932,5				161,7	387,6	345,7	586,8	62,9%
julho	924				160,7	363,8	350	574	62,1%
agosto	923				158,3	348,5	353,4	569,6	61,7%
setembro	936,9				149	337	371,6	565,3	60,3%
Média	924,1				146,9	391,9	351,1	573,0	62,0%

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	938				94	492	353	585	62,4%
2	931				92	487	352	579	62,2%
3	927				92	485	350	577	62,2%
4	924				92	484	348	576	62,3%
5	927				92	485	350	577	62,2%
6	921				92	482	347	574	62,3%
7	934				100	485	349	585	62,6%
8	928				100	481	347	581	62,6%
9	926				100	480	346	580	62,6%
10	925				99	480	346	579	62,6%
11	929				100	481	348	581	62,5%
12	926				100	476	350	576	62,2%
13	929				100	477	352	577	62,1%
14	927				100	475	352	575	62,0%
15	931				108	472	351	580	62,3%
16	931				108	472	351	580	62,3%
17	931				108	472	351	580	62,3%
18	923				108	470	345	578	62,6%
19	917				107	465	345	572	62,4%
20	914				108	463	343	571	62,5%
21	898				106	454	338	560	62,4%
22	909				110	453	346	563	61,9%
23	907				110	451	346	561	61,9%
24	906				110	451	345	561	61,9%
25	906				110	451	345	561	61,9%
26	905				116	446	343	562	62,1%
27	897				119	440	338	559	62,3%
28	898				119	440	339	559	62,2%
29	898				119	440	339	559	62,2%
30	898				119	440	339	559	62,2%
31	898				119	440	339	559	62,2%
Média	918,0				105,1	466,8	346,2	571,8	62,3%
Acesso: 24/10/2013 – 16:04 às 16:20									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	901				119	442	340	561	62,3%
2	897				118	440	339	558	62,2%
3	899				122	442	335	564	62,7%
4	899				122	440	337	562	62,5%
5	907				129	441	337	570	62,8%
6	907				129	441	337	570	62,8%
7	907				129	441	337	570	62,8%
8	910				130	442	338	572	62,9%
9	905				131	438	336	569	62,9%
10	905				132	437	336	569	62,9%
11	901				131	433	337	564	62,6%
12	893				135	424	334	559	62,6%
13	893				135	424	334	559	62,6%
14	893				135	424	334	559	62,6%
15	893				134	424	334	559	62,6%
16	893				134	424	334	559	62,6%
17	896				136	427	333	563	62,8%
18	923				142	434	347	576	62,4%
19	912				142	425	345	567	62,2%
20	912				142	425	345	567	62,2%
21	912				142	425	345	567	62,2%
22	912				143	424	345	567	62,2%
23	929				147	429	353	576	62,0%
24	934				150	431	353	581	62,2%
25	925				150	424	351	574	62,1%
26	928			3	153	421	351	577	62,2%
27	927			3	153	422	349	578	62,4%
28	927			3	153	422	349	578	62,4%
29	925			3	153	421	348	577	62,4%
30	925			3	153	422	347	578	62,5%
Média	909,7				137,5	430,3	341,3	568,3	62,5%
Acesso: 24/10/2013 – 18:59 às 19:14									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	923			3	152	422	346	577	62,5%
2	917			3	152	420	342	575	62,7%
3	923			5	151	419	348	575	62,3%
4	923			5	151	419	348	575	62,3%
5	923			5	151	419	348	575	62,3%
6	924			5	152	420	347	577	62,4%
7	921			5	151	420	345	576	62,5%
8	929			5	153	420	351	578	62,2%
9	922			5	153	417	347	575	62,4%
10	937			7	156	419	355	582	62,1%
11	937			7	156	419	355	582	62,1%
12	937			7	156	419	355	582	62,1%
13	934			7	156	417	354	580	62,1%
14	918			6	156	413	343	575	62,6%
15	924			6	155	412	351	573	62,0%
16	902			8	154	399	341	561	62,2%
17	902			8	154	399	341	561	62,2%
18	913			11	157	401	344	569	62,3%
19	913			11	157	401	344	569	62,3%
20	912			11	157	400	344	568	62,3%
21	908			13	157	395	343	565	62,2%
22	911			13	158	395	345	566	62,1%
23	937			16	161	403	357	580	61,9%
24	937			17	161	404	355	582	62,1%
25	936			16	161	404	355	581	62,1%
26	936			16	161	404	355	581	62,1%
27	926			17	160	400	349	577	62,3%
28	935			18	159	402	356	579	61,9%
29	933			19	159	400	355	578	62,0%
30	932			19	159	399	355	577	61,9%
31	931			23	159	398	351	580	62,3%
Média	924,4				156,0	409,0	349,2	575,2	62,2%
Acesso: 24/10/2013 – 19:15 às 19: 36									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	930			23	158	398	351	579	62,3%
2	930			23	158	398	351	579	62,3%
3	932			25	159	398	350	582	62,4%
4	932			25	161	392	354	578	62,0%
5	932			25	161	392	354	578	62,0%
6	937			29	161	392	355	582	62,1%
7	936			30	160	392	354	582	62,2%
8	935			30	160	392	353	582	62,2%
9	937			30	160	393	354	583	62,2%
10	929			35	160	388	346	583	62,8%
11	928			34	160	388	346	582	62,7%
12	930			37	160	388	345	585	62,9%
13	931			37	161	388	345	586	62,9%
14	931			41	160	386	344	587	63,1%
15	932			42	160	385	345	587	63,0%
16	932			42	160	385	345	587	63,0%
17	933			42	160	385	346	587	62,9%
18	932			42	161	385	344	588	63,1%
19	924			42	161	381	340	584	63,2%
20	935			43	164	385	343	592	63,3%
21	932			44	164	384	340	592	63,5%
22	932			44	164	384	340	592	63,5%
23	932			44	164	384	340	592	63,5%
24	930			44	163	384	339	591	63,5%
25	928			44	164	381	339	589	63,5%
26	939			44	166	386	343	596	63,5%
27	939			46	165	386	342	597	63,6%
28	935			46	165	383	341	594	63,5%
29	935			46	165	383	341	594	63,5%
30	935			46	165	383	341	594	63,5%
Média	932,5				161,7	387,6	345,7	586,8	62,9%
Acesso: 24/10/2013 – 19:37 às 19:53									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	933			46	164	382	341	592	63,5%
2	919			46	162	373	338	581	63,2%
3	919			48	163	369	339	580	63,1%
4	926			47	167	369	343	583	63,0%
5	926			47	166	367	346	580	62,6%
6	926			47	166	367	346	580	62,6%
7	925			47	165	367	346	579	62,6%
8	924			47	165	366	346	578	62,6%
9	927			48	165	366	348	579	62,5%
10	928			49	165	367	347	581	62,6%
11	916			49	164	359	344	572	62,4%
12	918			49	164	362	343	575	62,6%
13	918			49	164	362	343	575	62,6%
14	918			49	164	362	343	575	62,6%
15	933			49	163	369	352	581	62,3%
16	928			50	158	367	353	575	62,0%
17	925			49	157	362	357	568	61,4%
18	926			49	157	363	357	569	61,4%
19	924			49	156	363	356	568	61,5%
20	926			49	156	365	356	570	61,6%
21	926			49	157	364	356	570	61,6%
22	929			50	158	365	356	573	61,7%
23	927			50	157	365	355	572	61,7%
24	923			54	156	357	356	567	61,4%
25	922			53	157	357	355	567	61,5%
26	919			52	156	357	354	565	61,5%
27	919			52	156	357	354	565	61,5%
28	921			52	158	357	354	567	61,6%
29	922			52	158	357	355	567	61,5%
30	921			51	158	357	355	566	61,5%
31	929		2	53	159	358	357	572	61,6%
Média	924,0				160,7	363,8	350,0	573,9	62,1%
Acesso: 24/10/2013 – 19:54 às 20:13									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	919		3	55	151	352	348	571	62,1%
2	922		3	55	162	353	349	573	62,1%
3	922		3	55	162	353	349	573	62,1%
4	921		3	54	162	353	349	572	62,1%
5	925		3	55	162	354	351	574	62,1%
6	924		3	53	162	356	350	574	62,1%
7	s/ registro								
8	920		4	54	158	355	349	571	62,1%
9	920		4	54	158	354	350	570	62,0%
10	920		4	54	159	353	350	570	62,0%
11	920		4	54	159	353	350	570	62,0%
12	917		4	54	158	352	349	568	61,9%
13	915		4	54	158	352	347	568	62,1%
14	898		4	55	158	344	337	561	62,5%
15	919		6	55	160	347	351	568	61,8%
16	918		6	55	160	347	350	568	61,9%
17	917		6	55	159	347	350	567	61,8%
18	916		6	55	159	347	349	567	61,9%
19	914		6	54	159	346	349	565	61,8%
20	s/ registro								
21	915		5	55	157	346	352	563	61,5%
22	914		8	55	156	343	352	562	61,5%
23	928		10	56	158	344	360	568	61,2%
24	928		10	56	158	344	360	568	61,2%
25	928		10	56	158	344	360	568	61,2%
26	927		10	55	157	345	360	567	61,2%
27	926		11	55	155	346	359	567	61,2%
28	941		10	61	160	344	366	575	61,1%
29	945		18	59	155	345	368	577	61,1%
30	945		18	59	156	344	368	577	61,1%
31	944		18	59	156	343	368	576	61,0%
Média	923,0				158,3	348,5	353,4	569,6	61,7%
Acesso: 24/10/2013 – 20:19 às 20:41									

Unidade Penal: PEP 2		Capacidade:		960					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	943		18	59	155	343	368	575	61,0%
2	940		18	59	155	341	367	573	61,0%
3	939		18	58	155	341	367	572	60,9%
4	935		18	59	154	338	366	569	60,9%
5	944		17	63	154	341	369	575	60,9%
6	941		17	63	154	339	368	573	60,9%
7	941		17	63	154	339	368	573	60,9%
8	941		17	63	154	339	368	573	60,9%
9	945		17	63	154	341	370	575	60,8%
10	956		18	62	156	343	377	579	60,6%
11	956		18	61	155	345	377	579	60,6%
12	926		18	57	143	334	374	552	59,6%
13	921		18	56	142	334	371	550	59,7%
14	921		18	56	142	334	371	550	59,7%
15	920		18	56	142	334	370	550	59,8%
16	920		18	56	142	334	370	550	59,8%
17	919		18	56	142	334	369	550	59,8%
18	931		24	56	147	333	371	560	60,2%
19	928		23	56	147	332	370	558	60,1%
20	926		22	56	147	332	369	557	60,2%
21	s/ registro								
22	949		25	57	149	337	381	568	59,9%
23	943		26	57	147	335	378	565	59,9%
24	933		26	57	144	332	374	559	59,9%
25	946		26	58	147	338	377	569	60,1%
26	942		26	57	148	336	375	567	60,2%
27	940		27	57	148	336	372	568	60,4%
28	940		27	57	148	336	372	568	60,4%
29	940		27	57	148	336	372	568	60,4%
30	944		27	57	147	337	376	568	60,2%
Média	936,9				149,0	337,0	371,6	565,3	60,3%
Acesso: 24/10/2013 – 20:42 às 21:01									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1015,5				156,6	342,2	516,8	498,7	49,1%
abril	1035,5				184,3	337,7	512,4	523,1	50,5%
maio	1070,2				192,4	342,1	515,8	554,4	51,8%
junho	1079,6				189,8	327,9	514,5	565,1	52,3%
julho	1081				179,4	311,3	502,1	578,9	53,6%
agosto	1074,3				162,8	297,1	477,1	597,2	55,6%
setembro	1073,1				144,1	279,9	468,8	604,3	56,3%
Média	1061,3				172,8	319,7	501,1	560,2	52,7%

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	1007				150	346	516	491	48,8%
2	1003				150	342	511	492	49,1%
3	1003				150	342	511	492	49,1%
4	1008				150	342	516	492	48,8%
5	1009				150	343	516	493	48,9%
6	1009				151	342	516	493	48,9%
7	1015				155	343	517	498	49,1%
8	1014				154	343	517	497	49,0%
9	1014				154	343	517	497	49,0%
10	1014				154	343	517	497	49,0%
11	1014				154	343	517	497	49,0%
12	1015				155	343	517	498	49,1%
13	1015				152	346	517	498	49,1%
14	1020				156	345	519	501	49,1%
15	1019				155	345	519	500	49,1%
16	1019				155	345	519	500	49,1%
17	1019				155	345	519	500	49,1%
18	1019				155	345	519	500	49,1%
19	1020				155	346	519	501	49,1%
20	1019				155	346	518	501	49,2%
21	1018				158	343	517	501	49,2%
22	1018				158	343	517	501	49,2%
23	1017				158	343	516	501	49,3%
24	1015				158	341	516	499	49,2%
25	1017				159	341	517	500	49,2%
26	1016				159	340	517	499	49,1%
27	1021				168	336	517	504	49,4%
28	1021				168	336	517	504	49,4%
29	1021				168	336	517	504	49,4%
30	1021				168	336	517	504	49,4%
31	1021				168	336	517	504	49,4%
Média	1015,5				156,6	342,2	516,8	498,7	49,1%
Acesso: 25/10/2013 – 14:49 às 14:03									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	1022				168	336	518	504	49,3%
2	1030				168	339	523	507	49,2%
3	1027				169	339	519	508	49,5%
4	1028				175	337	516	512	49,8%
5	1028				175	337	516	512	49,8%
6	1025				175	336	514	511	49,9%
7	1025				175	336	514	511	49,9%
8	1024				174	336	514	510	49,8%
9	1023				174	335	514	509	49,8%
10	1024				174	338	512	512	50,0%
11	1043				185	338	520	523	50,1%
12	1047				185	335	527	520	49,7%
13	1047				185	335	527	520	49,7%
14	1047				185	335	527	520	49,7%
15	1048				185	335	528	520	49,6%
16	1048				185	335	528	520	49,6%
17	1041				184	334	523	518	49,8%
18	1032				185	334	513	519	50,3%
19	1027				190	336	501	526	51,2%
20	1027				190	336	501	526	51,2%
21	1027				190	336	501	526	51,2%
22	1033				190	338	505	528	51,1%
23	1037			1	195	340	501	536	51,7%
24	1040			1	194	341	504	536	51,5%
25	1044			5	195	341	503	541	51,8%
26	1038			5	194	340	499	539	51,9%
27	1038			5	194	340	499	539	51,9%
28	1039			5	194	340	500	539	51,9%
29	1052			5	199	347	501	551	52,4%
30	1053			5	199	346	503	550	52,2%
Média	1035,5				184,3	337,7	512,4	523,1	50,5%
Acesso: 25/10/2013 – 21:25 às 21:39									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	1053			5	199	346	503	550	52,2%
2	1059			9	198	345	507	552	52,1%
3	1052			9	198	341	504	548	52,1%
4	1052			9	198	341	504	548	52,1%
5	1052			9	198	341	504	548	52,1%
6	1056			9	198	342	507	549	52,0%
7	1061			9	198	343	511	550	51,8%
8	1063			9	197	344	513	550	51,7%
9	1069			13	195	347	514	555	51,9%
10	1069			13	195	347	514	555	51,9%
11	1069			13	195	347	514	555	51,9%
12	1069			13	195	347	514	555	51,9%
13	1073			13	195	347	518	555	51,7%
14	1072			14	194	347	517	555	51,8%
15	1078			15	194	348	521	557	51,7%
16	1077			15	194	345	523	554	51,4%
17	1077			23	188	343	523	554	51,4%
18	1077			23	188	343	523	554	51,4%
19	1077			23	188	343	523	554	51,4%
20	1081			25	188	343	525	556	51,4%
21	1083			25	188	344	526	557	51,4%
22	1073			25	188	342	518	555	51,7%
23	1073			33	187	337	516	557	51,9%
24	1076			33	187	337	519	557	51,8%
25	1076			33	187	337	519	557	51,8%
26	1076			33	187	337	519	557	51,8%
27	1076			33	187	337	519	557	51,8%
28	1079			33	188	335	523	556	51,5%
29	1076			33	191	336	516	560	52,0%
30	1076			33	191	336	516	560	52,0%
31	1076			33	191	336	516	560	52,0%
Média	1070,2				192,4	342,1	515,8	554,4	51,8%
Acesso: 26/10/2013 – 12:08 às 12:21									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	1076			33	191	336	516	560	52,0%
2	1076			33	191	336	516	560	52,0%
3	1076			34	191	336	515	561	52,1%
4	1079			35	191	335	518	561	52,0%
5	1075			35	190	334	516	559	52,0%
6	1076			39	189	336	512	564	52,4%
7	1077			39	189	336	513	564	52,4%
8	1077			39	189	336	513	564	52,4%
9	1077			39	189	336	513	564	52,4%
10	1078			39	189	335	515	563	52,2%
11	1076			39	189	335	513	563	52,3%
12	1077			41	189	333	514	563	52,3%
13	1081			40	189	335	517	564	52,2%
14	1082			40	195	331	516	566	52,3%
15	1082			40	195	331	516	566	52,3%
16	1082			40	195	331	516	566	52,3%
17	1082			38	194	331	519	563	52,0%
18	1080			39	193	331	517	563	52,1%
19	1083			39	190	333	521	562	51,9%
20	1083			41	190	331	521	562	51,9%
21	1081			60	189	317	515	566	52,4%
22	1081			60	189	317	515	566	52,4%
23	1082			60	189	317	516	566	52,3%
24	1085			60	190	319	516	569	52,4%
25	1080			60	188	319	513	567	52,5%
26	1085			64	190	317	514	571	52,6%
27	1080			66	188	315	511	569	52,7%
28	1080			76	184	313	507	573	53,1%
29	1079			76	184	313	506	573	53,1%
30	1079			76	184	313	506	573	53,1%
Média	1079,6				189,8	327,9	514,5	565,0	52,3%
Acesso: 26/10/2013 – 12:22 às 12:37									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	1082			75	184	315	508	574	53,0%
2	1083			73	183	316	511	572	52,8%
3	1086			73	183	316	514	572	52,7%
4	1091			78	182	318	513	578	53,0%
5	1082			78	183	314	507	575	53,1%
6	1081			78	183	314	506	575	53,2%
7	1081			78	183	314	506	575	53,2%
8	1082			78	184	315	505	577	53,3%
9	1081			78	183	314	505	576	53,3%
10	1079			78	182	314	505	574	53,2%
11	1079			82	181	313	503	576	53,4%
12	1084			83	181	314	506	578	53,3%
13	1084			83	181	314	506	578	53,3%
14	1084			83	181	314	506	578	53,3%
15	1083			84	181	312	506	577	53,3%
16	1085			84	181	312	508	577	53,2%
17	1080			83	182	311	504	576	53,3%
18	1084		4	85	180	310	505	579	53,4%
19	1084		4	89	179	309	503	581	53,6%
20	1083		4	89	179	309	502	581	53,6%
21	1083		4	89	179	309	502	581	53,6%
22	1085		4	89	179	311	502	583	53,7%
23	1084		4	89	179	311	501	583	53,8%
24	1083		4	89	179	311	500	583	53,8%
25	1081		16	89	174	309	493	588	54,4%
26	1073		15	88	173	306	491	582	54,2%
27	1073		15	88	173	306	491	582	54,2%
28	1073		15	88	173	306	491	582	54,2%
29	1069		15	89	171	305	489	580	54,3%
30	1073		17	92	172	305	487	586	54,6%
31	1076		22	89	172	304	489	587	54,6%
Média	1081,0				179,4	311,3	502,1	578,9	53,6%
Acesso: 26/10/2013 – 12:38 às 12:54									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	1076		22	89	172	304	489	587	54,6%
2	1075		22	89	171	303	490	585	54,4%
3	1075		22	89	171	303	490	585	54,4%
4	1075		22	89	171	303	490	585	54,4%
5	1076		22	90	171	302	491	585	54,4%
6	1075		23	90	171	302	489	586	54,5%
7	s/registro								
8	1076		26	91	173	302	484	592	55,0%
9	1077		42	90	167	300	478	599	55,6%
10	1075		42	89	166	300	478	597	55,5%
11	1075		42	89	166	300	478	597	55,5%
12	1075		42	89	166	300	478	597	55,5%
13	1078		42	91	166	301	478	600	55,7%
14	1083		41	91	167	300	484	599	55,3%
15	1079		41	90	166	299	483	596	55,2%
16	1077		54	89	162	296	476	601	55,8%
17	1077		54	89	162	296	476	601	55,8%
18	1077		54	89	162	296	476	601	55,8%
19	1072		54	89	161	296	472	600	56,0%
20	s/registro								
21	1073		55	89	161	296	472	601	56,0%
22	1069		58	91	159	292	469	600	56,1%
23	1073		61	91	157	293	471	602	56,1%
24	1070		61	91	156	293	469	601	56,2%
25	1070		61	91	156	293	469	601	56,2%
26	1070		61	91	156	293	469	601	56,2%
27	1067		64	90	154	292	467	600	56,2%
28	1070		65	90	155	291	469	601	56,2%
29	1072		75	86	153	291	467	605	56,4%
30	1074		82	84	151	290	467	607	56,5%
31	1074		82	84	151	290	467	607	56,5%
Média	1074,3				162,8	297,1	477,1	597,2	55,6%
Acesso: 26/10/2013 – 13:00 às 13:17									

Unidade Penal: PEL 2		Capacidade:		1108					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	1074		82	84	151	290	467	607	56,5%
2	1074		83	84	151	289	467	607	56,5%
3	1073		83	84	151	288	467	606	56,5%
4	1072		83	84	151	288	466	606	56,5%
5	1075		83	84	152	287	469	606	56,4%
6	1079		88	83	150	286	472	607	56,3%
7	1079		88	83	150	286	472	607	56,3%
8	1079		88	83	150	286	472	607	56,3%
9	1083		88	83	151	288	473	610	56,3%
10	1081		88	81	151	288	473	608	56,2%
11	1080		88	80	150	287	475	605	56,0%
12	1080		86	82	149	288	475	605	56,0%
13	1069	1	100	80	142	277	469	600	56,1%
14	1069	1	100	80	142	277	469	600	56,1%
15	1069	1	100	80	142	277	469	600	56,1%
16	1064	1	100	80	142	274	465	599	56,3%
17	1070	3	100	81	142	275	469	601	56,2%
18	1071	3	101	81	141	275	470	601	56,1%
19	1071	3	101	81	141	275	470	601	56,1%
20	1071	3	101	81	141	275	470	601	56,1%
21	s/registro								
22	1073	15	99	81	138	274	466	607	56,6%
23	1072	15	98	81	138	274	466	606	56,5%
24	1068	15	98	81	138	272	464	604	56,6%
25	1069	15	97	81	138	272	466	603	56,4%
26	1071	15	97	81	138	274	466	605	56,5%
27	1071	15	97	81	137	274	467	604	56,4%
28	1071	15	97	81	137	274	467	604	56,4%
29	1071	15	97	81	137	274	467	604	56,4%
30	1071	15	97	81	137	274	467	604	56,4%
Média	1073,1				144,1	279,9	468,8	604,3	56,3%
Acesso: 26/10/2013 – 13:19 às 13:35									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1352				102,6	609,6	636,4	715,6	52,9%
abril	1345,7				127,3	577,2	640,8	704,9	52,4%
maio	1359,6				148,9	545,6	665,2	694,4	51,1%
junho	1345,3				156,1	520,6	668,6	676,7	50,3%
julho	1334,4				164,6	490	679,7	654,7	49,1%
agosto	1374,4				168	455,9	686,4	688	50,1%
setembro	1444,2				153,2	428	775,5	668,7	46,3%
Média	1365,1				145,8	518,1	678,9	686,1	50,3%

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	1334				97	614	630	704	52,8%
2	1329				97	607	625	704	53,0%
3	1326				97	606	623	703	53,0%
4	1325				97	604	624	701	52,9%
5	1338				97	614	627	711	53,1%
6	1335				97	609	629	706	52,9%
7	1343				104	608	631	712	53,0%
8	1347				104	612	631	716	53,2%
9	1344				104	611	629	715	53,2%
10	1345				104	611	630	715	53,2%
11	1345				104	611	630	715	53,2%
12	1354				106	613	635	719	53,1%
13	1365				107	617	641	724	53,0%
14	1355				109	612	634	721	53,2%
15	1353				110	611	632	721	53,3%
16	1355				110	612	633	722	53,3%
17	1355				110	612	633	722	53,3%
18	1372				110	619	643	729	53,1%
19	1371				110	619	642	729	53,2%
20	1382				111	622	649	733	53,0%
21	1367				111	613	643	724	53,0%
22	1372				110	609	653	719	52,4%
23	1376				109	614	653	723	52,5%
24	1376				109	614	653	723	52,5%
25	1352				108	602	642	710	52,5%
26	1371				111	611	649	722	52,7%
27	1344				109	598	637	707	52,6%
28	1345				110	598	637	708	52,6%
29	1345				110	598	637	708	52,6%
30	1346				110	599	637	709	52,7%
31	1345				110	598	637	708	52,6%
Média	1352,0				106,2	609,6	636,4	715,6	52,9%
Acesso: 23/10/2013 – 16:12 às 16:33									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	1346				110	600	636	710	52,7%
2	1323				110	588	625	698	52,8%
3	1344				112	596	636	708	52,7%
4	1317				117	583	617	700	53,2%
5	1336				112	586	628	708	53,0%
6	1337				122	587	628	709	53,0%
7	1337				122	587	628	709	53,0%
8	1336				122	586	628	708	53,0%
9	1323				116	584	623	700	52,9%
10	1329				116	587	626	703	52,9%
11	1337				125	580	632	705	52,7%
12	1339				129	583	627	712	53,2%
13	1339				129	583	627	712	53,2%
14	1339				129	583	627	712	53,2%
15	1339				129	583	627	712	53,2%
16	1338				128	583	627	711	53,1%
17	1359				130	584	645	714	52,5%
18	1361				130	585	646	715	52,5%
19	1370				136	573	661	709	51,8%
20	1368				135	572	661	707	51,7%
21	1368				135	572	661	707	51,7%
22	1367				135	572	660	707	51,7%
23	1349				133	567	649	700	51,9%
24	1350				136	565	649	701	51,9%
25	1365				137	566	662	703	51,5%
26	1347				135	557	655	692	51,4%
27	1349				136	556	657	692	51,3%
28	1349				136	556	657	692	51,3%
29	1349				136	556	657	692	51,3%
30	1360				141	557	662	698	51,3%
Média	1345,7				127,3	577,2	640,8	704,9	52,4%
Acesso: 23/10/2013 – 16:36 às 17:00									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	1360				141	557	662	698	51,3%
2	1342				137	548	657	685	51,0%
3	1340				141	549	650	690	51,5%
4	1340				141	549	650	690	51,5%
5	1340				141	549	650	690	51,5%
6	1338				141	548	649	689	51,5%
7	1354				144	559	651	703	51,9%
8	1361				145	560	656	705	51,8%
9	1361				147	560	654	707	51,9%
10	1383				152	558	673	710	51,3%
11	1384				152	558	674	710	51,3%
12	1384				152	558	674	710	51,3%
13	1369				150	556	663	706	51,6%
14	1375				153	560	662	713	51,9%
15	1356				151	551	654	702	51,8%
16	1351				152	545	654	697	51,6%
17	1363				152	547	664	699	51,3%
18	1358				152	543	663	695	51,2%
19	1358				152	543	663	695	51,2%
20	1354				150	542	662	692	51,1%
21	1366				151	546	669	697	51,0%
22	1363				150	546	667	696	51,1%
23	1386				153	542	691	695	50,1%
24	1358				151	532	675	683	50,3%
25	1359				152	532	675	684	50,3%
26	1358				152	532	674	684	50,4%
27	1356				152	530	674	682	50,3%
28	1370				155	533	682	688	50,2%
29	1352				151	526	675	677	50,1%
30	1356				151	528	677	679	50,1%
31	1354				151	527	676	678	50,1%
Média	1359,6				148,9	545,6	665,2	694,5	51,1%
Acesso: 23/10/2013 – 17:01 às 17:17									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	1355				152	527	676	679	50,1%
2	1355				152	527	676	679	50,1%
3	1350				151	526	673	677	50,1%
4	1359				150	528	681	678	49,9%
5	1357				150	528	679	678	50,0%
6	1357				153	532	672	685	50,5%
7	1349				152	527	670	679	50,3%
8	1350				152	528	670	680	50,4%
9	1353				153	530	670	683	50,5%
10	1345				154	526	665	680	50,6%
11	1363				158	527	678	685	50,3%
12	1345				158	519	668	677	50,3%
13	1338				156	517	665	673	50,3%
14	1345				159	520	666	679	50,5%
15	1345				159	520	666	679	50,5%
16	1345				159	520	666	679	50,5%
17	1346				160	521	665	681	50,6%
18	1358				161	524	673	685	50,4%
19	1340				157	518	665	675	50,4%
20	1345				160	518	667	678	50,4%
21	1339				159	515	665	674	50,3%
22	1339				159	515	665	674	50,3%
23	1337				158	514	665	672	50,3%
24	1337				158	514	665	672	50,3%
25	1334				158	512	664	670	50,2%
26	1333				158	513	662	671	50,3%
27	1330				158	512	660	670	50,4%
28	1336				157	512	667	669	50,1%
29	1336				156	513	667	669	50,1%
30	1339				157	514	668	671	50,1%
Média	1345,3				156,1	520,6	668,6	676,7	50,3%
Acesso: 23/10/2013 – 17:01 às 17:36									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	1329				158	512	659	670	50,4%
2	1340				161	514	665	675	50,4%
3	1334				158	510	666	668	50,1%
4	1325				162	508	655	670	50,6%
5	1338				162	506	670	668	49,9%
6	1338				162	506	670	668	49,9%
7	1338				162	505	671	667	49,9%
8	1332				160	502	670	662	49,7%
9	1332				161	502	669	663	49,8%
10	1333				163	502	668	665	49,9%
11	1380				170	512	698	682	49,4%
12	1347				168	490	689	658	48,8%
13	1348				169	490	689	659	48,9%
14	1347				168	490	689	658	48,8%
15	1347				170	489	688	659	48,9%
16	1343				168	488	687	656	48,8%
17	1348				170	490	688	660	49,0%
18	1344				170	487	687	657	48,9%
19	1324				164	479	681	643	48,6%
20	1324				164	479	681	643	48,6%
21	1324				164	479	681	643	48,6%
22	1319				163	477	679	640	48,5%
23	1319				162	478	679	640	48,5%
24	1316				164	476	676	640	48,6%
25	1317				163	477	677	640	48,6%
26	1317				164	472	681	636	48,3%
27	1320				165	474	681	639	48,4%
28	1321				165	474	682	639	48,4%
29	1348				169	476	703	645	47,8%
30	1338				167	474	697	641	47,9%
31	1336				168	473	695	641	48,0%
Média	1334,4				164,6	490,0	679,7	654,7	49,1%
Acesso: 23/10/2013 – 17:36 às 17:53									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	1319				167	466	686	633	48,0%
2	1298				165	461	672	626	48,2%
3	1295				164	460	671	624	48,2%
4	1295				164	460	671	624	48,2%
5	1296				164	460	672	624	48,1%
6	1313				166	463	684	629	47,9%
7	S/ registro								
8	1400				168	464	690	710	50,7%
9	1417				174	470	696	721	50,9%
10	1418				175	470	696	722	50,9%
11	1418				175	470	696	722	50,9%
12	1408				175	465	691	717	50,9%
13	1399				172	461	685	714	51,0%
14	1386				172	457	677	709	51,2%
15	1367				168	453	665	702	51,4%
16	1349				167	450	653	696	51,6%
17	1349				167	450	653	696	51,6%
18	1348				167	449	653	695	51,6%
19	1351				166	451	654	697	51,6%
20	S/ registro								
21	1340				165	448	645	695	51,9%
22	1348				165	448	653	695	51,6%
23	1370				166	449	674	696	50,8%
24	1369				166	449	673	696	50,8%
25	1369				166	449	673	696	50,8%
26	1397				169	454	689	708	50,7%
27	1418				169	452	712	706	49,8%
28	1435				168	450	733	702	48,9%
29	1452				167	449	751	701	48,3%
30	1466				167	447	768	698	47,6%
31	1467				167	447	769	698	47,6%
Média	1374,4				168,0	455,9	686,4	688,0	50,1%
Acesso: 23/10/2013 – 17:54 às 18:37									

Unidade Penal: PCE		Capacidade:		1480					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	1466				166	447	769	697	47,5%
2	1466				167	448	768	698	47,6%
3	1464				167	446	768	696	47,5%
4	1459				165	446	764	695	47,6%
5	1459				164	446	764	695	47,6%
6	1461				164	445	764	697	47,7%
7	1461				164	445	764	697	47,7%
8	1460				164	445	763	697	47,7%
9	1458				161	443	765	693	47,5%
10	1462				164	444	765	697	47,7%
11	1449				160	440	760	689	47,6%
12	1447				159	439	761	686	47,4%
13	1435				157	433	759	676	47,1%
14	1413				148	424	757	656	46,4%
15	1410				148	423	755	655	46,5%
16	1422				146	426	768	654	46,0%
17	1424				145	424	773	651	45,7%
18	1432				141	423	783	649	45,3%
19	1444				141	418	796	648	44,9%
20	1442				144	414	795	647	44,9%
21	S/ registro								
22	1453				146	417	800	653	44,9%
23	1451				146	417	799	652	44,9%
24	1444				145	417	794	650	45,0%
25	1432				145	408	789	643	44,9%
26	1444				147	412	794	650	45,0%
27	1432				145	405	789	643	44,9%
28	1431				145	405	788	643	44,9%
29	1432				145	406	788	644	45,0%
30	1430				145	405	787	643	45,0%
Média	1444,2				153,2	428,0	775,5	668,8	46,3%
Acesso: 23/10/2013 – 18: 44 às 19:06									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	377				10,2	136,9	229,9	147,1	39,0%
abril	379,4				20,1	136,1	223,3	156,1	41,1%
maio	374,7				22,8	126,8	222	152,7	40,8%
junho	368,3				21,9	121,3	219,5	148,8	40,4%
julho	375,1				22,8	114,8	229,5	145,6	38,8%
agosto	353				17	99,3	227,6	125,4	35,5%
setembro	350,5				16,1	93,6	227,5	123	35,1%
Média	368,3				18,7	118,4	225,6	142,7	38,7%

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	372				6	136	230	142	38,2%
2	372				6	136	230	142	38,2%
3	372				6	136	230	142	38,2%
4	373				6	136	231	142	38,1%
5	373				6	136	231	142	38,1%
6	373				6	136	231	142	38,1%
7	375				6	136	233	142	37,9%
8	375				6	135	234	141	37,6%
9	375				6	135	234	141	37,6%
10	375				6	135	234	141	37,6%
11	375				6	135	234	141	37,6%
12	373				6	134	233	140	37,5%
13	374				6	135	233	141	37,7%
14	374				6	135	233	141	37,7%
15	367				6	134	227	140	38,1%
16	367				6	134	227	140	38,1%
17	367				6	134	227	140	38,1%
18	370				6	136	228	142	38,4%
19	389				16	141	232	157	40,4%
20	388				16	140	232	156	40,2%
21	387				16	140	231	156	40,3%
22	386				16	139	231	155	40,2%
23	386				16	139	231	155	40,2%
24	386				16	139	231	155	40,2%
25	382				16	139	227	155	40,6%
26	381				16	139	226	155	40,7%
27	381				16	139	226	155	40,7%
28	380				16	139	225	155	40,8%
29	380				16	139	225	155	40,8%
30	380				16	139	225	155	40,8%
31	380				16	139	225	155	40,8%
Média	377,0				10,2	136,9	229,9	147,1	39,0%
Acesso: 27/10/2013 – 13:15 às 13:27									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	380				15	139	226	154	40,5%
2	380				16	139	225	155	40,8%
3	380				16	139	225	155	40,8%
4	380				16	139	225	155	40,8%
5	380				16	139	225	155	40,8%
6	380				16	139	225	155	40,8%
7	380				16	139	225	155	40,8%
8	380				16	139	225	155	40,8%
9	377				16	139	222	155	41,1%
10	379				16	139	224	155	40,9%
11	379				20	136	223	156	41,2%
12	378				20	135	223	155	41,0%
13	378				20	135	223	155	41,0%
14	378				20	135	223	155	41,0%
15	378				20	135	223	155	41,0%
16	378				20	135	223	155	41,0%
17	377				20	135	222	155	41,1%
18	376				20	134	222	154	41,0%
19	371				20	132	219	152	41,0%
20	371				20	132	219	152	41,0%
21	371				20	132	219	152	41,0%
22	371				20	132	219	152	41,0%
23	384				23	137	224	160	41,7%
24	385				25	136	224	161	41,8%
25	386				26	135	225	161	41,7%
26	385				26	135	224	161	41,8%
27	385				26	135	224	161	41,8%
28	385				26	135	224	161	41,8%
29	383				25	135	223	160	41,8%
30	388				26	136	226	162	41,8%
Média	379,4				20,1	136,1	223,3	156,1	41,1%
Acesso: 27/10/2013 – 13:28 às 13:38									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	388				26	136	226	162	41,8%
2	394			2	27	136	229	165	41,9%
3	388			2	26	134	226	162	41,8%
4	388			2	26	134	226	162	41,8%
5	388			2	26	134	226	162	41,8%
6	388			2	26	134	226	162	41,8%
7	386			2	23	134	227	159	41,2%
8	384			2	23	133	226	158	41,1%
9	383			4	22	131	226	157	41,0%
10	383			4	22	131	226	157	41,0%
11	383			4	22	131	226	157	41,0%
12	383			4	22	131	226	157	41,0%
13	383			4	22	131	226	157	41,0%
14	383			4	22	131	226	157	41,0%
15	378			4	23	127	224	154	40,7%
16	374			4	23	125	222	152	40,6%
17	370			5	21	125	219	151	40,8%
18	370			5	21	125	219	151	40,8%
19	370			5	21	125	219	151	40,8%
20	332			4	20	108	200	132	39,8%
21	351			3	22	118	208	143	40,7%
22	368			3	22	121	222	146	39,7%
23	368			3	22	122	221	147	39,9%
24	368			3	22	122	221	147	39,9%
25	368			3	22	122	221	147	39,9%
26	368			3	22	122	221	147	39,9%
27	368			3	22	122	221	147	39,9%
28	367			3	22	122	220	147	40,1%
29	365			3	22	121	219	146	40,0%
30	365			3	22	121	219	146	40,0%
31	365			3	22	121	219	146	40,0%
Média	374,7				22,8	126,8	222,0	152,7	40,7%
Acesso: 27/10/2013 – 13:40 às 13:51									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	365			3	22	121	219	146	40,0%
2	365			3	22	121	219	146	40,0%
3	365			3	22	121	219	146	40,0%
4	364			3	22	121	218	146	40,1%
5	364			3	22	121	218	146	40,1%
6	365			5	22	120	218	147	40,3%
7	365			5	22	120	218	147	40,3%
8	364			5	22	119	218	146	40,1%
9	364			5	22	119	218	146	40,1%
10	363			5	22	118	218	145	39,9%
11	370			5	22	122	221	149	40,3%
12	370			5	22	122	221	149	40,3%
13	370			5	22	122	221	149	40,3%
14	368			5	22	121	220	148	40,2%
15	368			5	22	121	220	148	40,2%
16	368			5	22	121	220	148	40,2%
17	369			5	22	122	220	149	40,4%
18	369			5	22	122	220	149	40,4%
19	364			5	22	119	218	146	40,1%
20	363			7	21	118	217	146	40,2%
21	370			7	22	122	219	151	40,8%
22	370			7	22	122	219	151	40,8%
23	370			7	22	122	219	151	40,8%
24	370			6	22	122	220	150	40,5%
25	376			6	22	125	223	153	40,7%
26	376			7	22	125	222	154	41,0%
27	376			8	22	125	221	155	41,2%
28	377			10	22	124	221	156	41,4%
29	371			9	21	121	220	151	40,7%
30	371			9	21	121	220	151	40,7%
Média	368,3				21,9	121,3	219,5	148,8	40,4%
Acesso: 27/10/2013 – 13:52 às 14:04									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	371			9	21	121	220	151	40,7%
2	396			9	26	125	236	160	40,4%
3	396			8	26	125	237	159	40,2%
4	395			8	26	124	237	158	40,0%
5	375			9	24	114	228	147	39,2%
6	375			9	24	114	228	147	39,2%
7	375			9	24	114	228	147	39,2%
8	371			9	24	114	224	147	39,6%
9	368			9	24	113	222	146	39,7%
10	375			9	25	116	225	150	40,0%
11	367			6	25	115	221	146	39,8%
12	381			6	26	117	232	149	39,1%
13	381			6	26	117	232	149	39,1%
14	381			6	26	117	232	149	39,1%
15	382			7	26	117	232	150	39,3%
16	380			7	24	117	232	148	38,9%
17	380			7	24	117	232	148	38,9%
18	379			7	23	117	232	147	38,8%
19	379			8	23	117	231	148	39,1%
20	379			8	23	117	231	148	39,1%
21	379			8	23	117	231	148	39,1%
22	378			8	23	117	230	148	39,2%
23	379			8	23	118	230	149	39,3%
24	377			8	23	118	228	149	39,5%
25	384		3	7	23	118	233	151	39,3%
26	357		2	6	17	104	228	129	36,1%
27	357		2	6	17	104	228	129	36,1%
28	357		2	6	17	104	228	129	36,1%
29	358		2	6	17	104	229	129	36,0%
30	358		2	6	17	104	229	129	36,0%
31	358		2	6	17	104	229	129	36,0%
Média	375,1				22,8	114,8	229,5	145,6	38,8%
Acesso: 27/10/2013 – 14:07 às 14:18									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	356		2	6	17	102	229	127	35,7%
2	355		2	6	17	101	229	126	35,5%
3	355		2	6	17	101	229	126	35,5%
4	355		2	6	17	101	229	126	35,5%
5	357		2	7	17	101	230	127	35,6%
6	357		2	7	17	101	230	127	35,6%
7	s/registro								
8	352		1	7	17	100	227	125	35,5%
9	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
10	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
11	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
12	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
13	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
14	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
15	351		2	7	17	100	225	126	35,9%
16	350		1	7	17	100	225	125	35,7%
17	350		2	7	17	99	225	125	35,7%
18	350		2	7	17	99	225	125	35,7%
19	356		2	8	17	100	229	127	35,7%
20	s/registro								
21	353		2	8	17	99	227	126	35,7%
22	353		2	8	17	99	227	126	35,7%
23	355		2	8	17	98	230	125	35,2%
24	355		2	8	17	98	230	125	35,2%
25	355		2	8	17	98	230	125	35,2%
26	355		2	8	17	98	230	125	35,2%
27	354		2	8	17	97	230	124	35,0%
28	353		2	8	17	97	229	124	35,1%
29	353		2	8	18	97	228	125	35,4%
30	354		3	8	17	97	229	125	35,3%
31	354		3	8	17	97	229	125	35,3%
Média	353,0				17,0	99,3	227,6	125,4	35,5%
Acesso: 27/10/2013 – 14:21 às 14:33									

Unidade Penal: PEM		Capacidade:		374					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	354		3	8	17	97	229	125	35,3%
2	354		3	8	17	97	229	125	35,3%
3	354		4	8	17	97	228	126	35,6%
4	354		4	8	17	97	228	126	35,6%
5	354		4	8	17	97	228	126	35,6%
6	352		4	8	17	96	227	125	35,5%
7	352		4	8	17	96	227	125	35,5%
8	352		4	8	17	96	227	125	35,5%
9	353		4	8	17	96	228	125	35,4%
10	347		4	9	16	96	222	125	36,0%
11	348		4	9	16	95	224	124	35,6%
12	347		4	9	16	94	224	123	35,4%
13	346		4	9	16	93	224	122	35,3%
14	346		4	9	16	93	224	122	35,3%
15	347		4	9	16	93	225	122	35,2%
16	355		5	9	17	93	231	124	34,9%
17	353		5	9	16	93	230	123	34,8%
18	354		5	9	16	93	231	123	34,7%
19	351		5	9	16	91	230	121	34,5%
20	350		5	9	16	91	229	121	34,6%
21	s/registro								
22	349		5	9	16	91	228	121	34,7%
23	349		5	9	16	91	228	121	34,7%
24	349		5	9	16	91	228	121	34,7%
25	349		5	9	16	91	228	121	34,7%
26	350		5	9	16	92	228	122	34,9%
27	349		5	9	16	91	228	121	34,7%
28	349	1	5	10	14	91	228	121	34,7%
29	349	1	5	10	14	91	228	121	34,7%
30	348	2	5	9	14	90	228	120	34,5%
Média	350,5				16,1	93,6	227,5	123,0	35,1%
Acesso: 27/10/2013 – 14:37 às 14:51									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	556,1				63,9	141	351,4	204,7	36,8%
abril	546,4				61,6	134,7	350,2	196,2	35,9%
maio	543,6				66,6	129,2	343,8	199,8	36,8%
junho	548,6				65,6	123	343,7	204,9	37,3%
julho	549,9				59,1	117,2	339,9	210	38,2%
agosto	588,5				56,1	117,5	361,1	227,4	38,6%
setembro	594,6				54	113,7	361,4	233,2	39,2%
Média	561,1				61,0	125,2	350,2	210,9	37,6%

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	559				59	151	356	203	36,3%
2	556				59	145	352	204	36,7%
3	556				59	145	352	204	36,7%
4	555				59	145	351	204	36,8%
5	559				59	145	355	204	36,5%
6	557				59	144	354	203	36,4%
7	557				62	142	353	204	36,6%
8	558				63	142	353	205	36,7%
9	558				63	142	353	205	36,7%
10	558				63	142	353	205	36,7%
11	565				65	144	356	209	37,0%
12	559				63	143	353	206	36,9%
13	560				65	141	354	206	36,8%
14	556				65	140	351	205	36,9%
15	555				65	140	350	205	36,9%
16	555				65	140	350	205	36,9%
17	555				65	140	350	205	36,9%
18	553				65	139	349	204	36,9%
19	557				65	140	352	205	36,8%
20	556				66	140	350	206	37,1%
21	556				66	140	350	206	37,1%
22	557				66	140	351	206	37,0%
23	557				66	140	351	206	37,0%
24	556				66	140	350	206	37,1%
25	557				66	140	351	206	37,0%
26	557				66	140	351	206	37,0%
27	555				67	138	350	205	36,9%
28	550				66	136	348	202	36,7%
29	550				66	136	348	202	36,7%
30	550				66	136	348	202	36,7%
31	550				66	136	348	202	36,7%
Média	556,1				63,9	141,0	351,4	204,7	36,8%
Acesso: 25/10/2013 – 11:45 às 11:59									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	555				61	140	354	201	36,2%
2	557				61	141	355	202	36,3%
3	554				59	140	355	199	35,9%
4	555				59	141	355	200	36,0%
5	549				59	140	350	199	36,2%
6	548				59	140	349	199	36,3%
7	549				59	140	350	199	36,2%
8	549				59	140	350	199	36,2%
9	545				59	138	348	197	36,1%
10	541				59	134	348	193	35,7%
11	540				60	133	347	193	35,7%
12	546				61	133	352	194	35,5%
13	546				61	133	352	194	35,5%
14	546				61	133	353	193	35,3%
15	546				61	133	353	193	35,3%
16	546				61	133	353	193	35,3%
17	543				61	133	349	194	35,7%
18	543				63	133	347	196	36,1%
19	542				62	133	347	195	36,0%
20	542				62	133	347	195	36,0%
21	542				62	133	347	195	36,0%
22	542				62	133	347	195	36,0%
23	542				64	131	347	195	36,0%
24	544				64	131	349	195	35,8%
25	545				64	131	350	195	35,8%
26	546				64	131	351	195	35,7%
27	547				65	131	351	196	35,8%
28	547				65	131	351	196	35,8%
29	550			1	67	131	351	199	36,2%
30	546			1	65	133	347	199	36,4%
Média	546,4				61,6	134,7	350,2	196,3	35,9%
Acesso: 25/10/2013 – 12:00 às 12:14									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	542			1	65	133	343	199	36,7%
2	543			2	68	133	340	203	37,4%
3	542			2	64	134	342	200	36,9%
4	542			2	64	134	342	200	36,9%
5	543			2	64	134	343	200	36,8%
6	539			2	63	133	341	198	36,7%
7	538			2	63	133	340	198	36,8%
8	539			3	64	132	340	199	36,9%
9	541			3	64	131	343	198	36,6%
10	537			3	66	129	339	198	36,9%
11	537			3	66	129	339	198	36,9%
12	537			3	66	129	339	198	36,9%
13	539			3	67	129	340	199	36,9%
14	540			3	67	130	340	200	37,0%
15	538			5	67	129	337	201	37,4%
16	549			5	67	129	348	201	36,6%
17	552			5	68	129	350	202	36,6%
18	551			5	68	129	349	202	36,7%
19	551			5	68	129	349	202	36,7%
20	551			5	68	129	349	202	36,7%
21	552			5	69	130	348	204	37,0%
22	551			5	68	127	351	200	36,3%
23	550			5	68	127	350	200	36,4%
24	545			5	67	125	348	197	36,1%
25	545			5	68	125	347	198	36,3%
26	545			5	68	125	347	198	36,3%
27	546			5	68	125	348	198	36,3%
28	550			5	68	127	350	200	36,4%
29	540			7	68	126	339	201	37,2%
30	539			7	68	125	339	200	37,1%
31	539			7	68	125	339	200	37,1%
Média	543,6				66,6	129,2	343,8	199,8	36,8%
Acesso: 25/10/2013 – 12:15 às 12:30									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	539			7	68	125	339	200	37,1%
2	539			7	68	125	339	200	37,1%
3	539			7	68	125	339	200	37,1%
4	539			10	67	122	340	199	36,9%
5	538			11	66	121	340	198	36,8%
6	545			11	67	122	345	200	36,7%
7	546			11	67	122	346	200	36,6%
8	546			11	67	122	346	200	36,6%
9	546			11	67	122	346	200	36,6%
10	546			11	67	122	346	200	36,6%
11	539			11	67	121	340	199	36,9%
12	540			12	65	121	342	198	36,7%
13	544			17	64	121	342	202	37,1%
14	557			17	65	124	351	206	37,0%
15	557			17	65	124	351	206	37,0%
16	557			17	65	124	351	206	37,0%
17	556			19	66	125	346	210	37,8%
18	556			19	67	125	345	211	37,9%
19	555			19	67	125	344	211	38,0%
20	553			23	64	125	341	212	38,3%
21	554			22	65	124	343	211	38,1%
22	553			22	65	124	342	211	38,2%
23	553			22	65	124	342	211	38,2%
24	553			22	64	125	342	211	38,2%
25	549			20	64	124	341	208	37,9%
26	550			21	64	122	343	207	37,6%
27	554			21	65	122	346	208	37,5%
28	553			23	64	122	344	209	37,8%
29	550			23	63	120	344	206	37,5%
30	551			23	63	121	344	207	37,6%
Média	548,6				65,6	123,0	343,7	204,9	37,3%
Acesso: 25/10/2013 – 12:32 às 12:47									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	550			23	63	121	343	207	37,6%
2	548			24	62	121	341	207	37,8%
3	548			24	62	121	341	207	37,8%
4	543			24	62	120	337	206	37,9%
5	543			29	61	120	333	210	38,7%
6	543			29	61	120	333	210	38,7%
7	543			29	61	120	333	210	38,7%
8	548			30	60	120	338	210	38,3%
9	546			30	60	119	337	209	38,3%
10	544			29	59	119	337	207	38,1%
11	547			29	59	119	340	207	37,8%
12	544			29	60	117	338	206	37,9%
13	545			29	60	117	339	206	37,8%
14	545			29	60	117	339	206	37,8%
15	546			30	60	117	339	207	37,9%
16	547		1	34	60	117	335	212	38,8%
17	550		1	36	59	116	338	212	38,5%
18	543		1	36	58	116	332	211	38,9%
19	543		2	38	58	117	328	215	39,6%
20	543		2	38	58	117	328	215	39,6%
21	543		2	38	58	117	328	215	39,6%
22	547		2	37	58	117	333	214	39,1%
23	547		2	37	58	117	333	214	39,1%
24	544		2	37	58	115	332	212	39,0%
25	549		2	40	58	114	335	214	39,0%
26	567		2	37	56	114	358	209	36,9%
27	566		2	37	56	114	357	209	36,9%
28	567		2	38	56	114	357	210	37,0%
29	567		2	37	57	113	358	209	36,9%
30	570		3	39	57	113	358	212	37,2%
31	570		3	39	57	113	358	212	37,2%
Média	549,9				59,1	117,2	339,9	210,0	38,2%
Acesso: 25/10/2013 – 12:49 às 13:07									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	568		4	42	57	110	355	213	37,5%
2	589		5	45	59	121	359	230	39,0%
3	589		5	45	59	121	359	230	39,0%
4	589		5	45	59	121	359	230	39,0%
5	588		5	46	59	121	357	231	39,3%
6	588		5	46	59	121	357	231	39,3%
7	s/registro								
8	587		9	45	55	118	360	227	38,7%
9	585		9	45	54	118	359	226	38,6%
10	586		9	44	54	117	362	224	38,2%
11	586		9	44	54	117	362	224	38,2%
12	588		9	44	55	117	363	225	38,3%
13	586		9	44	55	115	363	223	38,1%
14	589		9	45	55	116	364	225	38,2%
15	588		9	45	55	116	363	225	38,3%
16	588		10	43	55	117	363	225	38,3%
17	588		10	43	55	117	363	225	38,3%
18	588		10	43	55	117	363	225	38,3%
19	587		10	43	56	116	362	225	38,3%
20	s/registro								
21	590		10	44	57	117	362	228	38,6%
22	592		11	45	56	119	361	231	39,0%
23	590		11	45	56	117	361	229	38,8%
24	590		11	45	56	117	361	229	38,8%
25	590		11	45	56	117	361	229	38,8%
26	590		11	45	56	117	361	229	38,8%
27	595		11	45	57	118	364	231	38,8%
28	593		11	45	57	118	362	231	39,0%
29	593		11	44	57	118	363	230	38,8%
30	593		15	44	55	117	362	231	39,0%
31	594		16	44	55	117	362	232	39,1%
Média	588,5				56,1	117,5	361,1	227,4	38,6%
Acesso: 25/10/2013 – 13:08 às 13:26									

Unidade Penal: PEL		Capacidade:		518					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	594		16	44	55	117	362	232	39,1%
2	595		16	44	55	117	363	232	39,0%
3	592		16	44	54	117	361	231	39,0%
4	593		17	44	54	117	361	232	39,1%
5	591		17	44	54	116	360	231	39,1%
6	594		16	44	55	115	364	230	38,7%
7	594		16	44	55	115	364	230	38,7%
8	594		16	44	55	115	364	230	38,7%
9	591		16	44	55	113	363	228	38,6%
10	593		20	44	54	114	361	232	39,1%
11	594		20	45	55	115	359	235	39,6%
12	593		21	45	55	112	360	233	39,3%
13	592		21	45	55	112	359	233	39,4%
14	592		21	45	55	112	359	233	39,4%
15	592		21	45	55	112	359	233	39,4%
16	591		21	45	54	112	359	232	39,3%
17	594		21	46	54	113	360	234	39,4%
18	593		21	46	54	113	359	234	39,5%
19	593		21	46	54	113	359	234	39,5%
20	593		21	46	54	113	359	234	39,5%
21	s/ registro								
22	596		21	46	54	115	360	236	39,6%
23	597		21	46	53	115	362	235	39,4%
24	595		24	45	52	112	362	233	39,2%
25	596		27	44	52	112	361	235	39,4%
26	600		27	45	53	111	364	236	39,3%
27	598		25	45	53	112	363	235	39,3%
28	601		25	46	53	112	365	236	39,3%
29	601		25	46	53	112	365	236	39,3%
30	602	2	25	45	53	112	365	237	39,4%
Média	594,6				54,0	113,7	361,4	233,2	39,2%
Acesso: 25/10/2013 – 13:28 às 13:45									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	414				7,5	136,9	269,6	144,4	34,9%
abril	412,9				10,2	138,3	264,3	148,6	36,0%
maio	413,7				11,4	139,3	263	150,7	36,4%
junho	416,9				13	135	268,9	148	35,5%
julho	415,3				13,8	132,4	267	148,3	35,7%
agosto	419,2				14,7	132,1	269,4	149,8	35,7%
setembro	421,7				14,8	130,5	271	150,7	35,7%
Média	416,2				12,2	134,9	267,6	148,6	35,7%

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	412				6	137	269	143	34,7%
2	412				6	137	269	143	34,7%
3	412				6	137	269	143	34,7%
4	412				6	137	269	143	34,7%
5	411				6	137	268	143	34,8%
6	411				6	137	268	143	34,8%
7	411				6	137	268	143	34,8%
8	412				7	137	268	144	35,0%
9	412				7	137	268	144	35,0%
10	412				7	137	268	144	35,0%
11	415				8	138	270	145	34,9%
12	415				7	136	272	143	34,5%
13	415				7	136	272	143	34,5%
14	414				7	136	271	143	34,5%
15	414				7	136	271	143	34,5%
16	414				7	136	271	143	34,5%
17	414				7	136	271	143	34,5%
18	407				7	135	265	142	34,9%
19	416				7	139	270	146	35,1%
20	416				8	138	270	146	35,1%
21	416				8	138	270	146	35,1%
22	416				8	137	271	145	34,9%
23	416				8	137	271	145	34,9%
24	416				8	137	271	145	34,9%
25	416				8	137	271	145	34,9%
26	416				10	137	269	147	35,3%
27	416				10	137	269	147	35,3%
28	416				10	137	269	147	35,3%
29	416				10	137	269	147	35,3%
30	416				10	137	269	147	35,3%
31	416				8	137	271	145	34,9%
Média	414,0				7,5	136,9	269,6	144,4	34,9%
Acesso: 28/10/2013 – 16:32 às 16:56									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	416				10	137	269	147	35,3%
2	416				10	137	269	147	35,3%
3	415				10	137	268	147	35,4%
4	415				10	137	268	147	35,4%
5	416				10	137	269	147	35,3%
6	416				10	137	269	147	35,3%
7	416				10	137	269	147	35,3%
8	416				10	137	269	147	35,3%
9	416				10	137	269	147	35,3%
10	416				10	137	269	147	35,3%
11	416				10	137	269	147	35,3%
12	404				10	138	256	148	36,6%
13	404				10	138	256	148	36,6%
14	404				10	138	256	148	36,6%
15	409				10	138	261	148	36,2%
16	409				10	138	261	148	36,2%
17	411				10	138	263	148	36,0%
18	411				10	138	263	148	36,0%
19	413				10	139	264	149	36,1%
20	413				10	139	264	149	36,1%
21	413				10	139	264	149	36,1%
22	413				10	139	264	149	36,1%
23	413				10	139	264	149	36,1%
24	413				11	140	262	151	36,6%
25	413				11	140	262	151	36,6%
26	413				11	140	262	151	36,6%
27	413				11	140	262	151	36,6%
28	413				11	140	262	151	36,6%
29	413				11	140	262	151	36,6%
30	417				11	141	265	152	36,5%
Média	412,9				10,2	138,3	264,3	148,5	36,0%
Acesso: 28/10/2013 – 17:03 às 17:14									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	417				11	141	265	152	36,5%
2	416				11	141	264	152	36,5%
3	416				11	141	264	152	36,5%
4	416				11	141	264	152	36,5%
5	416				11	141	264	152	36,5%
6	416				11	141	264	152	36,5%
7	416				11	141	264	152	36,5%
8	416				11	141	264	152	36,5%
9	416				11	141	264	152	36,5%
10	416				11	141	264	152	36,5%
11	416				11	141	264	152	36,5%
12	416				11	141	264	152	36,5%
13	416				11	141	264	152	36,5%
14	416				11	141	264	152	36,5%
15	414				11	141	262	152	36,7%
16	414				11	141	262	152	36,7%
17	413				11	141	261	152	36,8%
18	413				11	141	261	152	36,8%
19	413				11	141	261	152	36,8%
20	413				11	141	261	152	36,8%
21	413				11	141	261	152	36,8%
22	414				11	141	262	152	36,7%
23	391				11	132	248	143	36,6%
24	402				12	133	257	145	36,1%
25	402				12	133	257	145	36,1%
26	402				12	133	257	145	36,1%
27	418				13	137	268	150	35,9%
28	419				13	137	269	150	35,8%
29	420				13	137	270	150	35,7%
30	420				13	137	270	150	35,7%
31	418				13	137	268	150	35,9%
Média	413,7				11,4	139,3	263,0	150,7	36,4%
Acesso: 28/10/2013 – 17:17 às 17:25									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	418				13	137	268	150	35,9%
2	418				13	137	268	150	35,9%
3	419				13	137	269	150	35,8%
4	418				13	136	269	149	35,6%
5	418				13	136	269	149	35,6%
6	418				13	136	269	149	35,6%
7	420				13	136	271	149	35,5%
8	420				13	136	271	149	35,5%
9	420				13	136	271	149	35,5%
10	420				13	136	271	149	35,5%
11	420				13	136	271	149	35,5%
12	415				13	134	268	147	35,4%
13	415				13	134	268	147	35,4%
14	416				13	134	269	147	35,3%
15	416				13	134	269	147	35,3%
16	416				13	134	269	147	35,3%
17	416				13	134	269	147	35,3%
18	415				13	134	268	147	35,4%
19	415				13	134	268	147	35,4%
20	415				13	134	268	147	35,4%
21	414				13	134	267	147	35,5%
22	414				13	134	267	147	35,5%
23	414				13	134	267	147	35,5%
24	414				13	134	267	147	35,5%
25	414				13	134	267	147	35,5%
26	417				13	135	269	148	35,5%
27	418				13	136	269	149	35,6%
28	418				13	135	270	148	35,4%
29	418				13	135	270	148	35,4%
30	418				13	135	270	148	35,4%
Média	416,9				13,0	135,0	268,9	148,0	35,5%
Acesso: 28/10/2013 – 17:27 às 17:37									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	418				13	135	270	148	35,4%
2	422			1	13	136	272	150	35,5%
3	422			1	13	136	272	150	35,5%
4	418			1	13	134	270	148	35,4%
5	418			1	13	134	270	148	35,4%
6	418			1	13	134	270	148	35,4%
7	418			1	13	134	270	148	35,4%
8	418			1	13	134	270	148	35,4%
9	414			1	13	133	267	147	35,5%
10	419			1	13	135	270	149	35,6%
11	414			1	13	133	267	147	35,5%
12	414			1	13	133	267	147	35,5%
13	414			1	13	133	267	147	35,5%
14	414			1	13	133	267	147	35,5%
15	413			3	15	132	263	150	36,3%
16	413			3	15	132	263	150	36,3%
17	413			3	15	132	263	150	36,3%
18	408			3	15	130	260	148	36,3%
19	411			3	15	130	263	148	36,0%
20	411			3	15	130	263	148	36,0%
21	411			3	15	130	263	148	36,0%
22	411			3	14	130	264	147	35,8%
23	411			3	14	130	264	147	35,8%
24	411			3	14	130	264	147	35,8%
25	411			3	14	130	264	147	35,8%
26	419			3	14	132	270	149	35,6%
27	419			3	14	132	270	149	35,6%
28	419			3	14	132	270	149	35,6%
29	420			3	14	132	271	149	35,5%
30	416			3	14	132	267	149	35,8%
31	416			3	14	132	267	149	35,8%
Média	415,3				13,8	132,4	267,0	148,3	35,7%
Acesso: 28/10/2013 – 17:41 às 17:52									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	412			3	14	132	263	149	36,2%
2	413			3	14	132	264	149	36,1%
3	413			3	14	132	264	149	36,1%
4	413			3	14	132	264	149	36,1%
5	414			3	14	132	265	149	36,0%
6	414			3	14	132	265	149	36,0%
7	s/registro								
8	414			3	14	132	265	149	36,0%
9	418			3	14	132	269	149	35,6%
10	418			3	14	132	269	149	35,6%
11	418			3	14	132	269	149	35,6%
12	419			3	14	133	269	150	35,8%
13	418			3	14	132	269	149	35,6%
14	420			3	15	132	270	150	35,7%
15	422			3	15	132	272	150	35,5%
16	423			3	15	133	272	151	35,7%
17	423			3	15	133	272	151	35,7%
18	423			3	15	133	272	151	35,7%
19	423			3	15	133	272	151	35,7%
20	s/registro								
21	422			3	15	133	271	151	35,8%
22	422			3	15	132	272	150	35,5%
23	422			3	15	132	272	150	35,5%
24	422			3	15	132	272	150	35,5%
25	422			3	15	132	272	150	35,5%
26	422			3	15	132	272	150	35,5%
27	421			3	15	131	272	149	35,4%
28	421			3	16	131	271	150	35,6%
29	421			3	16	131	271	150	35,6%
30	422			3	16	132	271	151	35,8%
31	422			3	16	132	271	151	35,8%
Média	419,2				14,7	132,1	269,4	149,8	35,7%
Acesso: 28/10/2013 – 17:58 às 18:09									

Unidade Penal: PEPG		Capacidade:		432					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	422			3	16	132	271	151	35,8%
2	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
3	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
4	421		1	3	15	132	270	151	35,9%
5	421		1	3	15	132	270	151	35,9%
6	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
7	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
8	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
9	422		1	3	15	132	271	151	35,8%
10	423		1	3	15	132	272	151	35,7%
11	423		1	3	15	132	272	151	35,7%
12	424		2	3	15	133	271	153	36,1%
13	419		2	3	15	129	270	149	35,6%
14	419		2	3	15	129	270	149	35,6%
15	419		2	3	15	129	270	149	35,6%
16	419		2	3	15	129	270	149	35,6%
17	419		2	3	15	129	270	149	35,6%
18	419		2	4	15	128	270	149	35,6%
19	419		2	4	15	128	270	149	35,6%
20	419		2	4	15	128	270	149	35,6%
21	s/registro								
22	419		2	4	15	128	270	149	35,6%
23	424		2	4	15	131	272	152	35,8%
24	424		2	4	15	131	272	152	35,8%
25	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
26	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
27	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
28	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
29	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
30	424		4	4	14	130	272	152	35,8%
Média	421,7				14,8	130,5	271,0	150,7	35,7%
Acesso: 28/10/2013 – 18:10 às 18:21									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	238,7				10,1	70,7	157,9	80,8	33,9%
abril	239				15,1	67,3	156,7	82,3	34,4%
maio	237,6				15,6	66,3	153,4	84,2	35,4%
junho	238,6				14,7	66	153	85,6	35,9%
julho	238,7				16	65	150,3	88,4	37,0%
agosto	238,7				17,9	64,7	148,9	89,8	37,6%
setembro	233,5				16,1	58,6	150,4	83,1	35,6%
Média	237,8				15,1	65,5	152,9	84,9	35,7%

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	242				9	73	160	82	33,9%
2	240				9	72	159	81	33,8%
3	240				9	72	159	81	33,8%
4	240				9	72	159	81	33,8%
5	240				9	72	159	81	33,8%
6	238				9	71	158	80	33,6%
7	238				9	71	158	80	33,6%
8	241				9	71	161	80	33,2%
9	241				9	71	161	80	33,2%
10	241				9	71	161	80	33,2%
11	235				9	71	155	80	34,0%
12	235				9	71	155	80	34,0%
13	236				9	71	156	80	33,9%
14	236				9	71	156	80	33,9%
15	239				9	71	159	80	33,5%
16	239				9	71	159	80	33,5%
17	239				9	71	159	80	33,5%
18	239				10	70	159	80	33,5%
19	239				10	70	159	80	33,5%
20	238				11	70	157	81	34,0%
21	238				11	70	157	81	34,0%
22	238				11	70	157	81	34,0%
23	238				11	70	157	81	34,0%
24	238				11	70	157	81	34,0%
25	239				12	70	157	82	34,3%
26	239				12	70	157	82	34,3%
27	239				12	70	157	82	34,3%
28	239				12	70	157	82	34,3%
29	239				12	70	157	82	34,3%
30	239				12	70	157	82	34,3%
31	239				12	70	157	82	34,3%
Média	238,7				10,1	70,7	157,9	80,8	33,8%
Acesso: 30/10/2013 – 13:44 às 13:58									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	239				12	70	157	82	34,3%
2	239				12	70	157	82	34,3%
3	239				12	70	157	82	34,3%
4	239				12	70	157	82	34,3%
5	240				12	70	158	82	34,2%
6	240				12	70	158	82	34,2%
7	240				12	70	158	82	34,2%
8	241				16	67	158	83	34,4%
9	241				16	67	158	83	34,4%
10	241				16	67	158	83	34,4%
11	241				16	67	158	83	34,4%
12	240				16	66	158	82	34,2%
13	240				16	66	158	82	34,2%
14	240				16	66	158	82	34,2%
15	240				16	66	158	82	34,2%
16	240				16	66	158	82	34,2%
17	237				16	66	155	82	34,6%
18	240				16	67	157	83	34,6%
19	238				16	67	155	83	34,9%
20	238				16	67	155	83	34,9%
21	238				16	67	155	83	34,9%
22	238				16	67	155	83	34,9%
23	237				16	67	154	83	35,0%
24	237				16	66	155	82	34,6%
25	238				16	66	156	82	34,5%
26	238				16	66	156	82	34,5%
27	238				16	66	156	82	34,5%
28	238				16	66	156	82	34,5%
29	238				16	66	156	82	34,5%
30	238				16	66	156	82	34,5%
Média	239,0				15,1	67,3	156,7	82,3	34,4%
Acesso: 30/10/2013 – 11:08 às 12:21									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	238				16	66	156	82	34,5%
2	238				16	66	156	82	34,5%
3	238				16	66	156	82	34,5%
4	238				16	66	156	82	34,5%
5	238				16	66	156	82	34,5%
6	238				16	66	156	82	34,5%
7	238				16	66	156	82	34,5%
8	235				16	65	154	81	34,5%
9	238				17	66	155	83	34,9%
10	237				17	66	154	83	35,0%
11	237				17	66	154	83	35,0%
12	237				17	66	154	83	35,0%
13	237				17	66	154	83	35,0%
14	237			4	15	66	152	85	35,9%
15	237			4	15	66	152	85	35,9%
16	238			4	15	67	152	86	36,1%
17	238			4	15	67	152	86	36,1%
18	238			4	15	67	152	86	36,1%
19	238			4	15	67	152	86	36,1%
20	238			4	15	67	152	86	36,1%
21	238			4	15	67	152	86	36,1%
22	238			4	15	67	152	86	36,1%
23	239			4	15	68	152	87	36,4%
24	238			4	15	67	152	86	36,1%
25	238			4	15	67	152	86	36,1%
26	238			4	15	67	152	86	36,1%
27	237			4	15	66	152	85	35,9%
28	236			4	15	65	152	84	35,6%
29	238			4	15	66	153	85	35,7%
30	238			4	15	66	153	85	35,7%
31	238			4	15	66	153	85	35,7%
Média	237,6				15,6	66,3	153,4	84,2	35,4%
Acesso: 30/10/2013 – 12:24 às 12:36									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	238			4	15	66	153	85	35,7%
2	238			4	15	66	153	85	35,7%
3	238			4	15	66	153	85	35,7%
4	238			4	15	66	153	85	35,7%
5	238			4	15	66	153	85	35,7%
6	238			4	15	66	153	85	35,7%
7	238			4	15	66	153	85	35,7%
8	238			4	15	66	153	85	35,7%
9	238			4	15	66	153	85	35,7%
10	238			4	15	66	153	85	35,7%
11	239			4	15	67	153	86	36,0%
12	239			4	15	67	153	86	36,0%
13	239			4	15	67	153	86	36,0%
14	239			4	15	67	153	86	36,0%
15	239			4	15	67	153	86	36,0%
16	239			4	15	67	153	86	36,0%
17	239			4	15	67	153	86	36,0%
18	239			4	15	67	153	86	36,0%
19	239			4	15	67	153	86	36,0%
20	239			4	15	67	153	86	36,0%
21	238			7	14	64	153	85	35,7%
22	238			7	14	64	153	85	35,7%
23	238			7	14	64	153	85	35,7%
24	239			7	14	65	153	86	36,0%
25	240			7	14	66	153	87	36,3%
26	240			7	14	66	153	87	36,3%
27	238			7	14	65	152	86	36,1%
28	239			7	14	65	153	86	36,0%
29	239			7	14	65	153	86	36,0%
30	239			7	14	65	153	86	36,0%
Média	238,6				14,7	66,0	153,0	85,6	35,9%
Acesso: 30/10/2013 – 12:38 às 12:49									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	239			7	14	65	153	86	36,0%
2	239			7	15	65	152	87	36,4%
3	238			7	15	65	151	87	36,6%
4	238			7	15	65	151	87	36,6%
5	238			7	15	65	151	87	36,6%
6	238			7	15	65	151	87	36,6%
7	238			7	15	65	151	87	36,6%
8	238			7	15	65	151	87	36,6%
9	238			7	15	65	151	87	36,6%
10	238			7	15	65	151	87	36,6%
11	237			8	15	65	149	88	37,1%
12	238			8	15	65	150	88	37,0%
13	238			8	15	65	150	88	37,0%
14	238			8	15	65	150	88	37,0%
15	239			8	16	65	150	89	37,2%
16	239			8	16	65	150	89	37,2%
17	239			8	16	65	150	89	37,2%
18	240			8	17	65	150	90	37,5%
19	239			8	17	65	149	90	37,7%
20	239			8	17	65	149	90	37,7%
21	239			8	17	65	149	90	37,7%
22	241			8	17	65	151	90	37,3%
23	241			8	17	65	151	90	37,3%
24	238			7	17	65	149	89	37,4%
25	237			6	17	65	149	88	37,1%
26	239			7	17	65	150	89	37,2%
27	239			7	17	65	150	89	37,2%
28	239			7	17	65	150	89	37,2%
29	240			7	17	65	151	89	37,1%
30	240			7	17	65	151	89	37,1%
31	238			7	17	65	149	89	37,4%
Média	238,7				16,0	65,0	150,3	88,4	37,0%
Acesso: 30/10/2013 – 12:51 às 13:03									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	239			7	18	65	149	90	37,7%
2	239			7	18	65	149	90	37,7%
3	239			7	18	65	149	90	37,7%
4	239			7	18	65	149	90	37,7%
5	240			7	18	65	150	90	37,5%
6	239			7	18	64	150	89	37,2%
7	s/registro								
8	238			7	18	64	149	89	37,4%
9	238			7	18	64	149	89	37,4%
10	238			7	18	64	149	89	37,4%
11	238			7	18	64	149	89	37,4%
12	240			7	18	65	150	90	37,5%
13	240			7	18	65	150	90	37,5%
14	240			7	18	65	150	90	37,5%
15	239			7	18	65	149	90	37,7%
16	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
17	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
18	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
19	240		1	6	18	65	150	90	37,5%
20	s/registro								
21	238		1	6	18	64	149	89	37,4%
22	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
23	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
24	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
25	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
26	239		1	6	18	65	149	90	37,7%
27	239		1	7	18	65	148	91	38,1%
28	237		1	7	17	65	147	90	38,0%
29	237		1	7	17	65	147	90	38,0%
30	236		2	6	17	64	147	89	37,7%
31	236		2	6	17	64	147	89	37,7%
Média	238,7				17,9	64,7	148,9	89,8	37,6%
Acesso: 30/10/2013 – 13:05 às 13:17									

Unidade Penal: PIG		Capacidade:		240					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	236		2	6	17	64	147	89	37,7%
2	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
3	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
4	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
5	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
6	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
7	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
8	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
9	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
10	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
11	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
12	237		2	6	17	64	148	89	37,6%
13	236		2	6	17	63	148	88	37,3%
14	236		2	6	17	63	148	88	37,3%
15	236		2	6	17	63	148	88	37,3%
16	227		2	6	17	56	146	81	35,7%
17	220		2	6	15	53	144	76	34,5%
18	228		2	6	15	53	152	76	33,3%
19	229		2	6	15	53	153	76	33,2%
20	228		3	6	15	52	152	76	33,3%
21	s/registro								
22	228		3	6	15	52	152	76	33,3%
23	226		3	6	15	52	150	76	33,6%
24	229		3	6	15	53	152	77	33,6%
25	232		3	6	15	53	155	77	33,2%
26	233		3	6	15	53	156	77	33,0%
27	235		3	6	15	53	158	77	32,8%
28	235		3	6	15	53	158	77	32,8%
29	235		3	6	15	53	158	77	32,8%
30	235		3	6	15	53	158	77	32,8%
Média		233,5			16,1	58,6	150,4	83,0	35,5%
Acesso: 30/10/2013 – 13:19 às 13:30									

Unidade Penal: PFE 2		Capacidade:		924					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	890,8				17,5	212,6	660,7	230,1	25,8%
abril	896,7				26	207,1	653,6	243,1	27,1%
maio	897,2				31,2	199,9	664,1	233,1	26,0%
junho	865,3				42,3	182,2	622,2	243,1	28,1%
julho	859,7				42,3	182,2	622,2	237,5	27,6%
agosto	700,4				44,4	153,1	487,1	213,3	30,5%
setembro	701,9				46,3	148,8	483,2	218,7	31,2%
Média	830,3				35,7	183,7	599,0	231,3	28,0%

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	882				12	210	660	222	25,2%
2	882				12	210	660	222	25,2%
3	882				12	210	660	222	25,2%
4	883				12	210	661	222	25,1%
5	882				12	210	660	222	25,2%
6	884				13	214	657	227	25,7%
7	883				13	214	656	227	25,7%
8	879				14	213	652	227	25,8%
9	880				14	214	652	228	25,9%
10	880				14	214	652	228	25,9%
11	888				14	217	657	231	26,0%
12	887				14	217	656	231	26,0%
13	898				19	215	664	234	26,1%
14	898				19	215	664	234	26,1%
15	898				19	214	665	233	25,9%
16	898				19	214	665	233	25,9%
17	898				19	214	665	233	25,9%
18	897				19	214	664	233	26,0%
19	897				19	214	664	233	26,0%
20	899				19	214	666	233	25,9%
21	898				19	214	665	233	25,9%
22	894				19	213	662	232	26,0%
23	894				19	213	662	232	26,0%
24	893				19	213	661	232	26,0%
25	891				19	212	660	231	25,9%
26	899				21	212	666	233	25,9%
27	896				24	210	662	234	26,1%
28	894				24	209	661	233	26,1%
29	894				24	209	661	233	26,1%
30	894				24	209	661	233	26,1%
31	894				24	209	661	233	26,1%
Média	890,8				17,5	212,6	660,7	230,1	25,8%
Acesso: 25/10/2013 – 16:52: às 17:04									

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	894				25	211	658	236	26,4%
2	890				25	210	655	235	26,4%
3	891				25	209	657	234	26,3%
4	894				25	211	658	236	26,4%
5	893				25	210	658	235	26,3%
6	893				25	210	658	235	26,3%
7	893				25	210	658	235	26,3%
8	891				25	210	656	235	26,4%
9	899				25	211	663	236	26,3%
10	903				25	211	667	236	26,1%
11	902				28	211	663	239	26,5%
12	891				27	205	659	232	26,0%
13	891				27	205	659	232	26,0%
14	891				27	205	659	232	26,0%
15	891				27	205	659	232	26,0%
16	891				27	205	659	232	26,0%
17	902				27	207	668	234	25,9%
18	900				27	206	667	233	25,9%
19	897				26	206	665	232	25,9%
20	896				26	205	665	231	25,8%
21	896				26	205	665	231	25,8%
22	896				26	205	665	231	25,8%
23	894				26	204	664	230	25,7%
24	904				26	205	373	531	58,7%
25	903				26	205	672	231	25,6%
26	903				26	205	672	231	25,6%
27	903				26	205	672	231	25,6%
28	903				26	205	672	231	25,6%
29	903				26	205	672	231	25,6%
30	902				26	205	671	231	25,6%
Média	896,7				26,0	207,1	653,6	243,0	27,1%
Acesso: 25/10/2013 – 18:06 às 18:17									

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	902				26	205	671	231	25,6%
2	901				27	204	670	231	25,6%
3	902				27	205	670	232	25,7%
4	901				27	205	669	232	25,7%
5	901				27	205	669	232	25,7%
6	896				27	203	666	230	25,7%
7	895				28	203	664	231	25,8%
8	905				28	201	676	229	25,3%
9	903				28	200	675	228	25,2%
10	903				28	200	675	228	25,2%
11	903				28	200	675	228	25,2%
12	903				28	200	675	228	25,2%
13	905				28	201	676	229	25,3%
14	899				32	202	665	234	26,0%
15	893			3	33	199	658	235	26,3%
16	895			3	33	199	660	235	26,3%
17	896			3	34	199	660	236	26,3%
18	895			3	34	199	659	236	26,4%
19	894			3	34	199	658	236	26,4%
20	891			3	34	199	655	236	26,5%
21	891			3	34	198	656	235	26,4%
22	890			3	34	197	656	234	26,3%
23	890			3	34	197	656	234	26,3%
24	891			3	34	197	657	234	26,3%
25	890			3	34	196	657	233	26,2%
26	890			3	34	196	657	233	26,2%
27	889			3	34	196	656	233	26,2%
28	900			4	34	199	663	237	26,3%
29	901			6	35	198	662	239	26,5%
30	899			6	35	198	660	239	26,6%
31	899			6	35	198	660	239	26,6%
Média	897,2				31,2	199,9	664,1	233,1	26,0%
Acesso: 25/10/2013 – 18:18 às 18:32									

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	899			6	35	198	660	239	26,6%
2	900			6	35	198	661	239	26,6%
3	900			6	35	198	661	239	26,6%
4	905			6	35	198	666	239	26,4%
5	905			6	35	198	666	239	26,4%
6	906			6	35	198	667	239	26,4%
7	904			6	35	197	666	238	26,3%
8	903			6	35	197	665	238	26,4%
9	903			6	35	197	665	238	26,4%
10	903			6	35	197	665	238	26,4%
11	903			6	35	197	665	238	26,4%
12	908			6	35	199	668	240	26,4%
13	905			6	35	199	665	240	26,5%
14	905			6	39	197	663	242	26,7%
15	905			6	39	197	663	242	26,7%
16	905			6	39	197	663	242	26,7%
17	903			6	39	196	662	241	26,7%
18	904			6	39	197	662	242	26,8%
19	901			6	39	197	659	242	26,9%
20	901			6	39	197	659	242	26,9%
21	901			6	39	197	659	242	26,9%
22	901			6	39	197	659	242	26,9%
23	901			6	39	197	659	242	26,9%
24	901			6	39	197	659	242	26,9%
25	906			6	39	167	664	242	26,7%
26	905			6	39	197	663	242	26,7%
27	906			6	38	197	665	241	26,6%
28	905			8	41	194	662	243	26,9%
29	901			8	41	194	658	243	27,0%
30	901			8	41	194	658	243	27,0%
Média								240,6	26,6%
Acesso: 25/10/2013 – 18:34 às 18:45									

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	901			8	41	194	658	243	27,0%
2	909			8	41	194	666	243	26,7%
3	905			8	41	194	662	243	26,9%
4	887			8	41	190	648	239	26,9%
5	875			8	41	187	639	236	27,0%
6	874			8	41	187	638	236	27,0%
7	874			8	41	187	638	236	27,0%
8	874			11	41	187	635	239	27,3%
9	882			11	41	188	642	240	27,2%
10	881			15	40	185	641	240	27,2%
11	895			16	40	187	652	243	27,2%
12	895			16	40	187	652	243	27,2%
13	895			16	40	187	652	243	27,2%
14	895			16	40	187	652	243	27,2%
15	901			16	40	187	658	243	27,0%
16	911			16	41	191	663	248	27,2%
17	911			16	44	190	661	250	27,4%
18	919			16	44	191	668	251	27,3%
19	919			16	44	191	668	251	27,3%
20	919			16	44	191	668	251	27,3%
21	919			16	44	191	668	251	27,3%
22	916			16	44	190	666	250	27,3%
23	916			16	44	190	666	250	27,3%
24	913			16	44	188	665	248	27,2%
25	921			16	45	188	672	249	27,0%
26	693			12	44	154	483	210	30,3%
27	693			12	44	154	483	210	30,3%
28	693			12	44	154	483	210	30,3%
29	693			12	44	154	483	210	30,3%
30	689			12	44	153	480	209	30,3%
31	684		2	10	43	151	478	206	30,1%
Média	859,7				42,3	182,2	622,2	237,5	27,7%
Acesso: 25/10/2013 – 18:46 às 19:00									

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	693		2	10	43	151	487	206	29,7%
2	690		2	10	43	151	484	206	29,9%
3	689		2	10	43	151	483	206	29,9%
4	689		2	10	43	151	483	206	29,9%
5	683		2	9	41	151	480	203	29,7%
6	694		2	9	41	155	487	207	29,8%
7	s/registro								
8	694		2	9	41	155	487	207	29,8%
9	693		2	9	42	154	486	207	29,9%
10	693		2	9	42	154	486	207	29,9%
11	693		2	9	42	154	486	207	29,9%
12	694		2	9	42	154	487	207	29,8%
13	700		2	9	43	154	492	208	29,7%
14	701		2	12	44	154	489	212	30,2%
15	700		2	12	44	154	488	212	30,3%
16	709		2	12	45	155	495	214	30,2%
17	709		2	12	45	155	495	214	30,2%
18	708		2	12	45	154	495	213	30,1%
19	704		2	12	45	154	491	213	30,3%
20	s/registro								
21	712		2	12	45	156	497	215	30,2%
22	708		2	15	45	152	494	214	30,2%
23	703		2	21	47	151	482	221	31,4%
24	702		2	21	47	151	481	221	31,5%
25	702		2	21	47	151	481	221	31,5%
26	702		2	21	47	151	481	221	31,5%
27	711		2	21	47	155	486	225	31,6%
28	708		2	21	47	153	485	223	31,5%
29	713		2	21	47	154	489	224	31,4%
30	708		2	21	47	153	485	223	31,5%
31	708		2	21	47	153	485	223	31,5%
Média	700,4				44,4	153,1	487,1	213,3	30,4%

Unidade Penal: PEF 2		Capacidade:		924					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	708		2	21	47	153	485	223	31,5%
2	708		2	21	47	153	485	223	31,5%
3	714		2	21	47	153	491	223	31,2%
4	713		2	21	47	153	490	223	31,3%
5	704		2	23	47	150	482	222	31,5%
6	704		2	23	47	150	482	222	31,5%
7	704		2	23	47	150	482	222	31,5%
8	704		2	23	47	150	482	222	31,5%
9	701		2	23	47	149	480	221	31,5%
10	706		2	23	47	150	484	222	31,4%
11	701		1	24	47	148	481	220	31,4%
12	707		1	24	47	150	485	222	31,4%
13	704		1	24	47	150	482	222	31,5%
14	704		1	24	47	150	482	222	31,5%
15	704		1	24	47	150	482	222	31,5%
16	709		1	25	46	149	488	221	31,2%
17	702		1	24	47	147	483	219	31,2%
18	698		1	24	46	147	480	218	31,2%
19	702		1	24	46	148	483	219	31,2%
20	696		1	24	46	146	479	217	31,2%
21	s/registro								
22	696		1	24	46	146	479	217	31,2%
23	691			21	45	146	479	212	30,7%
24	692			21	45	146	480	212	30,6%
25	692			21	45	146	480	212	30,6%
26	695			21	45	146	483	212	30,5%
27	699			22	45	146	486	213	30,5%
28	699			22	45	146	486	213	30,5%
29	699			22	45	146	486	213	30,5%
30	699			22	45	146	486	213	30,5%
Média	701,9				46,3	148,6	483,2	218,7	31,2%
Acesso: 25/10/2013 – 19:18 às 19:33									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	965				25,9	200,4	738,7	226,3	23,5%
abril	970,3				33,4	197	739,8	230,5	23,8%
maio	976,9				39,1	196,5	739,9	237	24,3%
junho	987,5				43	195,7	741,3	246,2	24,9%
julho	984,8				39,2	190,8	740,8	244	24,8%
agosto	997,7				35,8	183,8	760,8	236,9	23,7%
setembro	1000				32	175,9	763,7	236,3	23,6%
Média	983,2				35,5	191,4	746,4	236,7	24,1%

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	966				20	201	745	221	22,9%
2	965				20	201	744	221	22,9%
3	962				20	201	741	221	23,0%
4	962				20	201	741	221	23,0%
5	961				20	201	740	221	23,0%
6	963				20	201	742	221	22,9%
7	961				20	201	740	221	23,0%
8	953				20	201	732	221	23,2%
9	953				20	201	732	221	23,2%
10	953				20	201	732	221	23,2%
11	953				20	201	732	221	23,2%
12	949				20	200	729	220	23,2%
13	949				20	200	729	220	23,2%
14	962				20	203	739	223	23,2%
15	962				30	200	732	230	23,9%
16	963				30	200	733	230	23,9%
17	963				30	200	733	230	23,9%
18	964				30	199	735	229	23,8%
19	973				31	200	742	231	23,7%
20	970				31	199	740	230	23,7%
21	979				31	200	748	231	23,6%
22	977				31	200	746	231	23,6%
23	975				31	200	744	231	23,7%
24	975				31	200	744	231	23,7%
25	968				31	200	737	231	23,9%
26	970				31	200	739	231	23,8%
27	969				31	200	738	231	23,8%
28	970				31	200	739	231	23,8%
29	975				31	200	744	231	23,7%
30	975				31	200	744	231	23,7%
31	976				31	200	745	231	23,7%
Média	965,0				25,9	200,4	738,7	226,3	23,4%
Acesso: 27/10/2013 – 14:59 às 15:16									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	974				31	200	743	231	23,7%
2	977				31	201	745	232	23,7%
3	975				31	200	744	231	23,7%
4	973				31	200	742	231	23,7%
5	981				31	199	751	230	23,4%
6	981				31	199	751	230	23,4%
7	981				31	199	751	230	23,4%
8	980				31	199	750	230	23,5%
9	979				31	199	749	230	23,5%
10	973				34	198	741	232	23,8%
11	969				34	198	737	232	23,9%
12	962				34	195	733	229	23,8%
13	962				34	195	733	229	23,8%
14	962				34	195	733	229	23,8%
15	970				34	195	741	229	23,6%
16	970				34	195	741	229	23,6%
17	966				34	195	737	229	23,7%
18	964				34	195	735	229	23,8%
19	975				34	196	745	230	23,6%
20	972				34	196	742	230	23,7%
21	972				34	196	742	230	23,7%
22	970				34	196	740	230	23,7%
23	963				34	196	733	230	23,9%
24	970				34	197	739	231	23,8%
25	974				35	196	743	231	23,7%
26	969				35	196	738	231	23,8%
27	965				35	196	734	231	23,9%
28	965				35	196	734	231	23,9%
29	958				37	196	725	233	24,3%
30	956				37	196	723	233	24,4%
Média	970,3				33,4	197,0	739,8	230,4	23,8%
Acesso: 27/10/2013 – 15:18 às 15:30									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	956				37	196	723	233	24,4%
2	954				37	196	721	233	24,4%
3	960				37	198	725	235	24,5%
4	959				37	198	724	235	24,5%
5	959				37	198	724	235	24,5%
6	966				38	197	731	235	24,3%
7	975				38	197	740	235	24,1%
8	976				39	197	740	236	24,2%
9	975				39	197	739	236	24,2%
10	979				39	197	743	236	24,1%
11	979				39	197	743	236	24,1%
12	979				39	197	743	236	24,1%
13	979				39	197	743	236	24,1%
14	974				39	197	738	236	24,2%
15	983				39	197	747	236	24,0%
16	983				39	196	748	235	23,9%
17	985				39	197	749	236	24,0%
18	985				39	197	749	236	24,0%
19	985				39	197	749	236	24,0%
20	980				39	197	744	236	24,1%
21	979			3	39	196	741	238	24,3%
22	976			3	38	196	739	237	24,3%
23	981			3	39	196	743	238	24,3%
24	987			3	41	196	747	240	24,3%
25	985			3	41	196	745	240	24,4%
26	985			3	41	196	745	240	24,4%
27	984			3	41	196	744	240	24,4%
28	985			3	41	196	745	240	24,4%
29	987			6	41	195	745	242	24,5%
30	982			6	41	195	740	242	24,6%
31	982			6	41	195	740	242	24,6%
Média	976,9				39,1	196,5	739,9	237,0	24,3%
Acesso: 27/10/2013 – 15:32 às 15:44									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	982			6	41	195	740	242	24,6%
2	982			6	41	195	740	242	24,6%
3	987			6	43	197	741	246	24,9%
4	992			6	43	197	746	246	24,8%
5	992			6	43	197	746	246	24,8%
6	989			6	43	197	743	246	24,9%
7	988			6	43	197	742	246	24,9%
8	988			6	43	197	742	246	24,9%
9	988			6	43	197	742	246	24,9%
10	984			6	43	196	739	245	24,9%
11	984			6	42	196	739	245	24,9%
12	992			6	43	196	747	245	24,7%
13	988			6	43	195	744	244	24,7%
14	988			6	44	196	742	246	24,9%
15	988			6	44	196	742	246	24,9%
16	988			6	44	196	742	246	24,9%
17	990			6	44	196	744	246	24,8%
18	990			6	44	196	744	246	24,8%
19	984			6	44	196	738	246	25,0%
20	990			10	43	197	740	250	25,3%
21	987			10	43	194	740	247	25,0%
22	987			10	43	194	740	247	25,0%
23	986			10	43	194	739	247	25,1%
24	985			10	43	194	738	247	25,1%
25	986			10	43	195	738	248	25,2%
26	984			10	43	194	737	247	25,1%
27	992			10	43	196	743	249	25,1%
28	990			10	43	196	741	249	25,2%
29	987			10	43	194	740	247	25,0%
30	987			10	43	194	740	247	25,0%
Média	987,5				43,0	195,7	741,3	246,2	24,9%
Acesso: 27/10/2013 – 15:46 às 15:57									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	985			12	41	194	738	247	25,1%
2	990			12	41	194	743	247	24,9%
3	990			12	41	195	742	248	25,1%
4	993			12	41	196	744	249	25,1%
5	988			12	40	196	740	248	25,1%
6	986			12	40	196	738	248	25,2%
7	986			12	40	196	738	248	25,2%
8	978			15	39	195	729	249	25,5%
9	969			14	39	189	727	242	25,0%
10	979			14	39	191	735	244	24,9%
11	979			14	39	191	735	244	24,9%
12	979			14	39	191	735	244	24,9%
13	979			14	39	191	735	244	24,9%
14	979			14	39	191	735	244	24,9%
15	978			14	39	191	734	244	24,9%
16	979			14	39	190	736	243	24,8%
17	982			14	39	190	739	243	24,7%
18	987			14	39	190	744	243	24,6%
19	992			14	39	190	749	243	24,5%
20	992			14	39	190	749	243	24,5%
21	992			14	39	190	749	243	24,5%
22	992			14	39	189	750	242	24,4%
23	989			14	39	188	748	241	24,4%
24	990			14	39	188	749	241	24,3%
25	983			16	39	188	740	243	24,7%
26	983			16	38	188	741	242	24,6%
27	983			16	38	188	741	242	24,6%
28	983			16	38	188	741	242	24,6%
29	985			16	38	188	743	242	24,6%
30	990			16	38	187	749	241	24,3%
31	989			16	38	186	749	240	24,3%
Média	984,8				39,2	190,8	740,8	244,0	24,8%
Acesso: 27/10/2013 – 16:00 às 16:10									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	992			16	38	186	752	240	24,2%
2	995			16	38	185	756	239	24,0%
3	995			16	38	185	756	239	24,0%
4	995			16	38	185	756	239	24,0%
5	991			16	37	185	753	238	24,0%
6	993			16	37	186	754	239	24,1%
7	s/registro								
8	998			16	37	186	759	239	23,9%
9	988			16	37	186	749	239	24,2%
10	988			16	37	186	749	239	24,2%
11	988			16	37	186	749	239	24,2%
12	1001			16	37	186	762	239	23,9%
13	1001		2	16	35	186	762	239	23,9%
14	998		2	16	35	186	759	239	23,9%
15	996		2	16	35	185	758	238	23,9%
16	998		2	16	35	186	759	239	23,9%
17	992		2	16	35	185	754	238	24,0%
18	992		2	16	35	185	754	238	24,0%
19	995		2	16	35	185	757	238	23,9%
20	s/registro								
21	999		2	16	35	183	763	236	23,6%
22	1002		2	16	35	183	766	236	23,6%
23	991		2	16	35	180	758	233	23,5%
24	991		2	16	35	180	758	233	23,5%
25	991		2	16	35	180	758	233	23,5%
26	993		2	16	35	181	759	234	23,6%
27	1008		2	16	35	181	774	234	23,2%
28	1013		2	16	35	181	779	234	23,1%
29	1020		2	16	35	180	787	233	22,8%
30	1015		2	16	34	181	782	233	23,0%
31	1015		2	16	34	181	782	233	23,0%
Média	997,7				35,8	183,8	760,8	236,9	23,7%
Acesso: 27/10/2013 – 16:13 às 16:26									

Unidade Penal: PEC		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	1015		2	16	34	181	782	233	23,0%
2	1015		15	13	32	177	778	237	23,3%
3	1011		15	13	32	178	773	238	23,5%
4	1009		14	14	32	176	773	236	23,4%
5	1012		14	14	33	176	775	237	23,4%
6	1019		14	14	33	176	782	237	23,3%
7	1019		14	14	33	176	782	237	23,3%
8	1019		14	14	33	176	782	237	23,3%
9	1019		14	14	33	176	782	237	23,3%
10	1011		14	14	33	176	774	237	23,4%
11	1007		14	14	33	176	770	237	23,5%
12	1012		15	14	33	177	773	239	23,6%
13	1006		15	14	32	177	768	238	23,7%
14	1006		15	14	32	177	768	238	23,7%
15	1006		15	14	32	177	768	238	23,7%
16	1006		15	14	32	178	767	239	23,8%
17	1004		16	14	32	176	766	238	23,7%
18	995		16	14	32	175	758	237	23,8%
19	992		16	14	32	175	755	237	23,9%
20	994		16	14	32	176	756	238	23,9%
21	s/registro								
22	992		16	14	31	175	756	236	23,8%
23	992		16	14	31	175	756	236	23,8%
24	979		16	14	31	175	743	236	24,1%
25	984		16	14	31	177	746	238	24,2%
26	980		14	14	31	175	746	234	23,9%
27	975		14	14	31	173	743	232	23,8%
28	975		14	14	31	173	743	232	23,8%
29	975		14	14	31	173	743	232	23,8%
30	971	1	15	14	31	172	738	233	24,0%
Média	1000,0				32,0	175,9	763,7	236,3	23,6%
Acesso: 27/10/2013 – 16:40 às 16:53									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	uantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	1021,1				30,9	221,2	775,6	245,5	24,0%
abril	1021,8				31,5	218,1	772,2	249,6	24,4%
maio	1017,5				42	209,3	764,5	253	24,9%
junho	1012,8				55,8	193	752,9	259,9	25,7%
julho	968,9				50,4	174,4	728,2	240,7	24,8%
agosto	817,5				29,4	134,7	637,6	179,9	22,0%
setembro	807,3				28,3	131,6	631,9	175,4	21,7%
Média	952,4				38,3	183,2	723,3	229,1	23,9%

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	1030				20	225	792	238	23,1%
2	1028				20	223	785	243	23,6%
3	1028				20	223	785	243	23,6%
4	1028				20	223	785	243	23,6%
5	1028				20	224	784	244	23,7%
6	1027				224	221	782	245	23,9%
7	1028				24	221	783	245	23,8%
8	1027				24	221	782	245	23,9%
9	1027				24	221	782	245	23,9%
10	1027				24	221	782	245	23,9%
11	1027				24	221	782	245	23,9%
12	1028				24	222	782	246	23,9%
13	1022				24	222	776	246	24,1%
14	1019				24	222	773	246	24,1%
15	1016				24	222	770	246	24,2%
16	1016				24	222	770	246	24,2%
17	1016				24	222	770	246	24,2%
18	1016				24	222	770	246	24,2%
19	1014				24	221	769	245	24,2%
20	1012				24	221	767	245	24,2%
21	1014				24	221	769	245	24,2%
22	1016				25	222	769	247	24,3%
23	1009				25	218	766	243	24,1%
24	1016				27	220	769	247	24,3%
25	1016				27	220	769	247	24,3%
26	1016				27	220	769	247	24,3%
27	1021				28	220	773	248	24,3%
28	1021				29	220	772	249	24,4%
29	1020				29	219	772	248	24,3%
30	1020				29	219	772	248	24,3%
31	1020				29	219	772	248	24,3%
Média	1021,1				30,9	221,2	775,6	245,5	24,0%
Acesso: 28/10/2013 – 20:19 às 20:30									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	1028				30	220	778	250	24,3%
2	1028				30	220	778	250	24,3%
3	1028				31	219	778	250	24,3%
4	1026				30	219	777	249	24,3%
5	1026				30	219	777	249	24,3%
6	1026				30	219	777	249	24,3%
7	1029				30	219	780	249	24,2%
8	1029				30	219	780	249	24,2%
9	1029				30	219	780	249	24,2%
10	1027				30	219	778	249	24,2%
11	1021				30	219	772	249	24,4%
12	1017				32	218	767	250	24,6%
13	1017				32	218	767	250	24,6%
14	1017				32	218	767	250	24,6%
15	1017				32	218	767	250	24,6%
16	1017				32	218	767	250	24,6%
17	1022				32	218	772	250	24,5%
18	1023				32	218	773	250	24,4%
19	1022				32	218	772	250	24,5%
20	1022				32	218	772	250	24,5%
21	1022				32	218	772	250	24,5%
22	1021				32	218	771	250	24,5%
23	1022				32	219	771	251	24,6%
24	1018				33	217	768	250	24,6%
25	1018				33	217	768	250	24,6%
26	1018				33	216	769	249	24,5%
27	1018				33	216	769	249	24,5%
28	1016				33	216	767	249	24,5%
29	1016				33	216	767	249	24,5%
30	1015				33	216	766	249	24,5%
Média	1021,8				31,5	218,1	772,2	249,6	24,4%
Acesso: 28/10/2013 – 20:31 às 20:40									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	1014				33	216	765	249	24,6%
2	1014				33	216	765	249	24,6%
3	1010				33	214	763	247	24,5%
4	1010				33	214	763	247	24,5%
5	1010				33	214	763	247	24,5%
6	1010				32	215	763	247	24,5%
7	1010				35	213	762	248	24,6%
8	1008				35	213	760	248	24,6%
9	1009				35	213	761	248	24,6%
10	1005				35	211	759	246	24,5%
11	1004				35	211	758	246	24,5%
12	1004				35	211	758	246	24,5%
13	1010				35	211	764	246	24,4%
14	1017				37	212	768	249	24,5%
15	1021				38	213	770	251	24,6%
16	1028			1	40	213	774	254	24,7%
17	1029			1	40	211	777	252	24,5%
18	1024			1	39	209	775	249	24,3%
19	1027			1	41	209	776	251	24,4%
20	1027			1	41	209	776	251	24,4%
21	1027			1	41	209	776	251	24,4%
22	1029			1	47	207	774	255	24,8%
23	1023			1	47	207	768	255	24,9%
24	1022			6	56	202	758	264	25,8%
25	1022			6	56	202	758	264	25,8%
26	1022			6	56	202	758	264	25,8%
27	1022			6	56	202	758	264	25,8%
28	1022			6	56	202	758	264	25,8%
29	1021			6	56	202	757	264	25,9%
30	1021			6	56	202	757	264	25,9%
31	1021			6	56	202	757	264	25,9%
Média	1017,5				42,0	209,3	764,5	253,0	24,9%
Acesso: 28/10/2013 – 20:42 às 20:54									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	1021			6	56	202	757	264	25,9%
2	1021			6	56	202	757	264	25,9%
3	1022			6	56	202	758	264	25,8%
4	1017			6	56	201	754	263	25,9%
5	1016			6	56	200	754	262	25,8%
6	1015			6	56	200	753	262	25,8%
7	1017			9	57	198	753	264	26,0%
8	1014			9	56	197	752	262	25,8%
9	1014			9	56	197	752	262	25,8%
10	1005			9	56	192	748	257	25,6%
11	1005			9	56	192	748	257	25,6%
12	1011			9	56	192	754	257	25,4%
13	1006			9	56	190	751	255	25,3%
14	1003			13	54	189	747	256	25,5%
15	1003			13	54	189	747	256	25,5%
16	1003			13	54	189	747	256	25,5%
17	1002			13	54	188	747	255	25,4%
18	1008			13	56	189	750	258	25,6%
19	1008			13	56	189	750	258	25,6%
20	1010			13	56	190	751	259	25,6%
21	1009			14	56	190	749	260	25,8%
22	1009			14	56	190	749	260	25,8%
23	1009			14	56	190	749	260	25,8%
24	1008			14	56	190	748	260	25,8%
25	1018			14	56	191	757	261	25,6%
26	1017			15	56	190	756	261	25,7%
27	1016			15	56	190	755	261	25,7%
28	1026			15	56	190	765	261	25,4%
29	1026			15	56	190	765	261	25,4%
30	1026			15	56	190	765	261	25,4%
Média	1012,8				55,8	193,0	752,9	259,9	25,7%
Acesso: 28/10/2013 – 20:55 às 21:08									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	1025			15	56	190	764	261	25,5%
2	1024			16	55	190	763	261	25,5%
3	1015			16	54	190	755	260	25,6%
4	1000			16	54	186	744	256	25,6%
5	994			16	53	184	741	253	25,5%
6	986			13	53	182	738	248	25,2%
7	986			13	53	182	738	248	25,2%
8	987			14	53	182	738	249	25,2%
9	984			14	53	182	735	249	25,3%
10	985			14	53	182	736	249	25,3%
11	985			14	54	181	736	249	25,3%
12	986			14	55	181	736	250	25,4%
13	989			17	55	181	736	253	25,6%
14	989			17	55	181	736	253	25,6%
15	1002			17	56	182	747	255	25,4%
16	1004			17	56	183	748	256	25,5%
17	1004			17	56	183	748	256	25,5%
18	1019			17	55	185	762	257	25,2%
19	1020			17	56	185	762	258	25,3%
20	1019			17	56	185	761	258	25,3%
21	1016			17	56	184	759	257	25,3%
22	1018		1	18	56	184	759	259	25,4%
23	1018		1	18	56	184	759	259	25,4%
24	1019		1	18	56	184	760	259	25,4%
25	1016		1	18	56	184	757	259	25,5%
26	827			15	32	135	645	182	22,0%
27	826			15	32	135	644	182	22,0%
28	826			15	32	135	644	182	22,0%
29	825			15	32	135	643	182	22,1%
30	824			15	32	135	642	182	22,1%
31	819			15	31	134	639	180	22,0%
Média	968,9				50,4	174,4	728,2	240,7	24,7%
Acesso: 28/10/2013 – 21:10 às 21:22									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	819			15	31	134	639	180	22,0%
2	817			15	31	133	638	179	21,9%
3	817			15	31	133	638	179	21,9%
4	817			15	31	133	638	179	21,9%
5	817			15	31	133	638	179	21,9%
6	813			16	30	133	634	179	22,0%
7	s/registro								
8	810			16	29	133	632	178	22,0%
9	811			16	29	133	633	178	21,9%
10	811			16	29	133	633	178	21,9%
11	811			16	29	133	633	178	21,9%
12	809			16	29	133	631	178	22,0%
13	809			16	29	133	631	178	22,0%
14	811			16	29	133	633	178	21,9%
15	813			16	29	135	633	180	22,1%
16	818			16	29	135	638	180	22,0%
17	821			16	29	136	640	181	22,0%
18	821			16	29	136	640	181	22,0%
19	823			16	29	136	642	181	22,0%
20	s/registro								
21	823			16	29	136	642	181	22,0%
22	825			16	29	137	643	182	22,1%
23	825			16	29	137	643	182	22,1%
24	825			16	29	137	643	182	22,1%
25	825			16	29	137	643	182	22,1%
26	824			16	29	137	642	182	22,1%
27	823			16	29	137	641	182	22,1%
28	823			16	29	137	641	182	22,1%
29	815			16	29	135	635	180	22,1%
30	816			16	29	135	636	180	22,1%
31	815			16	29	134	636	179	22,0%
Média	817,5				29,4	134,7	637,6	179,9	22,0%
Acesso: 28/10/2013 – 21:23 às 21:36									

Unidade Penal: PFB		Capacidade:		1050					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	815			16	29	134	636	179	22,0%
2	814			15	29	135	635	179	22,0%
3	814			15	29	135	635	179	22,0%
4	815			15	29	136	635	180	22,1%
5	816			15	29	136	636	180	22,1%
6	821			15	29	137	640	181	22,0%
7	821			15	29	137	640	181	22,0%
8	821			15	29	137	640	181	22,0%
9	821			15	29	137	640	181	22,0%
10	826			15	29	137	645	181	21,9%
11	824			15	28	137	644	180	21,8%
12	824			15	28	138	643	181	22,0%
13	815			15	28	135	637	178	21,8%
14	815			15	28	135	637	178	21,8%
15	815			15	28	135	637	178	21,8%
16	795			15	28	129	623	172	21,6%
17	795			15	28	129	623	172	21,6%
18	798		1	15	28	128	626	172	21,6%
19	797		1	15	28	128	625	172	21,6%
20	797		1	15	28	128	625	172	21,6%
21	s/registro								
22	799		1	15	28	128	627	172	21,5%
23	799		1	15	28	128	627	172	21,5%
24	796		1	15	28	128	624	172	21,6%
25	794		1	15	28	125	625	169	21,3%
26	794		1	15	28	125	625	169	21,3%
27	793		1	15	28	125	624	169	21,3%
28	793		1	15	28	125	624	169	21,3%
29	793		1	15	28	125	624	169	21,3%
30	793		3	15	28	124	623	170	21,4%
Média	807,3				28,3	131,6	631,9	175,4	21,7%
Acesso: 28/10/2013 – 21:38 às 21:50									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	360				14	61	285,1	74,9	20,8%
abril	362,2				15,9	60,9	285,4	76,8	21,2%
maio	359,1				13,8	60,2	283,7	75,4	21,0%
junho	362,1				13	58,4	284,5	77,6	21,4%
julho	359,9				15	56,5	281,4	78,5	21,8%
agosto	354,2				15	50	280,7	73,5	20,8%
setembro	351,9				14,3	48,9	277,8	74,1	21,1%
Média	358,5				14,4	56,6	282,7	75,8	21,2%

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	362				14	62	286	76	21,0%
2	361				14	62	285	76	21,1%
3	361				14	62	285	76	21,1%
4	361				14	62	285	76	21,1%
5	361				14	62	285	76	21,1%
6	360				14	61	285	75	20,8%
7	360				14	61	285	75	20,8%
8	361				14	61	286	75	20,8%
9	361				14	61	286	75	20,8%
10	361				14	61	286	75	20,8%
11	359				14	61	284	75	20,9%
12	359				14	61	284	75	20,9%
13	359				14	61	284	75	20,9%
14	361				14	61	286	75	20,8%
15	357				14	61	282	75	21,0%
16	357				14	61	282	75	21,0%
17	357				14	61	282	75	21,0%
18	363				14	62	287	76	20,9%
19	362				14	61	287	75	20,7%
20	361				14	61	286	75	20,8%
21	360				14	61	285	75	20,8%
22	360				14	61	285	75	20,8%
23	360				14	61	285	75	20,8%
24	360				14	61	285	75	20,8%
25	364				14	60	290	74	20,3%
26	363				14	60	289	74	20,4%
27	358				14	60	284	74	20,7%
28	358				14	60	284	74	20,7%
29	358				14	60	284	74	20,7%
30	358				14	60	284	74	20,7%
31	358				14	60	284	74	20,7%
Média	360,0				14,0	61,0	285,1	75,0	20,8%
Acesso: 30/10/2013 – 13:37 às 13:49									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	355				14	59	282	73	20,6%
2	364				14	60	290	74	20,3%
3	361				14	60	287	74	20,5%
4	363				14	60	289	74	20,4%
5	361				14	59	288	73	20,2%
6	361				14	59	288	73	20,2%
7	361				14	59	288	73	20,2%
8	361				14	59	288	73	20,2%
9	360				14	59	287	73	20,3%
10	366				14	60	292	74	20,2%
11	364				17	60	287	77	21,2%
12	366				17	62	287	79	21,6%
13	366				17	62	287	79	21,6%
14	366				17	62	287	79	21,6%
15	366				17	62	287	79	21,6%
16	366				17	62	287	79	21,6%
17	365				17	61	287	78	21,4%
18	365				17	61	287	78	21,4%
19	360				17	61	282	78	21,7%
20	360				17	61	282	78	21,7%
21	360				17	61	282	78	21,7%
22	357				17	61	279	78	21,8%
23	362				17	62	283	79	21,8%
24	361				17	62	282	79	21,9%
25	360				17	62	281	79	21,9%
26	360				17	62	281	79	21,9%
27	359				17	62	280	79	22,0%
28	359				17	62	280	79	22,0%
29	365				15	62	288	77	21,1%
30	365				15	62	288	77	21,1%
Média	362,2				15,9	60,9	285,4	76,7	21,2%
Acesso: 30/10/2013 – 13:51 às 14:01									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	364				15	62	287	77	21,2%
2	364			1	15	62	286	78	21,4%
3	360			1	14	62	283	77	21,4%
4	359			1	14	62	282	77	21,4%
5	359			1	14	62	282	77	21,4%
6	358			1	14	62	281	77	21,5%
7	357			1	14	62	280	77	21,6%
8	362			1	14	60	287	75	20,7%
9	362			1	14	60	287	75	20,7%
10	358			1	14	60	283	75	20,9%
11	358			1	14	60	283	75	20,9%
12	358			1	14	60	283	75	20,9%
13	356			1	14	60	281	75	21,1%
14	358			1	14	60	283	75	20,9%
15	356			1	14	60	281	75	21,1%
16	356			1	14	60	281	75	21,1%
17	357			1	14	60	282	75	21,0%
18	357			1	14	60	282	75	21,0%
19	357			1	14	60	282	75	21,0%
20	364			1	14	61	288	76	20,9%
21	363			1	14	60	288	75	20,7%
22	363			1	14	60	288	75	20,7%
23	361			1	14	60	286	75	20,8%
24	359			1	13	60	285	74	20,6%
25	359			1	13	60	285	74	20,6%
26	359			1	13	60	285	74	20,6%
27	358			1	13	59	285	73	20,4%
28	356			3	13	58	282	74	20,8%
29	357			4	13	58	282	75	21,0%
30	358			5	13	58	282	76	21,2%
31	358			5	13	58	282	76	21,2%
Média	359,1				13,8	60,2	283,7	75,4	21,0%
Acesso: 30/10/2013 – 14:03 às 14:14									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	358			5	13	58	282	76	21,2%
2	358			5	13	58	282	76	21,2%
3	358			5	13	58	282	76	21,2%
4	364			5	13	58	288	76	20,9%
5	363			5	13	58	287	76	20,9%
6	365			5	13	58	289	76	20,8%
7	365			5	13	58	289	76	20,8%
8	364			5	13	58	288	76	20,9%
9	364			5	13	58	288	76	20,9%
10	364			5	13	58	288	76	20,9%
11	364			5	13	58	288	76	20,9%
12	365			5	13	58	289	76	20,8%
13	364			5	13	58	288	76	20,9%
14	364			6	13	58	287	77	21,2%
15	363			6	13	58	286	77	21,2%
16	363			6	13	58	286	77	21,2%
17	363			7	13	58	285	78	21,5%
18	362			7	13	58	284	78	21,5%
19	361			7	13	58	283	78	21,6%
20	363			7	13	59	284	79	21,8%
21	363			7	13	59	284	79	21,8%
22	362			7	13	59	283	79	21,8%
23	362			7	13	59	283	79	21,8%
24	362			7	13	59	283	79	21,8%
25	362			7	13	59	283	79	21,8%
26	361			7	13	59	282	79	21,9%
27	361			9	13	59	280	81	22,4%
28	360			9	13	59	279	81	22,5%
29	358			9	13	59	277	81	22,6%
30	358			9	13	59	277	81	22,6%
Média	362,1				13,0	58,4	284,5	77,7	21,4%
Acesso: 30/10/2013 – 14:20 às 14:31									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	359			7	15	58	279	80	22,3%
2	357			7	15	58	277	80	22,4%
3	355			7	15	58	275	80	22,5%
4	354			7	15	58	274	80	22,6%
5	354			7	15	58	274	80	22,6%
6	354			7	15	58	274	80	22,6%
7	354			7	15	58	274	80	22,6%
8	360			7	15	58	280	80	22,2%
9	360			7	15	59	279	81	22,5%
10	358			7	15	59	277	81	22,6%
11	357			7	15	59	276	81	22,7%
12	366			7	15	59	285	81	22,1%
13	366			7	15	59	285	81	22,1%
14	366			7	15	59	285	81	22,1%
15	366			7	15	59	285	81	22,1%
16	366			7	15	59	285	81	22,1%
17	366			7	15	59	285	81	22,1%
18	366			7	15	59	285	81	22,1%
19	366			7	15	59	285	81	22,1%
20	366			7	15	59	285	81	22,1%
21	366			7	15	59	285	81	22,1%
22	363			7	15	58	283	80	22,0%
23	363			7	15	58	283	80	22,0%
24	361			7	15	58	281	80	22,2%
25	366			7	15	58	286	80	21,9%
26	354			7	15	48	284	70	19,8%
27	354			7	15	48	284	70	19,8%
28	354			7	15	48	284	70	19,8%
29	353			7	15	48	283	70	19,8%
30	354		1	7	15	48	283	71	20,1%
31	354		1	7	15	48	283	71	20,1%
Média	359,9				15,0	56,5	281,4	78,5	21,8%
Acesso: 30/10/2013 – 14:37 às 14:50									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	353		1	7	15	48	282	71	20,1%
2	355		1	7	15	48	284	71	20,0%
3	355		1	7	15	48	284	71	20,0%
4	355		1	7	15	48	284	71	20,0%
5	355		1	7	15	48	284	71	20,0%
6	355		1	7	15	48	284	71	20,0%
7	s/registro								
8	357		1	7	15	49	285	72	20,2%
9	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
10	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
11	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
12	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
13	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
14	355		1	7	15	49	283	72	20,3%
15	356		1	7	15	50	283	73	20,5%
16	355		1	7	15	50	282	73	20,6%
17	355		1	7	15	50	282	73	20,6%
18	355		1	7	15	50	282	73	20,6%
19	354		1	7	15	50	281	73	20,6%
20	s/registro								
21	350		1	7	15	50	277	73	20,9%
22	348		1	7	15	50	275	73	21,0%
23	357		3	7	15	52	280	77	21,6%
24	357		3	7	15	52	280	77	21,6%
25	357		3	7	15	52	280	77	21,6%
26	357		3	7	15	52	280	77	21,6%
27	354		3	7	15	52	277	77	21,8%
28	352		3	7	15	52	275	77	21,9%
29	351		3	7	15	52	274	77	21,9%
30	350		3	7	15	52	273	77	22,0%
31	350		3	7	15	52	273	77	22,0%
Média	354,2				15,0	50,0	280,7	73,6	20,8%
Acesso: 30/10/2013 – 14:52 às 15:05									

Unidade Penal: PIC		Capacidade:		360					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	350		3	7	15	52	273	77	22,0%
2	350		3	7	15	52	273	77	22,0%
3	355		3	7	15	52	278	77	21,7%
4	349		3	7	15	50	274	75	21,5%
5	349		3	7	14	50	275	74	21,2%
6	347		3	7	14	49	274	73	21,0%
7	347		3	7	14	49	274	73	21,0%
8	347		3	7	14	49	274	73	21,0%
9	347		3	7	14	49	274	73	21,0%
10	353		3	7	14	49	280	73	20,7%
11	352		3	7	14	49	279	73	20,7%
12	350		3	7	14	49	277	73	20,9%
13	355		3	7	15	49	281	74	20,8%
14	355		3	7	15	49	281	74	20,8%
15	355		3	7	15	49	281	74	20,8%
16	355		3	7	15	49	281	74	20,8%
17	355		3	7	15	49	281	74	20,8%
18	351		5	7	14	48	277	74	21,1%
19	350		5	7	14	48	276	74	21,1%
20	349		5	7	14	48	275	74	21,2%
21	s/registro								
22	348		5	7	14	48	274	74	21,3%
23	348		5	7	14	48	274	74	21,3%
24	357		5	7	14	48	283	74	20,7%
25	355		5	7	14	47	282	73	20,6%
26	355		5	7	14	47	282	73	20,6%
27	355		5	7	14	48	281	74	20,8%
28	355		5	7	14	48	281	74	20,8%
29	355		5	7	14	48	281	74	20,8%
30	355		5	7	14	48	281	74	20,8%
Média	351,9				14,3	48,9	277,8	74,0	21,0%
Acesso: 30/10/2013 – 16:11 às 16:24									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Mês/2013	Média no nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da q de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	376,1				12	37,5	320,5	55,6	14,8%
abril	372,8				13	36,7	322,2	50,6	13,6%
maio	376,1				12	37,5	320,5	55,6	14,8%
junho	372,6				12,7	35,9	314,6	58	15,6%
julho	375,6				10	33,8	319,8	55,8	14,9%
agosto	369,1				8,8	31,4	312,6	56,5	15,3%
setembro	369,8				8,9	26,7	318,2	51,6	14,0%
Média	373,2				11,1	34,2	318,3	54,8	14,7%

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	385				6	43	336	49	12,7%
2	387				6	43	338	49	12,7%
3	387				6	43	338	49	12,7%
4	381				6	42	333	48	12,6%
5	379				6	42	331	48	12,7%
6	379				6	42	331	48	12,7%
7	381				6	42	333	48	12,6%
8	381				6	42	333	48	12,6%
9	380				8	40	332	48	12,6%
10	380				8	40	332	48	12,6%
11	376				8	40	328	48	12,8%
12	374				8	40	326	48	12,8%
13	377				9	40	328	49	13,0%
14	378				9	39	330	48	12,7%
15	375				9	38	328	47	12,5%
16	383				9	38	336	47	12,3%
17	382				9	38	335	47	12,3%
18	384				9	38	337	47	12,2%
19	382				9	38	335	47	12,3%
20	385				9	40	336	49	12,7%
21	382				9	37	336	46	12,0%
22	373				8	33	332	41	11,0%
23	373				8	33	332	41	11,0%
24	371				8	33	330	41	11,1%
25	373				8	33	332	41	11,0%
26	372				8	34	330	42	11,3%
27	373				7	34	332	41	11,0%
28	373				7	34	332	41	11,0%
29	373				7	34	332	41	11,0%
30	373				7	34	332	41	11,0%
31	372				7	34	331	41	11,0%
Média	378,2				7,6	38,1	332,5	45,7	12,1%
Acesso: 30/10/2013 – 16:31 às 16:43									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	370				7	34	329	41	11,1%
2	372				8	35	329	43	11,6%
3	374				8	37	329	45	12,0%
4	371				14	36	321	50	13,5%
5	374				14	37	323	51	13,6%
6	373				14	36	323	50	13,4%
7	373				14	36	323	50	13,4%
8	370				14	36	320	50	13,5%
9	367				14	35	318	49	13,4%
10	367				14	36	317	50	13,6%
11	368				14	36	318	50	13,6%
12	368				14	37	317	51	13,9%
13	368				14	37	317	51	13,9%
14	368				14	37	317	51	13,9%
15	368				14	37	317	51	13,9%
16	368				14	37	317	51	13,9%
17	367				13	36	318	49	13,4%
18	378				12	37	329	49	13,0%
19	376				12	37	327	49	13,0%
20	376				13	37	326	50	13,3%
21	376				13	37	326	50	13,3%
22	378			3	13	36	326	52	13,8%
23	375			3	13	37	322	53	14,1%
24	376			3	13	38	322	54	14,4%
25	380			3	14	38	325	55	14,5%
26	379			3	14	39	323	56	14,8%
27	377			3	14	38	322	55	14,6%
28	376			3	14	37	322	54	14,4%
29	376			3	14	37	322	54	14,4%
30	375			5	13	37	320	55	14,7%
Média	372,8				13,0	36,7	322,2	50,6	13,6%
Acesso: 30/10/2013 – 16:45 às 16:57									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	375			5	13	37	320	55	14,7%
2	373			5	12	37	319	54	14,5%
3	377			5	12	38	322	55	14,6%
4	374			5	12	36	321	53	14,2%
5	374			5	12	36	321	53	14,2%
6	380			5	12	38	325	55	14,5%
7	377			5	12	38	322	55	14,6%
8	379			6	13	38	322	57	15,0%
9	382			6	12	38	326	56	14,7%
10	386			6	12	38	330	56	14,5%
11	388			6	12	38	332	56	14,4%
12	388			6	12	38	332	56	14,4%
13	387			6	11	38	332	55	14,2%
14	382			6	11	38	327	55	14,4%
15	381			6	11	38	326	55	14,4%
16	381			6	11	38	326	55	14,4%
17	377			6	11	38	322	55	14,6%
18	377			6	11	38	322	55	14,6%
19	376			6	11	38	321	55	14,6%
20	372			6	11	37	318	54	14,5%
21	363			6	10	36	311	52	14,3%
22	367			7	12	36	312	55	15,0%
23	367			7	12	36	312	55	15,0%
24	369			7	12	37	313	56	15,2%
25	366			7	12	37	310	56	15,3%
26	366			7	12	37	310	56	15,3%
27	374			7	13	38	316	58	15,5%
28	373			7	13	38	315	58	15,5%
29	375			7	14	38	316	59	15,7%
30	377			8	14	38	317	60	15,9%
31	376			8	14	38	316	60	16,0%
Média	376,1				12,0	37,5	320,5	55,6	14,8%
Acesso: 30/10/2013 – 16:59 às 17:16									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	376			8	14	38	316	60	16,0%
2	376			8	14	38	316	60	16,0%
3	376			8	15	38	315	61	16,2%
4	372			8	15	38	311	61	16,4%
5	369			8	15	38	308	61	16,5%
6	373			9	15	37	312	61	16,4%
7	370			10	15	36	309	61	16,5%
8	370			10	15	36	309	61	16,5%
9	370			10	15	36	309	61	16,5%
10	369			10	15	36	308	61	16,5%
11	369			10	15	36	308	61	16,5%
12	370			10	13	37	310	60	16,2%
13	374			10	11	37	316	58	15,5%
14	374			10	12	36	316	58	15,5%
15	374			10	12	36	316	58	15,5%
16	374			10	12	36	316	58	15,5%
17	375			10	12	36	317	58	15,5%
18	375			10	11	36	318	57	15,2%
19	373			9	13	36	315	58	15,5%
20	372			10	12	34	316	56	15,1%
21	372			10	11	35	316	56	15,1%
22	374			10	12	35	317	57	15,2%
23	374			10	12	35	317	57	15,2%
24	374			10	12	35	317	57	15,2%
25	376			10	12	34	320	56	14,9%
26	374			10	11	33	320	54	14,4%
27	374			10	9	36	319	55	14,7%
28	372			10	10	35	317	55	14,8%
29	369			8	10	34	317	52	14,1%
30	369			8	10	34	317	52	14,1%
Média	372,6				12,7	35,9	314,6	58,0	15,6%
Acesso: 30/10/2013 – 17:18 às 17:32									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	372			10	11	35	316	56	15,1%
2	378			10	11	35	322	56	14,8%
3	379			10	11	35	323	56	14,8%
4	376			10	10	35	321	55	14,6%
5	378			10	10	36	322	56	14,8%
6	379			10	11	36	322	57	15,0%
7	379			10	11	36	322	57	15,0%
8	367			10	11	34	312	55	15,0%
9	368			10	11	34	313	55	14,9%
10	362			9	11	33	309	53	14,6%
11	363			9	12	33	309	54	14,9%
12	365			10	12	33	310	55	15,1%
13	382			10	11	33	328	54	14,1%
14	382			10	11	33	328	54	14,1%
15	380			10	10	33	327	53	13,9%
16	380			10	10	33	327	53	13,9%
17	380			10	10	33	327	53	13,9%
18	379			10	10	33	326	53	14,0%
19	379			16	9	33	321	58	15,3%
20	379			16	9	33	321	58	15,3%
21	379			16	9	33	321	58	15,3%
22	372			15	9	33	315	57	15,3%
23	371			15	9	33	314	57	15,4%
24	370			15	9	33	313	57	15,4%
25	368			15	9	33	311	57	15,5%
26	378			15	9	34	320	58	15,3%
27	379			15	9	34	321	58	15,3%
28	380			15	9	34	322	58	15,3%
29	381			15	9	34	323	58	15,2%
30	381			15	9	34	323	58	15,2%
31	378			15	9	33	321	57	15,1%
Média	375,6				10,0	33,8	319,7	55,9	14,9%
Acesso: 30/10/2013 – 17: às 17:48									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	374			15	8	32	319	55	14,7%
2	376			17	8	33	318	58	15,4%
3	376			17	8	33	318	58	15,4%
4	376			17	8	33	318	58	15,4%
5	374			17	9	33	315	59	15,8%
6	373			17	9	33	314	59	15,8%
7	s/registro								
8	371			17	9	32	313	58	15,6%
9	371			17	9	32	313	58	15,6%
10	370			16	9	32	313	57	15,4%
11	370			16	9	32	313	57	15,4%
12	365			17	8	32	308	57	15,6%
13	365			16	9	32	309	56	15,3%
14	366			15	9	31	311	55	15,0%
15	367		2	15	9	32	309	58	15,8%
16	366		1	15	9	32	309	57	15,6%
17	367		1	15	9	32	310	57	15,5%
18	366		1	15	9	32	309	57	15,6%
19	368		1	14	9	32	312	56	15,2%
20	s/registro								
21	369		1	16	9	31	312	57	15,4%
22	365		1	16	9	30	309	56	15,3%
23	367		2	15	9	30	311	56	15,3%
24	365		2	14	9	30	310	55	15,1%
25	365		2	14	9	30	310	55	15,1%
26	365		2	14	9	30	310	55	15,1%
27	362		2	14	9	30	307	55	15,2%
28	368		2	14	9	30	313	55	14,9%
29	373		2	14	9	30	318	55	14,7%
30	373		2	14	9	30	318	55	14,7%
31	371		2	14	8	30	317	54	14,6%
Média	369,1				8,8	31,4	312,6	56,5	15,3%
Acesso: 30/10/2013 – 18:54 às 19:09									

Unidade Penal: PFP		Capacidade:		376					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero feminino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	370		1	14	8	30	317	53	14,3%
2	372		3	14	9	29	317	55	14,8%
3	371		3	14	9	28	317	54	14,6%
4	367		3	14	9	27	314	53	14,4%
5	365		3	14	9	27	312	53	14,5%
6	364		3	14	9	27	311	53	14,6%
7	364		3	14	9	27	311	53	14,6%
8	364		3	14	9	27	311	53	14,6%
9	363		3	14	9	27	310	53	14,6%
10	359		3	14	9	27	306	53	14,8%
11	359		3	14	9	27	306	53	14,8%
12	360		3	15	9	27	306	54	15,0%
13	360		3	14	9	26	308	52	14,4%
14	360		3	14	9	26	308	52	14,4%
15	359		3	14	9	26	307	52	14,5%
16	361		3	14	9	26	309	52	14,4%
17	362		3	14	9	26	310	52	14,4%
18	358		2	12	9	26	309	49	13,7%
19	357		2	12	8	27	308	49	13,7%
20	358		2	12	9	27	308	50	14,0%
21	s/registro								
22	371		2	12	9	27	321	50	13,5%
23	369		2	12	9	27	319	50	13,6%
24	378		2	12	8	28	328	50	13,2%
25	386		2	12	8	26	338	48	12,4%
26	393		2	11	9	25	346	47	12,0%
27	394	2	2	11	9	25	345	49	12,4%
28	394	2	2	12	9	26	343	51	12,9%
29	393	2	2	12	9	26	342	51	13,0%
30	392	2	2	12	9	25	342	50	12,8%
Média	369,8				8,9	26,7	318,2	51,5	14,0%
Acesso: 30/10/2013 – 19:09 às 19:23									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Mês/2013	Média do nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Média da quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Média da quantidade de presos com FG	Média do % mensal de presos com FG
março	476				2,7	76	397,4	78,6	16,5%
abril	477,4				3	70,4	404	73,4	15,4%
maio	476,4				4,2	64,2	408,1	68,3	14,3%
junho	482,2				5,1	62,3	414,7	67,5	14,0%
julho	487,4				6,5	59,2	420,9	66,5	13,6%
agosto	470,6				5,2	55,9	407,3	63,3	13,5%
setembro	457,6				5,6	45,2	401,9	55,7	12,2%
Média	475,4				4,6	61,9	407,8	67,6	14,2%

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/03/2013	477				3	82	393	84	17,6%
2	476				3	82	391	85	17,9%
3	476				3	82	391	85	17,9%
4	476				3	82	391	85	17,9%
5	476				3	81	392	84	17,6%
6	470				2	76	392	78	16,6%
7	471				2	76	393	78	16,6%
8	476				2	75	399	77	16,2%
9	478				2	76	400	78	16,3%
10	478				2	76	400	78	16,3%
11	478				2	76	400	78	16,3%
12	477				2	76	399	78	16,4%
13	476				2	76	398	78	16,4%
14	476				3	75	398	78	16,4%
15	476				3	75	398	78	16,4%
16	476				3	75	398	78	16,4%
17	476				3	75	398	78	16,4%
18	476				3	75	398	78	16,4%
19	473				3	75	395	78	16,5%
20	473				3	75	395	78	16,5%
21	472				3	74	395	77	16,3%
22	476				3	74	399	77	16,2%
23	476				3	74	399	77	16,2%
24	476				3	74	399	77	16,2%
25	476				3	74	399	77	16,2%
26	475				3	74	398	77	16,2%
27	479				3	74	402	77	16,1%
28	479				3	74	402	77	16,1%
29	479				3	74	402	77	16,1%
30	479				3	74	402	77	16,1%
31	479				3	74	402	77	16,1%
Média	476,0				2,7	76,0	397,4	78,7	16,5%
Acesso: 26/10/2013 – 15:00 às 15:09									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/04/2013	479				3	74	402	77	16,1%
2	478				3	74	401	77	16,1%
3	472				3	74	395	77	16,3%
4	482				3	74	405	77	16,0%
5	482				3	75	404	78	16,2%
6	481				3	75	403	78	16,2%
7	481				3	75	403	78	16,2%
8	480				3	75	402	78	16,3%
9	470				3	74	393	77	16,4%
10	479				3	73	403	76	15,9%
11	472				3	71	398	74	15,7%
12	471				3	69	399	72	15,3%
13	471				3	69	399	72	15,3%
14	471				3	69	399	72	15,3%
15	478				3	69	406	72	15,1%
16	478				3	69	406	72	15,1%
17	469				3	68	398	71	15,1%
18	478				3	68	407	71	14,9%
19	478				3	68	407	71	14,9%
20	476				3	68	405	71	14,9%
21	476				3	68	405	71	14,9%
22	476				3	68	405	71	14,9%
23	481				3	68	410	71	14,8%
24	480				3	68	409	71	14,8%
25	481				3	68	410	71	14,8%
26	482				3	68	411	71	14,7%
27	481				3	68	410	71	14,8%
28	481				3	68	410	71	14,8%
29	480				3	68	409	71	14,8%
30	477				3	68	406	71	14,9%
Média	477,4				3,0	70,4	404,0	73,4	15,4%
Acesso: 26/10/2013 – 15:11 às 15:19									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/05/2013	477				3	68	406	71	14,9%
2	476				3	68	405	71	14,9%
3	476				3	65	408	68	14,3%
4	473				3	65	405	68	14,4%
5	473				3	65	405	68	14,4%
6	477				3	66	408	69	14,5%
7	477				3	66	408	69	14,5%
8	476				3	65	408	68	14,3%
9	474				3	65	406	68	14,3%
10	477				3	65	409	68	14,3%
11	477				3	65	409	68	14,3%
12	477				3	65	409	68	14,3%
13	478				3	65	410	68	14,2%
14	477				5	65	407	70	14,7%
15	474				5	63	406	68	14,3%
16	475				5	65	405	70	14,7%
17	477				5	65	407	70	14,7%
18	477				5	65	407	70	14,7%
19	477				5	65	407	70	14,7%
20	478				5	64	409	69	14,4%
21	476				5	63	408	68	14,3%
22	478				5	63	410	68	14,2%
23	477				5	63	409	68	14,3%
24	479				5	62	412	67	14,0%
25	478				5	62	411	67	14,0%
26	478				5	62	411	67	14,0%
27	478				5	62	411	67	14,0%
28	477				5	62	410	67	14,0%
29	475				5	62	408	67	14,1%
30	475				5	62	408	67	14,1%
31	475				5	62	408	67	14,1%
Média	476,4				4,2	64,2	408,1	68,4	14,3%
Acesso: 26/10/2013 – 15:23 às 15:34									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/06/2013	475				5	62	408	67	14,1%
2	476				5	62	409	67	14,1%
3	476				5	62	409	67	14,1%
4	480				5	62	413	67	14,0%
5	480				5	62	413	67	14,0%
6	480				5	62	413	67	14,0%
7	484				5	62	417	67	13,8%
8	484				5	62	417	67	13,8%
9	484				5	62	417	67	13,8%
10	484				5	62	417	67	13,8%
11	483				5	62	416	67	13,9%
12	483				5	62	416	67	13,9%
13	482				5	62	415	67	13,9%
14	481				5	62	414	67	13,9%
15	480				5	62	413	67	14,0%
16	480				5	62	413	67	14,0%
17	480				5	62	413	67	14,0%
18	480				5	62	413	67	14,0%
19	480				5	62	413	67	14,0%
20	480				5	62	413	67	14,0%
21	485				5	63	417	68	14,0%
22	485				5	63	417	68	14,0%
23	485				5	63	417	68	14,0%
24	485				5	63	417	68	14,0%
25	483				5	63	415	68	14,1%
26	481				5	63	413	68	14,1%
27	485				6	63	416	69	14,2%
28	489				6	63	420	69	14,1%
29	488				6	63	419	69	14,1%
30	488				6	63	419	69	14,1%
Média	482,2				5,1	62,3	414,7	67,5	14,0%

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/07/2013	488				6	63	419	69	14,1%
2	488				6	63	419	69	14,1%
3	490				6	63	421	69	14,1%
4	488				6	62	420	68	13,9%
5	487				6	59	422	65	13,3%
6	486				6	59	421	65	13,4%
7	486				6	59	421	65	13,4%
8	486				6	59	421	65	13,4%
9	492				6	59	427	65	13,2%
10	492				6	59	427	65	13,2%
11	491				6	59	426	65	13,2%
12	490			1	7	58	424	66	13,5%
13	490			1	7	58	424	66	13,5%
14	490			1	7	58	424	66	13,5%
15	489			1	7	58	423	66	13,5%
16	489			1	7	58	423	66	13,5%
17	489			1	7	59	422	67	13,7%
18	492			1	7	59	425	67	13,6%
19	491			1	7	59	424	67	13,6%
20	491			1	7	59	424	67	13,6%
21	491			1	7	59	424	67	13,6%
22	490			1	7	59	423	67	13,7%
23	491			1	7	60	423	68	13,8%
24	489			1	7	60	421	68	13,9%
25	491			2	7	60	422	69	14,1%
26	482			2	6	59	415	67	13,9%
27	482			2	6	59	415	67	13,9%
28	482			2	6	59	415	67	13,9%
29	476			2	6	58	410	66	13,9%
30	475			2	6	56	411	64	13,5%
31	475			2	6	56	411	64	13,5%
Média	487,4				6,5	59,2	420,9	66,5	13,6%
Acesso: 26/10/2013 – 15:45 às 15:58									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/08/2013	476			2	6	56	412	64	13,4%
2	476			2	6	57	411	65	13,7%
3	476			2	6	57	411	65	13,7%
4	476			2	6	57	411	65	13,7%
5	474			2	6	57	409	65	13,7%
6	474			2	6	57	409	65	13,7%
7	s/registro								
8	475			2	5	59	409	66	13,9%
9	475			2	5	59	409	66	13,9%
10	475			2	5	59	409	66	13,9%
11	474			2	5	59	408	66	13,9%
12	473			2	5	59	407	66	14,0%
13	476			2	5	59	410	66	13,9%
14	475			2	5	58	410	65	13,7%
15	475			2	5	58	410	65	13,7%
16	476			2	5	58	411	65	13,7%
17	475			2	5	58	410	65	13,7%
18	475			2	5	58	410	65	13,7%
19	473			2	5	57	409	64	13,5%
20	s/registro								
21	467			2	5	55	405	62	13,3%
22	465			2	5	55	403	62	13,3%
23	467			2	5	55	405	62	13,3%
24	467			2	5	55	405	62	13,3%
25	467			2	5	55	405	62	13,3%
26	466			2	5	55	404	62	13,3%
27	456			2	5	51	398	58	12,7%
28	459			2	5	50	402	57	12,4%
29	459		2	2	5	49	401	58	12,6%
30	462		2	2	5	49	404	58	12,6%
31	462		2	2	5	49	404	58	12,6%
Média	470,6				5,2	55,9	407,3	63,3	13,4%
Acesso: 26/10/2013 – 15:59 às 16:11									

Unidade Penal: PEF		Capacidade:		496					
Dia/mês/ano	Nº de presos. Gênero masculino. Regime Fechado	Quantidade de presos por registro de FG: até 30 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 90 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 180 dias	Quantidade de presos por registro de FG: até 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: mais de 365 dias	Quantidade de presos por registro de FG: sem FG	Qtde de Presos com FG	% Diário de presos com FG
01/09/2013	462		2	2	5	49	404	58	12,6%
2	455		2	2	5	48	398	57	12,5%
3	454		2	2	5	48	397	57	12,6%
4	457		2	2	5	48	400	57	12,5%
5	460		3	2	5	48	402	58	12,6%
6	460		3	2	5	48	402	58	12,6%
7	459		3	2	5	48	401	58	12,6%
8	459		3	2	5	48	401	58	12,6%
9	459		3	2	5	48	401	58	12,6%
10	455		3	2	5	47	398	57	12,5%
11	458		3	2	5	47	401	57	12,4%
12	460		3	2	6	46	403	57	12,4%
13	458		3	2	6	45	402	56	12,2%
14	457		3	2	6	45	401	56	12,3%
15	457		3	2	6	45	401	56	12,3%
16	455		3	2	6	45	399	56	12,3%
17	455		3	2	6	44	400	55	12,1%
18	457		3	2	6	44	402	55	12,0%
19	457		3	2	6	44	402	55	12,0%
20	457		3	2	6	44	402	55	12,0%
21	s/registro								
22	463		3	2	6	44	408	55	11,9%
23	460		3	2	6	44	405	55	12,0%
24	461		3	2	6	44	406	55	11,9%
25	461		3	2	6	44	406	55	11,9%
26	454	1	2	2	6	41	402	52	11,5%
27	455	1	2	2	6	41	403	52	11,4%
28	455	1	2	2	6	41	403	52	11,4%
29	455	1	2	2	6	41	403	52	11,4%
30	454	1	2	2	6	41	402	52	11,5%
Média	457,6				5,6	45,2	401,9	55,7	12,2%
Acesso: 26/10/2013 – 16:12 às 16:26									

PESQUISA 2

Relação dos acórdãos referentes às faltas graves

	n. do Recurso de Agravado – Faltas Graves
1.	438022-5
2.	397387-3
3.	316331-3
4.	459825-6
5.	369046-6
6.	351101-7
7.	336366-2
8.	325461-5
9.	325187-4
10.	316331-3
11.	315027-0
12.	310513-1
13.	362287-9
14.	306389-6
15.	381510-5
16.	327362-5
17.	444167-6
18.	308384-9
19.	444167-6
20.	397448-1
21.	330684-1
22.	328433-3
23.	327404-8
24.	308520-5
25.	308316-1
26.	306734-1
27.	305468-8
28.	304253-3
29.	304239-3
30.	304234-8
31.	303847-1
32.	303837-5
33.	303748-3
34.	303113-0
35.	302226-8
36.	302030-2
37.	302005-9
38.	301991-6
39.	294445-6
40.	294439-8
41.	292967-9
42.	291909-3

43.	289478-2
44.	287439-7
45.	302012-4
46.	739351-1
47.	671940-6
48.	658362-4
49.	647782-9
50.	625903-4
51.	612030-1
52.	600566-5
53.	566539-8
54.	550655-0
55.	680833-5
56.	657682-7
57.	609835-1
58.	722307-2
59.	646086-8
60.	715791-3
61.	655231-2
62.	643966-9
63.	633366-6
64.	632665-0
65.	603081-9
66.	582309-0
67.	579180-0
68.	530702-8
69.	481812-6
70.	618948-2
71.	603091-5
72.	600519-6
73.	600444-4
74.	545364-1
75.	622389-2
76.	622199-8
77.	623979-0
78.	622381-6
79.	622376-5
80.	622048-6
81.	710598-2
82.	709932-7
83.	633238-7
84.	891238-1
85.	901147-0
86.	896038-1
87.	891238-1
88.	769763-0
89.	748960-9
90.	904398-9

91.	901223-5
92.	833893-2
93.	879332-0
94.	915985-9
95.	898628-3
96.	897329-1
97.	897059-4
98.	891998-2
99.	881758-5
100.	879362-8
101.	878869-8
102.	873897-2
103.	1007306-6
104.	809126-1
105.	899076-3
106.	877089-6
107.	869692-8
108.	773922-8
109.	880837-7
110.	879197-1
111.	877108-6
112.	875860-3
113.	1032418-0
114.	896413-4
115.	846255-7
116.	833826-1
117.	823558-5
118.	817339-3
119.	869436-0
120.	833852-1
121.	308299-5
122.	3077061
123.	33001-6
124.	330993-5
125.	328440-8
126.	328424-4

Relação dos acórdãos referentes aos exames criminológicos

1.	639844-9
2.	632650-9
3.	625299-5
4.	619445-0
5.	594154-6
6.	571841-6
7.	567264-0

8.	567254-4
9.	507465-9
10.	476699-0
11.	879902-2
12.	810516-2
13.	308734-9
14.	308721-2
15.	172022-7
16.	736720-4
17.	718665-0
18.	717226-9
19.	717074-5
20.	639844-9
21.	632650-9
22.	390371-7
23.	369280-8
24.	172061-4
25.	719221-2
26.	715811-0
27.	680650-6
28.	657917-5
29.	657893-0
30.	657882-7
31.	653420-1
32.	645695-3
33.	645530-7
34.	625299-5
35.	624205-9
36.	624089-5
37.	622112-1
38.	613731-7
39.	609850-8
40.	600558-3
41.	600532-9
42.	582186-7
43.	527000-4
44.	897320-8
45.	835480-3
46.	830503-1
47.	813857-0
48.	809750-7
49.	768016-2
50.	756051-0
51.	677336-6
52.	658023-2
53.	655250-7
54.	642234-8
55.	602827-1

56.	599284-9
57.	598645-8
58.	390339-9
59.	324038-2
60.	717056-7
61.	653343-9
62.	643841-7
63.	612006-5
64.	609850-8
65.	605250-2
66.	600558-3
67.	600532-9
68.	600070-4
69.	581653-9
70.	401961-0
71.	297433-8
72.	624089-5
73.	622112-1
74.	839460-7
75.	809022-8
76.	172022-7
77.	646094-0
78.	635320-8
79.	604829-3
80.	879902-2
81.	812438-1
82.	810747-7
83.	761404-4
84.	721092-2
85.	624089-5
86.	622112-1
87.	906217-7
88.	906217-7
89.	646094-0
90.	599284-9
91.	635320-8
92.	891169-1
93.	883106-9
94.	761480-4
95.	356294-7
96.	654862-3
97.	541085-9
98.	810726-8
99.	785660-4
100.	428807-5
101.	310187-1
102.	308377-4
103.	306782-7

104.	306709-8
105.	680171-0
106.	330671-4
107.	328448-4
108.	321225-3
109.	308348-3
110.	308301-0
111.	308270-0
112.	307153-0
113.	306763-2
114.	719221-2
115.	635320-8
116.	785660-4
117.	773922-8
118.	305464-0
119.	305457-5
120.	305451-3
121.	305191-2
122.	304873-5
123.	304868-4
124.	304865-3
125.	304858-8
126.	304250-2
127.	304230-0
128.	304089-3
129.	304080-0
130.	304077-3
131.	304073-5
132.	304072-8
133.	304066-0
134.	304063-9
135.	303988-7
136.	303128-1
137.	303104-1
138.	302708-5
139.	302024-4
140.	302018-6
141.	302003-5
142.	301372-1
143.	300356-3
144.	300348-1
145.	299611-0
146.	299201-4
147.	299161-5
148.	298674-3
149.	297504-2
150.	297223-2
151.	297147-7

152.	296722-6
153.	296587-7
154.	296585-3
155.	296579-5
156.	296565-1
157.	295613-8
158.	291188-4
159.	290314-0
160.	286878-0
161.	286148-7

Relação dos acórdãos referentes aos crimes hediondos

	174222-5
2.	709932-7
3.	897281-6
4.	654882-5
5.	649418-2
6.	367753-8
7.	892913-3
8.	459120-6
9.	402192-9/01
10.	403180-3/01
11.	455695-2
12.	455628-1
13.	384586-1/02
14.	454307-3
15.	370813-4/01
16.	367791-8/01
17.	450957-7
18.	450883-2
19.	450866-1
20.	450846-9
21.	398892-3/02
22.	448273-5
23.	372283-4/02
24.	368070-8/02
25.	443205-7
26.	442765-4
27.	442612-8
28.	442333-2
29.	441988-3
30.	440347-8
31.	373039-0/01

32.	390685-6/01
33.	470538-8
34.	402961-4/01
35.	450855-8
36.	448289-3
37.	434640-7
38.	390676-7
39.	390664-7
40.	390342-6
41.	383583-6
42.	892913-3
43.	375845-6
44.	307879-9
45.	303182-5
46.	300757-0
47.	646067-3
48.	448289-3
49.	782078-4
50.	782078-4

Relação de acórdãos referentes a remição de pena e outras matérias

1.	657927-1
2.	717228-3
3.	361961-6
4.	356198-0
5.	353970-0
6.	331229-4
7.	657927-1
8.	654835-6
9.	612011-6
10.	897281-6
11.	437926-4
12.	368086-6/01
13.	368091-7/02
14.	370291-8/01
15.	368080-4/03
16.	390928-6/01
17.	367872-8/01
18.	390930-6/01
19.	372280-3/01
20.	368038-0/01
21.	367781-2/01
22.	367743-2/01

23.	433542-2
24.	383422-8/02
25.	368049-3/01
26.	367801-9/01
27.	370808-3/01
28.	370788-6/01
29.	370262-7/01
30.	367787-4/01
31.	428807-5
32.	368054-4/01
33.	367832-4/01
34.	368091-7/01
35.	421147-6
36.	420845-3
37.	370313-9/01
38.	374006-5/01
39.	414719-1
40.	383422-8/01
41.	412791-5
42.	365876-8/01
43.	407490-0
44.	407412-6
45.	407400-6
46.	362593-2/01
47.	403210-6
48.	403189-6
49.	403182-7
50.	403180-3
51.	403167-0
52.	403158-1
53.	402967-6
54.	402961-4
55.	402874-6
56.	402204-4
57.	402192-9
58.	402148-1
59.	402145-0
60.	400303-4
61.	399454-7
62.	399434-5
63.	399125-1
64.	399112-4
65.	399063-6
66.	399055-4
67.	399051-6
68.	399041-0
69.	398916-8
70.	398911-3

71.	398899-2
72.	398892-3
73.	398890-9
74.	398888-9
75.	398886-5
76.	398842-3
77.	398837-2
78.	398830-3
79.	398826-9
80.	398821-4
81.	394094-1
82.	390930-6
83.	390928-6
84.	390685-6
85.	390676-7
86.	390664-7
87.	390656-5
88.	390391-9
89.	390387-5
90.	390356-0
91.	390344-0
92.	390342-6
93.	390331-3
94.	390330-6
95.	389929-6
96.	389894-8
97.	389819-5
98.	389816-4
99.	389810-2
100.	389802-0
101.	389800-6
102.	388268-4
103.	387349-0
104.	385678-8
105.	384745-0
106.	384719-0
107.	384704-9
108.	384680-4
109.	384675-3
110.	384592-9
111.	384588-5
112.	384586-1
113.	384567-6
114.	384275-3
115.	383985-0
116.	383961-0
117.	383583-6
118.	383576-1

119.	383544-9
120.	383496-8
121.	383475-9
122.	383428-0
123.	383422-8
124.	383392-5
125.	383364-1
126.	382966-1
127.	382933-2
128.	381321-8
129.	379355-3
130.	379058-9
131.	379011-6
132.	378935-7
133.	378810-5
134.	378257-8
135.	376009-4
136.	375845-6
137.	374232-5
138.	374208-9
139.	374163-5
140.	374006-5
141.	373927-5
142.	373120-6
143.	373039-0
144.	372289-6
145.	372285-8
146.	372283-4
147.	372280-3
148.	372277-6
149.	372273-8
150.	372249-2
151.	371099-8
152.	370813-4
153.	370808-3
154.	370796-8
155.	370788-6
156.	370313-9
157.	370311-5
158.	370291-8
159.	370266-5
160.	370262-7
161.	369233-9
162.	369050-0
163.	368338-5
164.	368092-4
165.	368091-7
166.	368086-6

167.	368084-2
168.	368080-4
169.	368070-8
170.	368065-7
171.	368057-5
172.	368054-4
173.	368049-3
174.	368037-3
175.	368038-0
176.	367975-4
177.	367925-4
178.	367916-5
179.	367872-8
180.	367832-4
181.	367801-9
182.	367791-8
183.	367790-1
184.	367787-4
185.	367781-2
186.	367772-3
187.	367765-8
188.	367758-3
189.	367750-7
190.	367743-2
191.	367740-1
192.	367411-5
193.	362593-2
194.	361236-8
195.	330923-3
196.	327428-8
197.	327339-6
198.	324373-6
199.	323648-4
200.	323642-2
201.	323020-6
202.	319914-4
203.	319907-9
204.	314674-5
205.	314468-7
206.	314452-9
207.	314250-5
208.	310705-9
209.	309384-3
210.	306735-8
211.	282616-4/01
212.	305638-0
213.	217083-4/01
214.	180197-4

215.	174785-7
216.	148500-1/04
217.	291940-4
218.	172022-7
219.	164859-9/01
220.	162490-2/01
221.	285878-6
222.	719518-0
223.	719518-0
224.	715408-3
225.	710208-3
226.	582319-6
227.	440347-8/01
228.	383428-0/02
229.	402145-0/01
230.	402967-6/01
231.	383428-0/01
232.	850280-9
233.	833855-2
234.	460463-3
235.	458114-4
236.	390330-6
237.	390171-7
238.	370262-7
239.	370244-9
240.	367076-6
241.	366971-2
242.	367003-3
243.	342118-3
244.	336552-8
245.	331662-9
246.	319426-9
247.	314543-5
248.	308311-6
249.	301322-1
250.	298272-9
251.	297906-6
252.	296701-7
253.	175690-7
254.	288642-8
255.	286100-7
256.	382966-1
257.	901781-2
258.	885150-5
259.	881151-6
260.	880820-2
261.	876946-2
262.	869321-4

263.	861061-1
264.	854552-6
265.	308311-6
266.	1113504-1/01
267.	783275-7
268.	1113504-1/01
269.	783275-7
270.	646106-5
271.	508087-9
272.	895244-5
273.	809052-6
274.	794102-6
275.	356294-7
276.	353970-0
277.	336281-4
278.	316371-7
279.	308311-6
280.	296549-7
281.	654835-6
282.	894921-3
283.	809123-0
284.	442612-8
285.	399041-0
286.	398886-5
287.	367076-6
288.	366971-2
289.	315399-1
290.	315349-1
291.	315043-4
292.	657927-1
293.	492477-4
294.	856267-0
295.	378552-8
296.	310949-1
297.	306850-0
298.	306809-3
299.	657906-2
300.	305191-2
301.	303951-0
302.	302383-8
303.	302276-8
304.	299156-4
305.	298823-6
306.	296728-8
307.	296591-1
308.	296574-0
309.	295601-8
310.	294052-1

311.	288805-5
312.	288801-7
313.	270898-5/01
314.	287195-0
315.	286145-6
316.	304061-5